

### 2.1 - DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA E DA POLÍTICA ECONÔMICA-FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

#### 2.1.1. Panorama Econômico em 2009

O ano de 2009 transcorreu sob os efeitos da crise financeira internacional deflagrada em sua forma mais aguda com a quebra do banco de investimento norte-americano *Lehman Brothers* em setembro de 2008. Nesse momento a economia brasileira passou a sofrer de forma geral os efeitos da crise internacional, uma vez que até aquele momento o país tinha sido pouco atingido pelos efeitos da chamada crise "*subprime*" nos EUA. Do ponto de vista imediato, o impacto teve a forma de uma forte e rápida contração na oferta de crédito doméstico ao final de 2008. Do lado externo, a redução nos preços internacionais das *commodities* intensificou-se, tendo como contrapartida uma rápida contração no volume de comércio internacional. No último trimestre de 2008 também ocorreu uma forte saída de capital do Brasil, o que, juntamente com o quadro exportador desfavorável, pressionou a taxa de câmbio real/dólar substancialmente para a cima.

Esta combinação de depreciação cambial, restrição de liquidez e queda na demanda internacional por produtos brasileiros afetou fortemente os índices de confiança dos empresários e dos consumidores, ocasionando assim uma grande redução na demanda doméstica<sup>1</sup>. O crescimento do consumo desacelerou e o investimento caiu, pois no cenário de grande incerteza a maioria das empresas adiou - ou simplesmente cancelou - suas despesas de capital. Assim, o resultado inevitável do abalo financeiro mundial foi uma recessão técnica no Brasil, configurando dois trimestres consecutivos de queda no PIB<sup>2</sup>.

A resposta do Governo Federal à crise internacional foi uma seqüência de medidas sem precedentes na história econômica recente do Brasil. Contrariamente ao observado durante as crises internacionais dos anos 1980 e 1990, as autoridades brasileiras tiveram condições de adotar medidas monetárias e fiscais anticíclicas. Tais medidas evitaram que a crise internacional contaminasse o sistema financeiro brasileiro e, simultaneamente, proporcionaram condições para a pronta recuperação do nível de atividade econômica. Para fins expositivos, as ações do Governo Federal podem ser analisadas em três grupos. Em primeiro lugar, cumpre mencionar as ações e programas adotados anteriormente à crise, que ajudaram a economia durante o

desdobramento da crise. Em segundo, as ações emergenciais adotadas durante a crise que, devido a seu caráter temporário, tendem a expirar ou se reduzir com o passar do tempo. Por fim, tem-se as novas ações estruturais, que ajudaram a combater a crise, mas que continuam a ter efeitos mesmo após o pior da crise ter passado.

#### Ações Adotadas Antes da Crise e Seus Impactos em 2009

Com relação às ações e programas adotados antes da crise, cabe destacar cinco iniciativas estruturais que evitaram uma queda maior no nível de atividade econômica durante a crise: (i) o aumento na rede de proteção social; (ii) o aumento no salário mínimo; (iii) a expansão do investimento público; (iv) as desonerações programadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); e (v) a reestruturação dos salários e efetivo do serviço público federal.

Desde 2003, como parte de sua estratégia de inclusão social, o Governo Federal tem direcionado mais recursos para as transferências de renda, especialmente para as famílias mais pobres. O valor total destas transferências passou de 6,9% do PIB, em 2002, para 8,6% do PIB, em 2008, criando um estabilizador automático para evitar flutuações excessivas na renda disponível das famílias brasileiras. Com o advento da crise, e mesmo em um contexto de queda na arrecadação, outros 0,7% do PIB foram adicionados às transferências de renda programadas para 2009, que alcançaram a 9,3% do PIB. Dessa forma, foram mantidos os compromissos sociais em 2009, e com isso ajudou na sustentação da demanda doméstica, sobretudo a partir do consumo das famílias.

Em segundo lugar a política de aumentos reais no salário mínimo, que se acelerou em 2006, além de aumentar as transferências de renda via previdência social e seguro desemprego estabeleceu um piso progressivamente mais elevado para os salários de mercado. Em 2008, mesmo diante da crise internacional, optou-se por manter os percentuais de aumento nominal do salário mínimo programados para 2009 (12%). Tal medida foi especialmente importante para os salários dos trabalhadores do setor informal de serviços, durante o período mais grave da crise.

Em terceiro lugar, o Governo Federal também manteve inalterado seu programa de investimento. Diante da queda no investimento privado, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC - tornou-se um importante instrumento anti-cíclico ao longo de 2009. Em números, os investimentos da União e da Petrobras continuaram a crescer mesmo durante a crise e atingiram cerca de 1,2% e 1,7% do PIB ao final de 2009, respectivamente.

Em quarto lugar, a partir de 2007 foi intensificada a política de desonerações tributárias para estimular o crescimento e o investimento. Devido às iniciativas adotadas pelo PAC e

<sup>1</sup> O índice de confiança da indústria, com ajuste sazonal, medido pela FGV, atingiu um mínimo de 74,1 em janeiro de 2009, e se recuperou progressivamente a partir desta data, atingindo 113,4 em dezembro do mesmo ano. O índice de confiança do consumidor apresentou evolução semelhante.

<sup>2</sup> De acordo com o IBGE, a taxa trimestre contra trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal, mostrou recuo de 2,9% no último trimestre de 2008 e de 0,9% no primeiro trimestre de 2009.

pela PDP, as desonerações programadas para 2009 atingiram 0,3 pp do PIB.

Por último, mesmo em um contexto de crise, o governo também decidiu manter inalterado o cronograma de reajustes salariais e contratações para o serviço público ao longo de 2009. Devido à desaceleração no crescimento do PIB e à concentração dos aumentos salariais em 2009, o resultado macroeconômico desta decisão foi um aumento na folha de pagamento da União como proporção do PIB, de 4,5% do PIB, em 2008, a 4,84 % do PIB, em 2009.

### Ações Temporárias de Combate à Crise e Impactos em 2009

Dentre as medidas temporárias de combate à crise, a mais premente delas relacionou-se ao enfrentamento da contração na oferta de crédito no Brasil. Em setembro de 2008 aproximadamente 20% da oferta de crédito doméstico tinham como fonte a captação de recursos no mercado externo. Esta fonte esgotou-se durante os primeiros meses da crise. Em paralelo, a corrida mundial para a liquidez resultou em uma enorme saída de recursos financeiros ao exterior – somente no último quadrimestre de 2008 saíram US\$ 27 bilhões. Conjuntamente, tais movimentos pressionaram a taxa de câmbio para cima.

A resposta imediata à contração de crédito foi proporcionar expressiva expansão da liquidez, seja em moeda estrangeira ou nacional. Desta forma, o Banco Central utilizou parte de suas reservas internacionais para vender dólares no mercado à vista (US\$ 14,5 bilhões) e oferecer linhas de financiamento de curto prazo para as exportações (US\$ 24,4 bilhões). Tais intervenções foram complementadas por operações de "*swaps cambiais*" (US\$ 33 bilhões). A combinação destas medidas diminuiu a enorme pressão pela desvalorização cambial, obtendo êxito em manter um nível mínimo de liquidez no mercado cambial durante o pior momento da crise. Tais operações foram possíveis, ademais, porque antes da crise, o Brasil havia acumulado cerca de US\$ 210 bilhões em reservas internacionais. Com o arrefecimento da crise e a melhoria progressiva nos mercados cambiais, as operações emergenciais do Banco Central puderam ser revertidas rapidamente no segundo semestre de 2009.

Domesticamente ocorreu a rápida redução dos depósitos compulsórios do sistema bancário pelo Banco Central, medida que injetou 3,3% do PIB no mercado bancário ao final de 2008. O principal resultado da redução no compulsório bancário foi evitar o contágio da crise internacional no mercado interbancário brasileiro. Inicialmente a maioria das reservas recém liberadas acabou nos grandes bancos, especialmente nos grandes bancos públicos, que por terem garantia implícita do governo, tendem a atrair mais depósitos em momentos de grande aversão ao risco. Procurando amenizar esta “fuga para a qualidade”, o BC complementou a redução no compulsório com medidas de incentivo para os grandes bancos adquirirem carteiras de bancos menores. Estas duas ações funcionaram razoavelmente bem e possibilitaram ao Brasil atravessar o pior momento da crise sem nenhuma quebra de instituição bancária nacional.

A redução no compulsório evitou o aprofundamento da crise, mas não foi suficiente para estimular a recuperação no crédito. A solução ocorreu por meio dos bancos públicos. Logo no começo de 2009 a União concedeu linha de crédito equivalente a 3,3% do PIB ao BNDES, que por sua vez ofereceu um conjunto de linhas especiais de crédito de curto prazo ao setor produtivo. Os desembolsos do BNDES atingiram nível recorde em 2009 (R\$ 136,4 bilhões, contra R\$ 91 bilhões em 2008) evidenciando o importante papel anticíclico da instituição. Complementarmente, a União também ofereceu incentivos financeiros, na forma de equalização de taxa de juro, ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. Assim, estes bancos públicos puderam oferecer linhas de crédito, especialmente capital de giro, dirigidas aos setores com maior dificuldade de liquidez, tais como a agropecuária, a construção civil, a produção de insumos básicos, bem como produção e venda de bens de consumo duráveis.

A adoção de uma estratégia mais agressiva durante o transcorrer da crise, com aumento na concessão de crédito e redução de *spreads* de taxas de juros, foi também uma recomendação do Governo Federal aos bancos comerciais públicos. Desta forma, ao considerarmos a fase mais crítica da crise, entre setembro de 2008 e julho de 2009, os bancos públicos aumentaram sua oferta de crédito em 33%, enquanto as instituições privadas nacionais cresceram 4% e as instituições estrangeiras apenas 1,5%.

A política monetária anticíclica também incluiu um corte substancial na taxa Selic, que havia sido fixada em 13,75% desde setembro de 2008. Nos meses subsequentes a Selic permaneceu constante pois uma redução poderia alimentar a especulação contra o real, e a elevação da taxa de câmbio poderia levar a efeitos inflacionários. No início de 2009 o Banco Central começou a reduzir a Selic de forma consistente. O corte total foi de 400 pb, deixando-a em 8,75% em meados de 2009. A taxa real de juro<sup>3</sup> caiu para cerca de 5,0% ao ano no terceiro trimestre e, dada a defasagem temporal entre a redução na Selic e seu impacto sobre o nível de atividade, a ação do BC deverá ter maior impacto sobre o crescimento da economia brasileira no início de 2010.

A maior demora da política monetária em estimular a recuperação econômica foi compensado pela política fiscal. Além das ações estruturais mencionadas anteriormente, o Governo Federal implementou uma série de desonerações tributárias temporárias para estimular as vendas e consumo. Elas partiram da redução do IPI para o setor automotivo ao final de 2008 e, ao longo de 2009 atingiram diversos setores fundamentais para a manutenção da demanda doméstica: bens de consumo duráveis, material de construção, bens de capital, motocicletas, móveis e alguns itens alimentícios. O custo inicial do conjunto de desonerações temporárias atingiu 0,4% do PIB em 2009. Como esperado, o aumento na produção e nas vendas induzido pelas desonerações acelerou a retomada do crescimento econômico e aumentou a arrecadação dos

<sup>3</sup> Utilizaremos neste texto a taxa real de juros de acordo com o conceito ex-ante.

demais impostos e contribuições federais, contrabalançando o ônus fiscal inicial.

Importante ressaltar que o Governo Federal também tomou medidas no nível municipal e estadual, por meio de transferências orçamentárias extraordinárias para os governos subnacionais ao longo de 2009. O total de assistência deve ter atingido aproximadamente R\$ 2 bilhões em 2009. As ações temporárias também incluíram o aumento no período de concessão e no valor do seguro desemprego, assim como redução na taxa de juro para investimentos em máquinas e equipamentos contratados em 2009. Como resultado, houve uma elevação modesta na renda disponível dos trabalhadores e o investimento privado em máquinas e equipamentos voltou a crescer fortemente no final de 2009.

### Ações Estruturais de Combate à Crise e Impactos em 2009

No tocante às novas ações estruturais adotadas durante a crise, foram antecipadas algumas iniciativas que já estavam na agenda de política econômica para combater os efeitos do "crash" financeiro de 2008. Em linhas gerais as três principais iniciativas foram:

(i) Ainda em 2008, a revisão nas alíquotas do imposto de renda sobre a pessoa física, que representou uma injeção de 0,2% do PIB na renda disponível das famílias brasileiras ao longo de 2009;

(ii) o lançamento de um novo programa habitacional direcionado à construção de um milhão de novas residências aos mais pobres e à classe média baixa (o programa "Minha Casa, Minha Vida"), equivalente a 1,2% do PIB, a ser concedido, pela via de diferentes mecanismos, ao longo de até três anos. O novo programa habitacional, além de possibilitar o acesso de famílias de baixa renda à habitação, é também um instrumento poderoso de estímulo à recuperação econômica, incentivando a produção de um setor intensivo em trabalho e em insumos produzidos no país. De fato, após o lançamento do programa "Minha Casa, Minha Vida", o setor de construção residencial voltou a crescer e deve se tornar um dos líderes da expansão econômica em 2010; e

(iii) uma mudança no patamar de taxa real de juro da economia. A redução no nível de atividade econômica também contribuiu para a desaceleração da inflação ao longo de 2009, permitindo ao BC reduzir a Selic ao menor nível desde a criação do Real. Em números, antes da crise a taxa real de juro do Brasil estava flutuando entre 7% e 9% ao ano, e imediatamente após a crise a taxa real caiu para 5%, tendo se mantido neste patamar desde então.

Devido às ações do governo brasileiro e à evolução da conjuntura internacional, o Brasil conseguiu atravessar a fase mais crítica da crise sem desestabilização de sua economia. Contrariamente às expectativas pessimistas prevalecentes no final de 2008, a taxa de desemprego no Brasil não subiu muito, os salários e os empregos voltaram a crescer, houve expressiva criação de postos de trabalho e a confiança dos consumidores e dos empresários se

recuperou rapidamente ao longo de 2009. A capacidade do Brasil em absorver os impactos da crise internacional e se recuperar rapidamente ao longo de 2009 melhorou a percepção dos mercados em relação ao país. A volta da entrada de capital estrangeiro, juntamente com a recuperação mundial nos preços das *commodities*, resultou na apreciação do real no final de 2009, o que por sua vez vem contribuindo para a redução na inflação. Assim, apesar da intensidade da crise, o Brasil pode registrar um crescimento do PIB ligeiramente positivo em 2009, e voltar ao patamar de crescimento pré-crise já em 2010.

### 2.1.2. Produto Interno Bruto - PIB

Levando-se em conta os dados divulgados pelo IBGE até o terceiro trimestre de 2009, o PIB a preços de mercado apresentou aumento de +1,3% na comparação com o 2º trimestre de 2009, na série ajustada sazonalmente. Do lado da oferta, a variação de maior magnitude ocorreu para a Indústria (+2,9%), seguida pelo setor de Serviços (+1,6%). Apenas a Agropecuária apresentou variação negativa (-2,5%). Já do lado da demanda, todos os componentes apresentam variação positiva. As variações mais expressivas pela ótica da demanda ocorreram na Formação Bruta de Capital Fixo (+6,5%) e no Consumo das Famílias (+2,0%). A variação das Importações foi de +1,8% e a das Exportações foi de 0,5%. Em relação ao 3º. trimestre de 2008, o PIB a preços de mercado apresentou queda de -1,2%. Do lado da oferta, apenas o setor de Serviços apresentou variação positiva (+2,1%). Por outro lado, a Indústria e a Agropecuária apresentaram resultados negativos neste tipo de comparação (-6,9% e -9,0%, respectivamente). Vale destacar que, com exceção da Indústria Extrativa Mineral, todos os subsetores industriais diminuíram seu ritmo de queda no 3º. trimestre de 2009. A Indústria de Transformação, por exemplo, apresentou queda de -7,9%, desacelerando a queda em relação ao 2º. trimestre de 2009 (-10,8%). Dentre os componentes da demanda interna, o Consumo das Famílias obteve a taxa de crescimento mais expressiva (+3,9%), seguido pelo Consumo da Administração Pública (+1,6%). Por outro lado, a Formação Bruta de Capital Fixo apresentou queda -12,5%. Do lado externo, as Exportações de Bens e Serviços apresentam queda de -10,1% no período, desacelerando o ritmo de queda em relação a taxa verificada no 2º. trimestre de 2009 (-11,4%). As importações de Bens e Serviços, por sua vez, apresentaram queda de -15,8%. No acumulado no ano, o PIB apresentou queda de -1,7% até o terceiro trimestre de 2009. Pelo lado da oferta, esse resultado é decorrente, principalmente da queda observada na Indústria nos três primeiros trimestre de 2009 (-8,6%). Pelo lado da demanda, a principal influência negativa vem das Importações que acumulam queda de -16,0% desde o início do ano. Nos últimos quatro trimestres, o PIB apresenta queda de -1,0%. Do lado da oferta, apenas Serviços apresentou variação positiva neste tipo de comparação (1,9%). Pelo lado da demanda, a maior variação neste tipo de comparação vem do Consumo das Famílias (+3,1%) seguido pelo Consumo da Administração Pública (+2,5%). A Formação Bruta de Capital Fixo apresentou queda de -10,2%. No Setor Externo, tanto as Importações quanto as Exportações apresentaram variação negativa (respectivamente, -10,5% e -10,9%).

CRESCIMENTO DO PIB	2º Trim 2008	3º Trim 2008	4º Trim 2008	1º Trim 2009	2º Trim 2009	3º Trim 2009
Acumulado ao longo do ano	6,4	6,6	5,1	-2,1	-1,9	-1,7
Acumulado nos últimos 4 trimestres	6,4	6,6	5,1	3,0	1,0	-1,0
Trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior	6,5	7,1	0,8	-2,1	-1,6	-1,2
Trimestre contra trimestre anterior (com ajuste sazonal)	1,0	1,1	-2,9	-0,9	1,1	1,3
Trimestre contra trimestre anterior (com ajuste sazonal anualizado)	3,9	4,5	-11,2	-3,5	4,4	5,1

Fonte: IBGE

### 2.1.3. Inflação

A inflação em 2009, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 4,31%, abaixo do centro da meta estipulada pelo Banco Central de 4,5%, sendo a menor taxa anual desde 2006 quando esta atingiu 3,14%. Em 2009, a desaceleração do índice em 1,59 p.p. deveu-se em grande parte a contribuição do grupo Alimentação que subiu apenas 3,18% ante 11,11% em 2008. A inflação dos preços livres acumulada no ano alcançou 4,2% e ficou abaixo da inflação dos administrados 4,7%. O INPC, que mede a inflação para a camada de renda mais baixa (1 a 6 salários mínimos), fechou com alta de 4,11% ante 6,48% no ano anterior.

GERAL	INFLAÇÃO - IPCA (VAR. % ANUAL)	2008	2009
		5,90	4,31
GRUPOS	Alimentação e Bebidas	11,12	3,17
	Habitação	5,09	5,68
	Artigos de Residência	1,99	3,05
	Vestuário	7,30	6,11
	Transporte	2,32	2,37
	Saúde e Cuidados Pessoais	5,72	5,37
	Despesas Pessoais	7,35	8,03
	Educação	4,58	6,11
	Comunicação	1,79	1,07
LIVRES		7,05	4,15
ADMINISTRADOS/MONITORADOS		3,28	4,74

### 2.1.4. Política Monetária e Crédito

A base monetária alcançou saldo de R\$ 166,1 bilhões em dezembro/09, ante R\$ 147,6 bilhões em dezembro/08, registrando dessa forma crescimento anual de 12,55%, o que reflete em boa medida os impulsos expansionistas determinados pelas decisões do Copom ao longo do ano.

Os principais fatores de emissão monetária que refletiram a política expansionista foram as compras líquidas de divisas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio no valor de R\$ 62,9 bilhões e as operações com títulos públicos federais, incluindo as operações do Banco Central no ajuste de liquidez do mercado monetário, no valor de R\$ 11,3 bilhões.

No sentido contracionista, as principais contribuições para mitigar a expansão monetária vieram das operações do Tesouro Nacional no valor de R\$ 52,3 bilhões, dos depósitos de instituições financeiras, incluindo recolhimento compulsório sobre depósitos de poupança, no valor de R\$ 3,4 bilhões e das operações com derivativos no valor de R\$ 3,2 bilhões.

Dados preliminares divulgados pelo Banco Central indicam que o saldo em final de período dos meios de

pagamento restritos (M1) registraram crescimento interanual de 11,04%, avançando de R\$ 223,4 bilhões em dezembro/2008 para R\$ 248,1 bilhões em dezembro/2009.

O saldo total do crédito no Sistema Financeiro Nacional totalizou R\$ 1.410,3 bilhões em dezembro de 2009 (45,0% do PIB, ante 39,7% em dezembro de 2008).

A carteira de crédito direcionado alcançou R\$ 457,2 bilhões, o que representa um aumento de 28,38% ante dezembro de 2008. Destaques para o crédito habitacional e as operações do BNDES que apresentaram crescimento interanual, respectivamente, de 41,46% e de 33,39%. A carteira de crédito livre, por sua vez, alcançou R\$ 953,15 bilhões (aumento de 9,41% ante dezembro de 2008), com a média diária de novas concessões à pessoa física (PF) e à pessoa jurídica (PJ) apresentando variação interanual de +19,70% e de -6,01%, respectivamente.

Na comparação interanual, os *spreads* total, PF e PJ encontram-se, respectivamente, 6,4 pp, 13,4 pp, e 1,9 pp abaixo dos níveis de dezembro de 2008.

Vale ressaltar que desde o início da crise internacional em setembro de 2008 até dezembro de 2009 o saldo das

operações de crédito dos bancos públicos cresceu 48,0%, substancialmente acima dos bancos privados nacionais (11,3%) e estrangeiros (4,2%).

Desta forma, a participação dos bancos públicos no saldo total de créditos do Sistema Financeiro Nacional atingiu 41,4% em dezembro de 2009, tendo os bancos privados 40,4% e os estrangeiros 18,2%.

Quanto ao mercado de capitais, a crise financeira ocasionou uma natural retração, de modo que o volume de recursos captados por meio de emissões primárias alcançou R\$ 75,7 bilhões em 2009, o que representou aproximadamente metade dos recursos captados em 2008.

O valor de mercado das empresas listadas na Bovespa alcançou R\$ 2,3 trilhões em dezembro de 2009, uma evolução de 70% frente a dezembro de 2008.

Em dezembro de 2009, o volume diário de negociações foi, em média, de R\$ 6,6 bilhões, nível 70% acima do verificado em dezembro de 2008.

No ano de 2009, o volume diário médio foi de R\$ 5,2 bilhões, marginalmente inferior ao registrado em 2008 – R\$ 5,5 bilhões.

#### CRÉDITO BANCÁRIO

SALDO DAS OPERAÇÕES (EM R\$ MILHÕES)	2008	2009
<b>RECURSOS LIVRES</b>	<b>871.178</b>	<b>953.150</b>
Pessoas Físicas	394.287	470.754
Pessoas Jurídicas	476.890	482.396
<b>RECURSOS DIRECIONADOS</b>	<b>356.117</b>	<b>457.190</b>
BNDES	209.259	280.381
Habitação	59.714	84.469
Rural	78.304	82.170
Demais	8.840	10.170
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.227.295</b>	<b>1.410.340</b>
<b>SALDO DAS OPERAÇÕES (% DO PIB)</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
<b>RECURSOS LIVRES</b>	<b>28,2</b>	<b>30,4</b>
Pessoas Físicas	12,8	15,0
Pessoas Jurídicas	15,4	15,4
<b>RECURSOS DIRECIONADOS</b>	<b>11,5</b>	<b>14,6</b>
BNDES	6,8	9,0
Habitação	1,9	2,7
Rural	2,5	2,6
Demais	0,3	0,3
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>39,7</b>	<b>45,0</b>

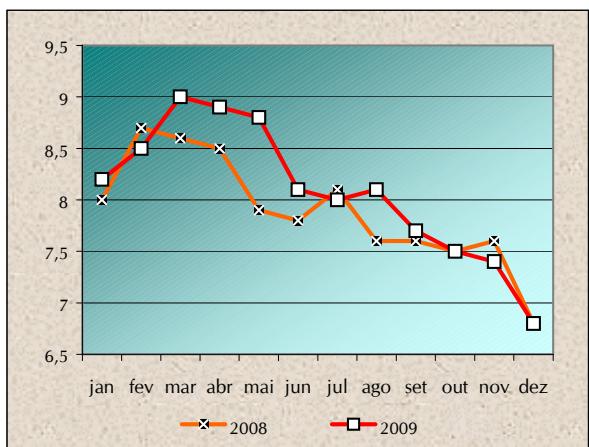
Fonte: Banco Central - Elaboração: SPE/MF

#### 2.1.5. Mercado de Trabalho, Nível de Emprego e Salários

A taxa de desemprego apurada pelo IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do país ficou em 6,8% em dez/2009, permanecendo inalterada em relação a dezembro de 2008. A taxa do mês de dezembro de 2008 foi a menor apurada no ano e a menor de toda a série histórica. A População Economicamente Ativa (PEA), estimada em 23,4 milhões de pessoas, cresceu 1,4% na comparação anual. A População Ocupada, por sua vez, somou 21,8 milhões de pessoas com alta interanual de 1,4%. A População Desocupada ficou estável no

comparativo com dez/2008. A taxa de formalização, definida como população ocupada com carteira assinada pela população ocupada, teve crescimento médio anual de 0,8%. O rendimento médio real habitual dos ocupados em dez/2009 foi estimado em R\$ 1.344,40; houve variação de -0,9%, na comparação interanual. A massa salarial real efetiva da população ocupada foi estimada em R\$ 31,5 bilhões na pesquisa de dezembro (mês de referência novembro), o que representa alta de 2,5% na comparação interanual. No ano houve a criação líquida de 995 mil postos de trabalho na economia.

### TAXA DE DESEMPREGO

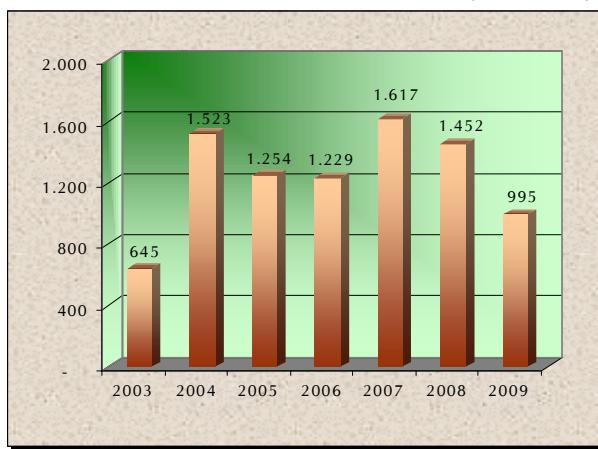


\*/ Nas 6 principais regiões metropolitanas

Fonte: IBGE / Elaboração: MF/SPE

### EMPREGO FORMAL: CRIAÇÃO DE NOVOS POSTOS

(em milhares)



Fonte: MTE/CAGED / Elaboração: MF/SPE

### 2.1.6. Balanço de Pagamentos

Em 2009, o resultado da Conta Corrente apresentou déficit de US\$ 24,3 bilhões, o que corresponde a -1,55% do PIB, contra déficit de US\$ 28,2 bilhões (1,72% do PIB) em 2008. A Balança Comercial teve superávit de US\$ 25,3 bilhões, sendo que o declínio das exportações no ano (22,7%) foi compensado pelo declínio ainda maior das importações (26,6%). A Balança de Serviços apresentou déficit US\$ 19,3 bilhões, ao passo que o Balanço de Renda apresentou déficit de US\$ 33,7 bilhões (com destaque para o déficit em lucros e dividendos de US\$ 25,2 bilhões).

A conta capital apresentou superávit de US\$ 1,13 bilhões, e a conta financeira superávit de US\$ 69,4 bilhões, o que representou um aumento de, respectivamente, 7,0 e 145,0 % em relação a 2008. No ano de 2009, os ingressos líquidos de Investimentos Estrangeiros Diretos - IED (US\$ 25,9 bilhões) superaram o déficit de US\$ 24,3 bilhões na conta corrente, de modo que a necessidade de financiamento externo como proporção do PIB aproximou-se de zero, tendo atingido -0,1%. As reservas internacionais atingiram US\$ 238,5 bilhões em dezembro de 2009, contra US\$ 206,8 bilhões ao final de dezembro de 2008.

### SALDO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS ACUMULADO NO ANO

	2008	2009	VARIAÇÃO EM US\$	VARIAÇÃO (%)
	DEZ/08	DEZ/09		
<b>1) Conta Corrente</b>	<b>-28.192</b>	<b>-24.334</b>	<b>3.858</b>	<b>13,68%</b>
<b>2) Conta Capital</b>	<b>1.055</b>	<b>1.129</b>	<b>73</b>	<b>6,96%</b>
<b>3) Conta Financeira</b>	<b>28.297</b>	<b>69.423</b>	<b>41.126</b>	<b>145,34%</b>
Investimento Direto	24.601	36.033	11.432	46,47%
Investimento em Carteira	1.133	49.133	48.000	4.236,09%
Derivativos	-312	156	469	150,02%
Outros Investimentos	2.875	-15.900	-18.774	-653,09%
<b>4) Erros e Omissões</b>	<b>1.809</b>	<b>434</b>	<b>-1.375</b>	<b>-76,00%</b>
<b>Balanço de Pagamentos (1 + 2 + 3 + 4)</b>	<b>2.969</b>	<b>46.651</b>	<b>43.682</b>	<b>1.471,23</b>

Fonte: Banco Central / Elaboração: MF/SPE

### 2.1.7. Desempenho Fiscal

As ações fiscais do Governo Federal demandaram um ajuste nas metas fiscais estabelecidas para 2009, alterando por diferentes mecanismos as metas de resultado primário do setor público. Até o momento houve uma piora no resultado fiscal e na dívida pública, como esperado em decorrência das ações anticíclicas, mas em extensão bem menor da verificada em outras economias do mundo ou

mesmo no passado recente da economia brasileira. Em números, observamos que as receitas primárias líquidas atingiram 19,5% do PIB, contra 18,3% das despesas primárias, o que leva a um resultado primário de 1,3% do PIB. A receita bruta atingiu R\$ 739,3 bilhões em 2009 (23,58% do PIB), contra R\$ 716,7 bilhões em 2008 (23,85% do PIB), enquanto as despesas primárias, por sua vez, atingiram R\$ 572,4 bilhões (18,26% do PIB) contra R\$ 497,9 bilhões em 2008 (16,57% do PIB). Do Total das

receitas, 4,07% do PIB foram transferidos aos estados e municípios (contra 4,42%, respectivamente, em 2008). A arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil atingiu R\$ 698,3 bilhões em 2009, o que representou um aumento nominal de 1,84% em relação a 2008. As despesas primárias do governo central em relação ao PIB foram repartidas da seguinte forma: pessoal e encargos sociais, 4,84%; custeio, 3,37%; transferências de renda, 9,03%, (incluindo o Bolsa Família) e investimentos, 1,03%. Em termos de composição: pessoal e encargos sociais responderam por, 26,5% do total, custeio respondeu por 18,5%, as transferências de renda somaram 49,4% (incluindo o Bolsa Família) e, por fim, os investimentos representaram 5,6% do total. Destaca-se que

o saldo previdenciário atingiu -1,4% do PIB, resultado ligeiramente inferior ao de 2008 (-1,3% do PIB). O Bolsa-Família, por sua vez, teve gastos totais de 0,40% do PIB, atingindo 12,5 milhões de famílias.

O déficit nominal do setor público em 2009 foi de 3,3% do PIB contra 1,9% do PIB em 2008. A dívida líquida do setor público subiu de 37,3% do PIB em dezembro de 2008, para 43,0% do PIB em dezembro de 2009. Mais importante, com base nos cenários de inflação, crescimento e juros esperadas para o período 2010-11, a economia brasileira necessitará de um superávit primário inferior ao estipulado na LOA 2010 o que deve implicar menores níveis de endividamento já a partir de 2010.

#### NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

(números “abaixo da linha”), em % do PIB

	2008	2009
<b>Resultado Primário</b>	<b>-3,54</b>	<b>-2,06</b>
Governo Central	-2,37	-1,35
Estados e Municípios	-1,02	-0,67
Empresas Estatais	-0,15	-0,03
<b>Juros Nominais (sem desvalorização cambial)</b>	<b>5,45</b>	<b>5,40</b>
Governo Central	3,20	4,78
Estados e Municípios	2,19	0,60
Empresas Estatais	0,06	0,01
<b>Resultado Nominal</b>	<b>1,90</b>	<b>3,34</b>
Governo Central	0,83	3,42
Estados e Municípios	1,17	-0,07
Empresas Estatais	-0,10	-0,02

Fonte: Banco Central do Brasil

#### RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL

(números “acima da linha”) em % do PIB

	2008	2009
Receita primária bruta	23,85	23,58
Transferências para Estados e Municípios	4,43	4,07
Receita primária líquida	19,42	19,51
Despesas primárias	16,57	18,26
Pessoal e Encargos Sociais	4,35	4,84
Transferências de Renda às famílias	8,22	9,03
Benefícios Previdenciários	6,64	7,17
Abono e Seguro Desemprego	0,68	0,85
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)	0,53	0,60
Bolsa Família	0,35	0,40
Investimentos	0,87	1,03
Demais despesas	3,13	3,37
Resultado primário "acima da linha" sem Fundo Soberano do Brasil	2,85	1,25
Fundo Soberano do Brasil	0,47	0,00
Resultado primário "acima da linha" com Fundo Soberano do Brasil	2,38	1,25
Discrepância estatística e ajuste metodológico	-0,01	0,10
Resultado primário "abaixo da linha"	2,37	1,35
Receitas primária líquida excluindo transferências de renda às famílias	11,2	10,48

Fonte: Ministério da Fazenda, SPE

## 2.2 - MOEDA E CRÉDITO

### 2.2.1. Aspectos gerais

A evolução dos agregados de moeda e crédito em 2009 esteve condicionada pelos reflexos da recente crise financeira internacional sobre a economia brasileira. A expansão dos principais agregados monetários registrou significativa desaceleração, comparativamente aos anos anteriores, em decorrência da contenção observada no mercado de crédito e da retração dos negócios em diversos ramos da economia, fatores que resultaram no arrefecimento do crescimento econômico.

A redução da liquidez que se seguiu ao acirramento da aversão ao risco no sistema financeiro restrinjiu a oferta de crédito, particularmente em linhas destinadas a exportação, baseadas em recursos externos, e a pequenas e médias empresas, que enfrentaram dificuldades para rolagem de seus compromissos financeiros.

As medidas de provisão de liquidez prontamente adotadas pelo Banco Central propiciaram a recuperação gradual das contratações de crédito, resultando na retomada gradual do ritmo de expansão das operações. Tal recuperação verificou-se inicialmente, e de forma mais nítida, nos empréstimos às famílias, tendo em vista o comportamento bastante favorável dos indicadores de emprego e renda. O crédito a pessoas jurídicas apresentou desempenho mais moderado, exibindo tendência de expansão a partir do segundo semestre, porém em ritmo arrefecido, comparativamente ao observado antes da crise.

As restrições na oferta de crédito e a elevação do grau de incerteza quanto ao cenário econômico traduziram-se em aumentos das taxas de juros para o tomador final e de inadimplência a partir dos últimos meses de 2008 até o início de 2009.

Na sequência, a melhora das expectativas nos principais segmentos da economia possibilitou a ampliação da demanda por crédito e, ao mesmo tempo, a estabilização e o posterior declínio da inadimplência no segundo semestre, com tendência favorável para 2010. Como consequência direta, as taxas de juros diminuíram significativamente, alcançando mínimos históricos nas operações realizadas com pessoas físicas. As melhores condições para a contratação de crédito, conjugadas ao aquecimento da demanda por empréstimos e financiamentos, em cenário de manutenção da solidez do sistema financeiro, deverá impulsionar o mercado de crédito, provendo a necessária sustentação a projetos de investimento do setor produtivo e ao consumo das famílias em 2010.

### 2.2.2. Agregados Monetários

O comportamento dos agregados monetários esteve condicionado às medidas de política monetária implementadas ao final de 2008 e início de 2009, as quais propiciaram as trajetórias de recuperação da expansão do crédito e das condições de renda e emprego, bem como do ingresso de recursos externos. As projeções

estabelecidas trimestralmente pela programação monetária para os principais agregados monetários foram estritamente cumpridas no decorrer de 2009.

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) alcançou R\$ 240,3 bilhões em 2009. A variação anual de 10,1% correspondeu aos crescimentos de 14% no saldo médio do papel-moeda em poder do público e de 7,3% nos depósitos à vista. Se considerados os dados ajustados sazonalmente e deflacionados pelo IPCA, esse agregado avançou 5,7%, refletindo, basicamente, a evolução do produto nominal. Em consequência, a velocidade-renda do M1, definida como a relação entre o PIB valorizado pelo IGP-DI e o saldo médio do agregado, finalizou 2009 em patamar ligeiramente inferior ao do ano anterior.

Em linha com o movimento do M1, a média dos saldos diários da base monetária expandiu-se 14,9% no ano, ao atingir R\$ 167,4 bilhões em dezembro. A análise de seus componentes revelou acréscimos de 14,3% no saldo médio do papel-moeda emitido e de 16,8% nas reservas bancárias, variação que ainda espelha o efeito da redução da alíquota do compulsório sobre recursos à vista, ocorrida em outubro de 2008.

Considerados dados de final de período, a base monetária totalizou R\$ 166,1 bilhões em 2009. Dentre os fatores que contribuíram para a expansão de R\$ 18,5 bilhões registrada pelo agregado no decorrer do ano, destacaram-se, pelo lado da oferta, as compras líquidas de R\$ 62,9 bilhões realizadas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio e os resgates líquidos de R\$ 11,3 bilhões em títulos do Tesouro Nacional. Em contraste, o movimento na conta única do Tesouro Nacional, excluídas as operações com títulos, determinou contração de R\$ 52,3 bilhões, a que se somou o impacto de R\$ 3,2 bilhões, resultante dos ajustes nas operações com derivativos, mediante operações de *swap* cambial. Assinale-se, no resultado do Tesouro Nacional, a arrecadação tributária de R\$ 523,2 bilhões no ano.

O conceito M2 dos meios de pagamento ampliados registrou crescimento de 9% no ano, bastante inferior aos 37,3% verificados no período anterior. O saldo de títulos privados cresceu apenas 4,1%, ante 85% em 2008, refletindo resgates líquidos de R\$ 38,2 bilhões em depósitos a prazo. Por sua vez, os depósitos de poupança elevaram-se 17,7% em 2009, com captações líquidas de R\$ 30,4 bilhões, 71,3% acima do registrado no ano anterior.

O agregado M3 elevou-se 16,3% no ano. Ressalte-se o crescimento de 21,5% nas quotas de fundos de investimento, ante recuo de 2,7% em 2008, resultado de captações líquidas de R\$ 109,9 bilhões. O M4, que acrescenta ao M3 os títulos públicos de detentores não financeiros, registrou expansão de 16,6%, atingindo saldo de R\$ 2,6 trilhões no fim de 2009.

### 2.2.3. Títulos Públicos Federais

As operações primárias do Tesouro Nacional com títulos públicos federais apresentaram resgates líquidos de R\$ 95,8 bilhões, determinados por resgates de R\$ 446,1 bilhões e colocações de R\$ 350,3 bilhões. No ano, as operações de trocas, realizadas com o objetivo de alongar o prazo da dívida vincenda, atingiram R\$ 66,1 bilhões e os resgates antecipados alcançaram R\$ 13 bilhões.

As operações de financiamento, apuradas pelo saldo médio diário, realizadas pelo Banco Central com o objetivo de adequar as condições de liquidez do sistema financeiro, totalizaram R\$ 447,1 bilhões em dezembro, com crescimento de 43,2% no ano. As operações primárias do Tesouro Nacional e as de compras de moeda estrangeira realizadas pela Autoridade Monetária foram fatores relevantes na expansão dessas operações.

Relativamente ao fechamento de 2008, o saldo das operações de curtíssimo prazo diminuiu de R\$ 98,6 bilhões para R\$ 58,3 bilhões, enquanto que o saldo das operações com prazo de duas semanas a três meses evoluiu de R\$ 166,6 bilhões para R\$ 312,3 bilhões. As operações com prazos de cinco meses e de sete meses encerraram o ano com saldos nulos, resultantes da migração para operações com prazo de seis meses, cujos saldos atingiram R\$ 76,6 bilhões no fim de dezembro.

### 2.2.4. Operações de Crédito

As operações de crédito do sistema financeiro, em 2009, retomaram a trajetória de expansão delineada no período anterior à deflagração da crise financeira internacional. Essa evolução evidenciou, no entanto, ritmo menos acentuado, consistente com a trajetória de recuperação da economia brasileira. O desempenho do crédito foi favorecido pela adequação das medidas de políticas monetária e fiscal implementadas pelo Governo Federal no fim de 2008 e início de 2009. Tais ações revelaram-se tempestivas e eficazes, sobretudo, no sentido de assegurar a liquidez de curto prazo no mercado em moeda estrangeira e no mercado interbancário doméstico.

O restabelecimento da trajetória de expansão do crédito ocorreu de forma mais consistente no segundo semestre do

ano, impulsionado, inicialmente, pelas contratações de pessoas físicas. Nesse segmento, destacaram-se a aceleração do crédito consignado e a retomada dos financiamentos para aquisição de veículos, beneficiados pela evolução favorável dos indicadores do mercado de trabalho, assim como pelo retorno das taxas de juros e de inadimplência aos patamares observados antes da crise.

No segmento de pessoas jurídicas, o relativo arrefecimento do crédito esteve condicionado pelo cenário de incertezas e seus impactos na atividade econômica. Nos últimos meses de 2008 e no início de 2009, pequenas e médias empresas, em particular, passaram a encontrar dificuldades para saldar seus compromissos financeiros mais imediatos, em função da restrição de oferta de recursos bancários de curto prazo. Ao longo de 2009, verificou-se também importante retração nos saldos dos financiamentos lastreados em recursos externos, refletindo não apenas a desaceleração nas novas contratações, mas também aumento das liquidações e ainda os efeitos contábeis da apreciação cambial ocorrida.

Nesse contexto, o volume global de crédito do sistema financeiro, considerados os recursos livres e direcionados, alcançou R\$ 1,41 trilhão no fim do ano, com expansão de 14,9% em 2009, ante 31,1% em 2008. Em decorrência, a relação empréstimo/PIB alcançou 45% no final de 2009, ante 39,7% um ano antes.

Para a consolidação da trajetória de crescimento dos empréstimos e dos financiamentos foi essencial o desempenho das carteiras com recursos direcionados, corroborado, nesse aspecto, pela atuação anticíclica das instituições financeiras públicas, que sustentaram ou expandiram a oferta de recursos no mercado de crédito. Esse desempenho esteve associado ao provimento de recursos para projetos de infraestrutura e para o capital de giro do setor produtivo, bem como para aquisições de carteiras de empréstimos de instituições financeiras de menor porte. Em 2009, a representatividade dos bancos públicos no total da carteira do sistema financeiro aumentou de 36,3% para 41,4%, elevando o saldo de suas operações para R\$ 583,2 bilhões. Com esse resultado, os bancos oficiais superaram as instituições privadas nacionais, cuja participação relativa diminuiu de 42,8%, para 40,4%, totalizando R\$ 570,4 bilhões, ao passo que a dos bancos estrangeiros recuou 2,8 p.p., para 18,2%.

Evolução do Crédito

Discriminação	2007	2008	2009	R\$ bilhões Variação %
Total	936,0	1227,3	1410,3	14,9
Recursos livres	660,8	871,2	953,2	9,4
Direcionados	275,2	356,1	457,2	28,4
<b>Participação %:</b>				
Total/PIB	33,4	39,7	45,0	
Rec. livres/PIB	23,6	28,2	30,4	
Rec. direc./PIB	9,8	11,5	14,6	

Fonte: Banco Central do Brasil

Os financiamentos concedidos ao setor privado alcançaram saldo de R\$ 1,35 trilhão em dezembro, avançando 12,7% em doze meses. Em termos setoriais, sobressaíram, além das contratações de pessoas físicas, as do segmento outros serviços, volume de R\$ 246,2 bilhões e aumento de 12,1% no ano, favorecidas pela demanda dos ramos de telecomunicações e transportes. As operações destinadas ao comércio, refletindo maior procura dos segmentos de automóveis, de alimentos e bebidas e de supermercados, aumentaram 9,5%, alcançando R\$ 136,7 bilhões. O crédito à indústria alcançou saldo de R\$ 304,6 bilhões, com elevação de 2,7% em doze meses, destacando-se as contratações dos setores de energia, metalurgia e siderurgia.

Os créditos destinados à habitação, que incluem recursos a pessoas físicas e cooperativas habitacionais, mantiveram a tendência de aceleração, totalizando R\$ 89 bilhões em dezembro, com expansão anual de 40,6%. Esse desempenho foi impulsionado pelos financiamentos concedidos com recursos da caderneta de poupança, cujos desembolsos atingiram R\$ 33 bilhões, com evolução de 13,7% em relação a 2008, correspondendo a 289 mil unidades financiadas. O fluxo de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) destinado ao financiamento de imóveis para a população de menor renda expandiu-se 18,2% no período, totalizando R\$ 7,5 bilhões, o maior valor desde 1993.

As operações de crédito rural, considerados recursos livres e direcionados, somaram R\$ 112,4 bilhões, com crescimento de 5,7% em doze meses. Segmentadas por modalidades, as operações destinadas ao custeio da safra 2009/2010 aumentaram 4,2%, enquanto que as parcelas vinculadas a investimento agrícola e comercialização cresceram 4,5% e 6,9%, respectivamente. Em consequência, os percentuais dessas modalidades em relação ao total de crédito rural passaram a representar, na ordem, 42,2%, 48% e 9,8%.

A dívida bancária do setor público alcançou R\$ 58,3 bilhões em dezembro, elevando-se 114,4% em relação a igual período de 2008. Esse aumento foi determinado principalmente por empréstimos ao Governo Federal, aí incluídas suas empresas estatais, cujo saldo apresentou elevação de 253,6%, ao totalizar R\$ 33 bilhões, traduzindo desembolsos destinados a investimentos do setor de petróleo e gás. Os financiamentos destinados às esferas estaduais e municipais registraram expansão de 41,7% no período, atingindo R\$ 25,3 bilhões.

Os empréstimos realizados com recursos livres alcançaram saldo de R\$ 953,1 bilhões em dezembro, com expansão de 9,4% no ano, representando 67,6% do total do sistema financeiro, ante 71% em dezembro de 2008. O desempenho em 2009 foi sustentado pela expansão de 19,4% da carteira de pessoas físicas, que somou R\$ 470,8 bilhões, beneficiada pelo comportamento positivo dos indicadores de renda, emprego e confiança do consumidor, e, adicionalmente, pelo estímulo decorrente da redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aplicada sobre os bens duráveis, especialmente, veículos.

A carteira de pessoas jurídicas cresceu 1,2% no ano, totalizando R\$ 482,4 bilhões, dos quais R\$ 427,4 bilhões em operações contratadas com recursos domésticos. Destaque-se a expansão de 26,2% em capital de giro, principal modalidade do segmento. Em contrapartida, o saldo dos financiamentos lastreados em moeda estrangeira registrou queda anual de 39,5%, situando-se em R\$ 55 bilhões.

#### CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES

	2007	2008	2009	R\$ bilhões Variação %
Discriminação				
Total	660,8	871,2	953,1	9,4%
Pessoa jurídica	343,2	476,9	482,4	1,2%
Recursos domésticos	274,7	386,1	427,4	10,7%
Referencial <sup>1/</sup>	214,9	300,7	341,0	13,4%
Leasing	34,8	55,3	48,6	-12,2%
Rural	2,0	3,8	4,0	5,6%
Outros	23,0	26,3	33,9	28,6%
Recursos externos	68,6	90,8	55,0	-39,5%
Pessoa física	317,6	394,3	470,8	19,4%
Referencial <sup>1/</sup>	240,2	272,5	319,9	17,4%
Cooperativas	12,5	16,9	20,8	22,9%
Leasing	30,1	56,7	63,2	11,5%
Outros	34,7	48,1	66,8	38,9%

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Crédito referencial para taxas de juros, definido pela Circular 2.957, de 30.12.1999.

A taxa média de juros no âmbito do crédito referencial alcançou 34,3% a.a. em dezembro, recuando 9 p.p. em doze meses. A redução foi mais expressiva no segmento de pessoas físicas, cujo custo declinou 15,2 p.p., para 42,7% a.a., situando-se no patamar mais baixo da série histórica.

Sobressaíram as retrações respectivas de 16 p.p. e de 12,8 p.p. no crédito pessoal e nos financiamentos para aquisição de bens. A taxa média relativa a pessoas jurídicas recuou 5,2 p.p., alcançando 25,5% a.a., com ênfase para as reduções observadas nos empréstimos de capital de giro e no desconto de promissórias.

O *spread* bancário das operações de crédito referencial atingiu 24,3 p.p. em dezembro, baixando 6,4 p.p. em doze meses. Esse desempenho resultou das retrações respectivas de 13,4 p.p. e de 1,9 p.p. nas operações contratadas com pessoas físicas e com pessoas jurídicas, cujos *spreads* situaram-se em 31,6 p.p. e 16,5 p.p., na ordem.

O prazo médio das modalidades que compõem o crédito referencial alcançou 389 dias no fim de 2009, apresentando elevação de 11 dias comparativamente ao ano anterior.

Assinale-se o aumento de 32 dias no prazo médio da carteira de pessoas físicas, que alcançou 520 dias, posicionando-se no patamar mais alto da série iniciada em junho de 2000. Em sentido inverso, o prazo médio das

operações contratadas com pessoas jurídicas diminuiu 19 dias em doze meses, atingindo 283 dias.

A taxa de inadimplência relativa ao crédito referencial, correspondente às operações com atrasos superiores a noventa dias, atingiu 5,6% em dezembro, após aumento de 1,2 p.p. no ano.

O incremento mostrou-se condizente com a conjuntura vigente no início do ano, que evidenciou elevado grau de incerteza por parte dos agentes econômicos, resultando em menor disponibilidade de recursos, sobretudo para pequenas e médias empresas.

Esse comportamento refletiu-se na inadimplência do segmento de pessoas jurídicas, que passou de 1,8% para 3,8% entre fins de 2008 e 2009, após ter atingido 4% em outubro. Os atrasos relativos ao segmento de pessoas físicas descreveram trajetória declinante durante todo o segundo semestre, encerrando o ano com redução de 0,2 p.p., ao atingir 7,8%.

Os financiamentos com recursos direcionados totalizaram R\$ 457,2 bilhões em dezembro, superando em 28,4% o valor registrado em igual período do ano anterior.

Esse resultado esteve associado, principalmente, ao crescimento de 34% nas operações realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujo saldo alcançou R\$ 280,4 bilhões ao final do ano, com participação relativa de 61,3% na carteira total de crédito direcionado. Os financiamentos habitacionais e as operações de crédito rural expandiram-se, respectivamente, 41,5% e 4,9%.

#### CRÉDITO COM RECURSOS DIRECIONADOS

Discriminação	R\$ bilhões			
	2007	2008	2009	Variação %
Total	275,2	356,1	457,2	28,4
BNDES	160,0	209,2	280,4	34,0
Direto	77,8	107,8	158,1	46,7
Repasses	82,2	101,5	122,3	20,5
Rural	64,3	78,3	82,2	4,9
Bancos e agências	60,7	73,3	78,0	6,4
Cooperativas	3,6	5,0	4,2	(16,5)
Habitação	43,6	59,7	84,5	41,5
Outros	7,3	8,8	10,2	15,0

Fonte: Banco Central do Brasil

Os desembolsos realizados pelo BNDES em 2009 somaram R\$ 136,4 bilhões, elevando-se 50% em relação ao registrado no ano anterior. Esse aumento refletiu o avanço de 62,8% nas contratações da indústria, com saldo de R\$ 63,5 bilhões, alocados, basicamente, aos segmentos de coque, petróleo e combustível e de celulose e papel. Os recursos destinados ao comércio, inclusive serviços, somaram R\$ 66 bilhões, com expansão de 42,6%, traduzindo maior procura dos ramos de transporte terrestre e de eletricidade e gás. A atividade agropecuária, com volume de R\$ 6,9 bilhões, respondeu por incremento de 22,5%, ao passo que os financiamentos a micro, pequenas

e médias empresas, que representaram 17,5% do total de desembolsos, evoluíram 9,5% no período, somando R\$ 23,9 bilhões.

#### 2.2.5. Sistema Financeiro Nacional

No início de 2009 permaneceram em vigor dispositivos que visaram ampliar a liquidez em moeda doméstica e estrangeira no mercado. Nesse sentido, foi prorrogada, até 31 de março de 2010, a vigência da Circular nº 3.427/2008, que estabeleceu a possibilidade de abater dos recolhimentos compulsórios sobre recursos a prazo, as aquisições de operações de crédito e outros ativos provenientes das entidades de menor porte. Visando fortalecer a captação de recursos por parte de pequenas e médias instituições financeiras, o CMN editou a Resolução nº 3.692/2009, instituindo a captação de Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Esses depósitos, com prazo mínimo de doze meses e máximo de sessenta meses, são garantidos pelo FGC até o valor de R\$ 20 milhões por depositante, sendo vedado o resgate antecipado. Para a garantia desses depósitos, o FGC foi autorizado a fixar contribuições adicionais para as instituições financeiras, com base nos saldos dessas captações, que totalizaram R\$ 14,2 bilhões no final do ano.

Na comparação com o total de ativos do sistema bancário, exclusive intermediação, as operações de crédito representaram 34,8% em novembro de 2009, ante 32,4% no final de 2008. Similarmente ao ocorrido no ano anterior, as operações de tesouraria perderam importância relativa. Nesse sentido, a participação das aplicações em títulos e valores mobiliários no total dos ativos recuou de 21,5%, em dezembro de 2008, para 21,1%, em novembro de 2009, enquanto que as aplicações interfinanceiras de liquidez e operações de câmbio declinaram de 22,2% para 19,8% em igual período. Na composição da carteira de títulos e valores mobiliários, a parcela dos títulos públicos continuou apresentando retração, baixando de 61,9% para 60,2% na mesma base de comparação.

A maior alocação relativa de recursos para as operações de crédito refletiu a flexibilização da política monetária adotada a partir do recrudescimento da crise financeira internacional, com a redução da taxa básica de juros, iniciada em janeiro de 2009, a liberação de depósitos compulsórios, além de estímulos para a manutenção da demanda por crédito. Nesse contexto, a participação das receitas com operações de crédito no resultado da intermediação financeira aumentou de 53,7%, no final de 2008, para 57,1%, em novembro de 2009. A parcela das rendas com títulos também apresentou expansão, embora em ritmo menor, evoluindo de 37,9% para 40,7%, no mesmo período.

No que diz respeito à origem de recursos para a intermediação, ao contrário do observado no ano anterior, diminuiu a representatividade das captações tradicionais, com a parcela de depósitos totais – à vista, a prazo e de poupança – reduzindo-se de 33,2% no final de 2008 para 32,8% em novembro de 2009. Em sentido contrário, as operações cambiais e as captações interfinanceiras de

liquidez (operações compromissadas e depósitos interfinanceiros) ampliaram sua participação conjunta nos passivos, alcançando 38,5% em novembro de 2009, ante 37% no final de 2008.

No âmbito institucional do sistema financeiro, a Resolução nº 3.757, de 02.07.2009, promoveu alterações nas regras referentes à constituição e ao funcionamento das agências de fomento, com o intuito de permitir a ampliação de suas atividades.

As novas operações autorizadas a essas entidades incluem a concessão de financiamentos para empreendimentos de pequeno porte de natureza profissional, comercial ou industrial, inclusive a pessoas físicas, o arrendamento mercantil financeiro e as operações de crédito rural.

Quanto às fontes de recursos das agências de fomento, foi autorizada a captação de depósito interfinanceiro vinculado a operações de microfinanças.

No que se refere à regulamentação prudencial, prosseguiu em 2009 a adaptação do sistema financeiro ao novo arcabouço normativo internacional emanado pelo Comitê de Basileia para a apuração do requerimento de capital necessário à cobertura das atividades de intermediação, conhecido como Basileia II.

Nesse sentido, a Resolução nº 3.721/2009 dispôs sobre a estrutura de gerenciamento do risco de crédito, com cronograma a ser implementado até o final de outubro de 2010.

O risco de crédito refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou pela contraparte, de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como aos custos de recuperação do crédito e à desvalorização de contrato devido à deterioração na classificação de risco do tomador ou de renegociações. A referida estrutura aplica-se a todas as operações com risco de crédito, classificadas ou não na carteira de negociação.

Adicionalmente, a Resolução nº 3.786/2009, determinou que as instituições financeiras, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a estabelecer comitê de auditoria, devem elaborar e divulgar anualmente, a partir da data-base de 31 de dezembro de 2010, demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os padrões internacionais. A medida se insere no

contexto de maior potencial de participação das instituições financeiras nacionais nos mercados globais, tendo em vista recentes processos de fusão e a maior confiabilidade externa na solidez do sistema nacional.

## 2.2.6. Operações Extra-Balanço

### EMISSÃO E RECOLHIMENTO DE PAPEL-MOEDA EM 2009

	R\$ bilhões
A – Saldo em 31 de dezembro de 2008	<b>115,6</b>
B – Emissão Líquida de Papel-Moeda em 2009	<b>16,3</b>
Emissão (+)	<b>183,4</b>
Recolhimento (-)	<b>167,1</b>
C – Saldo em 31 de dezembro de 2009 (A + B)	<b>131,9</b>

A emissão ocorre quando as instituições financeiras efetuam saques de numerário, tendo como contrapartida suas contas Reservas Bancárias no Bacen. De forma análoga, o recolhimento ocorre quando as instituições financeiras efetuam depósitos de numerário.

A emissão e o recolhimento (saques e depósitos) ocorrem de acordo com as necessidades por papel moeda das instituições, que variam sazonalmente, ao longo do mês e do ano. Nos inícios de mês, por exemplo, ocorrem predominantemente saques, em função do pagamento dos salários.

No fim do ano ocorre o pico do papel moeda em circulação, para o pagamento do décimo terceiro salário, também com predominância de saques. O início do ano é marcado pela predominância de depósitos, retornando o dinheiro gasto nas festas do fim do ano anterior.

Dentre as cédulas recebidas em depósitos, parte não está em condições de retornar à circulação e é encaminhada para destruição. Em 2009, foram destruídas 1,7 bilhão de cédulas, que correspondiam a R\$ 32,3 bilhões, cerca de 20% do valor recebido em depósitos das instituições financeiras.

O crescimento do meio circulante, materializado nas operações de saques em montantes crescentes e superiores aos depósitos ao longo dos últimos anos e, principalmente após o lançamento do Real, é motivado por diversos fatores, tais como crescimento do produto e da renda, variação no nível de preços e mudanças no comportamento do público.

## DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE RESERVAS INTERNACIONAIS

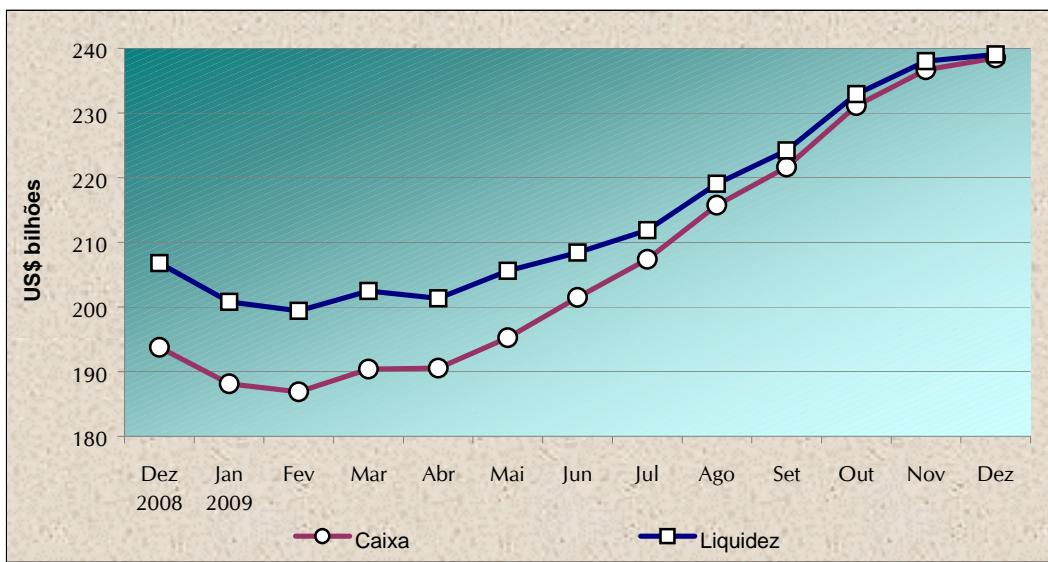
Discriminação	2008	US\$ milhões 2009
<b>Posição de reservas no período anterior</b>	<b>180 334</b>	<b>193 783</b>
Intervenções do Banco Central	- 5 438	36 526
Spot	7 585	24 038
Linhos com recompra	- 8 338	8 338
Empréstimos em moeda estrangeira	- 4 685	4 151
Serviço da dívida (líquido)	- 430	- 2 195
Juros	2 811	708
Receita	7 193	4 757
Despesa	- 4 383	- 4 049
Amortização	- 3 241	- 2 903
Desembolsos	1 291	1 800
Organismos multilaterais	766	-
Bônus da República	525	1 800
Fundo Monetário Internacional	-	-
Desembolso	-	-
Amortização	-	-
Demais <sup>2</sup>	10 421	1 656
Liquidações do Tesouro Nacional (mercado)	7 606	6 950
Variação de haveres	13 450	44 736
<b>Posição de reservas - conceito caixa</b>	<b>193 783</b>	<b>238 520</b>
<b>Saldo de linhas com recompra</b>	<b>8 338</b>	<b>-</b>
<b>Saldo de empréstimos em moeda estrangeira</b>	<b>4 685</b>	<b>535</b>
<b>Posição de reservas - conceito liquidez<sup>3</sup></b>	<b>206 806</b>	<b>239 054</b>

1/ Projeção.

2/ Compreende pagamentos/recebimentos do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR), flutuação nos preços dos papéis, variação na paridade das moedas e preço do ouro, de ágio/deságio, pagamento de comissões e alocações de DES.

3/ Inclui o estoque de linhas com recompra e de empréstimos em moeda estrangeira.

### COMPORTAMENTO MENSAL DAS RESERVAS INTERNACIONAIS



### 2.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO

#### 2.3.1. Política de Comércio Exterior

A política de comércio exterior em 2009 foi dominada por iniciativas voltadas para o arrefecimento dos efeitos adversos impostos às empresas importadoras e exportadoras em decorrência da expressiva queda nos fluxos comerciais mundiais, na sequência dos desdobramentos da crise financeira internacional desencadeada em setembro de 2008. A transmissão da crise para o crédito proporcionou o deslocamento de

significativa parcela das operações do setor de comércio exterior do mercado de crédito internacional para o doméstico, fato que exigiu a criação de instrumentos voltados para garantir a liquidez em moeda estrangeira, minimizando os efeitos da escassez das linhas de financiamento destinadas a esse setor, conforme apresentado no item Política Cambial.

Com o objetivo de contribuir para o processo de adaptação dos exportadores brasileiros à nova conjuntura internacional, o que exigiu renegociações de contratos firmados anteriormente, o CMN, pela Resolução nº 3.675,

de 29.01.2009, passou a permitir que bancos e exportadores, mediante consenso, pudessem prorrogar, até 31.01.2010, o prazo de embarque de mercadorias em contratos celebrados até a data da publicação da Resolução. A medida procurou facilitar as condições para os exportadores que estavam enfrentando situação de queda da demanda internacional por causa da crise financeira, permitindo a prorrogação de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) até que o exportador encontrasse outro comprador para o seu produto no exterior.

Nesse mesmo sentido devem ser entendidas as mudanças realizadas no Proex (Programa de Financiamento às Exportações), introduzidas pela Resolução nº 10, de 17.02.2009, da Camex, que ampliou o número de empresas que poderão recorrer ao Programa. Foram enquadradas no Proex todas as empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 600 milhões, face a R\$ 300 milhões anteriormente. A decisão da Camex levou em consideração a escassez de crédito para operações de comércio exterior e a necessidade de disponibilizar recursos para um número maior de empresas exportadoras brasileiras, em virtude da crise financeira internacional.

Outra mudança no Proex foi a criação de modalidade específica para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), com faturamento bruto anual de até R\$ 60 milhões e exportações de até US\$1 milhão, o que permite que as exportações contem com a garantia Seguro de Crédito à Exportação e sejam amparadas pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Além disso, o financiamento poderá ser de até 100% dos valores de seus contratos, com prazo máximo de 180 dias para o pagamento, sendo voltada principalmente para a fase pré-embarque.

A atuação do BNDES teve papel importante na garantia de crédito tanto para investimento quanto para o comércio exterior. Para tanto, foi fortalecida sua capacidade de financiamento da indústria, com a criação de nova linha de crédito no montante de R\$80 bilhões, que se somaram aos R\$ 100 bilhões disponibilizados no início de 2009 ao banco de fomento. Além disso, foi prorrogado, de 31.12.2009 para final de junho de 2010, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que permite à União equalizar a taxa de juros dos empréstimos concedidos pelo BNDES para aquisição de bens de capital, exportação e inovação tecnológica. Essa medida teve por objetivo beneficiar a compra de caminhões, máquinas agrícolas e equipamentos para a indústria, entre outros, com taxa de juros de 4,5% ao ano. Importante ressaltar o processo de internacionalização do BNDES, que abriu escritórios em Montevidéu e em Londres. No ano, os desembolsos relacionados às operações de comércio exterior do BNDES, incluindo o setor de serviços, totalizaram US\$8,3 bilhões, ante US\$ 6,6 bilhões em 2008. A ação do BNDES explicita, portanto, a preocupação em criar alternativas de linhas de financiamento, fato que pode explicar o aumento da importância do financiamento das exportações nas operações daquele banco.

Em situação de crise financeira global, o esforço de promoção comercial assume papel crucial no sentido de

abrir novas oportunidades às empresas exportadoras brasileiras. Isso explica a ênfase dada pela Apex-Brasil a várias missões empresariais realizadas em vários países e regiões geográficas: Sul da África (África do Sul, Moçambique, Angola), Cuba, Serra Leoa, América Latina, Turquia, Norte da África. Outra medida importante foi a abertura de um Centro de Negócios na China, unidade que auxilia a internacionalização das empresas brasileiras, desde a prospecção de mercado até a distribuição de produtos.

Com relação ao Mercosul, houve pouca evolução do processo negociador, inclusive tendo-se registrado aumento do número de contenciosos comerciais entre Argentina e Brasil, em especial a exigência de licença prévia de importação de vários produtos da pauta brasileira destinados ao mercado argentino. A queda do fluxo comercial também contribuiu para esse resultado. No entanto, foram mantidas as tradicionais políticas de extarifários e defesa comercial. O maior avanço político foi a aprovação pelo Senado brasileiro da adesão da Venezuela ao bloco, restando agora a aprovação do legislativo paraguaio para que aquele país seja membro pleno.

Com relação à OMC, a crise mundial também influenciou a manutenção da paralisação no tocante à conclusão da Rodada Doha. Oportuno registrar a autorização dada por este Organismo para que o Brasil aplicasse retaliação aos EUA em razão do desfecho do contencioso do algodão. Em função dessa decisão, a Camex criou Grupo Interministerial para estudar a possibilidade e a forma de realizar essa retaliação.

Registre-se ainda, em 2009, a prorrogação, até 30.06.2010, da desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre bens de capital. O benefício, que atinge cerca de 70 itens do setor, seria encerrado ao final de dezembro de 2009. Além disso, para garantir o financiamento de itens da indústria naval, como plataformas de perfuração e navios para os estaleiros brasileiros, a União foi autorizada a conceder novo empréstimo, no valor de R\$ 15 bilhões, para o Fundo da Marinha Mercante (FMM).

### 2.3.2. Política Cambial

A partir da falência do banco de investimento norte-americano *Lehman Brothers*, em 15 de setembro de 2008, ocorreu expressiva deterioração do cenário macroeconômico global. Uma das consequências desse ambiente externo recessivo e de crescente aversão ao risco dos investidores foi a significativa retração na oferta das linhas de financiamento internacionais, fato que impactou diretamente as operações de comércio exterior brasileiras.

Dada a permanência desse cenário de turbulência no mercado financeiro internacional e seus reflexos negativos sobre a economia do país, a política cambial foi, no início de 2009, marcada pela manutenção e pelo aperfeiçoamento das medidas implementadas no último trimestre do ano anterior, voltadas a garantir a liquidez em moeda estrangeira e a suprir a escassez de oferta de linhas internacionais. Os principais instrumentos utilizados foram:

i) as intervenções de venda no mercado à vista; ii) os leilões de venda conjugados com leilões de compra de moeda estrangeira no mercado interbancário de câmbio (linhas com recompra); iii) a concessão de empréstimos em moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil; iv) a prorrogação do acordo de *swap* de moedas com o *Federal Reserve*; e v) as operações de *swap* cambial.

Em 2009, o Banco Central manteve, nos dois primeiros meses do ano, sua estratégia de venda de divisas no mercado à vista, as quais totalizaram liquidações de US\$ 3,4 bilhões. No entanto, passado o momento de maior incerteza da crise financeira internacional, combinado com o retorno dos fluxos de investimentos estrangeiros direcionados às aplicações em renda fixa e, especialmente, em renda variável, foram dadas as condições para a mudança da estratégia de atuação do Banco Central. Dessa maneira, em meados de fevereiro as intervenções de venda foram interrompidas e, em maio, o Banco Central passou a realizar intervenções de compra no mercado spot, as quais somaram liquidações de US\$ 27,5 bilhões no ano. Consideradas as recompras de linhas e amortizações de empréstimos em moeda estrangeira, as intervenções totais do Banco Central somaram US\$ 36,5 bilhões no ano.

Na modalidade linhas com recompra são realizados leilões de venda conjugados com leilões de compra de moeda estrangeira no mercado interbancário de câmbio. Para tanto, são celebrados contratos de câmbio de compra e venda, entre o Banco Central e os *dealers*, nos mesmos valores, com liquidações para D+2, no caso da venda, e data futura, estabelecida na divulgação do leilão, para a compra. Esta modalidade de leilão foi realizada inicialmente em setembro de 2008. As operações cursadas nessa modalidade corresponderam a vendas de US\$ 23,3 bilhões, dos quais US\$ 9,8 bilhões em 2009, e compras de igual valor, sendo US\$ 18,1 bilhões em 2009. Dessa maneira, ao final do referido ano, todo o estoque de operações dessa modalidade de leilão havia sido encerrado.

Quanto aos empréstimos em moeda estrangeira, na modalidade com garantias em títulos soberanos brasileiros (*Globals*), a Autoridade Monetária realizou um leilão, em outubro de 2008, cujo vencimento ocorreu em 20 de abril de 2009, no montante de US\$ 1,5 bilhão. As modalidades com garantia em ACC e Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE) foram fundamentais para garantir liquidez para as linhas de financiamento ao comércio exterior, as quais experimentaram expressiva contração em decorrência das turbulências nos mercados financeiros. Do ponto de vista operacional, exigia-se que, a partir do resultado do leilão, a instituição financeira deveria realizar, primeiramente, operação de linhas com recompra, no prazo aproximado de 30 dias. Durante esse período, a instituição financeira deveria emprestar a exportadores, via ACC ou ACE, os dólares adquiridos no leilão de linha com recompra. O montante das operações de comércio exterior efetivamente ofertadas pela instituição financeira corresponderia, num segundo momento, ao montante do empréstimo em moeda estrangeira.

A forma de aplicação dos recursos em moeda estrangeira era definida pelo Banco Central, tendo sido implementadas modificações na sua regulamentação no sentido de alterar as garantias exigidas e a amplitude da destinação dos recursos em moeda estrangeira, ajustando a atuação da Autoridade Monetária às reais necessidades da economia. Nesse sentido, em fevereiro, foi divulgada a possibilidade de utilização de recursos das reservas internacionais para rolagem de compromissos da dívida externa de empresas brasileiras, como, por exemplo, o pagamento de empréstimos, financiamentos, arrendamento e aluguel de equipamentos. Essa iniciativa seguiu o marco legal definido pela Medida Provisória nº 442, de 6.10.2008, que estabeleceu critérios e condições especiais para avaliação e aceitação de ativos recebidos pelo Banco Central como garantia das operações de empréstimo em moeda estrangeira, e foi regulamentada pela Circular nº 3.434/2009. Os referidos compromissos das empresas deveriam limitar-se ao período entre 01.10. 2008 e 31.12.2009.

Outra modificação foi introduzida pela Resolução nº 3.689/2009, pela qual o CMN autorizou que subsidiárias de bancos brasileiros no exterior tomassem empréstimos junto ao Banco Central para repassar à instituição coligada no Brasil. Esse repasse ocorreria por meio de depósito interfinanceiro, com emissão de documento comprobatório a ser entregue ao Banco Central como garantia do empréstimo. A garantia deveria ser títulos públicos federais ou outros ativos em moeda nacional ou estrangeira no montante de, no mínimo, 100% e, no máximo, 140% do valor da operação, tendo sido elegíveis compromissos de instituições financeiras brasileiras compreendidos no período entre 01.10.2008 e 31.12.2009.

Modificação adicional, relacionada à exigência de garantias nas operações de empréstimo em moeda estrangeira, foi introduzida pela Resolução nº 3.691/2009. Por meio desta resolução, o CMN autorizou o Banco Central do Brasil a receber como garantia, nas operações de empréstimo em moeda estrangeira, 100% (cem por cento), para outros ativos denominados ou referenciados em dólares dos Estados Unidos da América, com classificação nas categorias de risco AA, A e B, nos termos da Resolução nº 2.682/99, ou de risco equivalente, no mínimo, ao grau A, conferido por pelo menos uma das três maiores agências internacionais de classificação.

Nessa mesma linha deve ser vista a flexibilização, conferida pela Resolução CMN nº 3.715/2009, que autorizou o recebimento, como garantia de operações de empréstimos em moeda estrangeira, de ativos denominados em reais, desde que acompanhados por contrato de derivativo ligado à variação do câmbio, realizado com contraparte de risco de crédito de longo prazo equivalente a no mínimo "A", exigindo-se também que o valor combinado das garantias em reais e do contrato derivativo seja igual ou superior ao valor do empréstimo em dólar. Em 2009, as operações em moeda estrangeira apresentaram amortizações líquidas de US\$ 4,2 bilhões à Autoridade Monetária. Ao final do ano, o estoque

de empréstimos nessa modalidade era de US\$ 536 milhões.

O acordo de *swap* de moedas com o *Federal Reserve*, instituído pela Resolução CMN nº 3.631/2008, no valor limite de US\$ 30 bilhões, foi prorrogado duas vezes pelo CMN, por meio das Resoluções nº 3.707/2009, e nº 3.744/2009, esta última, com vigência até 1º de fevereiro de 2010. Oportuno salientar que o Banco Central do Brasil não fez uso efetivo dessas disponibilidades.

Com relação às operações de *swaps* cambiais, o Banco Central iniciou oferta de *swaps* cambiais tradicionais – nos quais assume posição ativa em taxa de juros doméstica e passiva em variação cambial – a partir de 06.10.2008, com o aprofundamento da crise financeira e sua transmissão ao mercado de câmbio doméstico. Essas operações se realizaram ao longo do primeiro semestre de 2009. Em junho daquele ano, o Banco Central encerrou todas as suas posições em aberto em contratos de *swap* cambial.

A melhora do ambiente econômico internacional e o aumento dos fluxos cambiais direcionados ao país criaram condições para a valorização nominal da moeda brasileira, 25,5% ante a cotação de fechamento de 2008, encerrando o ano a R\$1,7412/US\$ pela Ptax-venda. Os índices da taxa real efetiva de câmbio, deflacionados pelo IPA-DI e pelo IPCA, evidenciam igualmente a valorização da moeda brasileira ante a norte-americana de, respectivamente, 20% e 26,1%.

Outro fato que evidencia o acerto na condução da política cambial foi a elevação, em 22.09.2009, do *rating* do país a *investment grade* pela *Moody's*, alinhando sua avaliação à das outras duas principais agências - *Standard & Poor's* e *Fitch Ratings*. Como justificativa de sua decisão, a *Moody's* salientou a tempestiva reação do Brasil à crise, evidenciando a solidez dos fundamentos econômicos da economia brasileira em relação a outros países que possuíam *ratings* superiores ao brasileiro. Além disso, a elevação refletiu o reconhecimento, pela agência, da capacidade de absorção de choques, como no caso do severo teste de estresse experimentado pelo país ao longo dos últimos meses, assim como evidenciou a melhora significativa do perfil de crédito soberano do Brasil. O *spread* medido pelo EMBI+, calculado pelo JP Morgan, corroborou com a percepção favorável a respeito da avaliação de risco do país, ao fechar o ano de 2009 no patamar do período anterior à crise, 192 pontos, o menor valor registrado em 2009.

Desde abril de 2009, o fluxo cambial para o país voltou a registrar ingressos líquidos. Esses ingressos, especialmente os voltados para investimentos em renda fixa e variável, somados à apreciação cambial, justificaram a imposição de taxação de 2% de IOF nas operações de câmbio para ingresso de recursos no país. A taxação foi implementada pelos Decretos nº 6.983/2009, e nº 6.984/2009, que determinaram que a taxação produzisse seus efeitos em relação aos contratos de câmbio celebrados a partir do dia 20 de outubro de 2009. Ademais, pelo Decreto nº 7.011/2009, foi anunciada incidência da alíquota de 1,5% de IOF nas novas emissões de recibos de depósito de

ações de companhias brasileiras, negociadas em bolsas estrangeiras. Essa taxação eliminou a arbitragem em favor dos *American Depository Receipts* (ADRs) contra ações emitidas no Brasil. O IOF passou a ser cobrado somente nas emissões de novas ações, não influenciando o mercado secundário.

Outra medida relevante, relacionada ao setor externo, foi a regulamentação, pelo Decreto nº 7.055/2009, do Fundo Soberano do Brasil (FSB), autorizando a comprar moeda estrangeira. Convém lembrar que o FSB tem por finalidade promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do país localizados no exterior.

No que se refere às medidas de regulação das operações de derivativos cambiais, a Autoridade Monetária passou a exigir, a partir da edição da Circular nº 3.474/2009, o registro, em câmara de compensação, de instrumentos financeiros derivativos vinculados a empréstimos entre residentes ou domiciliados no país e residentes ou domiciliados no exterior realizados com base na Resolução nº 2.770/2000, os quais passaram a ficar à disposição das autoridades fiscalizadoras.

Dentre as medidas voltadas para o aperfeiçoamento do mercado de câmbio, para a simplificação e consolidação de regras e procedimentos cambiais, destaque-se a consolidação, pela Circular nº 3.461/2009, das regras sobre procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas a crimes previstos na Lei nº 9.613/98. Foram consolidadas, em um único normativo, todas as regras para manutenção de registros de operações e serviços financeiros e ampliadas as exigências de identificação de clientes bancários. A norma introduz os conceitos de cliente permanente e de cliente eventual, que devem observar regras distintas para fins da obtenção de dados cadastrais. Também foi ampliado o escopo de identificação de "pessoa politicamente exposta" para todos os clientes de instituições financeiras. Assim, as instituições poderão adotar para qualquer cliente os mesmos critérios de avaliação e risco usados para "pessoa politicamente exposta".

Nessa mesma linha, o Banco Central, pela Circular nº 3.462/2009, aperfeiçoou medidas de prevenção à prática de lavagem de dinheiro nas transferências internacionais e determinou que as próprias ordens de pagamentos devam ter informações mais detalhadas da operação, como nome e documento de identificação das partes envolvidas, endereço e conta bancária, quando for o caso. Caberá às instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de câmbio a adoção de medidas para conhecer os métodos e práticas utilizados por seus correspondentes no exterior no sentido de coibir práticas de lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo. Identificadas situações em que o país contraparte não aplica as recomendações do Grupo de Ação Financeira (Gafi), ou o faz de modo insuficiente, as mesmas devem ser prontamente comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). A norma também esclarece que a instituição financeira contratante de correspondente

cambial na forma da Resolução 3.568/08 deve ter acesso irrestrito aos documentos referentes às operações cursadas pelo correspondente exposto.

Cumpre salientar, por fim, que o país aceitou o convite do FMI para integrar o grupo dos países emprestadores de recursos por meio desse organismo internacional. Ao realizar essa operação, o país adquire Direitos Especiais de Saque (DES). Em novembro, foi anunciada a ampliação do aporte brasileiro ao FMI, de US\$10 bilhões para US\$ 14 bilhões, iniciativa articulada com China, Índia e Rússia, de modo que os quatro países passaram a ter poder de voto no âmbito das concessões do *New Arrangements to Borrow* (NAB), programa de crédito voltado para fornecer recursos suplementares ao FMI no caso de uma deterioração do sistema monetário internacional ou de uma situação excepcional que ameace a estabilidade desse sistema internacional.

### 2.3.3. Movimento de Câmbio

O resultado global do mercado de câmbio em 2009 proporcionou ingressos líquidos de US\$ 28,7 bilhões de recursos contratados, em comparação a saídas líquidas de US\$ 983 milhões em 2008. Os ingressos líquidos no segmento comercial atingiram US\$ 9,9 bilhões, ante US\$47,9 bilhões em 2008, registrando-se redução de US\$ 38 bilhões, 79,3%. Tal comportamento reflete redução de US\$ 43,3 bilhões, 23%, nas exportações e, em menor grau, a queda de US\$ 5,3 bilhões, 3,8%, nas importações. Ainda que em volumes inferiores aos de 2008, o segmento financeiro foi responsável pela maior parcela do retorno do superávit cambial. Nesse segmento as contratações resultaram em ingressos líquidos de US\$ 18,8 bilhões, contra saídas líquidas de US\$ 48,9 bilhões, em 2008, registrando-se redução de US\$ 85 bilhões, 20,2%, nas compras de moeda estrangeira, e de US\$ 152,7 bilhões, 32,5%, nas vendas.

**MOVIMENTO DE CÂMBIO CONTRATADO**

Período	Operações com clientes no país						Saldo Global (C) = (A) + (B)	US\$ milhões		
	Comercial			Financeiro						
	Exportações	Importações	Saldo (A)	Compras	Vendas	Saldo (B)				
2007	184 764	108 018	76 746	348 281	337 573	10 708	87 454			
2008	Jan	15 307	11 134	4 173	32 608	39 138	-6 530	-2 357		
	Fev	12 343	9 678	2 665	28 662	28 081	581	3 246		
	Mar	16 532	9 869	6 663	40 899	39 511	1 388	8 051		
	Abr	19 683	11 256	8 427	30 529	32 233	-1 704	6 723		
	Mai	14 674	11 752	2 922	33 894	36 668	-2 774	149		
	Jun	17 739	13 039	4 700	49 489	55 067	-5 578	-877		
	Jul	17 090	14 453	2 637	44 683	49 813	-5 130	-2 494		
	Ago	16 021	11 927	4 094	47 241	49 390	-2 150	1 944		
	Set	19 241	12 251	6 990	30 113	34 299	-4 186	2 803		
	Out	14 458	12 848	1 610	29 046	35 295	-6 249	-4 639		
	Nov	13 492	10 353	3 139	18 690	28 988	-10 298	-7 159		
	Dez	11 405	11 524	-119	35 386	41 640	-6 254	-6 373		
	Ano	187 984	140 084	47 900	421 240	470 123	-48 883	-983		
2009	Jan	10 261	9 729	532	18 397	21 947	-3 550	-3 018		
	Fev	10 482	7 611	2 871	16 382	18 412	-2 030	841		
	Mar	12 202	9 098	3 104	22 022	25 923	-3 901	-797		
	Abr	13 801	8 884	4 917	21 267	24 754	-3 487	1 430		
2009	Mai	12 390	10 838	1 551	27 538	25 955	1 583	3 134		
	Jun	11 975	12 123	-148	34 999	33 776	1 223	1 076		
	Jul	9 886	12 719	-2 833	33 881	29 778	4 103	1 270		
	Ago	12 867	11 529	1 339	25 830	24 212	1 618	2 957		
	Set	9 819	13 044	-3 225	32 186	27 597	4 590	1 365		
	Out	14 304	12 812	1 492	39 705	26 599	13 106	14 598		
	Nov	13 148	11 689	1 458	24 863	22 432	2 432	3 890		
	Dez	13 532	14 666	-1 135	39 186	36 065	3 120	1 986		
	Ano	144 666	134 742	9 924	336 257	317 450	18 808	28 732		

Fonte: Banco Central do Brasil

Refletindo a redução no déficit em conta corrente e o comportamento da conta financeira, o mercado cambial brasileiro vem mantendo superávits mensais desde abril, possibilitando que o Banco Central retomasse a política de fortalecimento das reservas internacionais interrompida em setembro de 2008.

A reversão do cenário econômico internacional e o comportamento do fluxo cambial motivaram a atuação do Banco Central no mercado *spot* de câmbio.

A partir de maio de 2009, o Banco Central voltou a adquirir divisas no mercado doméstico. Durante o ano, as intervenções efetuadas pelo Banco Central totalizaram compras líquidas de US\$ 36,5 bilhões, comparativamente a vendas líquidas de US\$ 5,4 bilhões acumuladas durante 2008.

A diferença entre o saldo do mercado cambial e as intervenções líquidas do Banco Central resultou em elevação de US\$ 2,4 bilhões na posição comprada dos bancos, que atingiu US\$ 3,4 bilhões ao final de 2009, ante US\$ 1 bilhão ao final do ano anterior.

#### **2.3.4. Balanço de Pagamentos**

Passado o período mais crítico da crise nos mercados financeiros internacionais, ficam evidenciados os desdobramentos favoráveis da condução adequada da política econômica nos últimos anos para a robustez do setor externo e, em consequência, para a solidez do balanço de pagamentos.

Nesse sentido, o desempenho das contas externas em 2009 possibilitou o financiamento integral do balanço de pagamentos no ano, além de ter permitido expressiva acumulação de reservas internacionais.

Os impactos recessivos da crise financeira internacional sobre o ritmo da atividade econômica mundial provocaram ajuste nas transações correntes do país, como reflexo da estrutura de passivos externos na qual predominam investimentos em relação à dívida.

Em 2009, o déficit em transações correntes registrou US\$ 24,3 bilhões, redução de US\$ 3,9 bilhões em relação ao assinalado em dezembro de 2008.

O ajuste em transações correntes concentrou-se no primeiro semestre, com o déficit voltando a crescer em linha com a recuperação econômica do país.

Adicionalmente, as necessidades de financiamento do balanço de pagamentos no ano foram favorecidas pela manutenção dos fluxos líquidos de IED, pela gradual normalização das taxas de rolagem da dívida externa privada e por significativos ingressos de investimentos estrangeiros em portfólio, principalmente para o mercado acionário.

Da mesma forma, o indicador de risco-país, que atingira 688 pontos básicos em 23 de outubro de 2008, retornou ao patamar observado antes do agravamento da crise internacional, alcançando 192 pontos em 31 de dezembro de 2009, enquanto a taxa de câmbio nominal reverteu o processo de depreciação iniciado no segundo semestre de 2008 e apresentou valorização nominal de 25,5%.

Pelo nono ano consecutivo, o resultado do balanço de pagamentos foi positivo, registrando excedentes de financiamento externo, definidos como o somatório do resultado em transações correntes e dos fluxos líquidos de IED, de US\$ 1,6 bilhão no ano, 0,1% do PIB, ante US\$ 16,9 bilhões, equivalentes a 1,03% do PIB, em 2008.

**BALANÇO DE PAGAMENTOS**

Discriminação	2008			2009			US\$ milhões
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano	
Balança comercial (FOB)	11 302	13 534	24 836	13 925	11 423	25 347	
Exportações	90 645	107 298	197 942	69 952	83 043	152 995	
Importações	79 343	93 764	173 107	56 027	71 621	127 647	
Serviços	-8 143	-8 547	-16 690	-8 108	-11 153	-19 260	
Receitas	14 176	16 274	30 451	12 738	15 012	27 750	
Despesas	22 319	24 821	47 140	20 846	26 165	47 011	
Rendas	-21 917	-18 645	-40 562	-14 635	-19 050	-33 684	
Receitas	6 329	6 182	12 511	4 689	4 137	8 826	
Despesas	28 246	24 827	53 073	19 324	23 186	42 510	
Transferências unilat. correntes	1 886	2 338	4 224	1 630	1 632	3 263	
Receitas	2 512	2 804	5 317	2 270	2 391	4 661	
Despesas	- 626	- 467	-1 093	- 639	- 759	-1 398	
Transações correntes	-16 871	-11 321	-28 192	-7 187	-17 148	-24 334	
Conta capital e financeira	40 214	-10 862	29 352	18 976	51 575	70 551	
Conta capital1/	389	666	1 055	581	548	1 129	
Conta financeira	39 825	-11 528	28 297	18 395	51 028	69 423	
Investimento direto (líquido)	8 131	16 470	24 601	14 464	21 569	36 033	
No exterior	-8 579	-11 878	-20 457	1 798	8 286	10 084	
Participação no capital	-6 261	-7 599	-13 859	-1 190	-3 355	-4 545	
Empréstimos intercompanhias.	-2 318	-4 280	-6 598	2 988	11 641	14 629	

(continua)

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
No país	16 710	28 348	45 058	12 665	13 283	25 949
Participação no capital	10 713	19 351	30 064	7 718	12 188	19 906
Empréstimos intercompanhias.	5 997	8 997	14 994	4 948	1 095	6 042
Investimentos em carteira	13 292	-12 159	1 133	1 341	47 793	49 133
Ativos	10	1 891	1 900	-922	3 897	2 975
Ações	- 52	309	257	- 524	3 106	2 582
Títulos de renda fixa	61	1 582	1 643	- 398	791	393
Passivos	13 283	-14 050	- 767	2 263	43 896	46 159
Ações	4 828	-12 393	-7 565	3 030	34 041	37 071
Títulos de renda fixa	8 455	-1 656	6 798	- 768	9 855	9 087
Derivativos	- 380	68	- 312	212	- 56	156
Ativos	- 15	313	298	294	29	322
Passivos	- 365	- 245	- 610	- 81	- 85	- 166
Outros investimentos2/	18 782	-15 907	2 875	2 379	-18 278	-15 900
Ativos	-1 577	-3 691	-5 269	-12 366	-20 775	-33 141
Passivos	20 359	-12 215	8 143	14 744	2 497	17 241
Erros e omissões	-4 105	5 914	1 809	- 372	806	434
Resultado do balanço	19 238	-16 269	2 969	11 417	35 234	46 651
Memo:						
Transações correntes/PIB	-0,02	-0,01	-0,02	-0,01	-0,02	-0,02
Amort. médio e longo prazos3/	10 471	11 894	22 366	8 640	33 322	41 962

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui transferências de patrimônio.

2/ Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos e operações de regularização.

3/ Registra amortizações de crédito de fornecedores, empréstimos de longo prazo e de papéis de longo prazo colocados no exterior.

Exclui amortizações de empréstimos pelo Banco Central e amortizações de empréstimos intercompanhias.

Em 2009, a conta corrente acumulou saldo negativo de US\$ 24,3 bilhões, equivalentes a -1,55% do PIB, ante US\$ 28,2 bilhões, -1,72% do PIB, no período correspondente de 2008. A diminuição do déficit em conta corrente está associada, fundamentalmente, à redução de US\$ 6,9 bilhões no déficit da conta de rendas, uma vez que ocorreu aceleração do déficit nas contas de serviços e as receitas líquidas relativas a transferências unilaterais decresceram 22,8%, situando-se em US\$ 3,3 bilhões. As contas capital e financeira foram positivas em US\$ 70,6 bilhões no ano. O resultado global do balanço de pagamentos foi superavitário em US\$ 46,7 bilhões.

Discriminação	2008			2009			US\$ milhões
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano	
Total	-8 143	-8 547	-16 690	-8 108	-11 153	-19 260	
Receitas	14 176	16 274	30 451	12 738	15 012	27 750	
Despesas	-22 319	-24 821	-47 140	-20 846	-26 165	-47 011	
Transportes	-2 680	-2 314	-4 994	-1 707	-2 217	-3 925	
Receitas	2 287	3 124	5 411	2 001	2 039	4 040	
Despesas	-4 967	-5 438	-10 405	-3 708	-4 257	-7 965	
Viagens	-2 635	-2 542	-5 177	-1 887	-3 706	-5 594	
Receitas	2 899	2 886	5 785	2 567	2 738	5 305	
Despesas	-5 534	-5 428	-10 962	-4 454	-6 444	-10 898	
Seguros	- 516	- 321	- 837	- 648	- 794	-1 442	
Receitas	284	544	828	190	183	373	
Despesas	- 801	- 864	-1 665	- 838	- 977	-1 815	
Financeiros	181	- 88	93	- 247	- 196	- 443	
Receitas	682	556	1 238	456	714	1 169	
Despesas	- 500	- 644	-1 145	- 702	- 910	-1 612	
Computação e informações	-1 414	-1 184	-2 598	-1 259	-1 327	-2 586	
Receitas	87	102	189	92	117	209	
Despesas	-1 501	-1 286	-2 787	-1 351	-1 444	-2 795	
Royalties e licenças	-1 145	-1 087	-2 232	- 866	-1 212	-2 078	
Receitas	204	262	465	193	241	434	
Despesas	-1 349	-1 348	-2 697	-1 059	-1 453	-2 512	

(continua)

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Aluguel de equipamentos	-3 052	-4 756	-7 808	-4 371	-5 022	-9 393
Receitas	20	35	55	25	25	50
Despesas	-3 072	-4 790	-7 863	-4 396	-5 047	-9 442
Serviços governamentais	- 528	- 588	-1 116	- 591	- 864	-1 454
Receitas	810	818	1 628	614	869	1 483
Despesas	-1 338	-1 406	-2 744	-1 205	-1 733	-2 938
Comunicações	112	55	167	89	97	186
Receitas	304	162	466	170	183	353
Despesas	- 192	- 107	- 299	- 80	- 86	- 166
Construção	7	7	14	4	6	11
Receitas	10	13	23	6	9	14
Despesas	- 3	- 6	- 9	- 1	- 3	- 4
Relativos a comércio	151	284	435	414	201	615
Receitas	532	829	1 361	772	671	1 443
Despesas	- 381	- 545	- 926	- 358	- 470	- 828
Pessoais, culturais e recreação	- 358	- 425	- 783	- 357	- 520	- 878
Receitas	42	45	86	37	44	80
Despesas	- 400	- 469	- 869	- 394	- 564	- 958
Empresariais, profissionais e técnicos	3 736	4 411	8 147	3 319	4 401	7 720
Receitas	6 015	6 900	12 915	5 617	7 180	12 797
Despesas	-2 279	-2 489	-4 768	-2 298	-2 779	-5 077

Fonte: Banco Central do Brasil

A conta de serviços apresentou gastos líquidos de US\$ 19,3 bilhões, em 2009, US\$ 2,6 bilhões acima do resultado do ano anterior. A elevação das despesas líquidas é explicada, em ordem de importância, pelo comportamento das contas aluguel de equipamentos, serviços financeiros, seguros e viagens internacionais.

A rubrica aluguel de equipamentos registrou remessas líquidas de US\$ 9,4 bilhões em 2009, ante US\$ 7,8 bilhões no ano anterior. A ampliação das remessas reflete pagamentos contratuais, além de estar associada ao processo de maior utilização, no país, de bens de capital de propriedade de não-residentes. As receitas apresentam valores pouco expressivos.

As despesas líquidas com serviços financeiros registraram US\$ 443 milhões, ante receitas líquidas de US\$ 93 milhões em 2008. Esse resultado evidenciou queda de 5,5% nas receitas, que atingiram US\$ 1,2 bilhão, e elevação de 40,8% nas despesas, totalizando US\$ 1,6 bilhão.

Os serviços de seguros registraram saídas líquidas de US\$ 1,4 bilhão, ante US\$ 837 milhões, em 2008. Houve decréscimo de 55% nas receitas de seguros, que somaram US\$ 373 milhões, em 2009, e elevação de 9% nas despesas, que somaram US\$ 1,8 bilhão.

A conta de transportes registrou saídas líquidas de US\$3,9 bilhões, 21,4% inferior ao resultado de 2008, consistente

com os comportamentos da balança comercial e de viagens internacionais. O desempenho de exportações e importações de bens acarretou queda de 33,1% das despesas líquidas com fretes em 2009. As receitas e despesas de fretes marítimos, em sua quase totalidade constituídas por transporte de bens, registraram, respectivamente, reduções de 12,4% e 25,5%.

As despesas líquidas com serviços de computação e informação somaram US\$ 2,6 bilhões, mesmo patamar de 2008. As receitas alcançaram US\$ 209 milhões, e as despesas, US\$ 2,8 bilhões.

Os pagamentos líquidos ao exterior de *royalties* e licenças, rubrica que inclui os serviços de fornecimento de tecnologia, direitos autorais, licenças e registros para uso de marcas e de exploração de patentes, franquias, entre outros, atingiram US\$ 2,1 bilhões em 2009, com recuo de 6,9% frente ao registrado no ano anterior. O resultado refletiu os aumentos das remessas, 6,9%, e das receitas, 6,8%.

Serviços governamentais registraram despesas líquidas de US\$ 1,5 bilhão, em 2009, elevação de 30,4% face ao ano anterior. O resultado refletiu aumentos de 7,1% nos gastos do governo brasileiro no exterior, que somaram US\$ 2,9 bilhões. Ainda na comparação com o ano anterior, as receitas tiveram redução de 8,9% e situaram-se em US\$ 1,5 bilhão.

### VIAGENS INTERNACIONAIS

Discriminação	2008			2009			US\$ milhões
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano	
Total	-2 635	-2 542	-5 177	-1 887	-3 706	-5 594	
Receita	2 899	2 886	5 785	2 567	2 738	5 305	
Despesa	5 534	5 428	10 962	4 454	6 444	10 898	
Cartões de crédito	-1 762	-1 933	-3 695	-1 491	-1 922	-3 412	
Receita	1 486	1 313	2 799	1 265	1 910	3 175	
Despesa	3 247	3 246	6 493	2 755	3 832	6 587	
Serviços turísticos	-343	-342	-685	-227	-360	-587	
Receita	203	191	395	181	152	333	
Despesa	546	534	1 080	408	512	920	
Outros	-531	-267	-798	-169	-1 425	-1 594	
Receita	1 210	1 382	2 592	1 121	676	1 797	
Despesa	1 741	1 648	3 390	1 290	2 101	3 391	

Fonte: Banco Central do Brasil

Os valores apresentados pela conta de viagens internacionais em 2009 são expressivos, tanto para o saldo, como para receitas e despesas. As despesas líquidas totalizaram US\$ 5,6 bilhões em 2009, em comparação a US\$ 5,2 bilhões registrados no ano anterior. Observe-se, no entanto, aumento das despesas líquidas no segundo semestre do ano, em linha com a apreciação cambial do período e ganhos de renda. As receitas com viagens internacionais somaram US\$ 5,3 bilhões, registrando recuo de 8,3% em relação a 2008. Os dispêndios de brasileiros no exterior, por sua vez, sofreram redução de 0,6%, em 2009, atingindo US\$ 10,9 bilhões. Esses movimentos resultaram em despesas líquidas de US\$ 587 milhões no item turismo, 14,2% inferiores aos gastos registrados em 2008, US\$ 685 milhões. O déficit da conta turismo acelerou-se ligeiramente na segunda metade do ano, passando de US\$ 227 milhões, no primeiro semestre, para US\$ 360 milhões, no segundo semestre. No ano, as saídas líquidas com cartões de crédito, principal componente do item, somaram US\$ 3,2 bilhões, redução de 7,6% na comparação com o ano anterior.

### SERVIÇOS EMPRESARIAIS, PROFISSIONAIS E TÉCNICOS

Discriminação	2008			2009			US\$ milhões
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano	
Total	3 736	4 374	8 110	3 319	4 401	7 720	
Crédito	6 015	6 900	12 915	5 618	7 180	12 798	
Encomendas postais	0	0	1	0	0	0	
Honorário de profissional liberal	1 266	1 418	2 684	1 278	1 430	2 708	
Serviços administrativos e aluguel imóveis	1 798	2 100	3 898	1 678	2 072	3 750	
Participação em feiras e exposições	13	15	27	23	20	43	
Passe de atleta profissional	104	131	235	56	121	177	
Publicidade	143	163	307	168	138	306	
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	2 638	3 012	5 650	2 373	3 285	5 658	
Serviços de projeto técnico-econômico	53	62	114	38	112	150	
Despesa	2 279	2 526	4 805	2 299	2 779	5 078	
Encomendas postais	7	7	15	10	11	21	
Honorário de profissional liberal	276	241	517	302	342	644	
Serviços administrativos e aluguel imóveis	443	534	977	428	457	885	
Participação em feiras e exposições	36	34	70	31	34	65	
Passe de atleta profissional	24	19	43	9	12	21	
Publicidade	120	101	221	90	129	219	
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	1 372	1 587	2 959	1 427	1 793	3 220	
Serviços de projeto técnico-econômico	1	2	3	1	0	1	

Fonte: Banco Central do Brasil

O item outros serviços somou receitas líquidas de US\$ 7,7 bilhões, redução de 4,1%, em comparação ao ano anterior. Nesse grupo, os serviços empresariais, profissionais e técnicos registraram receitas líquidas de US\$ 7,7 bilhões, em 2009, ante US\$ 8,1 bilhões no ano anterior. Os serviços pessoais, culturais e de recreação somaram despesas líquidas de US\$ 878 milhões, aumento de 12,1%. A conta Comunicações registrou receitas líquidas de US\$ 186 milhões em 2009, comparativamente a US\$ 167 milhões no ano anterior, acréscimo de 11,5%, principalmente pela redução nas despesas, de US\$ 299 milhões para US\$ 166 milhões.

## RENDAS

US\$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total de rendas	-21 917	-18 645	-40 562	-14 635	-19 050	-33 684
Receitas	6 329	6 182	12 511	4 689	4 137	8 826
Despesas	28 246	24 827	53 073	19 324	23 186	42 510
Salários e ordenados	258	287	545	333	270	603
Receitas	313	417	730	369	296	665
Despesas	55	130	185	36	26	62
Renda de investimentos	-22 175	-18 932	-41 107	-14 968	-19 319	-34 287
Receitas	6 016	5 765	11 781	4 320	3 840	8 160
Despesas	28 191	24 696	52 888	19 288	23 160	42 448
Renda de investimento direto	-13 810	-12 965	-26 775	-7 958	-11 784	-19 742
Receitas	897	1 101	1 997	585	701	1 287
Despesas	14 706	14 066	28 773	8 544	12 485	21 029
Lucros e dividendos	-13 446	-11 902	-25 348	-7 213	-10 552	-17 765
Receitas	570	956	1 526	535	652	1 186
Despesas	14 016	12 858	26 874	7 748	11 203	18 951
Juros de empréstimos intercompanhias	-364	-1 063	-1 427	-745	-1 232	-1 977
Receitas	326	145	472	51	49	100
Despesas	690	1 208	1 898	796	1 281	2 077
Renda de investimento em carteira	-5 149	-2 889	-8 039	-4 140	-5 073	-9 213
Receitas	4 424	4 271	8 695	3 192	2 636	5 827
Despesas	9 573	7 161	16 734	7 332	7 709	15 041
Lucros e dividendos	-5 546	-2 980	-8 527	-3 646	-3 807	-7 453
Receitas	13	2	15	20	24	44
Despesas	5 559	2 982	8 542	3 666	3 831	7 497
Juros de títulos de dívida (renda fixa)	397	91	488	-494	-1 267	-1 760
Receitas	4 411	4 269	8 680	3 172	2 611	5 783
Despesas	4 014	4 178	8 192	3 665	3 878	7 543
Renda de outros investimentos1/	-3 216	-3 077	-6 293	-2 870	-2 462	-5 332
Receitas	696	393	1 088	543	504	1 046
Despesas	3 911	3 470	7 381	3 413	2 966	6 378

### Memo:

Juros	-3 183	-4 049	-7 232	-4 109	-4 961	-9 069
Receitas	5 433	4 807	10 240	3 765	3 164	6 930
Despesas	8 616	8 856	17 472	7 874	8 125	15 999
Lucros e dividendos	-18 993	-14 882	-33 875	-10 859	-14 358	-25 218
Receitas	583	958	1 541	555	676	1 231
Despesas	19 576	15 840	35 416	11 414	15 035	26 449

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos.

O déficit da conta de rendas, cujo resultado é predominantemente determinado por juros e lucros e dividendos, apresentou redução de 17%, passando de US\$ 40,6 bilhões, em 2008, para US\$ 33,7 bilhões, em 2009. Ao longo de 2009, pelo quarto ano consecutivo, as remessas líquidas de lucros e dividendos ultrapassaram as despesas líquidas com juros, refletindo a predominância dos estoques de investimentos estrangeiros diretos e em carteira sobre o estoque do endividamento externo na composição do passivo externo. Em 2009, as remessas líquidas de lucros e dividendos somaram US\$ 25,2 bilhões, ante US\$ 33,9 bilhões em 2008. A redução de 25,6% desse saldo esteve relacionada à intensificação da

crise, com reflexo na menor lucratividade das empresas. Esse processo espelha também uma nova composição do passivo externo brasileiro, na qual a dívida externa reduz participação relativa na comparação com o investimento estrangeiro direto e em carteira.

Em termos agregados, a conta de juros apresentou remessas líquidas de US\$ 9,1 bilhões, resultado da redução de 32,3% das receitas e de 8,4% das despesas. As receitas de juros passaram de US\$ 10,2 bilhões em 2008, para US\$ 6,9 bilhões em 2009. Ressalte-se que a queda nas receitas de juros, observada desde meados de 2008, esteve associada à redução da queda dos juros

internacionais, com a consequente diminuição na remuneração dos ativos de reservas internacionais, principal componente dessa rubrica.

Os fluxos de salários e ordenados, de valores menos expressivos, resultaram em recebimentos líquidos de US\$ 603 milhões, com crescimento de 10,7% sobre o resultado de 2008, US\$ 545 milhões.

A remessa líquida de renda para o exterior esteve fortemente influenciada, em 2009, pelas remessas líquidas de rendas de investimentos diretos, evento verificado desde 2006. Vistas de forma desagregada, as remessas líquidas em renda de investimento direto somaram US\$ 19,7 bilhões, redução de 26,3% na comparação com 2008. Nesse item, as despesas líquidas de lucros e dividendos atingiram US\$ 17,8 bilhões, representando queda de 29,9%, movimento consistente com o cenário de redução do estoque de investimentos estrangeiros no país, função tanto das saídas líquidas de fluxos de portfólio quanto da redução em seus preços e de relativa depreciação do câmbio. As remessas líquidas relativas a juros de empréstimos intercompanhias sofreram acréscimo

de 38,6%, registrando US\$ 2 bilhões, influenciadas pela redução nas receitas, de US\$ 472 milhões para US\$ 100 milhões em 2009.

As remessas líquidas em renda de investimento em carteira totalizaram US\$ 9,2 bilhões, elevação de 14,6% em relação a 2008. Esse resultado deveu-se, principalmente, ao comportamento da conta de juros de títulos de renda fixa, que registrou amortizações líquidas de US\$ 1,8 bilhão, ante ingressos líquidos US\$ 488 milhões no ano anterior. As remessas líquidas de lucros e dividendos referentes aos recursos aplicados em carteiras de investimento totalizaram US\$ 7,5 bilhões, redução de 12,6%.

A renda de outros investimentos, que inclui juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, totalizou remessas líquidas de US\$ 5,3 bilhões, crescimento de 15,3%, em 2009, refletindo reduções de 3,8% nas receitas em relação a 2008, que totalizaram US\$ 1 bilhão, e de 13,6% nas despesas, que atingiram US\$ 6,4 bilhões em 2009.

#### TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS CORRENTES

Discriminação	2008			2009			US\$ milhões
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano	
Total	1 886	2 338	4 224	1 630	1 632	3 263	
Receitas	2 512	2 804	5 317	2 270	2 391	4 661	
Despesas	626	467	1 093	639	759	1 398	
Transferências correntes governamentais	10	27	37	-73	-136	-209	
Receitas	66	80	146	41	20	61	
Despesas	56	54	109	114	156	270	
Transferências correntes privadas	1 876	2 311	4 187	1 703	1 768	3 472	
Receitas	2 447	2 724	5 170	2 229	2 371	4 600	
Despesas	570	413	983	525	602	1 128	
Manutenção de residentes	1 027	1 257	2 284	867	688	1 555	
Receitas	1 376	1 537	2 913	1 136	1 088	2 224	
Estados Unidos	626	663	1 289	536	359	894	
Japão	335	382	717	239	185	425	
Demais países	414	492	906	175	43	218	
Despesas	348	280	628	269	400	669	
Outras transferências	849	1 054	1 903	836	1 080	1 917	
Receitas	1 071	1 187	2 258	1 093	1 283	2 376	
Despesas	222	133	355	257	203	459	

Fonte: Banco Central do Brasil

As transferências unilaterais líquidas decresceram 22,8% durante 2009. Os ingressos líquidos acumularam US\$ 3,3 bilhões, ante US\$ 4,2 bilhões no ano anterior. Parcela relevante desse fluxo refere-se à manutenção de residentes, cujas receitas brutas em 2009 registraram redução de 23,6%, na comparação com o resultado do ano anterior, somando US\$ 2,2 bilhões. A rubrica representou 47,7% dos ingressos totais de transferências unilaterais correntes. Os principais países de origem dos ingressos de manutenção de residentes foram Estados Unidos, 40,2%, e Japão, 19,1%.

**SALDO DE TRANSAÇÕES CORRENTES E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO EXTERNO<sup>1/</sup>**

US\$ milhões

Período		Saldo de transações correntes				Investimentos estrangeiros diretos		Necessidade de financiamento externo					
		Valor		% PIB		Valor		% PIB		Valor		% PIB	
		Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses	Mensal	Últimos 12 meses	Mensal	Últimos 12 meses	% PIB Últimos 12 meses	
2004	Dez	1202	11679	1,76	3150	18146	2,73	-4352	-29825	-	-	-4,49	
2005	Dez	530	13985	1,58	1406	15066	1,71	-1936	-29051	-	-	-3,29	
2006	Dez	438	13643	1,27	2457	18822	1,76	-2896	-32465	-	-	-3,03	
2007	Dez	-498	1551	0,12	886	34585	2,59	-388	-36136	-	-	-2,71	
2008	Jan	-4028	-2108	-0,15	4826	36989	2,66	-798	-34881	-	-	-2,50	
	Fev	-1889	-4375	-0,31	890	36501	2,57	999	-32127	-	-	-2,26	
	Mar	-4343	-8950	-0,62	3083	36819	2,56	1260	-27869	-	-	-1,94	
	Abr	-3044	-13793	-0,94	3872	37219	2,54	-828	-23427	-	-	-1,60	
	Mai	-786	-14418	-0,97	1313	38035	2,56	-527	-23617	-	-	-1,59	
	Jun	-2781	-17741	-1,17	2726	30442	2,01	56	-12701	-	-	-0,84	
	Jul	-2168	-19163	-1,25	3266	30095	1,96	-1099	-10932	-	-	-0,71	
	Ago	-1084	-21570	-1,38	4638	32754	2,1	-3554	-11184	-	-	-0,72	
	Set	-2761	-24879	-1,57	6241	37458	2,36	-3480	-12579	-	-	-0,79	
	Out	-1239	-25970	-1,61	3913	38184	2,37	-2675	-12214	-	-	-0,76	
	Nov	-951	-25572	-1,57	2175	37829	2,32	-1223	-12257	-	-	-0,75	
	Dez	-3119	-28192	-1,72	8115	45058	2,75	-4997	-16866	-	-	-1,03	
2009	Jan	-2763	-26927	-1,69	1930	42162	2,64	833	-15235	-	-	-0,95	
	Fev	-612	-25650	-1,65	1968	43240	2,77	-1356	-17590	-	-	-1,13	
	Mar	-1558	-22865	-1,5	1444	41601	2,73	114	-18736	-	-	-1,23	
	Abr	89	-19732	-1,33	3409	41138	2,77	-3498	-21407	-	-	-1,44	
	Mai	-1770	-20716	-1,42	2483	42308	2,89	-713	-21592	-	-	-1,48	
	Jun	-573	-18508	-1,28	1431	41014	2,84	-858	-22506	-	-	-1,56	
	Jul	-1639	-17979	-1,25	1287	39035	2,72	352	-21056	-	-	-1,47	
	Ago	-828	-17723	-1,23	1903	36300	2,52	-1076	-18578	-	-	-1,29	
	Set	-2449	-17411	-1,19	1816	31875	2,17	633	-14464	-	-	-0,99	
	Out	-3015	-19187	-1,29	1563	29525	1,98	1452	-10338	-	-	-0,69	
	Nov	-3271	-21506	-1,41	1604	28955	1,89	1666	-7448	-	-	-0,49	
	Dez	-5947	-24334	-1,55	5109	25949	1,65	838	-1614	-	-	-0,10	

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Necessidade de financiamento externo = déficit de transações correntes - investimento estrangeiro direto líquido  
(inclui empréstimos intercompanhias)

### Conta Financeira

#### INVESTIMENTOS BRASILEIROS DIRETOS

US\$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-8 579	-11879	-20 457	1 796	8 288	10 084
Retornos	5 695	7 940	13 635	9 899	15 357	25 256
Saídas	14 274	19 819	34 092	8 103	7 069	15 172
Participação no capital	-6 261	-7 599	-13 859	-1 191	-3 355	-4 546
Retornos	1 097	3 072	4 169	2 411	1 506	3 917
Saídas	7 358	10 671	18 028	3 602	4 861	8 463
Empréstimos intercompanhias	-2 318	-4 280	-6 598	2 987	11 643	14 630
Ingressos	4 598	4 868	9 466	7 488	13 851	21 339
Saídas	6 916	9 148	16 064	4 501	2 208	6 709

Fonte: Banco Central do Brasil

As condições adversas nos mercados financeiros internacionais influenciaram os fluxos de investimentos brasileiros diretos no exterior, que somaram retornos líquidos de US\$ 10,1 bilhões, ante aplicações líquidas de US\$ 20,5 bilhões em 2008. O resultado dessa conta em 2009 reflete principalmente amortizações de US\$ 14,6 bilhões em empréstimos

concedidos por empresas brasileiras a coligadas no exterior. A constituição de investimentos diretos no exterior sofreu redução, passando de US\$ 13,9 bilhões em 2008, para US\$ 4,5 bilhões em 2009.

Discriminação	INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS			US\$ milhões		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	16 710	28 348	45 058	12 665	13 283	25 949
Ingressos	27 639	44 197	71 836	23 274	30 233	53 507
Saídas	10 929	15 848	26 778	10 609	16 950	27 558
Participação no capital	10 713	19 351	30 064	7 718	12 188	19 906
Ingressos	16 765	27 692	44 457	12 609	19 071	31 679
Moeda	15 188	23 679	38 867	11 417	15 423	26 840
Autônomos	15 188	23 679	38 867	11 417	15 423	26 840
Conversões	1 553	4 008	5 561	1 190	3 645	4 835
Mercadoria	23	6	29	2	3	4
Saídas	6 052	8 341	14 393	4 891	6 882	11 773
Empréstimos intercompanhias	5 997	8 997	14 994	4 948	1 095	6 042
Ingressos	10 874	16 504	27 379	10 665	11 162	21 827
Saídas	4 877	7 507	12 384	5 718	10 067	15 785
Das quais conversões	1 239	2 553	3 792	1 006	2 683	3 689
Memo:						
Contribuição líquida de conversões p/IED	315	1 455	1 769	185	962	1 147
Desembolsos totais via conversões	1 553	4 008	5 561	1 190	3 645	4 835
Saídas de conversões de empr. Interc.	1 239	2 553	3 792	1 006	2 683	3 689

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos estrangeiros diretos no Brasil apresentaram fluxo líquido de US\$ 25,9 bilhões frente aos ingressos líquidos de 2008, US\$ 45,1 bilhões. Desse total, os ingressos líquidos de participação no capital de empresas no país totalizaram US\$ 19,9 bilhões. Os empréstimos intercompanhias registraram ingressos líquidos de US\$ 6 bilhões, comparados a US\$ 15 bilhões em 2008.

#### INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS (Participação - Distribuição por país de origem<sup>1)</sup>)

País	2008			2009			US\$ milhões
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano	
Total	16765	27692	44457	12 609	19 071	31 679	
Países Baixos	1949	2690	4639	3 094	3 421	6 515	
Estados Unidos	3734	3314	7047	1 760	3 142	4 902	
Espanha	2016	1834	3851	1 127	2 297	3 424	
Alemanha	720	366	1086	2 174	299	2 473	
França	1266	1614	2880	755	1 386	2 141	
Japão	357	3742	4099	565	1 107	1 673	
Canadá	856	586	1442	143	1 228	1 372	
Ilhas Cayman	348	1208	1556	274	818	1 092	
Reino Unido	560	134	693	193	839	1 032	
Chile	97	167	264	133	894	1 027	
Austrália	614	540	1154	391	315	707	
Noruega	89	118	207	138	533	671	
Luxemburgo	483	5454	5937	236	301	537	
Ilhas Virgens Britânicas	214	834	1048	101	302	403	
Portugal	844	208	1051	132	251	384	
Bermudas	263	775	1038	120	261	380	
Suíça	443	360	803	131	249	380	
Itália	153	232	385	86	146	232	
Suécia	10	45	55	101	113	214	
Uruguai	92	332	424	56	142	198	
México	158	63	220	32	135	167	
Colômbia	34	20	54	68	83	152	
Panamá	53	44	96	80	52	132	
Coréia do Sul	64	564	628	106	26	132	

(continua)

País	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Bélgica	49	29	78	82	11	93
Cingapura	72	19	91	79	12	91
Argentina	55	72	127	25	55	80
Chipre	32	14	45	2	68	70
Hungria	0	106	106	10	51	61
Finlândia	64	121	185	2	54	56
Bahamas	560	541	1101	37	16	52
Áustria	85	9	93	15	33	48
Dinamarca	81	90	171	15	32	47
Peru	1	429	429	0	44	45
Hong Kong	14	21	35	6	28	34
Irlanda	22	53	75	5	4	8
Antilhas Holandesas	1	476	477	1	6	6
Costa Rica	3	0	3	2	0	2
Demais países	312	471	783	331	316	647

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Não inclui investimentos em bens, imóveis e moeda nacional.

Na modalidade de participação no capital, os investimentos estrangeiros diretos dos Países Baixos somaram US\$6,5 bilhões, em 2009, com participação de 20,6% no total, recuperando a posição de principal investidor estrangeiro no país. Outras inversões expressivas foram as originárias dos EUA, US\$ 4,9 bilhões, 15,5% do total; Espanha, US\$ 3,4 bilhões, 10,8%; Alemanha, US\$ 2,5 bilhões, 7,8%; França, US\$ 2,1 bilhões, 6,8%; Japão, US\$ 1,7 bilhão, 5,3%; Canadá, US\$ 1,4 bilhão, 4,3%; e Ilhas Cayman, US\$ 1,1 bilhão. Com aplicações superiores a US\$ 1 bilhão estão também Reino Unido e Chile. Esses países responderam por 81% do total dos ingressos de IED em participação do capital em 2009.

#### INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS (Participação - Distribuição por setor<sup>1/</sup>)

Setor	2008			2009			US\$ milhões
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano	
Total	16765	27692	44457	12 609	19 071	31 679	
Agricultura, pecuária e extração mineral	2075	10919	12995	1 391	3 206	4 597	
Extração de minerais metálicos	925	9719	10645	438	865	1 303	
Extração de petróleo e gás natural	709	630	1339	762	1 895	2 656	
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	229	269	498	97	158	255	
Extração de minerais não-metálicos	4	158	162	2	5	7	
Produção florestal	44	74	118	66	99	165	
Atividades de apoio à extração de minerais	163	68	231	25	184	209	
Demais	1	1	3	1	0	2	
Indústria	6525	7488	14013	6 628	6 853	13 481	
Veículos automotores, reboques e carrocerias	870	94	964	1 961	203	2 163	
Produtos químicos	498	361	859	834	723	1 557	
Metalurgia	2717	2267	4984	2 051	1 702	3 754	
Produtos alimentícios	782	1444	2226	256	195	451	
Bebidas	1	11	12	26	90	116	
Celulose, papel e produtos do papel	103	97	200	62	709	770	
Máquinas e equipamentos	110	396	506	152	239	390	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	28	307	335	192	165	357	
Produtos de borracha e de material plástico	429	242	671	203	234	437	
Produtos de metal	55	89	144	24	105	128	
Produtos minerais não-metálicos	68	583	651	1	224	225	
Edição e edição integrada à impressão	2	3	5	4	200	204	
Produtos têxteis	18	33	51	1	69	70	
Produtos diversos	30	77	107	40	38	79	
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	27	117	145	72	253	325	
Outros equipamentos de transportes	23	33	55	4	69	73	
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	455	1113	1568	300	1 045	1 344	
Produtos do fumo	5	2	7	3	5	8	
Reparação e manutenção de equipamentos de informática	2	1	3	1	0	1	

(continua)

Setor	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	84	206	290	379	309	688
Produtos de madeira	103	0	104	14	197	211
Outras indústrias	114	12	126	48	80	128
Serviços	8164	9285	17449	4 590	9 012	13 601
Telecomunicações	109	338	447	121	189	310
Comércio, exceto veículos	967	1596	2564	832	1 494	2 326
Serviços de escritório e outros serviços prestados a empresas	249	124	373	66	189	255
Serviços financeiros e atividades auxiliares	2821	2288	5109	308	2 582	2 891
Eletrociade, gás e outras utilidades	343	566	909	186	785	970
Alojamento	40	73	113	55	207	262
Construção de edifícios	667	719	1 386	356	361	717
Serviços de tecnologia da informação	159	230	390	50	808	858
Atividades imobiliárias	526	1 195	1 721	296	298	593
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	224	250	474	972	348	1 320
Transporte	255	398	652	376	135	511
Alimentação	8	46	55	6	14	20
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis	63	16	79	42	148	190
Publicidade e pesquisa de mercado	46	50	97	22	33	55
Armazenamento e atividades auxiliares de transportes	225	188	413	75	242	317
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão de empresas	98	77	176	49	134	183
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços correlatos	3	3	6	2	6	7
Serviços de arquitetura e engenharia	66	120	186	24	67	92
Serviços financeiros - holdings não-financeiras	316	324	640	237	152	389
Obras de infra-estrutura	189	148	337	29	397	426
Comércio e reparação de veículos	56	40	96	36	36	73
Captação, tratamento e distribuição de água	100	23	123	0	0	0
Outros serviços	632	472	1 104	450	388	838

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Não inclui investimentos em bens, imóveis e moeda nacional.

Os três setores de atividades – primário, secundário e terciário - registraram diminuição dos ingressos de investimentos estrangeiros diretos, participação no capital, em 2009.

O setor serviços manteve-se como o maior receptor de investimentos estrangeiros, com US\$ 13,6 bilhões, 42,9% do total de 2009, e redução de 22,1% na comparação com 2008.

Os segmentos de serviços financeiros, comércio e seguros foram os que obtiveram maior participação no setor. O maior dinamismo foi registrado nos segmentos de seguros, 178,5% acima do resultado de 2008; aluguéis não-imobiliários, 140,3%; alojamento, 131,9%; e serviços de tecnologia da informação, 120%. Houve forte retração nos fluxos direcionados às atividades imobiliárias, 65,5%; alimentação, 63,6%; serviços de arquitetura e engenharia, 50,7%; e construção de edifícios, 48,3%.

Os investimentos estrangeiros diretos destinados ao setor industrial participaram com 42,6% do total do fluxo, com US\$ 13,5 bilhões e redução de 3,8% na comparação com 2008. Entre os segmentos mais representativos, destacaram-se: metalurgia; veículos automotores; produtos

químicos; e coque, derivados de petróleo e biocombustíveis. Os que apresentaram maior elevação frente ao resultado de 2008 foram celulose, papel e produtos do papel; produtos farmoquímicos e farmacêuticos; veículos automotores; equipamentos de informática; e produtos químicos.

Os fluxos de investimentos estrangeiros diretos direcionados à indústria alimentícia; de reparação e manutenção de equipamentos de informática; e de minerais não-metálicos apresentaram as maiores retraições.

Na agropecuária e extrativa mineral, onde houve retração de 64,6%, os fluxos passaram de US\$ 13 bilhões para US\$ 4,6 bilhões.

Essa redução concentrou-se nas atividades de extração de minerais metálicos, que perdeu a posição de principal segmento receptor dos investimentos estrangeiros diretos na modalidade participação no capital.

Houve crescimento de 98,4% no segmento exploração de petróleo e gás natural, representando 8,4% no total dos fluxos de 2009.

### INVESTIMENTOS BRASILEIROS EM CARTEIRA

US\$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	10	1 891	1 900	- 922	3 897	2 975
Receitas	2 220	3 189	5 408	980	5 230	6 210
Despesas	2 210	1 298	3 508	1 902	1 333	3 235
Investimentos em ações	- 52	309	257	- 524	3 106	2 582
Receitas	1 090	446	1 536	205	3 345	3 550
Despesas	1 142	137	1 279	728	239	968
BDR - <i>Brazilian Depositary Receipts</i>	- 291	- 7	- 297	11	0	11
Receitas	16	5	21	15	2	17
Despesas	307	12	318	3	2	6
Demais	239	316	554	- 535	3 106	2 571
Receitas	1 074	441	1 515	190	3 343	3 533
Despesas	835	126	961	725	237	962
Títulos de renda fixa	61	1 582	1 643	- 398	791	393
Receitas	1 129	2 743	3 872	775	1 884	2 660
Despesas	1 068	1 161	2 229	1 174	1 094	2 267

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos brasileiros em carteira no exterior totalizaram retornos líquidos de US\$ 3 bilhões, comparados a US\$ 1,9 bilhão em 2008, registrando-se ingressos líquidos de US\$ 2,6 bilhões em investimentos em ações de companhias estrangeiras. Os investimentos em títulos de renda fixa apresentaram retornos líquidos de US\$ 393 milhões, ante US\$ 1,6 bilhão, no ano anterior.

### INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS EM CARTEIRA

US\$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	13 283	-14 050	- 767	2 263	43 896	46 159
Receitas	150 209	116 251	266 460	74 266	120 185	194 451
Despesas	136 926	130 301	267 227	72 004	76 289	148 292
Investimentos em ações	4 828	-12 393	- 7 565	3 030	34 041	37 071
Receitas	118 602	99 000	217 602	55 400	94 343	149 743
Despesas	113 774	111 393	225 167	52 370	60 302	112 671
Negociadas no país	5 167	-16 017	-10 850	3 086	29 012	32 097
Receitas	117 996	94 764	212 759	55 232	89 194	144 426
Despesas	112 829	110 780	223 609	52 146	60 182	112 328
Negociadas no exterior (ADR)	- 339	3 623	3 285	- 56	5 030	4 974
Receitas	606	4 236	4 842	168	5 149	5 317
Despesas	945	613	1 558	223	119	343
Títulos de renda fixa	8 455	-1 656	6 798	- 768	9 855	9 087
Receitas	31 607	17 251	48 859	18 866	25 842	44 708
Despesas	23 152	18 908	42 060	19 634	15 987	35 621
Negociados no país	10 171	5 118	15 289	1 086	8 990	10 077
Médio e longo prazo	8 289	5 529	13 818	1 404	8 274	9 678
Receitas	19 916	10 608	30 524	10 487	14 881	25 368
Despesas	11 627	5 080	16 707	9 083	6 607	15 690
Curto prazo	1 882	- 410	1 471	- 318	717	399
Receitas	5 231	1 726	6 958	1 892	1 284	3 176
Despesas	3 350	2 137	5 486	2 210	568	2 777
Negociados no exterior	-1 716	-6 775	-8 491	-1 854	865	- 989
Bônus	-2 431	- 572	-3 003	692	- 599	94
Privados	0	11	11	0	56	56
Desembolsos	0	11	11	0	56	56
Amortizações	0	0	0	0	0	0
Públicos	-2 431	- 584	-3 015	692	- 655	38
Desembolsos	525	0	525	1 775	2 325	4 100

(continua)

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Amortizações	2 956	584	3 540	1 083	2 980	4 062
Valor de face	2 754	486	3 241	994	2 798	3 792
Descontos	- 202	- 97	- 299	- 88	- 182	- 270
<i>Notes e commercial papers</i>	1 493	-3 045	-1 552	- 640	124	- 516
Desembolsos	4 731	2 552	7 283	3 682	4 767	8 450
Amortizações	3 239	5 596	8 835	4 322	4 643	8 965
Títulos de curto prazo	- 777	-3 158	-3 935	-1 906	1 339	- 567
<i>Desembolsos</i>	1 204	2 354	3 558	1 030	2 529	3 559
Amortizações	1 981	5 511	7 493	2 937	1 189	4 126

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos estrangeiros em carteira totalizaram ingressos líquidos de US\$ 46,2 bilhões, ante saídas líquidas de US\$ 767 milhões em 2008. Houve ingressos líquidos em ações de empresas brasileiras negociadas no país, US\$ 32,1 bilhões, comparadas a saídas líquidas verificadas em 2008, US\$ 10,9 bilhões. Os títulos de renda fixa de médio e longo prazos negociados no Brasil registraram influxo, US\$ 10,1 bilhões, ante US\$ 15,3 bilhões no ano anterior. O mercado de bônus soberanos registrou ingressos líquidos de US\$ 38 milhões em 2009, como consequência não apenas do cronograma original de vencimentos, mas, principalmente, em função dos resgates antecipados de dívida. Do ponto de vista das novas emissões, destaque-se os desembolsos totais, US\$ 4,1 bilhões, advindos das emissões de Global 19N e Global 41, na ordem, US\$ 1 bilhão e US\$ 1,3 bilhão, e duas reaberturas dos bônus Global 19N e uma do Global 37, respectivamente, US\$750 milhões, US\$ 525 milhões e US\$ 525 milhões. Em 2009, não houve desembolsos de organismos internacionais. As operações de *notes e commercial papers* apresentaram amortizações líquidas de US\$ 516 milhões, ante US\$ 1,6 bilhão em 2008. Os títulos de curto prazo registraram amortizações líquidas de US\$ 567 milhões em 2009, comparativamente a US\$ 3,9 bilhões, em 2008.

#### OUTROS INVESTIMENTOS BRASILEIROS

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-1 577	-3 691	-5 269	-12 366	-20 775	-33 141
Empréstimos	-2 149	-2 669	-4 818	-13 238	-11 983	-25 221
Longo prazo	-2 043	-2 994	-5 037	- 59	- 72	- 131
Receitas	647	506	1 153	37	33	70
Despesas	2 689	3 500	6 190	96	105	201
Curto prazo (líg.)	- 106	325	219	-13 179	-11 912	-25 090
Moeda e depósitos	330	-2 562	-2 232	854	-8 662	-7 808
Bancos	1 161	2 269	3 430	- 394	-5 423	-5 817
Demais setores	- 831	-4 831	-5 662	1 248	-3 239	-1 991
Demais	- 831	-4 831	-5 662	1 248	-3 239	-1 991
Outros ativos	241	1 540	1 781	18	- 130	- 112
Longo prazo	14	20	34	17	- 3	14
Receitas	140	107	247	82	84	166
Despesas	126	87	213	65	87	152
Curto prazo	227	1 520	1 747	1	- 126	- 125

Fonte: Banco Central do Brasil

Outros investimentos brasileiros no exterior registraram aplicações líquidas de US\$ 33,1 bilhões em 2009, contra US\$ 5,3 bilhões em 2008. O saldo dos empréstimos de longo prazo ao exterior somou remessas líquidas de US\$ 131 milhões, ante US\$ 5 bilhões, em 2008. Os empréstimos de curto prazo apresentaram aplicações líquidas de US\$ 25,1 bilhões. As saídas líquidas de US\$ 7,8 bilhões na forma de moedas e depósitos no exterior refletiram as aplicações líquidas dos bancos, US\$ 5,8 bilhões, e a constituição de ativos dos demais setores, US\$ 2 bilhões.

#### OUTROS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	20 359	-12 210	8 149	14 745	2 497	17 241
Crédito comercial (de fornecedores)	9 645	-5 178	4 467	8 010	-3 922	4 087
Longo prazo	532	- 36	496	- 340	- 718	-1 057
Desembolsos	1 345	888	2 233	1 218	1 525	2 743
Amortizações	813	924	1 737	1 558	2 243	3 800
Curto prazo (líquido)	9 113	-5 142	3 971	8 350	-3 205	5 145

(continua)

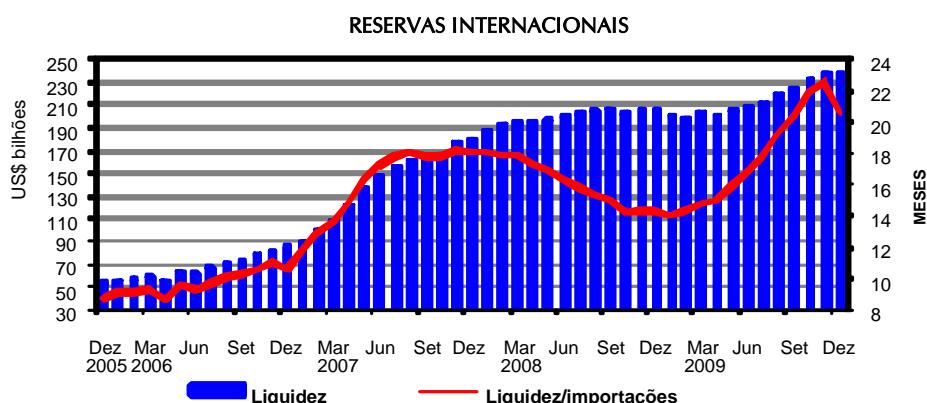
Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Empréstimos	11 005	-5 833	5 172	6 620	2 041	8 661
Autoridade monetária	-	-	-	-	-	-
Operações de regularização	-	-	-	-	-	-
Outros empréstimos de longo prazo	-	-	-	-	-	-
Desembolsos	-	-	-	-	-	-
Amortizações	-	-	-	-	-	-
Demais setores	11 005	-5 833	5 172	6 620	2 041	8 661
Longo prazo	7 394	5 927	13 321	1 579	5 597	7 175
Desembolsos	10 858	10 716	21 573	6 926	13 556	20 482
Organismos <sup>1</sup> /	1 816	3 045	4 861	1 823	2 637	4 461
Agências	980	902	1 882	806	3 770	4 577
Compradores	5 003	4 137	9 140	3 152	5 214	8 366
Empréstimos diretos	3 058	2 632	5 690	1 144	1 935	3 079
Amortizações	3 464	4 789	8 253	5 347	7 960	13 307
Organismos <sup>1</sup> /	896	910	1 806	1 281	2 368	3 649
Agências	316	388	704	411	551	962
Compradores	1 001	1 635	2 636	1 671	2 737	4 407
Empréstimos diretos	1 251	1 856	3 107	1 984	2 304	4 288
Curto prazo	3 611	-11 759	-8 148	5 042	-3 556	1 486
Moeda e depósitos	-294	-1 201	-1 495	114	420	534
Outros passivos	3	2	5	-	3 958	3 958
Longo prazo	-	-	-	-	3 962	3 962
Curto prazo	3	2	5	-	-4	-4

Fonte: Banco Central do Brasil

<sup>1</sup>/ Inclui Corporação Financeira Internacional (CFI).

Outros investimentos estrangeiros no país apresentaram ingressos líquidos de US\$ 17,2 bilhões. O crédito comercial de fornecedores somou desembolsos de US\$ 4,1 bilhões, ante US\$ 4,5 bilhões em 2008. Nessa conta, os créditos de longo prazo registraram amortizações líquidas de US\$ 1,1 bilhão. Os créditos de curto prazo líquidos somaram ingressos de US\$ 5,1 bilhões. Os empréstimos de longo prazo dos demais setores totalizaram ingressos líquidos de US\$ 7,2 bilhões, concentrados em compradores, desembolsos líquidos de US\$ 4 bilhões, agências, US\$ 3,6 bilhões e organismos, US\$ 812 milhões. Os empréstimos diretos apresentaram amortizações líquidas de US\$ 1,2 bilhão. Os empréstimos de curto prazo registraram ingressos líquidos de US\$ 1,5 bilhão, ante amortizações líquidas de US\$ 8,1 bilhões no ano anterior. Os ingressos líquidos de recursos de não-residentes mantidos no país sob a forma de depósitos e moeda somaram US\$ 534 milhões. Os outros passivos de longo prazo registraram ingressos de US\$ 4 bilhões, resultado dos DES alocados pelo FMI ao Brasil, que constituem simultaneamente ativos externos, componentes das reservas internacionais, e passivos externos, na dívida.

### 2.3.5. Reservas Internacionais



O cenário econômico mundial apresentou quadro relativamente benigno em 2009, em comparação com o ano anterior. As intervenções *spot* da Autoridade Monetária no mercado doméstico de câmbio, que no primeiro bimestre do ano representaram vendas líquidas de US\$ 2,9 bilhões, já a partir do mês de maio passaram a resultar em compras líquidas no mercado de câmbio. Assim, o resultado acumulado das intervenções ao longo do ano revelou compras líquidas de US\$ 36,5 bilhões. As operações de linhas com recompra, que se caracterizam por vendas no mercado interno à vista, com o compromisso de recompra futura, e apresentavam estoque de US\$ 8,3 bilhões no final de 2008, foram integralmente liquidadas em 2009. Já os empréstimos em moedas estrangeiras com garantias em operações de exportação ou títulos soberanos do país, cujo estoque no final de 2008 era de US\$ 4,7 bilhões, tiveram amortizações líquidas de R\$ 4,2 bilhões ao longo de 2009, mantendo, ao final do

ano, estoque de R\$ 535 milhões. Ao final de 2009, as reservas internacionais atingiram US\$ 238,5 bilhões no conceito caixa, elevando-se US\$ 44,8 bilhões em relação ao ano anterior. No conceito liquidez internacional, o qual inclui o estoque de operações de empréstimo em moedas estrangeiras, houve acréscimo de US\$ 32,2 bilhões no mesmo período, somando US\$ 239 bilhões.

As operações externas do Banco Central somaram receitas líquidas de US\$ 8,2 bilhões. Destacaram-se desembolsos de US\$ 1,8 bilhão, que incluíram US\$ 525 milhões da reabertura do *Global 37* e US\$ 1,3 bilhão do lançamento do *Global 41*, além da receita de juros de US\$ 4,8 bilhões com a remuneração das reservas. As demais operações elevaram o estoque em US\$ 1,7 bilhão, explicada principalmente pelas perdas de US\$ 4,2 bilhões em preços de títulos, pelos ganhos de US\$ 1,3 bilhão em paridade e por alocações de DES no valor de US\$ 3,9 bilhões.

#### DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS

Discriminação	2007	2008	2009	US\$ milhões
I - Posição das reservas (final do ano anterior)	85 839	180 334	193 783	
1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervenções)	78 589	- 5 438	36 526	
Pronto	78 589	7 585	24 038	
Linhas com recompra	-	- 8 338	8 338	
Empréstimos em moeda estrangeira	-	- 4 685	4 151	
2. Operações externas do Banco Central	15 905	18 887	8 211	
Desembolsos	2 883	1 291	1 800	
Bônus	2 883	525	1 800	
Organismos	-	766	-	
Amortizações	- 140	-	-	
Bônus e MYDFA	- 138	-	-	
Organismos	- 2	-	-	
Clube de Paris	-	-	-	
Juros	6 300	7 176	4 755	
Bônus e MYDFA	- 7	-	-	
Organismos	- 24	- 18	- 2	
Clube de Paris	-	-	-	
Remuneração das reservas	6 330	7 193	4 757	
Demais <sup>IV</sup>	6 863	10 421	1 656	
II - Total das operações do Banco Central (1 + 2)	94 495	13 450	44 736	
III - Posição das reservas - conceito caixa	180 334	193 783	238 520	
IV - Saldo de linhas com recompra	-	8 338	-	
V - Operações de empréstimo em moeda estrangeira	-	4 685	535	
VI - Posição das reservas - conceito liquidez <sup>2/</sup>	-	206 806	239 054	
Memo:				
Mercado de câmbio liquidado:	78 589	2 900	28 188	
Operações com clientes no país (líquido)	87 940	- 3 419	30 566	
Fluxo de operações interbancárias com o exterior (líquido)	-	-	-	
Variação da posição dos bancos (líquido) <sup>3/</sup>	- 9 351	6 319	- 2 378	

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Compreende recebimento/pagamento de CCR, flutuação nos preços dos papéis, variação na paridade das moedas e preço de ouro, recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, liberação de garantias colaterais e variação de derivativos financeiros (*forwards*).

2/ Inclui o saldo de linhas com recompra e operações de empréstimo em moedas estrangeiras.

3/ A variação de posição dos bancos não é afetada pelas intervenções de linhas com recompra. Assim, o resultado do mercado de câmbio consolidado coincide apenas com as intervenções do Banco Central nas modalidades "pronto" e "linhas para exportação".

### 2.3.6. Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional

TESOURO NACIONAL - SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA <sup>1/</sup>

Período	Perfil de vencimentos			Liquidação de vencimentos			US\$ milhões
	Principal	Juros	Total	Mercado	Reservas	Total	
2009							
Jan	129	937	1 065	1 065	-	1 065	
Fev	58	454	512	512	-	512	
Mar	94	128	222	222	-	222	
Abr	369	343	713	713	-	713	
Mai	-	134	134	134	-	134	
Jun	344	119	463	463	-	463	
Jul	229	878	1 107	1 107	-	1 107	
Ago	161	313	474	474	-	474	
Set	98	245	343	343	-	343	
Out	1 120	302	1 421	1 421	-	1 421	
Nov	242	142	384	384	-	384	
Dez	948	52	1 000	1 000	-	1 000	
Ano	3 792	4 047	7 838	7 838	-	7 838	

Fonte: Banco Central do Brasil

Em 2009, o Tesouro Nacional (TN) manteve a política, iniciada em 2003, de contratar divisas no mercado de câmbio para fazer frente ao serviço da dívida (principal e juros) relativo a bônus. Ao longo do ano, tais liquidações do TN em mercado somaram US\$ 7,8 bilhões, dos quais US\$ 3,8 bilhões foram referentes a principal e US\$ 4 bilhões a juros. Dentre os pagamentos de principal, destacaram-se aqueles relativos aos seguintes bônus: Global 09 (US\$ 1 bilhão), Global 09-F (US\$ 256 milhões), Global 18/A-Bond (US\$ 184 milhões) e Euro 09 (US\$ 347 milhões).

OPERAÇÕES DE RECOMPRA DE TÍTULOS SOBERANOS DA DÍVIDA EXTERNA  
Pela data de liquidação

Período	Principal	Juros	Ágio/Deságio	US\$ milhões	
				Total	
2009					
Jan	129	5	37	171	
Fev	58	1	13	72	
Mar	78	2	18	98	
Abr	22	0	7	29	
Mai	-	-	-	-	
Jun	88	3	14	105	
Jul	44	1	10	55	
Ago	161	4	48	213	
Set	83	1	23	107	
Out	119	2	30	152	
Nov	242	8	58	308	
Dez	59	2	15	77	
Ano	1 084	30	273	1 388	

Fonte: Banco Central do Brasil

Em 2009, o programa de recompra de títulos da dívida externa brasileira, cuja principal diretriz é promover a melhora do perfil da curva de juros brasileira no exterior, manteve a política de abrange todos os títulos, independentemente de seu vencimento. Em sua execução, foram contratados cerca de US\$ 1,4 bilhão no mercado interno, dos quais US\$ 1,1 bilhão foram gastos nas amortizações (correspondendo ao valor da efetiva redução da dívida externa), US\$ 30 milhões em juros decorridos e US\$ 273 milhões em despesas de ágio.

### 2.3.7. Dívida Externa

Em setembro de 2009, a dívida externa total alcançou US\$ 205 bilhões, elevando-se US\$ 6,6 bilhões em relação a dezembro de 2008. A dívida de médio e longo prazo cresceu US\$ 5,5 bilhões neste período, passando de US\$ 162 bilhões para US\$ 167 bilhões. Já a dívida de curto prazo aumentou US\$ 1,1 bilhão, de US\$ 36,4 bilhões para US\$ 37,5 bilhões. Os empréstimos intercompanhias elevaram-se US\$ 12,6 bilhões, atingindo US\$ 77,2 bilhões, dos quais US\$ 68 bilhões eram referentes a empréstimos de médio e longo prazo.

### ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO<sup>1</sup>

Discriminação	2005	2006	2007	2008	US\$ milhões 2009-Set
A. Dívida total (B+C)	169 450	589	193 219	198 340	204 908
B. Dívida de médio e longo prazo <sup>2</sup>	150 674	266	154 318	161 896	167 374
Programa de assistência financeira	-	-	-	-	-
FMI	-	-	-	-	-
BIS	-	-	-	-	-
BoJ	-	-	-	-	-
Demais empréstimos do FMI (Alocações de DES)	-	-	-	-	4 574
Bônus de dívida reestruturada ( <i>Bradies</i> )	6 948	-	-	-	-
Demais bônus	55 842	51 968	47 195	42 687	45 143
Financiamentos de importações	38 877	39 983	46 758	58 977	58 988
Organismos internacionais	21 779	25 148	26 981	30 023	30 735
Agências governamentais	8 614	6 259	6 482	6 854	6 613
Outros financiadores	8 483	8 575	13 295	22 100	21 639
Empréstimos em moeda	49 007	60 315	60 365	60 232	58 670
<i>Notes</i> <sup>3</sup>	38 257	40 151	45 884	42 420	42 408
Empréstimos diretos	10 750	20 164	14 481	17 812	16 262
Empréstimos diversos	-	-	-	-	-
C. Dívida de curto prazo	18 776	20 323	38 901	36 444	37 533
Linhas de crédito de importação de petróleo	-	-	-	-	-
Bancos comerciais	15 701	16 527	27 613	28 220	28 647
Financiamento rural (Resolução 2.483)	-	-	-	-	-
Outras operações <sup>4</sup>	3 075	3 796	11 288	8 224	8 887
Financiamentos	602	530	305	802	657
Empréstimos	2 473	3 266	10 983	7 421	8 230
D. Empréstimos intercompanhias	18 537	26 783	47 276	64 570	77 172
E. Dívida total + empréstimos intercompanhias (A + D)	187 987	372	240 495	262 910	282 080

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ A partir de 2001 contempla a revisão na posição de endividamento, que aparta as vencidas, e exclui estoque de principal relativo a intercompanhias. Para os anos anteriores, os estoques de empréstimos intercompanhias também passaram a ser apresentados separadamente.

2/ As posições referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central, que podem não coincidir com os números apresentados no balanço de pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

3/ Inclui *commercial papers* e *securities*.

4/ A partir de 1997, inclui, além de operações do Banco Central, *bridge loans* e empréstimos para repasse a empresas exportadoras. A partir de 1999, inclui ainda, captações de curto prazo de *commercial paper*, *notes*, bônus, empréstimos diretos e financiamentos de importação amparados em registro no Banco Central.

No mesmo período, o estoque de bônus da dívida externa subiu US\$ 2,5 bilhões, para US\$ 45,1 bilhões, dos quais, 97,5% referiam-se a bônus do setor público.

Do total da dívida externa de médio e longo prazo, em setembro de 2009, 35,1% referiam-se a créditos relativos a empréstimos em moeda, 27% a bônus e 35,2% a financiamentos de comércio. O estoque de empréstimos em moeda reduziu-se US\$ 1,6 bilhão no período, integralmente na modalidade de empréstimos diretos. Os financiamentos de comércio permaneceram estáveis, uma vez que a elevação nos financiamentos de organismos internacionais, no valor de US\$ 713 milhões, foi compensada pelas reduções nos financiamentos de agências governamentais e outros financiadores, nos valores de US\$ 240 milhões e US\$ 462 milhões, respectivamente.

Ainda no mesmo período, a dívida de curto prazo elevou-se US\$ 1,1 bilhão, ou 3%. Esse resultado foi influenciado, em sua maior parte, pelo desempenho das operações de empréstimos, que aumentaram US\$ 809 milhões.

Em setembro de 2009, considerando somente o estoque de dívida externa registrada, que representava 86% da dívida externa total, o setor público figurava como maior devedor, com 50,7% do total da dívida, acumulando US\$ 88 bilhões em recursos de médio e longo prazo e US\$ 1,4 bilhão em recursos de curto prazo. O endividamento de médio e longo prazo do setor público concentrava-se na modalidade bônus, US\$ 44 bilhões, responsável por 50% do total. Os 49,3% restantes da dívida externa registrada, representados pelo setor privado, dividiam-se em US\$ 79,3 bilhões de médio e longo prazo e US\$ 7,5 bilhões de curto prazo.

### DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA

US\$ milhões

Devedor	Credor			
	Bônus	Organismos <sup>1/</sup>	Bancos	Notes <sup>2/</sup>
A. Total	45 143	35 426	37 995	45 632
B. Médio e longo prazos	45 143	35 310	33 363	42 408
Setor público	44 018	29 376	6 300	4 791
Setor público não-financeiro	44 018	24 375	2 032	2 265
Tesouro Nacional	44 018	10 437	1 085	-
Banco Central do Brasil	-	4 574	-	-
Estatais	-	1 646	493	2 265
Estados e municípios	-	7 718	455	-
Setor financeiro	-	5 001	4 268	2 527
Setor privado	1 125	5 933	27 063	37 617
Não-financeiro	1 000	3 444	22 244	21 780
Financeiro	125	2 490	4 818	15 837
C. Curto prazo	-	117	4 632	3 223
Empréstimos	-	100	4 217	-
Não-financeiro	-	-	868	-
Financeiro	-	100	3 350	-
Financiamento de importações	-	17	415	3 223
Não-financeiro	-	-	281	926
Financeiro	-	17	134	2 298
D. Empréstimos intercompanhias	265	-	-	3 120
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A + D)	45 408	35 426	37 995	48 751
Devedor	Credor			
	Agências	Fornecedores	Outros	Total
A. Total	6 638	3 466	1 961	176 261
B. Médio e longo prazos	6 613	3 241	1 297	167 374
Setor público	3 361	188	-	88 034
Setor público não-financeiro	2 183	188	-	75 060
Tesouro Nacional	592	124	-	56 254
Banco Central do Brasil	4	-	-	4 578
Estatais	1 184	59	-	5 645
Estados e municípios	404	6	-	8 583
Setor financeiro	1 178	-	-	12 974
Setor privado	3 252	3 053	1 297	79 340
Não-financeiro	3 092	3 051	608	55 219
Financeiro	160	2	688	24 121
C. Curto prazo	25	225	664	8 887
Empréstimos	25	-	664	5 007
Não-financeiro	25	-	245	1 137
Financeiro	-	-	420	3 869
Financiamento de importações	-	225	-	3 880
Não-financeiro	-	221	-	1 428
Financeiro	-	4	-	2 452
D. Empréstimos intercompanhias	-	-	73 787	77 172
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A + D)	6 638	3 466	75 748	253 433

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui FMI.

2/ Inclui *commercial papers* e empréstimos securitizados.

O setor público não-financeiro detinha, em setembro de 2009, US\$ 75,1 bilhões em dívida externa de médio e longo prazos. Deste total, 74,9% concentravam-se no Tesouro Nacional, dos quais US\$ 44 bilhões na modalidade bônus. A dívida dos governos estaduais e municipais representava 11,4% do total do setor público não-financeiro, concentrada em créditos de organismos internacionais. A dívida de estatais, que representava 7,5% do total do setor público não-financeiro, distribuía-se principalmente entre *notes*, créditos de organismos internacionais, bancos e agências governamentais. Já a dívida do Banco Central do Brasil correspondia a 6,1% do total do setor público não-financeiro, sendo que quase a totalidade desta dívida é composta pelas alocações de DES junto ao FMI, classificadas como dívida junto a organismos internacionais. A dívida contratada com aval do setor público atingiu US\$ 21,1 bilhões em setembro de 2009, dos quais apenas US\$ 904 milhões constituíam dívida do setor privado.

**DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA REGISTRADA**  
Composição do principal por devedor e avalista

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	US\$ milhões 2009-Set
Governo federal (contratada diretamente)	75 345	75 161	63 942	58 991	54 373	56 254
Estados e municípios	6 904	6 474	6 815	7 055	8 199	8 583
Direta	-	0	-	41	27	5
Com aval	6 904	6 474	6 815	7 013	8 172	8 577
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	43 041	14 953	14 777	14 700	17 147	24 584
Direta	12 280	9 447	9 041	8 619	10 946	12 998
Com aval	30 761	5 505	5 735	6 081	6 201	11 586
Setor privado (com aval do setor público)	128	98	89	436	450	904
Total geral	125 418	96 686	85 622	81 182	80 169	90 326
Direta	87 625	84 608	72 983	67 652	65 346	69 258
Com aval	37 793	12 078	12 640	13 530	14 823	21 067
Pelo governo federal	37 604	12 034	12 597	13 454	14 688	20 447
Pelos estados e municípios	-	4	3	8	7	6
Pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	188	40	40	67	127	615

Fonte: Banco Central do Brasil

O esquema de amortização da dívida externa registrada de médio e longo prazos, de acordo com a posição de setembro de 2009, revela uma concentração de 38,6% do total de vencimentos no período de outubro de 2009 a 2012. A dívida de médio e longo prazos do setor público não-financeiro representa 28,5% dos vencimentos de médio e longo prazos até 2012, enquanto a dívida do setor privado representa outros 64,5%. Em relação ao esquema de amortização da dívida externa registrada por credor, os empréstimos em moeda e os bônus correspondiam a 53,8% dos vencimentos de médio e longo prazo neste mesmo período, enquanto compradores e organismos internacionais correspondiam a 20,3% e 18,4%, respectivamente, de tais vencimentos.

**DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA – POR DEVEDOR**  
Esquema de amortização<sup>1</sup>

Discriminação	Estoque (Out-Dez)	2009	2010	2011	2012	2013	US\$ milhões
A. Dívida total (B + C)	176 261	12 324	25 284	18 872	16 997	13 730	
B. Dívida de médio e longo prazos	167 374	6 488	22 233	18 872	16 997	13 730	
Setor público não-financeiro	75 060	1 767	4 793	5 432	6 420	3 969	
Governo central	60 832	1 474	3 687	4 163	5 217	2 689	
Demais	14 228	292	1 106	1 268	1 203	1 280	
Setor público financeiro	12 974	144	983	2 731	635	1 389	
Setor privado	79 340	4 577	16 458	10 709	9 942	8 372	
C. Dívida de curto prazo	8 887	5 835	3 051	-	-	-	
Setor público não-financeiro	-	-	-	-	-	-	
Setor público financeiro	1 387	1 354	33	-	-	-	
Setor privado	7 500	4 481	3 018	-	-	-	
D. Empréstimos intercompanhias	77 172	6 156	16 317	9 616	7 929	5 870	
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A + D)	253 433	18 480	41 601	28 488	24 926	19 601	

(continua)

(continuação)

Discriminação	2014	2015	2016	2017	2018	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B+C)	7 929	12 554	8 707	8 219	4 029	47 616
B. Dívida de médio e longo prazos	7 929	12 554	8 707	8 219	4 029	47 616
Setor público não-financeiro	3 011	5 758	3 641	4 585	1 152	34 533
Governo central	1 996	4 038	2 731	3 913	610	30 313
Demais	1 015	1 719	910	672	542	4 220
Setor público financeiro	621	580	507	463	1 453	3 469
Setor privado	4 298	6 217	4 559	3 171	1 424	9 614
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Setor público não-financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor privado	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	5 719	4 423	3 088	3 780	2 932	11 341
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	13 649	16 977	11 795	11 998	6 961	58 957

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui operações de regularização.

**DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA – POR CREDOR**Esquema de amortização<sup>1/</sup>

US\$ milhões

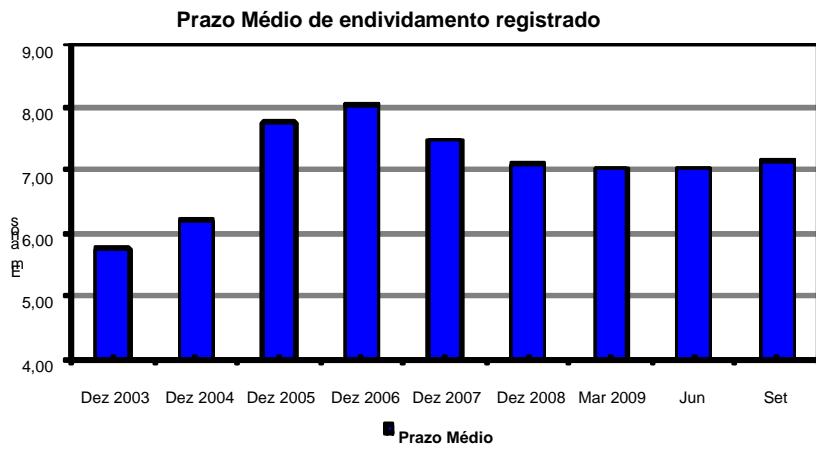
Discriminação	Estoque (Out-Dez)	2009	2010	2011	2012	2013
A. Dívida total (B+C)	176 261	12 324	25 284	18 872	16 997	13 730
B. Dívida de médio e longo prazos	167 374	6 488	22 233	18 872	16 997	13 730
Organismos internacionais	35 310	785	3 520	3 429	4 162	2 815
Agências governamentais	6 613	222	1 039	911	870	734
Compradores	18 398	1 077	4 264	3 956	3 806	2 805
Fornecedores	3 241	273	727	469	313	459
Empréstimos em moeda	58 670	3 131	10 450	7 084	5 115	5 039
Notes <sup>2/</sup>	42 408	1 856	7 493	2 944	2 797	3 381
Empréstimo diretos	16 262	1 275	2 957	4 140	2 319	1 659
Bônus	45 143	1 000	2 232	3 023	2 730	1 878
C. Dívida de curto prazo	8 887	5 835	3 051	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	77 172	6 156	16 317	9 616	7 929	5 870
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	253 433	18 480	41 601	28 488	24 926	19 601
Discriminação	2014	2015	2016	2017	2018	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B+C)	7 929	12 554	9 310	8 436	4 128	46 696
B. Dívida de médio e longo prazos	7 929	12 554	9 310	8 436	4 128	46 696
Organismos internacionais	2 312	2 285	1 906	1 528	1 336	11 230
Agências governamentais	600	542	459	351	286	598
Compradores	1 317	471	378	60	15	248
Fornecedores	130	170	112	103	95	391
Empréstimos em moeda	2 450	5 813	4 055	2 960	2 214	10 358
Notes <sup>2/</sup>	1 682	4 465	3 490	2 635	1 983	13 594
Empréstimo diretos	768	1 348	565	324	231	676
Bônus	1 120	3 273	2 399	3 434	181	23 871
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	5 719	4 423	3 088	3 780	2 932	11 341
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	13 649	16 977	12 398	12 216	7 060	58 037

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui operações de regularização.

2/ Inclui *commercial papers e securities*.

O prazo médio da dívida externa registrada subiu de 7,1 anos, na posição de dezembro de 2008, para 7,2 anos, na posição de setembro de 2009. Nesta última posição, a dívida referente a fornecedores/compradores era a modalidade que apresentava o menor prazo médio, 3 anos, enquanto aquela referente a bônus apresentava o prazo médio mais longo, 12,2 anos.



Fonte: Banco Central do Brasil

**PRAZO MÉDIO DE ENDIVIDAMENTO**  
Dívida externa registrada<sup>1/</sup>

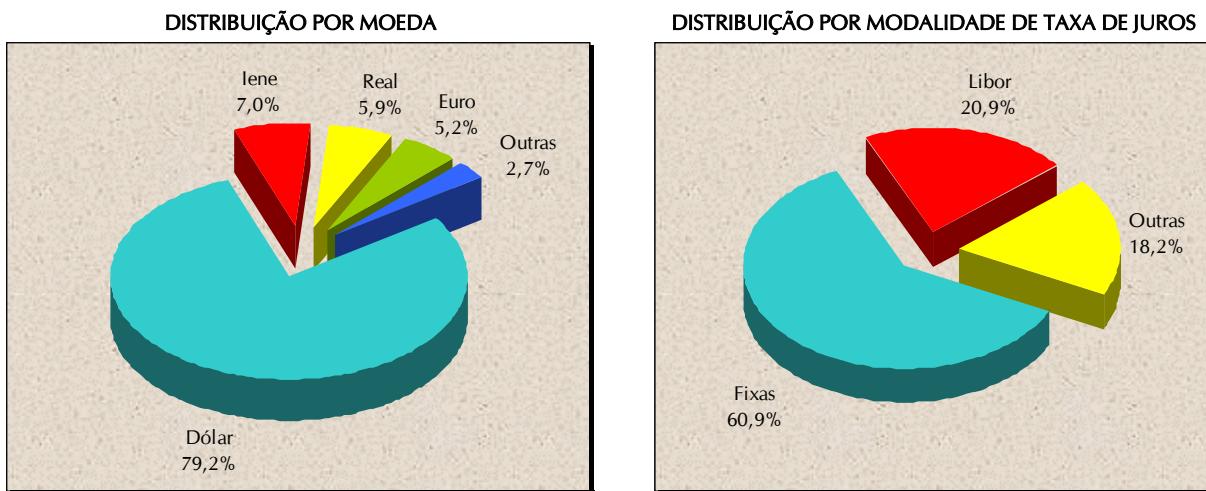
Discriminação	2009-Set	Prazo médio (anos)	US\$ milhões
A. Total	174 017	7,17	
Organismos internacionais	35 295	7,86	
Agências governamentais	6 593	4,84	
Fornecedores/compradores	21 280	3,04	
Empréstimos em moeda + curto prazo	65 706	4,90	
Bônus	45 143	12,21	
<i>BIB</i>	124	2,75	
Global/Euro	43 894	12,46	
Outros	1 125	3,69	
B. Empréstimos intercompanhias	74 094	4,97	
C. Total + intercompanhia	248 111	6,51	

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Exclui vencidos.

Na composição por moeda da dívida externa registrada, a participação do dólar norte-americano caiu de 79,8% do total, em dezembro de 2008, para 79,2%, em setembro de 2009. Assim, nesse período a participação das demais moedas subiu de 20,2% para 20,8%. A participação das dívidas registradas em euro caiu de 5,4% para 5,2%, nesse mesmo período, e a dívida registrada em iene caiu de 9,4% para 7%. Já a dívida registrada em real subiu de 5,3% para 5,9%, mantendo o real com a terceira maior participação na composição da dívida externa registrada, atrás do dólar norte-americano e do iene. Quanto à composição por modalidade de taxas de juros, o estoque da dívida remunerada por taxas flutuantes aumentou de 38,3% do total, em dezembro de 2008, para 39,1%, em setembro de 2009. Considerando-se apenas a dívida contratada sob taxas flutuantes, a *Liber* semestral permaneceu como principal indexador, mas com redução em sua participação relativa de 60,5% para 53,5%, no período analisado.

## Composição da dívida externa registrada<sup>1</sup>



Fonte: Banco Central do Brasil

### 2.3.8. Indicadores de Endividamento

Na posição de setembro de 2009, observou-se de maneira geral uma piora nos indicadores de endividamento externo, em relação a dezembro de 2008. Este resultado deveu-se principalmente à redução do valor em dólares das exportações e do Produto Interno Bruto (PIB) no período.

**INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO<sup>1</sup>**

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	US\$ milhões 2009-Set
Serviço da dívida <sup>2</sup>	51 800	66 048	56 902	52 028	37 638	41 330
Amortizações <sup>3</sup>	37 561	51 587	42 024	36 687	22 065	26 589
Juros brutos	14 239	14 460	14 878	15 342	15 573	14 741
Dívida de médio e longo prazos (A)	182 630	674	152 266	154 318	161 896	167 374
Dívida de curto prazo (B)	18 744	18 776	20 323	38 901	36 444	37 533
Dívida total (C) = (A + B)	201 374	450	172 589	193 219	198 340	204 908
Reservas internacionais - conceito liquidez (D)	52 935	53 799	85 839	180 334	206 806	224 213
Reservas internacionais - conceito caixa	52 935	53 799	85 839	180 334	193 783	221 629
Créditos brasileiros no exterior (E) <sup>4</sup>	2 597	2 778	2 939	2 894	2 657	2 469
Haveres de bancos comerciais (F)	10 140	11 790	8 990	21 938	16 560	16 043
Dívida total líquida (G) = (C-D-E-F)	135 702	082 118	74 821	-11 948	-27 683	-37 817
Exportações <sup>1</sup>	96 475	308 882	137 807	160 649	197 942	158 880
PIB <sup>1</sup>	663 783	439	1088 911	1366 544	1636 022	1467 133
Indicadores (em percentagem)						
Serviço da dívida/exportações	53,7	55,8	41,3	32,4	19,0	26,0
Serviço da dívida/PIB	7,8	7,5	5,2	3,8	2,3	2,8
Dívida total/exportações	208,7	143,2	125,2	120,3	100,2	129,0
Dívida total/PIB	30,3	19,2	15,8	14,1	12,1	14,0
Dívida total líquida/exportações	140,7	85,4	54,3	- 7,4	- 14,0	- 23,8
Dívida total líquida/PIB	20,4	11,5	6,9	- 0,9	- 1,7	- 2,6

Fonte: Banco Central do Brasil

<sup>1</sup>/ Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazos do setor privado.

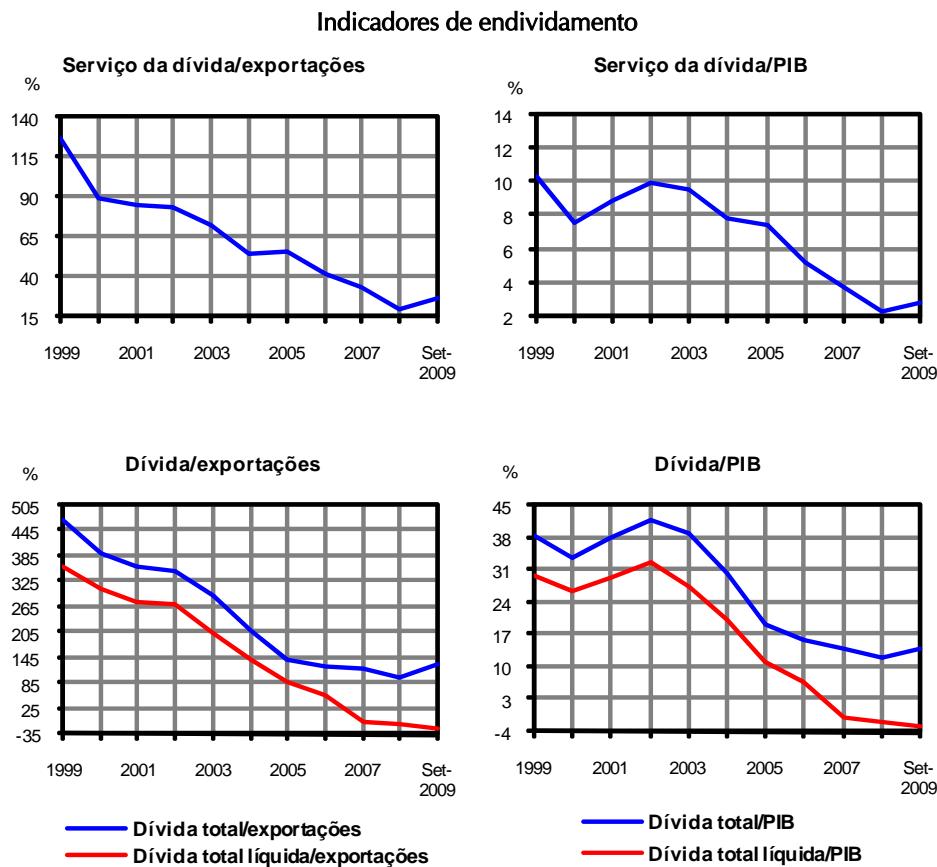
<sup>2</sup>/ Para setembro de 2009, acumulado em 12 meses.

<sup>3</sup>/ Inclui pagamentos de programa de assistência financeira. Exclui amortizações refinanciadas.

<sup>4</sup>/ Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

<sup>1</sup> Posição de setembro/2009

No período analisado, enquanto o serviço da dívida cresceu 9,8%, o valor das exportações caiu 19,7%, aumentando a participação do serviço da dívida nas exportações de 19% para 26%. Devido à queda de 10,3% do PIB em dólares, associada à elevação de 3,3% da dívida externa total, a dívida externa total em relação ao PIB elevou-se de 12,1% para 14%. A relação entre o serviço da dívida e o PIB subiu de 2,3% para 2,8%. O indicador da dívida externa total em relação às exportações cresceu de 100% para 129%. Já a dívida total líquida de ativos, que em dezembro de 2008 tinha posição superavitária de US\$ 27,7 bilhões e representava -14% do valor da receita de exportações dos últimos doze meses, aumentou esta participação superavitária para -23,8% em setembro de 2008, enquanto, em percentagem do PIB, também aumentou sua participação superavitária de -1,7% para -2,6%, no período analisado.



Fonte: Banco Central do Brasil

### 2.3.9. Captações Externas

O valor de face dos títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em 2009 somou US\$ 4,1 bilhões. Ocorreram captações distribuídas ao longo do ano no mercado internacional, todas denominadas em dólar, com o lançamento e duas reaberturas do Global 19N, o lançamento do Global 41 e a reabertura do Global 37. Os prazos de vencimento dos títulos variaram de dez a trinta anos. Os prêmios de risco, a diferença entre a taxa de retorno oferecida por títulos brasileiros e a dos títulos do Tesouro Americano (*spread*), nos lançamentos de 2009 tiveram os valores de 370 pontos básicos para o lançamento do Global 19N; 252 pontos básicos para a primeira reabertura do Global 19N; 195 pontos básicos para a reabertura do Global 37; 175 pontos básicos para o lançamento do Global 41; e de 114 pontos básicos, para a reabertura do Global 19N.

#### EMISSÕES DA REPÚBLICA

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	Spread sobre US Treasury <sup>11</sup> (p.b.)
Euromarco 07	26.2.1997	26.2.2007	10	592	8,000		242
Global 27 <sup>2/</sup>	9.6.1997	9.6.2027	30	3 500	10,125	10,90	395
Eurolíra <sup>3/</sup>	26.6.1997	26.6.2017	20	443	11,000		348
Eurolibra	30.7.1997	30.7.2007	10	244	10,000	8,73	268
Global 08	7.4.1998	7.4.2008	10	1 250	9,375	10,29	375
Euromarco 08 <sup>4/</sup>	23.4.1998	23.4.2008	10	410	10 a 7	8,97	328

(continua)

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	<i>Spread</i> sobre <i>US Treasury</i> <sup>11</sup> (p.b.)
Global 09	25.10.1999	15.10.2009	10	2 000	14,500	14,01	850
Euro 06	17.11.1999	17.11.2006	7	723	12,000	12,02	743
Global 20	26.1.2000	15.1.2020	20	1 000	12,750	13,27	650
Euro 10	4.2.2000	4.2.2010	10	737	11,000	12,52	652
Global 30 <sup>5/</sup>	6.3.2000	6.3.2030	30	1 600	12,250	12,90	663
Global 07 <sup>6/</sup>	26.7.2000	26.7.2007	7	1 500	11,250	12,00	612
Global 40	17.8.2000	17.8.2040	40	5 157	11,000	13,73	788
Euro 07 <sup>7/</sup>	5.10.2000	5.10.2007	7	656	9,500	11,01	508
Samurai 06	22.12.2000	22.3.2006	5	531	4,750	10,92	531
Global 06	11.1.2001	11.1.2006	5	1 500	10,250	10,54	570
Euro 11	24.1.2001	24.1.2011	10	938	9,500	10,60	560
Global 24	22.3.2001	15.4.2024	23	2 150	8,875	12,91	773
Samurai 07	10.4.2001	10.4.2007	6	638	4,750	10,24	572
Global 12	11.1.2002	11.1.2012	10	1 250	11,000	12,60	754
Global 08N	12.3.2002	12.3.2008	6	1 250	11,500	11,74	738
Euro 09	2.4.2002	2.4.2009	7	440	11,500	12,12	646
Global 10	16.4.2002	15.4.2010	8	1 000	12,000	12,38	719
Global 07N	06.05.2003	16.01.2007	4	1 000	10,000	10,70	783
Global 13	17.06.2003	17.06.2013	10	1 250	10,250	10,58	738
Global 11 <sup>8/</sup>	07.08.2003	07.08.2011	8	1 250	10,000	11,15	701
Global 24B	07.08.2003	15.04.2024	21	825	8,875	12,59	764
Global 10N	22.10.2003	22.10.2010	7	1 500	9,250	9,45	561
Global 34	20.01.2004	20.01.2034	30	1 500	8,250	8,75	377
Global 09 N	28.6.2004	29.6.2009	5	750	Libor3m+ 5,76	Libor 3m+ 5,94	359
Global 14 <sup>9/</sup>	14.7.2004	14.7.2014	10	1 250	10,500	10,80	538
Euro 12 <sup>10/</sup>	24.9.2004	24.9.2012	8	1 228	8,500	8,57	474
Global 19	14.10.2004	14.10.2019	15	1 000	8,875	9,15	492
Euro 15	3.2.2005	3.2.2015	10	652	7,375	7,55	399
Global 25	4.2.2005	4.2.2025	20	1 250	8,750	8,90	431
Global 15	7.3.2005	7.3.2015	10	1 000	7,875	7,90	353
Global 19 (Reabertura)	17.5.2005	14.10.2019	14	500	8,875	8,83	458
Global 34 (Reabertura)	2.6.2005	20.1.2034	29	500	8,250	8,81	440
Global 15 (Reabertura)	27.6.2005	7.3.2015	10	600	7,875	7,73	363
A-Bond 18 (Troca C Bond)	1.8.2005	15.1.2018	13	4 509	8,000	7,58	336
Global 25 (Reabertura)	13.9.2005	4.2.2025	20	1 000	8,750	8,52	417
Global BRL 16	26.9.2005	5.1.2016	10	1 479	12,500	12,75	-
Global 15 (Reabertura)	17.11.2005	7.3.2015	9	500	7,875	7,77	312
Global 34 (Reabertura)	6.12.2005	20.1.2034	28	500	8,250	8,31	363
Global 37	18.01.2006	20.01.2037	31	1 000	7,125	7,56	295
Euro 15 (Reabertura)	03.02.2006	03.02.2015	9	362	7,375	5,45	185
Global 37 (Reabertura)	23.03.2006	20.01.2037	31	500	7,125	6,83	204
Global 34 (Reabertura)	02.06.2006	20.01.2034	28	198	8,250	8,24	-
Global 37 (Reabertura)	15.08.2006	20.01.2037	30	500	7,125	7,15	205
Global BRL 22	13.09.2006	05.01.2022	15	743	12,500	12,88	-
Global BRL 22 (Reabertura)	13.10.2006	05.01.2022	15	301	12,500	12,47	-
Global 17	14.11.2006	17.01.2017	10	1 500	6,000	6,25	159
Global BRL 22 (Reabertura)	11.12.2006	05.01.2022	15	346	12,500	11,66	-

(continua)

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	<i>Spread</i> sobre US Treasury <sup>1</sup> (p.b.)
Global 37 (Reabertura)	30.01.2007	20.01.2037	30	500	7,125	6,64	173
Global BRL 28	14.02.2007	10.01.2028	21	715	10,250	10,68	-
Global BRL 28 (Reabertura)	27.03.2007	10.01.2028	21	361	10,250	10,28	-
Global 17 (Reabertura)	11.04.2007	17.01.2017	10	525	6,000	5,89	122
Global BRL 28 (Reabertura)	17.05.2007	10.01.2028	21	389	10,250	8,94	-
Global BRL 28 (Reabertura)	26.06.2007	10.01.2028	21	393	10,250	8,63	-
Global 17 (Reabertura)	14.05.2008	17.01.2017	10	525	6,000	5,30	140
Global 19N	13.01.2009	15.01.2019	10	1 025	5,875	6,13	370
Global 19N (Reabertura)	14.05.2009	15.01.2019	10	750	5,875	5,80	252
Global 37 (Reabertura)	05.08.2009	20.01.2037	30	525	7,125	6,45	195
Global 41	07.10.2009	07.01.2041	30	1 275	5,625	5,80	175
Global 19N (Reabertura)	22.12.2009	15.01.2019	10	525	5,875	4,75	114

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Sobre US Treasury, no lançamento. Para títulos emitidos em mais de uma *tranche*, *spread* ponderado pelo valor de cada *tranche*.

2/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US\$3 bilhões em 9.6.1997 e US\$500 milhões em 27.3.1998.

3/ Os recursos ingressaram em dois momentos: ITL500 bilhões em 26.6.1997 e ITL250 bilhões em 10.7.1997.

4/ Step-down – 10% nos dois primeiros anos e 7% nos anos subsequentes.

5/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US\$1 bilhão em 6.3.2000, com *spread* de 679 bps, e US\$0,6 bilhão em 29.3.2000, com *spread* de 635 bps.

6/ A emissão do Global-07 ocorreu em duas *tranches*: US\$1 bilhão, com *spread* de 610 bps, em 26.7.2000, e US\$500 milhões, com *spread* de 615 bps, em 17.4.2001.

7/ A emissão do Euro-07 ocorreu em duas *tranches*: EUR500 milhões, com *spread* de 512 bps, em 19.9.2000, e EUR250 milhões, com *spread* de 499 bps, em 2.10.2000.

8/ A emissão do Global-11 ocorreu em duas *tranches*: US\$500 milhões, com *spread* de 757 bps, em 7.8.2003, e US\$750 milhões, com *spread* de 633 bps, em 18.9.2003.

9/ A emissão do Global-14 ocorreu em duas tranches: US\$ 750 milhões, com *spread* de 632 bps, em 7.7.2004, e US\$ 500 milhões, com *spread* de 398 bps, em 6.12.2004.

10/ A emissão do Euro-12 ocorreu em duas tranches: EUR 750 milhões, com *spread* de 482 bps, em 8.9.2004, e EUR 250 milhões, com *spread* de 448 bps, em 22.9.2004.

A dívida externa reestruturada totalizou US\$ 124 milhões em setembro de 2009, apresentando uma redução de US\$ 31 milhões em relação ao saldo de dezembro de 2008. Esta redução é explicada pela amortização do *Exit Bond* (BIB), única operação remanescente deste segmento da dívida externa.

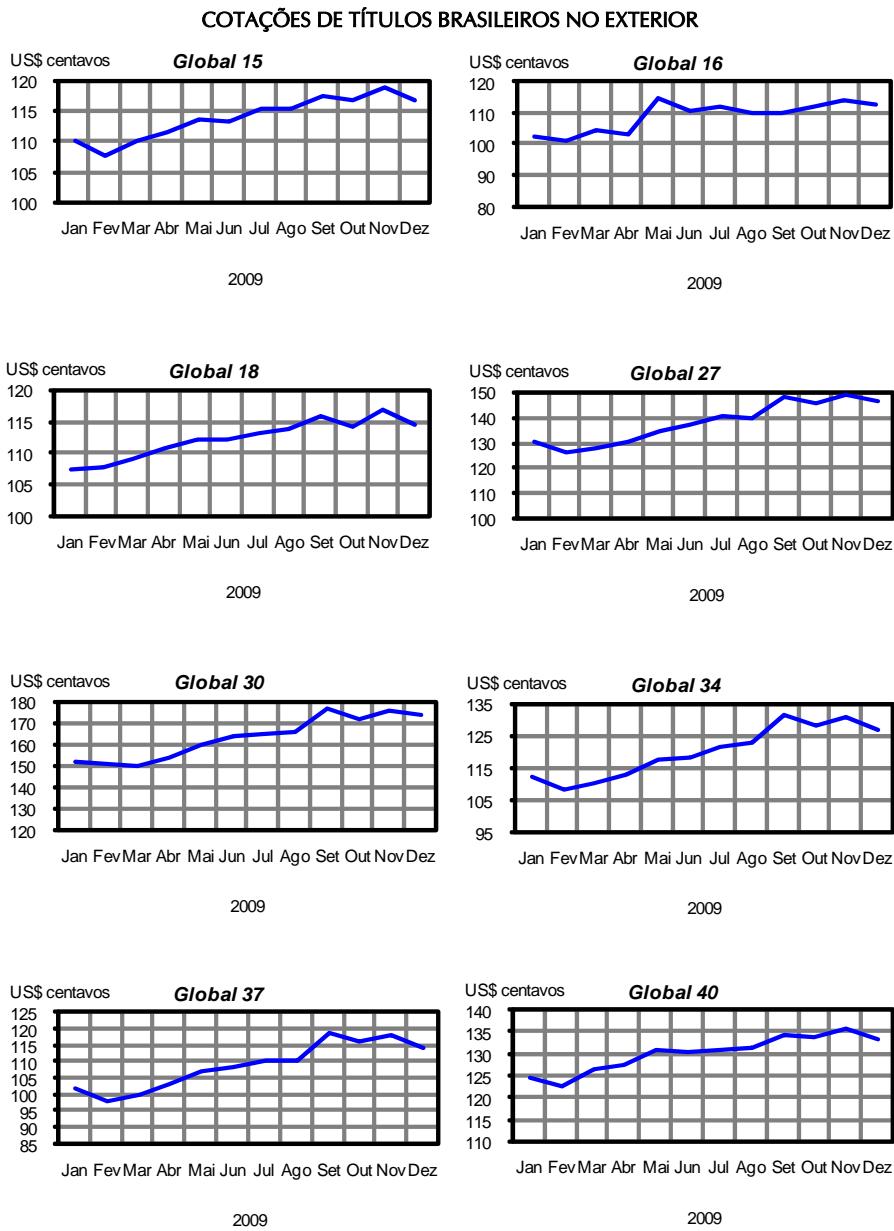
#### DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA – BRADIES, PRÉ-BRADIES E MYDFA

Discriminação	Saldo em 30.9.2009 US\$ milhões	Data de vencimento
<i>Capitalization Bonds</i> (C Bonds)	-	-
<i>Debt Conversion Bonds</i> (DCB)	-	-
<i>Discount Bonds</i>	-	-
<i>Eligible Interest Bonds</i> (EI)	-	-
<i>Front Loaded Interest Reduction Bond</i> (FLIRB)	-	-
<i>New Money Bond 1994</i> (NMB)	-	-
<i>Par Bonds</i>	-	-
<i>Exit Bond</i> (BIB) - (Pré-Bradies)	124	15.9.2013
<i>Multiyear Deposit Facility Agreement</i> (MYDFA)	-	-
<b>Total</b>	<b>124</b>	<b>-</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

## Títulos da dívida externa brasileira

Em 2009, o desempenho dos principais papéis da dívida externa brasileira foi favorável. De uma maneira geral, houve queda das cotações no primeiro bimestre do ano, mas com elevação dos preços a partir do bimestre seguinte até o final do ano.



Fonte: Banco Central do Brasil

A cesta contendo títulos da dívida externa brasileira, ponderados por liquidez, apresentou, ao longo de 2009, diferencial médio de remuneração em relação a títulos do Tesouro Americano (*spread*), calculado com base em observações diárias, de 306 pontos básicos, similar ao valor médio ocorrido em 2008, de 302 pontos básicos. Porém, ao contrário do ano anterior, ao longo de 2009 houve uma tendência de redução do índice de risco Brasil, principalmente no primeiro semestre. Assim, em 2009 o índice caiu de 428 pontos básicos para 192 pontos no fechamento do ano, sendo este último o valor mínimo atingido pelo índice no ano.



#### **2.3.10. Posição Internacional de Investimento (PII)**

## POSIÇÃO INTERNACIONAL DE INVESTIMENTO

POSIÇÃO INTERNACIONAL DE INVESTIMENTOS			
	2007	2008	US\$ milhões 2009-Set
Discriminação			
Posição internacional de investimento (A-B)	- 550 408	- 278 798	- 491 008
Ativo (A)	369 876	412 790	474 586
Investimento direto brasileiro no exterior	136 103	162 218	160 851
Participação no capital <sup>IV</sup>	107 556	121 415	124 217
Empréstimos intercompanhia	28 547	40 803	36 633
Investimentos em carteira <sup>V</sup>	23 178	21 307	22 335
Investimentos em ações	6 644	6 387	6 797
Títulos de renda fixa	16 534	14 920	15 539
Bônus e notas	7 846	6 352	6 972
Títulos de curto prazo	8 688	8 568	8 567
Derivativos	142	- 156	- 463
Outros investimentos	30 119	35 637	70 235
Crédito comercial (de fornecedores)	99	99	24 015
Empréstimos	785	5 602	16 110
Moeda e depósitos	22 543	24 776	24 641
Outros ativos	6 692	5 160	5 469
Dos quais títulos colaterais (juros)			
e cotas em organismos internacionais	1 076	1 326	1 560
Ativos de reservas	180 334	193 783	221 629
Passivo (B)			
Investimento estrangeiro direto	920 284	691 588	965 594
Participação no capital <sup>IV</sup>	309 668	287 697	384 681
Empréstimos intercompanhia	262 392	223 127	307 509
Investimentos em carteira	47 276	64 570	77 172
Investimentos em ações	509 648	287 533	460 136
No país	363 999	149 608	301 099
No exterior	165 708	71 350	152 072
Títulos de renda fixa	198 291	78 258	149 027
Bônus e notas	145 650	137 925	159 037
No país	145 650	137 925	159 037
No exterior	46 631	49 289	68 263
Médio e longo prazos	99 018	88 636	90 774
Curto prazo	93 079	85 107	87 551
Derivativos	5 939	3 529	3 223
Outros investimentos	1 771	2 450	2 477
Crédito comercial (de fornecedores)	99 197	113 908	118 300
Médio e longo prazos	5 197	6 241	3 466
Curto prazo	5 063	5 906	3 241
Empréstimos	134	335	224
Autoridade monetária	89 003	103 463	106 094
	14	10	4

(continua)

Discriminação	2007	2008	2009-Set
Passivo (B) (continuação)			
FMI	88 989	103 454	106 090
Outros empréstimos de longo prazo	56 162	70 873	72 005
Curto prazo	26 981	30 023	30 735
Demais setores	6 482	6 854	6 613
Médio e longo prazos	8 232	16 194	18 398
Organismos	14 467	17 802	16 258
Agências	32 827	32 580	34 086
Crédito de compradores	4 996	4 204	4 166
Empréstimos diretos	73	104	61
Curto prazo	4 923	4 101	4 105
Moeda e depósitos	-	-	4 574
Autoridade monetária	-	-	-
Bancos	-	-	-
Outros passivos	-	-	-

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui lucros reinvestidos.

2/ Contempla títulos de emissão de residentes.

Analisando-se a PII, observou-se aumento de 76,1% em seu passivo líquido, entre dezembro de 2008 e setembro de 2009, de US\$ 279 bilhões para US\$ 491 bilhões. A elevação da posição devedora da PII foi função, principalmente, do crescimento de US\$ 274 bilhões em seu passivo externo, o qual foi apenas parcialmente compensado pelo acréscimo de US\$ 62 bilhões verificado em seu ativo externo. Entre os fatores que mais contribuíram para a majoração do passivo externo, sobressaiu o aumento de US\$ 173 bilhões no estoque de investimento em carteira, bem como o crescimento de US\$

97 bilhões no estoque do investimento estrangeiro direto. Dentro do investimento em carteira, verificaram-se elevações de US\$ 151 bilhões no estoque de investimento em ações e de US\$ 21,1 bilhões no estoque de títulos de renda fixa. O estoque de outros investimentos subiu US\$ 4,4 bilhões. Com relação aos ativos externos, no período analisado, verificou-se incremento de US\$ 62 bilhões, resultante, em sua maior parte, dos aumentos de US\$ 27,8 bilhões das reservas internacionais e de US\$ 34,6 bilhões de outros investimentos. Nesta última categoria, destacou-se a elevação de R\$ 23,9 bilhões em créditos comerciais.

## 2.4 - HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS

### 2.4.1. Saneamento Financeiro de Estados e Municípios

#### 2.4.1.1. Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES

A Medida Provisória nº 2.192-70 (e edições anteriores) estabeleceu mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, pelos quais a União pôde, em relação às instituições financeiras estaduais: a) adquirir o controle, para privatizá-las ou extinguí-las; b) financiar a extinção ou transformação em instituição não financeira; c) financiar ajustes prévios para a privatização; d) financiar, parcialmente, programa de saneamento; e e) financiar a criação de agências de fomento, dentre outros. Com o encerramento do prazo de adesão ao PROES, ocorrido em 2000, a situação das instituições objeto dos contratos firmados ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, posição em 31.12.2009, encontra-se no seguinte estágio:

TABELA 2.4.1.1.a – PROES RESUMO

SITUAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Em Liquidação Ordinária	Banco do Estado do Acre S.A. – BANACRE
	Banco do Estado de Alagoas S.A. – PRODUBAN
	Banco do Estado do Amapá S.A. – BANAP
	Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A. – BANDERN
	Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S.A. – BDRN
	Banco de Desenvolvimento de Mato Grosso S.A. – BEMAT
	Banco do Estado de Rondônia S.A. – BERON
	Caixa Econômica do Estado de Goiás S.A. – CAIXEGO
	Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S.A. – MINASCAIXA
	Rondônia Crédito Imobiliário S.A. – RONDONPOUP
Extinto	Banco do Estado de Roraima S.A. – BANER
Privatizados	Banco do Estado do Amazonas S.A. – BEA
	Banco do Estado do Maranhão S.A. – BEM
	Banco do Estado da Bahia S.A. – BANEBO
	Banco do Estado de Goiás S.A. – BEG
	Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ
	Banco do Estado do Paraná S.A. – BANESTADO
	Banco do Estado de Pernambuco S.A. – BANDEPE
	Banco do Estado de Minas Gerais S.A. – BEMGE
	Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC
	Banco de Credito Real de Minas Gerais S.A. – CREDIREAL
Federalizados e incorporados pelo Banco do Brasil S/A.	Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC
	Banco do Estado do Piauí S.A. – BEP
Saneados	Banco do Estado de Sergipe S.A. – BANESE
	Banco do Estado do Espírito Santo S.A. – BANESTES
	Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARA
	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL
	Nossa Caixa Nosso Banco S.A.

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional.

#### 2.4.1.2. Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas

**Lei nº 7.976/89** - Financiamento e refinanciamento, no prazo de 20 anos, pela União, de dívidas de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de entidades de suas administrações indiretas, decorrentes de empréstimos-ponte ao amparo do Aviso MF 30/83 e sucedâneos, para pagamento de compromissos financeiros externos e de operações de créditos internas com base no disposto nos Votos CMN nº 340/87 e 548/87. Ao longo do exercício de 2009, a União recebeu os seguintes valores:

TABELA 2.4.1.2.a – LEI Nº 7.976/89

LEI Nº 7.976/89	R\$ mil VALORES RECEBIDOS
Voto CMN 340/87	653.834
Voto CMN 548/87	131.815
Aviso MF 030/83	185.291
<b>TOTAL</b>	<b>970.940</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

Em 31 de dezembro de 2009, venceram as últimas parcelas de principal e juros devidas pelos mutuários, tendo sido integralmente recuperados os montantes financiados aos devedores originais, com exceção daqueles valores inscritos em Dívida Ativa da União.

**Lei nº 8.727/93** - Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 20 anos, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios junto à União e sua administração indireta. Os recursos recebidos são transferidos pela União aos credores originais, exceto aqueles de sua titularidade que são utilizados para pagamento da dívida pública mobiliária interna da União. No exercício de 2009 foram recebidos R\$ 6.451.684 mil.

**Lei nº 9.496/97** - Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, pelo prazo de até 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados.

Considerando que os valores financiados pela União aos Estados, no âmbito do PROES, integram os saldos devedores dos contratos de refinanciamentos firmados ao amparo da Lei nº 9.496/97, durante o exercício de 2009 a União recebeu o total de R\$ 18.471.602 mil.

**Medida Provisória nº 2.185/2001 (e edições anteriores)** - Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito junto a instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios. Ao longo do exercício de 2009 a União recebeu R\$ 3.471.332 mil como prestações do refinanciamento.

**Medida Provisória nº 2.179-36, de 2001** - Crédito adquirido pela União junto ao Banco Central do Brasil

em 29.07.2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ, cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16.07.1998. No exercício de 2009 foram recebidos pelo Tesouro Nacional R\$ 966.348 mil.

#### 2.4.2. Empréstimos Concedidos

**Fundef** - Empréstimos concedidos pela União aos Estados, sob a égide da Lei nº 9.846, de 26.10.1999, para resarcimento em 8 anos a partir de Janeiro/2002, destinado à compensação parcial das perdas das Unidades Federativas em decorrência da aplicação da Lei nº 9.424/96, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef. Durante o exercício de 2009 a União recebeu o total de R\$ 247.806 mil, relativo às prestações vencidas no período considerado. A última parcela do empréstimo devida pelos Estados foi liquidada em 30 de dezembro de 2009, tendo sido recuperados integralmente os valores emprestados aos entes da federação.

#### 2.4.3. Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

Financiamento interno de obrigações externas inadimplidas, reestruturadas pela União no âmbito dos acordos: *Brazil Investment Bond Exchange Agreement - BIB*, para parcelas de principal de 1987 a 1993; e Dívida de Médio e Longo Prazos - DMLP, para parcelas de principal e juros de 1991 a 1994;. Foram resarcidos no exercício de 2009 ao Tesouro Nacional, pelos devedores originais, os seguintes montantes:

TABELA 2.4.3.a – DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA

DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA	R\$ mil VALORES RECEBIDOS
Brazil Investment Bond Exchange Agreement – BIB	20.191
Dívida de Médio e Longo Prazos – DMLP	1.156.478
<b>TOTAL</b>	<b>1.176.669</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

#### 2.4.4. Retorno de Repasses de Recursos Externos

Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União junto: à República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços; e ao BID, para o financiamento do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros - PNAFE. Ao longo do exercício de 2009, foram resarcidos ao Tesouro Nacional, pelos devedores, os seguintes montantes:

**TABELA 2.4.4.a – REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS**

REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS	R\$ mil VALORES RECEBIDOS
Acordo Brasil-França	7.704
Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE	101.855
<b>TOTAL</b>	<b>109.560</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

#### 2.4.5. Saneamento de Instituições Financeiras Federais

Créditos adquiridos pela União no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, originários de contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Empresas Estaduais e Municipais de Saneamento durante o exercício de 2009, foram repassados ao Tesouro Nacional pela Caixa Econômica Federal, Agente Financeiro da União relativamente aos ativos em foco, R\$ 605.521 mil.

#### 2.4.6. Aquisição de Valores Relativos a Participações Governamentais

Cabe a União receber créditos originários de participações governamentais devidos ao Estado do Rio de Janeiro e ao Estado do Espírito Santo, originários da exploração de petróleo e gás natural, e os devidos aos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de acordo com as disposições constantes dos respectivos contratos de cessão de créditos, por meio dos quais as referidas Unidades da Federação alienaram tais receitas à União. Ao longo do exercício de 2009 foram transferidos ao Tesouro Nacional R\$ 1.977.318 mil.

#### 2.4.7. Outros Créditos

**BNDES** - Crédito contratual da União junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, decorrente de desmembramento de dívida originária de contrato de cessão de créditos.

**Outros Créditos de Origem Externa** - reestruturação de dívidas de médio e longo prazos do setor público brasileiro junto aos credores privados estrangeiros, mediante emissão de bônus pela União.

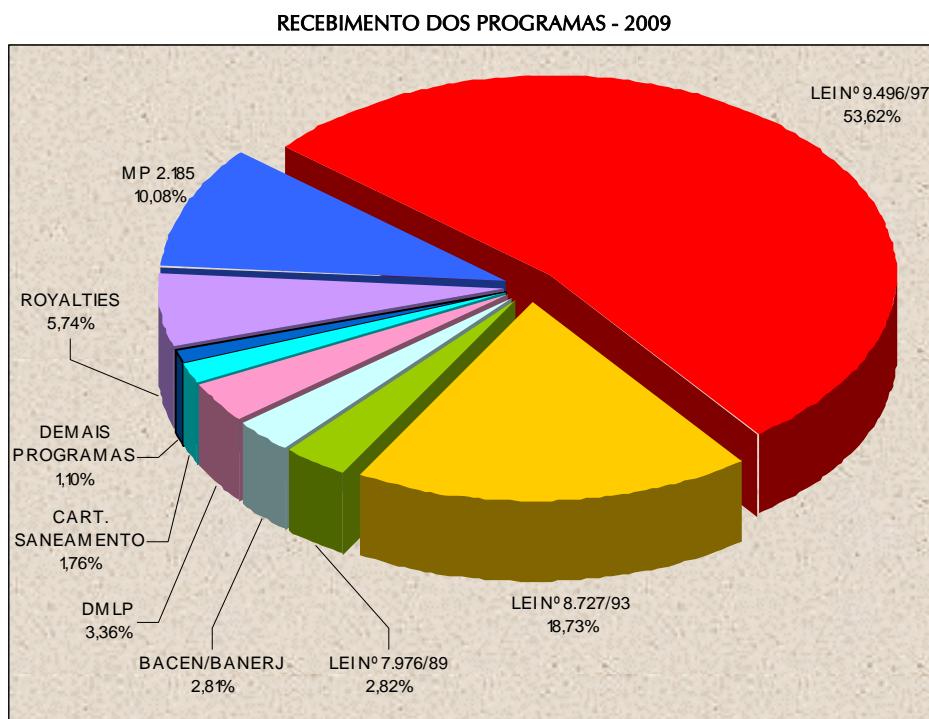
**TABELA 2.4.7.a – HAVERES FINANCEIROS – EXERCÍCIO 2008  
CONSOLIDADO DOS RECEBIMENTOS E SALDOS DEVEDORES**

PROGRAMAS	R\$ mil RECEBIMENTOS	R\$ mil ESTOQUE DE HAVERES EM 31/12/2009
AC. BRASIL-FRANÇA - DECRETO LEI Nº 857/69	7.704	51.641
BNDES	0	1.300.007
BRAZIL INVESTMENT BONDS – BIB	20.191	52.483
CARTEIRA DE SANEAMENTO	605.521	2.506.786
CONTAS DE RESULTADO A COMPENSAR CRC (*)	0	402.302
DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – DMLP	1.156.478	5.936.334
OUTROS CRED. ORIGEM EXT.	-	82.708
EMPRÉSTIMO BACEN / BANERJ - MP 2.179	966.348	10.858.312
FUNDEF	247.806	-
HONRA DE GARANTIA – OP. EXTERNA	-	191.354
LEI Nº 7.976/89 - MF 030	653.834	1.829
LEI Nº 7.976/89 - VOTO 340/87	131.815	965
LEI Nº 7.976/89 - VOTO 548/87	185.291	-
LEI Nº 8.727/93	6.451.684	37.630.680
LEI Nº 9.496/97	18.471.602	316.363.900
MP 2.185	3.471.332	50.343.196
AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS - ROYALTIES	1.977.318	11.197.391
PNAFE	101.855	445.004
<b>TOTAL</b>	<b>34.448.778</b>	<b>437.364.890</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

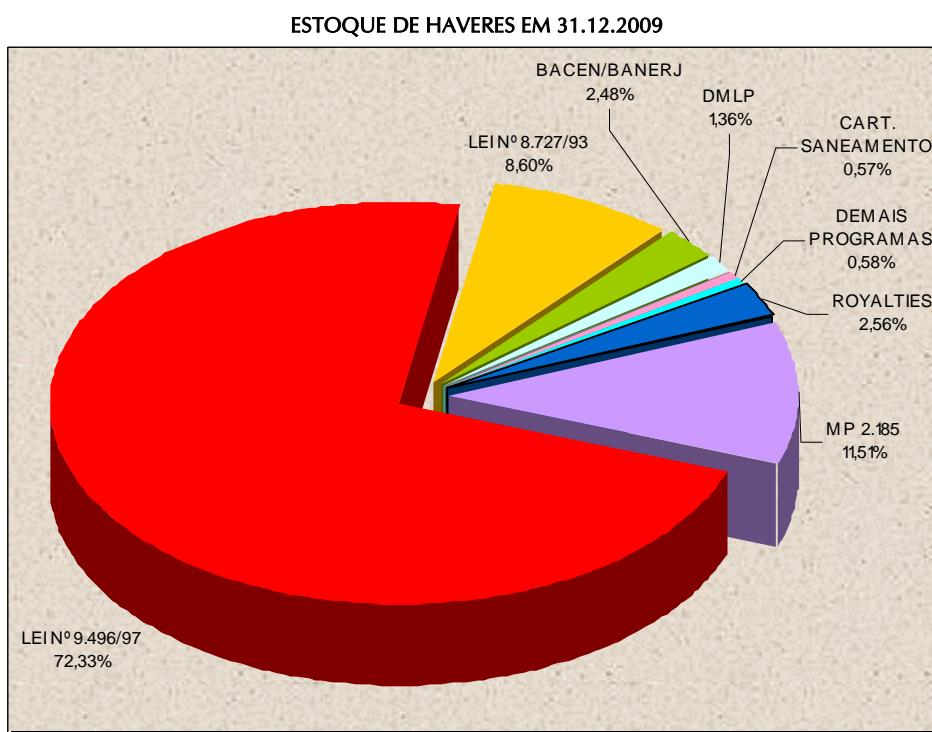
(\*) Devedor CSN

**GRÁFICO 2.4.7.a – ORIGEM DOS RECEBIMENTOS RELATIVOS AOS HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - EXERCÍCIO DE 2009**



Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

**GRÁFICO 2.4.7.b – ESTOQUE DE HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL EM 31/12/2009**



Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

## 2.5 - OUTROS HAVERES DO TESOURO NACIONAL

### 2.5.1. Haveres da União de Natureza Financeira

#### 2.5.1.1. Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH

O PSH é um programa de subsídio do Governo Federal, operado por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos agentes financeiros do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, cujo objetivo consiste em viabilizar o acesso à moradia para os segmentos de baixa renda familiar. Está regulamentado pela Lei nº 10.998, de 15 de dezembro de 2004, pelo Decreto nº 5.247, de 19 de outubro de 2004, e pela Portaria Interministerial nº 335, de 29 de setembro de 2005, a qual foi alterada pelas Portarias Interministeriais do Ministério da Fazenda e do Ministério das Cidades nº 611, de 28 de novembro de 2006, e nº 580, de 25 de novembro de 2008.

Com a edição da Lei no 11.124, de 16/06/2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, foi criado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, instituído o Conselho Gestor do FNHIS e estabelecido que as dotações do Orçamento Geral da União, classificadas na função de habitação, deverão constituir o FNHIS. Desta forma, a partir do ano de 2006, a dotação orçamentária do PSH foi definida ao Ministério das Cidades sob a supervisão do FNHIS. O valor empenhado e inscrito em restos a pagar em 2008, para serem pagos em 2009, foi de R\$ 199.577.098,69 (cento e noventa e nove milhões e quinhentos e setenta e sete mil e noventa e oito reais e sessenta e nove centavos). Desse valor, foram pagos no ano de 2009 R\$ 193.318.046,19 (cento e noventa e três milhões e trezentos e dezoito mil e quarenta e seis reais e dezenove centavos).

Além disso, foram destinados R\$ 201.000.000,00 para a ação 0703 – *Subsídio à Habitação de Interesse Social*, os quais não foram executados.

#### 2.5.1.2. Programa Minha Casa Minha Vida – municípios com população de até 50mil habitantes

O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, referente a municípios com população de até 50 mil habitantes, trata de programa do Governo Federal, cuja finalidade é apoiar estados e municípios no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que possibilitem o acesso à moradia digna, tendo como beneficiários aqueles detentores de renda familiar de até R\$ 1.395,00. Foi criado em 2009 e encontra-se regulamentado pela Lei no 11.977, de 07 de julho de 2009, pelo Decreto no 6.962, de 17 de setembro de 2009, pela Portaria Interministerial do Ministério da Fazenda – MF e do Ministério das Cidades - MCd no 484, de 28 de setembro de 2009, e pela Resolução no 3.768, de 29 de julho de 2009, do Conselho Monetário Nacional – CMN. Em 15/12/2009 foi realizada oferta pública de recursos às instituições financeiras e agentes financeiros habilitados a operar no Programa. As ofertas públicas têm suas condições específicas estabelecidas em portaria conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF e da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades – SNH/MCd. No ano foi empenhado o valor de R\$ 300.000.000,00 para a ação 0E64 - Subvenção Econômica destinada a Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 habitantes – NACIONAL, o qual foi inscrito em restos a pagar.

#### 2.5.2. Haveres financeiros da União, não Relacionados a Estados e Municípios

Os Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios são compostos, principalmente, de operações originárias da extinção de órgãos, entidades e empresas públicas, de privatizações, da realização de operações que envolvem várias entidades (operações estruturadas), e de operações de crédito rural. Encontram-se classificados em cinco grupos, conforme quadro a seguir, que apresenta também o saldo devedor desses créditos, com posição de 31.12.2009.

TABELA 2.5.2.a – HAVERES FINANCEIROS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – SALDOS DEVEDORES EM 31.12.2009

GRUPOS DE HAVERES	SALDOS R(\$)
HAVERES ORIGINÁRIOS DE ÓRGÃOS, ENTIDADES E EMPRESAS EXTINTAS	5.576.839.057,52
HAVERES ORIGINÁRIOS DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS	49.722.130.890,04
HAVERES ORIGINÁRIOS DE PRIVATIZAÇÕES	7.613.403.946,38
HAVERES ORIGINÁRIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	157.661.096.865,93
HAVERES ORIGINÁRIOS DO CRÉDITO RURAL.	15.031.503.011,79
<b>TOTAL</b>	<b>235.604.973.771,66</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

### **2.5.2.1. Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas**

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.029, de 12.04.90, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, a União deve suceder as entidades que venham a ser extintas ou dissolvidas, nos seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, ato administrativo ou contrato. Sendo assim, a titularidade dos créditos detidos pelas entidades públicas federais foi transferida à Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Nesse contexto, foram transferidos para controle desta Secretaria os ativos provenientes da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, extinta em 30.6.2006. Os montantes recebidos em 2009 pela União referente aos Encargos de Aquisição Emergencial – EAE e de Capacidade Emergencial - ECE totalizaram R\$ 15.990,70 e R\$ 6.191.569,24, respectivamente. Da mesma forma, relativamente aos haveres provenientes da Centrais de Abastecimento do Amazonas S/A - CEASA – AM, extinta por meio do Decreto 3.785 em 6.4.2001, merece destaque o encaminhamento de seis contratos para inscrição em DAU, em 2009, no valor de R\$ 328.885,62, permanecendo sob controle desta Secretaria outros sete contratos.

### **2.5.2.2. Haveres Originários de Operações Estruturadas**

Decorrem de operações realizadas entre a União e entidades públicas envolvendo, na maior parte das vezes, a aquisição de créditos mediante emissão de títulos representativos da dívida pública mobiliária federal. Dentre os créditos em questão, destacam-se aqueles decorrentes de Contratos de Financiamento, Recompra e Cessão de Créditos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Além disso, há os créditos provenientes da aquisição, pela União, de parcelas de arrendamento da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ e da extinta Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, bem como créditos a serem pagos pela ITAIPU, resultantes dos Contratos nº 424/TN e 425/TN – cessão de créditos pela Eletrobrás para pagamento de suas dívidas com o Tesouro Nacional, e, por fim, créditos decorrentes dos contratos de assunção, pela União, de dívidas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS junto a Instituições Financeiras.

Deve-se ressaltar que os contratos com o INSS, proveniente dos contratos celebrados entre aquela instituição com diversos Bancos, teve seu vencimento em 2009, que resta não quitado. Esta STN solicitou providências ao INSS, no sentido de regularizar a inadimplência dos referidos contratos, conforme Ofício nº 82/2009/GERAT/COFIS/SECAD-II/STN/MF-DF. Também foi informado que caso a pendência não seja regularizada, a instituição poderá ser inscrita no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, no termos da Lei nº 10.522, de 19.07.2002.

Relativamente aos contratos de cessão de crédito celebrados com a Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA,

os valores referentes às suas parcelas não têm sido transferidos em sua integralidade devido a penhoras judiciais trabalhistas. Conforme Nota Interna nº 001/PGU/AGU/DEJUT, encaminhada pela Advocacia-Geral da União – AGU por meio do Ofício nº 858/2007-PGU/AGU, de 18.6.2007, as perspectivas de reversão judicial dos créditos penhorados são mínimas. O volume total recebido, referente aos contratos da RFFSA, em 2009, foi de R\$ 389.394.924,38.

### **2.5.2.3. Haveres Oriundos de Privatizações**

São ativos decorrentes do pagamento parcelado do preço de venda de participações da União em empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização – PND. Nesse grupo destacam-se os ativos referentes às transferências ao BNDES das ações da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, ocorridas por meio dos Contratos de Transferência de Ações, Assunção das Dívidas e Pactos Adicionais (BNDES-FCVS, de 29.12.2000 e BNDES-FCVS II-CT 264, de 11.07.2006), celebrados entre a União e o BNDES com base na Lei nº 9.491, de 09.09.1997. Para pagamento das transferências efetuadas, foram realizados dois contratos de assunção de dívidas pelo BNDES cujas condições são semelhantes às dos títulos públicos utilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN para pagamento do débito originário do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS. Para as citadas operações, o saldo total em 31.12.2009 foi de R\$ 7.613.403.946,38 e encontra-se em situação de normalidade.

### **2.5.2.4. Haveres Originários de Legislação Específica**

Trata-se de haveres oriundos de operações do Tesouro Nacional, contratadas mediante autorização de legislação específica. Estão contemplados nessa categoria os créditos detidos pela União contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, decorrentes de Contrato de Financiamento e Cessão de Crédito em Caução, celebrado sob o amparo da Lei nº 9.639/98 e da Lei nº 9.711/98 e o crédito da ANDE – Administración Nacional de Electricidad, do Paraguai, resultante do empréstimo destinado à integralização do capital dessa entidade na empresa Itaipu Binacional, estando sob o amparo do Tratado de Itaipu. Merecem destaque, ainda, as operações realizadas com o BNDES, formalizadas por meio dos contratos nº 471/PGFN/CAF, 477/PGFN/CAF, 484/PGFN/CAF, 485/PGFN/CAF, 486/PGFN/CAF, 488/PGFN/CAF, e nº 500/PGFN/CAF, todas baseadas em legislações específicas.

O Contrato nº 471/PGFN/CAF trata de operação de financiamento no valor de R\$ 5.000.000.000,00, formalizado com base na Lei nº 11.805, de 6.11.2008, e da Medida Provisória nº 450, de 9.12.2008, constituindo fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do BNDES. O pagamento da amortização e dos juros remuneratórios ocorreriam em parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em fevereiro de 2014 e a última em dezembro de 2024.

O Contrato nº 477/PGFN/CAF refere-se à concessão de crédito pela União ao BNDES, no montante de R\$ 39.000.000.000,00, sob a forma de colocação direta, sendo a mesma realizada, inicialmente, em três tranches, com respaldo da Medida Provisória nº 453, de 22.1.2009. Em 12.6.2009, o Termo Aditivo ao referido Contrato alterou a operação citada para duas tranches, sendo uma na proporção de 33,33% do montante total, realizada em março de 2009, e outra com a proporção restante emitida em junho de 2009.

Já o Contrato nº 484/PGFN/CAF diz respeito à concessão de crédito de R\$ 8.702.418.518,45 por parte do Tesouro Nacional em favor do BNDES na forma direta de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna, nos termos da Lei nº 11.948, de 16.6.2009. Em contrapartida, o BNDES pagará a operação em 26 parcelas semestrais e sucessivas, com a primeira vencendo em setembro de 2016 e a última vencendo em março de 2029, enquanto os juros serão pagos em 40 parcelas semestrais e sucessivas, sendo a primeira em setembro de 2009 e a última em março de 2029.

Em julho de 2009 foi celebrado o Contrato nº 485/PGFN/CAF que teve como objeto a concessão de crédito no valor de R\$ 16.297.581.481,55 para o BNDES, sob amparo da Lei nº 11.948, de 16.6.2009. A amortização da operação ocorrerá em 156 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em agosto de 2016 e a última em julho de 2029. Já os juros serão pagos em 240 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira em agosto de 2009 e a última em julho de 2029.

O Contrato nº 486/PGFN/CAF trata da renegociação das dívidas, no valor de R\$ 16.150.597.926,53, originárias dos contratos nºs 440, 471 e 444/PGFN/CAF, nos termos da Lei nº 11.948, de 16.6.2009, alterada pela Medida Provisória nº 465, de 29.6.2009, mantendo-se a equivalência econômica com o valor do saldo das operações de crédito renegociadas.

Com base na Lei nº 11.948, de 16.6.2009, foi celebrado o Contrato de financiamento nº 488/PGFN/CAF entre a União e o BNDES, com objetivo de prover o Banco de recursos adicionais com vistas à ampliação de seus limites operacionais. O pagamento da remuneração será feita através de 356 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em janeiro de 2010 e a última em agosto de 2039. O pagamento do principal da dívida será feito através de 300 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira vencida em setembro de 2014 e a última em agosto de 2039.

Por fim, em outubro de 2009, a União e o BNDES assinaram o Contrato nº 500/PGFN/CAF, nos termos da Lei nº 11.948, de 16.6.2009, alterada pela Medida Provisória nº 465, de 29.6.2009, que trata do desmembramento de dívida do Contrato nº 477/PGFN/CAF, no valor de R\$ 6.000.000.000,00. Vale frisar que a referida operação visou a enquadrar a dívida desmembrada em Instrumento Híbrido de Capital e Dívida.

**TABELA 2.5.2.4.a – CONTRATOS FIRMADOS COM O BNDES EM 2009**

CONTRATO Nº	BASE LEGAL	VALOR (R\$)
471	Lei nº 11.805 e MP nº 450	5.000.000.000,00
477	MP nº 453	39.000.000.000,00
484	Lei nº 11.948	8.702.418.518,45
485	Lei nº 11.948	16.297.581.481,55
486	Lei nº 11.948	16.150.597.926,53
488	Lei nº 11.948	36.000.000.000,00
500	Lei nº 11.948	6.000.000.000,00

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

Dentro do mesmo escopo, deve-se ressaltar também que, em outubro de 2009, a União e a Caixa Econômica Federal - CAIXA celebraram o Contrato de Mútuo nº 504/PGFN/CAF, no valor de R\$ 6 bilhões, sob a forma de colocação direta, com respaldo da Medida Provisória nº 470, de 13.10.2009, cuja liberação foi dividida em duas tranches, sendo a primeira liberada em outubro/09, no valor de R\$ 2.000.399.697,60. Vale lembrar que o valor restante da referida operação será liberado em 2010.

## 2.5.2.5. Haveres Originários do Crédito Rural

**Securitização** - créditos decorrentes de alongamento de dívidas no âmbito da Lei nº 9.138/95 e Resolução CMN nº 2.238/96, no valor de até R\$ 200 mil por mutuário. Cumpre destacar que, em 2001, com a edição da Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações securitizadas com recursos do BNDES/FINAME. Além disso, foi assumido o risco das referidas operações que eram administradas pelo Banco do Brasil S.A.

**Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA** - operações oriundas da Resolução CMN nº 2.471/98, que estabeleceu as condições aplicáveis ao alongamento de dívidas originárias do crédito rural acima de R\$ 200 mil. Inicialmente, tratava-se tão somente de créditos das instituições financeiras junto aos mutuários. Em 2001, com o advento da MP nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações do PESA do Banco do Brasil.

**Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Fase II - Prodecer II** – consistiu na aquisição de operações oriundas do programa de cooperação entre os governos do Japão e Brasil com a participação do setor privado de ambos os países. Os créditos dessas operações foram adquiridos pela União, em 28.06.2001, junto ao Banco do Brasil, no âmbito da Medida Provisória nº 2.196-3/2001.

**Empréstimos do Governo Federal-Especial - EGF-Especial** - créditos decorrentes da regularização pela União, junto ao Banco do Brasil, de operações contratadas, a partir de 1992 de EGF/COV, por meio de contrato formalizado em 01.10.1998, nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 29.12.1966, na Lei nº 8.427, de 27.05.1992, na Lei nº 9.138, de 29.11.1995 e na Medida Provisória nº 1.692-28, de 28.09.1998, no

Decreto nº 1.647, de 11.01.1995, no Decreto nº 1.785, de 11.01.1996, e no Decreto nº 2.762, de 31.08.1998, e em 15.06.1999, nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 29.12.1966, na Lei nº 8.427, de 27.05.1992, na Lei nº 9.138, de 29.11.1995 e na Medida Provisória nº 1.764-37 de 02.06.1999, no Decreto nº 1.647, de 11.01.1995, no Decreto nº 1.785, de 11.01.1996 e no Decreto nº 2.762, de 31.08.1998. Na ocasião, a União adquiriu do Banco do Brasil os direitos litigiosos inerentes às ações judiciais em curso, decorrentes de quebras de peso, perdas em armazenagem ou depreciação dos produtos entregues.

#### **2.5.2.6. Administração de Créditos**

Cabe destacar que em 2009 a União realizou pagamentos ao Banco do Brasil para administração de seus créditos, conforme os seguintes contratos relacionados abaixo:

- Contrato de Administração de Créditos celebrado entre a União e o Banco do Brasil S. A, para o acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento agrícola cujos créditos foram adquiridos e desonerados de risco pela União. O valor total pago ao Banco do Brasil em 2009 foi de R\$ 35.132.162,01, referente ao período de dezembro/2008 a novembro/2009.
- Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a União e o Banco do Brasil S.A, para acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento de que era credor o extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A – BNCC. Em 2009, o valor disponibilizado para tal exercício não foi utilizado, uma vez que o Banco do Brasil não apresentou a prestação de contas relativa às despesas efetuadas naquele exercício.
- Contrato celebrado entre a União e o Banco do Brasil S.A., referente ao resarcimento, ao Banco, de despesas judiciais necessárias à condução das ações relativas aos processos de Empréstimo do Governo Federal – EGF-Especial. O valor total resarcido ao Banco do Brasil em 2009 foi de R\$ 78.009,72.

Adicionalmente, no intuito de oferecer maior transparência aos registros contábeis e demonstrar de forma realista o patrimônio da União, com base nos princípios contábeis da Oportunidade, Competência e da Prudência, foi implantada, em outubro de 2006, a Provisão para Crédito de Liquidação Dúvida – PDD relativamente aos haveres administrados pela COFIS. A PDD, objeto de recomendação do Acórdão nº 1800/2003 – TCU Plenário é instrumento constituído para reconhecer a expectativa de perda na realização de um haver. Para tanto, em 2009 foi efetuado lançamento do valor de R\$ 11.741.643.673,28 à conta 12.239.0000 – PROVISÃO P/PERDAS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS PATRIMONIAL, de forma a retificar o saldo da conta 12.231.000 - EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS, que registra no Ativo Realizável a Longo Prazo os créditos dos haveres em questão. Os haveres que mais contribuíram para tal provisão foram os

contratos relacionados ao INSS e à RFFSA, uma vez que eles apresentaram alto nível de inadimplência, e os valores ajuizados do BNCC, que não possuem previsão de recebimento. Os valores do INSS respondem por R\$ 2.354.691.381,04, os da RFFSA alcançam o valor de R\$ 4.284.501.390,61 e os haveres ajuizados do BNCC dizem respeito a R\$ 4.959.455.164,29 do valor total provisionado. A constituição dessa provisão implicou na redução do estoque de haveres e consequente aumento na Dívida Líquida do Tesouro Nacional, não afetando, porém, o Resultado Primário do Setor Público. Ressalte-se que a Dívida Líquida do Setor Público apurada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, também não sofreu alterações, uma vez que os dados necessários ao seu cálculo são obtidos junto ao Sistema Financeiro Nacional e os haveres provisionados não estão registrados naquele sistema.

#### **2.5.2.7. Recebimentos de Créditos**

Os recebimentos ocorridos no exercício de 2009 relativos aos Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios, encontram-se discriminados na tabela abaixo:

**TABELA 2.5.2.7.a – HAVERES FINANCEIROS – RECEBIMENTOS EM 2009**

CONTRATO	VALOR REALIZADO (R\$)
BNCC	1.217.617,69
BNDES	4.075.375.598,03
CAIXA – INSTRUMENTO HÍBRIDO	338.376.993,46
CDRJ	27.168.004,61
EFG-ESPECIAL	1.355.766,47
ELETROBRÁS - ITAIPU - CT 424 E 425	1.551.307.356,34
RFFSA	389.394.924,38
SIDERBRÁS	11.301.122,98
VOTO CMN – ANDE	11.922.000,00
CBEE	6.207.559,94
CEASA AMAZONAS	1.285.054,86
SECURITIZAÇÃO AGRÍCOLA – LEI Nº 9.138/95 (EXCETO BANCO DO BRASIL - BB)	113.042.143,00
SECURITIZAÇÃO AGRÍCOLA – MP Nº 2.196/01 (BB)	215.636.973,37
PESA	139.963.041,87
<b>TOTAL</b>	<b>6.883.554.157,00</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

#### **2.5.3. Haveres Mobiliários**

Ao final do exercício de 2009, a União possuía participação societária em uma empresa binacional, majoritária em 45 empresas (23 sociedades de economia mista e 22 empresas públicas) e minoritária em 76 empresas, das quais 9 são do setor de telecomunicações. As participações relacionadas a seguir referem-se, apenas, às participações diretas do Tesouro Nacional, não incluindo a participação acionária de entidades da Administração Indireta. A posição acionária de 31/12/2009 é preliminar e só estará confirmada após a aprovação dos balanços patrimoniais do referido exercício, que deverá ocorrer até abril de 2010.

**TABELA 2.5.3.a**  
**PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA UNIÃO EM**  
**SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA**

R\$1,00

Nº	EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO				% CAPITAL	
		QUANTIDADE DE AÇÕES			VALOR INTEGRALIZADO (R\$)	VOTO	TOTAL
		ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL			
1	BASA	2.873.357.979	-	2.873.357.979	1.168.141.967	96,92%	96,92%
2	BB	1.378.734.058	-	1.378.734.058	9.961.180.412	53,65%	53,65%
3	BNB	46.595.279	35.373.190	81.968.469	1.556.424.736	96,10%	94,21%
4	CASEMG	37.380.952.565	-	37.380.952.565	149.827.370	97,73%	92,96%
5	CBTU	10.209.636.645.741	-	10.209.636.645.741	4.855.301.687	100,00%	100,00%
6	CDC	2.154.383.958	2.154.383.957	4.308.767.915	64.283.728	84,61%	84,61%
7	CDP	1.023.893.207	1.023.893.206	2.047.786.413	169.807.095	100,00%	100,00%
8	CDRJ	436.560.794	436.560.793	873.121.587	1.753.373.240	99,99%	99,99%
9	CEAGESP	31.735.284	-	31.735.284	179.540.930	99,66%	99,66%
10	CEASA - MG	4.994.632	-	4.994.632	18.072.031	99,57%	99,57%
11	CODEBA	12.786.932.798	12.786.932.798	25.573.865.596	250.476.423	97,95%	97,95%
12	CODERN	10.865.734.716	10.865.734.716	21.731.469.432	122.032.398	100,00%	100,00%
13	CODESA	602.220.253	-	602.220.253	136.707.799	99,47%	99,47%
14	CODESP	73.822.955.604	73.836.817.218	147.659.772.822	506.962.370	99,96%	99,97%
15	CODOMAR	4.827.417.417	4.827.417.417	9.654.834.834	191.740.489	99,97%	99,97%
16	ELETROBRÁS	470.656.241	708	470.656.949	10.871.809.104	52,00%	41,56%
17	HCR - REDENTOR	2.714.004	898.510	3.612.514	565.653	54,28%	54,74%
18	HF- FÊMINA	4.504.426	-	4.504.426	352.257	50,00%	45,04%
19	HNSC - CONCEIÇÃO	108.511.622	4.530.000	113.041.622	7.446.071	100,00%	100,00%
20	IRB	500.000	-	500.000	515.000.000	100,00%	50,00%
21	PETROBRÁS	2.818.751.784	-	2.818.751.784	25.368.766.056	55,56%	32,13%
22	TELEBRÁS	797.188.353.086	11.532.134	797.199.885.220	304.824.456	89,88%	72,67%
23	TRENSURB	1.387.116.806	-	1.387.116.806	481.007.274	99,39%	99,39%
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 58.633.643.545</b>		

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

**TABELA 2.5.3.b**  
**PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA UNIÃO EM**  
**EMPRESA BINACIONAL**

R\$1,00

Nº	EMPRESA	EXPECTATIVA FUTURA DE CAPITAL			CAPITAL INTEGRALIZADO E AFAC		
		BRASIL	UCRÂNIA	TOTAL	BRASIL	UCRÂNIA	TOTAL
1	ALCÂNTARA CYCLONE	309.026.700	309.026.700	618.053.400	35.088.281	13.147.650	48.235.931

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

**TABELA 2.5.3.c**  
**PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA UNIÃO EM**  
**EMPRESAS PÚBLICAS**

Nº	EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO			VALOR INTEGRALIZADO (R\$)	% CAPITAL		
		QUANTIDADE DE AÇÕES				TOTAL	VOTO	
		ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS					
1	BNDES	6.273.711.452	-	6.273.711.452	20.260.881.347	100,00%	100,00%	
2	CEF	-	-	-	9.292.000.000	100,00%	100,00%	
3	CEITEC (1)	-	-	-	-	-	-	
4	CMB	-	-	-	245.992.736	100,00%	100,00%	
5	CODEBAR (2)	671.704.245	-	671.704.245	6.717.042	99,85%	99,85%	
6	CODEVASF	40.128.672	-	40.128.672	40.128.673	100,00%	100,00%	
7	CONAB	1.859.907	-	1.859.907	223.180.499	100,00%	100,00%	
8	CPRM	2.580.603	288.940	2.869.543	29.343.480	98,08%	97,33%	
9	DATAPREV	-	-	-	51.000.000	51,00%	51,00%	
10	EBC	200.000	-	200.000	176.859.208	100,00%	100,00%	
11	ECT	-	-	-	1.868.963.892	100,00%	100,00%	
12	EMBRAPA	-	-	-	62.000.000	100,00%	100,00%	
13	EMGEA	-	-	-	20.010.218.995	100,00%	100,00%	
14	EMGEPRON	-	-	-	57.008.258	100,00%	100,00%	
15	EPE	-	-	-	20.495.640	100,00%	100,00%	
16	FINEP	300.000.000	-	300.000.000	901.551.931	100,00%	100,00%	
17	HCPA	-	-	-	331.330.663	100,00%	100,00%	
18	HEMOBRÁS	-	-	-	115.940.000	100,00%	100,00%	
19	IMBEL	-	-	-	360.999.658	100,00%	100,00%	
20	INFRAERO	7.116.250	-	7.116.250	944.535.315	97,30%	97,30%	
21	SERPRO	-	-	-	617.264.462	100,00%	100,00%	
22	VALEC	8.090.009	-	8.090.009	2.643.139.392	100,00%	100,00%	
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 58.259.551.190</b>				

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

Notas:

(1) Em processo de constituição. A criação da Empresa foi autorizada pela Lei nº 11.759/2008 e Decreto nº 6.638/2008. Está prevista capitalização inicial no valor de R\$4,2 milhões (10% do capital subscrito).

(2) Em liquidação.

**TABELA 2.5.3.d**  
**PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA MINORITÁRIA DA UNIÃO**

Nº	EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO			VALOR INTEGRALIZADO (R\$)	% CAPITAL		
		QUANTIDADE DE AÇÕES				TOTAL	VOTO	
		ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS					
1	AGESPISA	595.964	1.124.142	1.720.106	8.104.440	0,4084%	1,1682%	
2	BRASAGRO	1.854.795	-	1.854.795	1.854.795	35,494%	35,4939%	
3	CAEMA	1.013.290	-	1.013.290	1.013.290	0,0701%	0,0701%	
4	CAERN	882.479	155.062	1.037.541	1.037.541	0,1879%	0,2209%	
5	CAGECE	-	17.970	17.970	181.289	0,0000%	0,0170%	
6	CAGEPA	41.987.615	281.445.419	323.433.034	137.679	0,0043%	0,0328%	
7	CASAL	694.302	42.056.682	42.750.984	108.801	0,0005%	0,0323%	
8	CELPE	38.267	122.911	161.178	1.274.896	0,0577%	0,2160%	
9	CEMAR	53.667	57	53.724	101.552	0,0333%	0,0327%	
10	CEPISA	2.663.808	11.378.549	14.042.357	200.844	0,0106%	0,0536%	
11	CHESF	-	193.837	193.837	19.501.465	0,0000%	0,4647%	
12	COELBA	145.381	-	145.381	418.861	0,1330%	0,0773%	
13	COMGAS	72.315	-	72.315	384.357	0,0770%	0,0604%	
14	COPENOR	-	58.045.040	58.045.040	984.523	0,0000%	0,8716%	
15	DESO	-	24.312.654	24.312.654	2.110.338	0,0000%	0,5122%	
16	DETEN	-	562.449.039	562.449.039	1.206.439	0,0000%	0,5887%	

Nº	EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO				% CAPITAL	
		QUANTIDADE DE AÇÕES			VALOR INTEGRALIZADO (R\$)	VOTO	TOTAL
		ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL			
17	ELETROPAULO	13.342.384	-	13.342.384	84.325.139	20,032%	7,9730%
18	EMBASA	33.333	336.939	370.272	2.621.526	0,0103%	0,0742%
19	ICC (1)	-	490	490	245.003	0,0000%	0,1306%
20	ITAÚ	14.795	12.100	26.895	264.776	0,0006%	0,0006%
21	METROBUS	158.851	49.147	207.998	207.998	0,6499%	0,8492%
22	METRO-RJ (1)	335.954.609	354.333.381	690.287.990	77.661.367	3,2655%	6,4862%
23	NORSAL	-	35.370	35.370	580.551	0,0000%	3,2606%
24	NOVACAP	219.400	-	219.400	11.721.698	43,880%	43,8800%
25	RENAVE	31.286.746	-	31.286.746	254.772	0,7426%	0,7426%
26	RIOTRILHOS	335.954.609	354.333.381	690.287.990	366.689.437	3,2655%	6,4862%
27	ENERGISA PB	364	1.435	1.799	619.822	0,0587%	0,1958%
28	SANTANDER	86.015	605.479	691.494	108.835	0,0000%	0,0002%
29	SNBP	4.670.000	-	4.670.000	862.651	10,000%	10,0000%
30	TBM	37.526	-	37.526	2.282.035	1,6855%	1,4003%
31	TERRACAP	245.000.000	-	245.000.000	77.889.480	49,000%	49,0000%
32	TIM	4.922	62.065	66.987	220.494	0,0006%	0,0027%
33	VALE	56.712	12	56.724	501.492	0,0017%	0,0011%
34	VIVO	650	7.254	7.904	173.187	0,0005%	0,0020%
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 665.851.373</b>			

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional.

Observação: A tabela contempla apenas as participações societárias minoritárias detidas pela União acima de 10% do capital ou cuja avaliação seja superior a R\$100 mil.

Nota: (1) Em liquidação (controle indireto da União).

Além das participações acionárias, a União detém quotas em fundos e organismos internacionais, conforme tabelas a seguir:

**TABELA 2.5.3.e**  
**PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS**

FUNDOS	TOTAL			PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO		%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 1,00
	QUANTIDADE	VALOR DA QUOTA	VALOR TOTAL	QUANTIDADE	VALOR			
<b>FINAM (1)</b>	923.937.692.540	0,0002616	241.679.419,34	14.869.525	3.889,50	0,0018%	241.679.419,34	
<b>FINOR (1)</b>	190.559.106.000	0,0009408	179.273.000,00	377.759	355,38	0,0002%	179.273.000,00	
<b>FND(2)</b>	2.363.261.782	0,9623	2.274.166.812,82	1.260.969.559	1.213.431.006,17	76,40%	2.274.166.812,82	
<b>FGP(2)</b>	1.084.559.783	1.920.6467	2.083.056.157,86	1.084.559.783	2.083.056.157,86	100,00%	2.083.056.157,86	
<b>FGHAB (3)</b>	60.112.684	1,17072	61.293.000,00	60.112.684,00	61.293.000,00	100% (4)	61.293.000,00	
<b>FGI (3)</b>	580.308.078	1	580.308.078,00	580.308.078	580.308.078,00	100,00%	580.308.078,00	
<b>FGO (3)</b>	580.308.058	1	580.308.057,92	580.308.058	580.308.057,92	100,00%	580.308.057,92	
<b>TOTAL</b>			<b>6.000.084.526</b>		<b>4.518.400.545</b>			<b>6.000.084.526</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional.

Notas:

(1) Quotas avaliadas pelo valor patrimonial.

(2) Quotas avaliadas pelo valor de mercado.

(3) Valor de integralização

(4) Na integralização inicial do Fundo, a União era a única cotista, posteriormente a CAIXA também adquiriu cotas.

**FINAM** - Fundo de Investimentos da Amazônia - posição em dez/2008. OBS: O Patrimônio Líquido do FINAM, em 31/12/09, foi de R\$ 144.470.871,03, sendo a participação da União de R\$ 2.587,84 conforme informação obtida em janeiro de 2010.

**FINOR** - Fundo de Investimentos do Nordeste - posição em dez/2008. OBS: O Patrimônio Líquido do FINOR, em 31/12/09, foi de R\$ 189.587.039,85, e a participação da União, de R\$ 305,98 conforme informação de janeiro de 2010.

**FND** - Fundo Nacional de Desenvolvimento - posição em 18/12/2009

**FGP**- Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas posição em Nov/2009

**FGHAB**- Fundo de Investimento Garantidor Habitacional - posição de integralização - maio/09

**FGI**- Fundo Garantidor para Investimento - posição ago/09

**FGO** – Fundo de Garantia de Operações – posição ago/09

**TABELA 2.5.3.f**  
**PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

US\$ milhões

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INSTITUIÇÃO	DATA DE ADMISSÃO	CAPITAL SUBSCRITO				PODER DE VOTO DO BRASIL (%)	POSIÇÃO		
			REALIZADO (A)			EXIGÍVEL (B)				
			PAGO	A PAGAR	TOTAL					
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	BAD	24/6/1983	14,9	0	14,9	134,1	149	0,47		
	BID	7/12/1959	857,8	151,7	1.009,50	10.393,80	11.403,30	-		
	-BID-CO	7/12/1959	424,3	40,8	465,1	10.393,80	10.858,90	10,75		
	-BID-FOE	7/12/1959	433,5	110,9	544,4	0	544,4	5,56		
	CAF	23/5/1996	334,2	233,8	568	126	694	N.d.		
	CII	30/6/1986	77,7	0	77,7	0	77,7	11,02		
	FAD	23/11/1973	195,7	12,5	208,2	0	208,2	0,42		
	FIDA	2/11/1978	44	23,9	67,9	0	67,9	0,92		
	FONPLATA	25/11/1974	116,7	0	116,7	13,3	130	20		
	FUMIN	23/5/1995	20	8,3	28,3	0	28,3	2,04		
MINISTÉRIO DA FAZENDA	BIRD	14/1/1946	245,5	0	245,5	3.770,10	4.015,60	2,07		
	AID	15/3/1963	581,1	0	581,1	0	581,1	1,62		
	CFI	31/12/1956	39,5	0	39,5	0	39,5	1,65		
	MIGA	7/1/1993	5,4	0	5,4	22,84	28,2	1,3		
	<b>TOTAL</b>		<b>2.532,47</b>	<b>430,2</b>	<b>2.962,60</b>	<b>14.460,20</b>	<b>17.422,80</b>	-		

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria de Assuntos Internacionais; Ministério da Fazenda/Secretaria de Assuntos Internacionais.

Realizado/Integralizado – Notas promissórias emitidas.

#### 2.5.3.1. Principais Variações nas Participações Societárias da União em 2009

**Aumento de capital de empresas:** Foram efetuados, em 2009, aumentos de capital, no montante de R\$ 13,79 bilhões, decorrentes, em grande parte, de créditos originados de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), incorporação de reservas, incorporação de empresas e capitalização com ações, conforme discriminado no quadro abaixo.

**TABELA 2.5.3.1.1.a**  
**AUMENTO DE CAPITAL EM 2009**

R\$ mil		
EMPRESA	VALOR	ORIGEM DOS CRÉDITOS
		SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
BB	4.787.014	Incorporação de reservas, ajuste, incorporação do Nossa Caixa
BNB	353.000	Incorporação de reservas
CBTU	146.014	AFAC
CDC	11.184	Incorporação de Créditos
CDP	8.223	AFAC
CDRJ	134.386	Incorporação de Créditos
CODEBA	7.561	Incorporação de Créditos/AFAC
CODERN	23.072	AFAC
CODESA	3.537	Incorporação de Créditos/AFAC
CODESP	45.411	Incorporação de Créditos
TRESURB	14.435	AFAC
<b>PÚBLICAS</b>		
BNDES	4.381.474	Capitalização c/ ações
BNDES	2.000.000	Lucros acumulados de 2007
CMB	102.000	Reservas
EBC	490	Lucros acumulados de 2008
FINEP	524.000	Cotas do FND
INFRAERO	82.206	AFAC e incorporação de reservas
TELEBRÁS	200.000	AFAC
VALEC	898.600	AFAC e atualização monetária
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>13.792.207</b>	

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: AFAC: Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

**Redução de capital:** A Companhia Docas do Ceará S.A. – CDC, a Companhia Docas do Rio Grande do Norte S.A. – CODERN, e a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos tiveram seus capitais sociais reduzidos, para abater prejuízos acumulados, nos valores de R\$ 10,7 milhões, R\$ 31,1 milhões, e R\$ 479,7 milhões, respectivamente.

**Capitalização de Empresa com ações:** A União capitalizou o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – com ações, em 15.09.2009, conforme Decreto 6.951/2009, no valor de R\$ 4.381.474.314,44.

**Constituição de fundos:** A Lei nº 12.058/2009, alterou o limite global autorizado para a União participar no Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN, de R\$ 1.000,00 milhão, conforme havia autorizado a Lei 11.786/2008, para R\$ 5.000,00 milhões, para formação de seu patrimônio.

A Lei nº 11.943/2009, autorizou a subscrição pela União de cotas do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica – FGEE, que terá por finalidade prestar garantias proporcionais à participação, direta ou indireta, de empresa estatal do setor elétrico, em sociedades de propósito específico, constituídas para empreendimentos de exploração da produção ou transmissão de energia elétrica, no Brasil e no exterior, constantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, ou referentes a programas estratégicos, eleitos por ato do Poder Executivo, em financiamentos concedidos por instituição financeira. Os Decretos de nº 6.902/2009, e de nº 6.951/2009, autorizaram o resgate de 45.000.000 e 15.000.000 ações de emissão do Banco do Brasil, respectivamente, que estão depositadas no FGP – Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas, e sua subscrição no FGEE.

A Lei nº 11.977/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, autorizou a União a participar, até o limite de R\$ 2.000,00 milhões, do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGhab, que terá por finalidades garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário final, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos; bem como assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte e invalidez permanente, e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel para mutuários com renda familiar mensal de até dez salários mínimos.

A Lei nº 12.087/2009, autorizou a União a participar, no limite global de até R\$ 4.000,00 milhões, de fundos que tenham por finalidade garantir diretamente o risco em operações de crédito para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, empresas de médio porte, nos limites definidos no estatuto do fundo, e autônomos, na aquisição de bens de capital, nos termos definidos no estatuto do fundo. Essa

Lei autorizou a União também a participar, no limite global de até R\$ 1.000,00 milhão, de fundos que, atendidos os requisitos fixados nessa Lei e em regulamento, tenham por finalidade garantir o risco de crédito de operações de financiamento de investimento realizadas com produtores rurais e suas cooperativas.

**Capitalização de Fundos com ações:** A União subscreveu ações no FGhab – Fundo Garantidor da Habitação Popular, nos termos do Decreto 6.820/2009 e da Portaria MF 160, de mesma data, no valor de R\$ 50.051.750,00. Além disso, a União subscreveu ações em Fundos Garantidores do Risco de Crédito, quais sejam: FGI – Fundo Garantidor para Investimentos e FGO – Fundo de Garantia de Operações, nos termos do Decreto 6.889/2009, e da Portaria MF 361/2009, nos valores de R\$ 580.308.078,93 e de R\$ 580.308.057,92, respectivamente.

**Transferência de ações para a União:** Foram transferidas para a União, em 10 de dezembro de 2009, 48.604 ações ordinárias de emissão da COSESP – Cia de Seguros do Estado de São Paulo, por sucessão, nos termos da Lei 10.233, de 11.05.2001 e do Decreto 6.018, de 22.01.2007, da RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A., extinta pela MP 353, de 22.01.2007, convertida na Lei nº 11.483, de 31.05.2007.

**Resgate de cotas e ações em Fundos:** A União resgatou, em 15 de setembro de 2009, 40.000.000 ações ordinárias da Eletrobrás e 60.904.902 ações preferenciais do tipo “A” da Vale, que estavam depositadas no FGP – Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas, para a subscrição no BNDES, conforme autorizado pelo Decreto nº 6.951, de 27.08.09. Esse mesmo Decreto autorizou, ainda, o resgate de 15.000.000 ações de emissão do Banco do Brasil que estão depositadas no FGP para integralização no FGEE. Além disso, o Decreto 6.902, de 20.07.09, autorizou o resgate de 45.000.000 ações também de emissão do Banco do Brasil para integralização também no FGEE. A União resgatou ainda, em 18.12.09, 544.528.733,24 cotas do FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento, no valor de R\$ 524 milhões, para capitalização da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, conforme autorizado em Decreto s/n de 15 de dezembro de 2009.

**Reestruturação Societária e Mudança de Denominação Social:** A Telemig Celular Participações foi incorporada pela VIVO Participações S.A. conforme AGE de 27 de julho de 2009, sendo seu registro cancelado pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários em 8 de setembro de 2009. Assim, as 68 ações preferenciais que a União possuía na Telemig Celular Participações foram convertidas em 93 ações preferenciais da VIVO Participações S.A.. A Brasil Telecom Participações S.A. foi incorporada pela Brasil Telecom S.A. em 3 de novembro de 2009, conforme Protocolo e Justificação de Incorporação da Brasil Telecom Participações pela Brasil Telecom. De acordo com a taxa de conversão constante no Protocolo citado, as 643 ações ordinárias e 1.131 ações preferenciais que a União possuía na Brasil

Telecom Participações foram convertidas em 977 ações ordinárias e 1.028 ações preferenciais de emissão da Brasil Telecom S.A. Ainda em 2009, houve a incorporação da Caraíba Metais S.A pela Paranapanema S.A., conforme AGE de 13 de novembro de 2009. A União possuía 6.276 ações PNC de emissão da primeira que foram convertidas em 43.556 ações ordinárias da segunda. Por fim, foi aprovada na AGE do Banco do Brasil de 30 de novembro de 2009 a incorporação do Banco Nossa Caixa, o que ocasionou aumento de capital no primeiro.

**Empresas em liquidação:** Continuam em processo de liquidação a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro – METRÔ-RJ, em virtude da criação da Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS, nos termos do Decreto Estadual nº 28.313, de 11.05.2001; a Indústria Carboquímica Catarinense S.A. – ICC, que entrou em liquidação após aprovação na Assembléia Geral Extraordinária de 28.03.1994; e a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena – CODEBAR, conforme Decreto 6.182 de 03.08.2007.

**Dividendos arrecadados pela União:** A arrecadação de dividendos para a União, pelo critério de caixa, em 2009, atingiu o montante de R\$ 23,19 bilhões, superior em 73,71% à obtida no exercício de 2008, que foi de R\$ 13,35 bilhões. As empresas recolheram os recursos referentes a dividendos para os seguintes órgãos:

**TABELA 2.5.3.2.a  
ARRECADAÇÃO DE DIVIDENDOS/JCP PELA UNIÃO**

ÓRGÃOS	R\$1,00
Ministério da Fazenda - STN	22.770.180.394,95
Fundo de Garantia à Exportação	322.820.831,74
Fundo Nacional de Desenvolvimento	82.918.763,07
Órgãos da Adm. Indireta - Orç. Fiscal e Seg.	11.550.072,22
<b>TOTAL</b>	<b>23.187.470.061,98</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

O valor recolhido à Secretaria do Tesouro Nacional – STN como dividendos totalizou R\$ 22,77 bilhões, superior em 74,33% ao obtido em 2008. Vale salientar que a quantia arrecadada também superou o valor previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA 2009, estimado em R\$ 9,80 bilhões. O significativo crescimento foi resultado do aumento substancial dos dividendos pagos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que representou 48% da arrecadação de 2009, e do crescimento de 40,69% no recolhimento da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás em relação ao exercício de 2008. O aumento na arrecadação do BNDES ocorreu em virtude da decisão da empresa em distribuir o saldo remanescente da conta de Lucros Acumulados na forma de dividendos. Quanto à Petrobrás, o incremento deveu-se a antecipações dos dividendos relativos ao exercício de 2009.

Cabe ressaltar que, no SIAFI, está registrada a importância de R\$ 26,27 bilhões como dividendos arrecadados, uma vez que neste total foram contabilizados R\$ 3,5 bilhões, que correspondem ao valor do contrato de cessão onerosa por parte da União dos direitos a rendimentos decorrentes da participação societária detida na Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. Dos R\$ 26,27 bilhões arrecadados pela STN, R\$ 17,44 bilhões foram depositados diretamente na Conta Única do Tesouro e R\$ 8,14 bilhões foram pagos em títulos públicos federais.

As entidades dependentes, como a Codevasf e a EBC, por exemplo, efetuaram o pagamento de dividendos ao Tesouro Nacional utilizando a GRU-Intra, sensibilizando a conta de receita 4.7.3.2.2.00.00. O valor total dos dividendos pagos por essas empresas foi de R\$ 5,26 milhões. Para as demais empresas, não integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, a contabilização permaneceu na conta de receita 4.1.3.2.2.00.00 – Dividendos, totalizando, para essas empresas, o montante de R\$ 26,26 bilhões, após retificações (O valor de R\$26,26 bilhões corresponde ao saldo da conta 4.1.3.2.2.00.00, subtraído das retificações (4.9.8.0.0.00.00), no valor de R\$5,26 milhões).

**TABELA 2.5.3.2.b**  
**ARRECADAÇÃO DE DIVIDENDOS PELA UNIÃO – 2005 a 2009**

TIPO DE EMPRESA	2005	2006	2007	2008	R\$ milhões 2009
Sociedade de Economia Mista	2.571,53	4.668,96	4.322,30	4.311,17	8.549,74
Empresa Pública	2.029,48	4.559,98	2.238,69	8.617,98	14.070,55
Minoritária	86,48	43,98	94,88	105,67	125,02
FND	29,67	15,21	32,17	26,77	24,88
<b>TOTAL</b>	<b>4.717,16</b>	<b>9.288,14</b>	<b>6.688,05</b>	<b>13.061,59</b>	<b>22.770,18</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional.

### 2.5.3.2. Recebimento de Prêmio de Debêntures

Em 2009, o Tesouro Nacional recebeu, a título de remuneração pela propriedade de 136.652.272 debêntures da Companhia Vale do Rio Doce, a importância total de R\$ 5.314.200,78, registrada na conta de receita 4.1.3.2.3.00.00 – Participações.

## 2.6 - GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

### 2.6.1. Variação do Estoque da Dívida Pública Federal

A Dívida Pública Federal – DPF de responsabilidade do Tesouro Nacional apresentou, no ano de 2009, crescimento nominal de 12,96%, o que corresponde, em termos reais, a um crescimento de 14,94%, deflacionada pelo IGP-M (-1,72%). A dívida interna observou crescimento nominal de 15,83%, enquanto a dívida externa registrou uma redução de 25,31%. Na Tabela a seguir, estão discriminadas mais detalhadamente as variações de cada um dos itens que compõem a Dívida Pública Federal.

**TABELA 2.6.1.a**  
**DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL**

Mapa Analítico - DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL - CONSOLIDADO	DEZ/08	DEZ/09	R\$ milhões VARIAÇÃO
DÍVIDA TOTAL (A + B)	1.904.291	2.151.159	12,96%
A. DÍVIDA INTERNA	1.771.779	2.052.185	15,83%
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	1.275.081	1.410.919	10,65%
I.1 LFT, LTN, NTN e outros	1.255.249	1.394.345	11,08%
I.2 DÍVIDA SECURITIZADA	15.089	12.058	-20,09%
I.3 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA (TDA)	4.743	4.516	-4,79%
II. DÍVIDA COM O BACEN	496.698	641.266	29,11%
B. DÍVIDA EXTERNA	132.512	98.974	-25,31%
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	100.925	78.904	-21,82%
I.1. Bônus de Renegociação	369	220	-40,38%
I.2. Bônus de Captação	100.556	78.684	-21,75%
II. DÍVIDA CONTRATUAL	31.587	20.070	-36,46%

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

OBS: 1) A divergência entre o estoque informado no “Relatório Anual da Dívida Pública – 2008”, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e a tabela acima decorre da metodologia contábil usada neste relatório em contraposição com a metodologia econômica daquele.

2) Para a Dívida Externa foram utilizados os câmbios de US\$ 1/R\$ 1,7713 (dez/2007) e US\$ 1/R\$ 2,3370 (dez/2008).

### 2.6.1.1. Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) em Poder do PÚBLICO

No âmbito da Dívida Pública Federal, a Dívida Mobiliária Interna em Poder do PÚBLICO é o instrumento básico de gestão, sendo aquele que, em última instância, determina a dinâmica da evolução da composição, dos prazos e riscos do endividamento do Governo Federal. No exercício de 2009, a dívida mobiliária em poder do

público (DPMFi), conceito de maior relevância na gestão da dívida pública, obteve variação nominal de 15,83%, e uma variação de 17,85% em termos reais (deflator: IGP-M). A parcela do estoque da DPMFi representada pelas LFT, LTN, NTN e outros títulos (item A-I.1 da tabela anterior) aumentou devido à apropriação de juros nominais de R\$ 133,6 bilhões, uma vez que houve resgate líquido de R\$ 30,5 bilhões. Além disso, as emissões por colocação direta (não financeiras) foram

compensadas apenas em uma parte pelos cancelamentos realizados no período, correspondendo a um aumento líquido da dívida de R\$ 35,9 bilhões.

**TABELA 2.6.1.1.a**  
**DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO ESTOQUE DA DPMFI  
(LFT, LTN E OUTROS) EM MERCADO – 2009**

	R\$ milhões
<b>Estoque inicial (dez/08)</b>	<b>1.255.249</b>
(+) Emissões líquidas (A) - (B)	-30.500
(A) Emissões por Oferta Pública	351.842
(B) Pagamentos	382.342
- Principal	300.520
- Encargos	81.822
(+) Emissões por Colocação Direta	108.523
(-) Cancelamentos	72.563
(+) Transferência de Carteira	0
(-) Ajuste de Cálculo	-18
(+) Juros Nominais – Competência	133.654
- Inflação Relevante (*)	-20.726
- Juros Reais	154.380
<b>Estoque final (dez/09)</b>	<b>1.394.345</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

(\*) O índice utilizado foi o IGP-M.

Os cancelamentos totalizaram R\$ 72,6 bilhões, sendo que, desse montante, R\$ 65,9 bilhões referem-se às operações de trocas realizadas nos leilões de NTN-B, LFT e LTN e R\$ 6,7 bilhões correspondem a outros cancelamentos.

### 2.6.1.2. Dívida Securitizada em Poder do PÚBLICO

O estoque da Dívida Securitizada em mercado ficou em R\$ 12,0 bilhões em 2009, contra R\$ 15,0 bilhões de dez/08, significando uma variação nominal negativa de 20,1% e uma variação real também negativa, deflacionada pelo IGP-M, de 18,7%. Essa redução no estoque é explicada pelos cancelamentos de R\$ 2,9 bilhões, e pelo resgate líquido de R\$ 849 milhões, compensados pela apropriação de juros nominais de R\$ 799 milhões.

**TABELA 2.6.1.2.a DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO  
ESTOQUE DA DÍVIDA SECURITIZADA-2009**

	R\$ milhões
<b>Estoque inicial (dez/08)</b>	<b>15.089</b>
(+) Emissões líquidas (A) - (B)	-849
(A) Emissões	1.078
(B) Pagamentos	1.927
- Principal	1.463
- Encargos	464
(-) Cancelamentos	2.981
(+) Transferência de Carteira	0
(+) Juros Nominais – Competência	799
<b>Estoque final (dez/09)</b>	<b>12.058</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

Os cancelamentos ocorridos foram os seguintes:

- R\$ 2,5 bilhões referem-se aos títulos da dívida securitizada recebidos como forma de pagamento de dividendos da Caixa Econômica Federal;
- R\$ 207,7 milhões referem-se aos títulos da dívida securitizada que foram aceitos nos leilões de NTN-B e LTN;
- R\$ 120,3 milhões referem-se a abatimento de dívida dos estados conforme Lei 9496 de 11/09/97
- R\$ 88,0 milhões referem-se aos títulos da dívida securitizada que foram trocados por NTN-B, NTN-F e LTN com a Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, com base na MP 2.196, de 24/08/2001.

### 2.6.1.3. Títulos da Dívida Agrária – TDA

O estoque em TDA teve uma redução nominal de 4,78% e real negativa de 3,11%. Houve resgate líquido desses papéis no montante de R\$ 279 milhões.

**TABELA 2.6.1.3.a**  
**DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO  
ESTOQUE DOS TDA – 2009**

	R\$ milhões
<b>Estoque inicial (dez/08)</b>	<b>4.743</b>
(+) Emissões líquidas (A) - (B)	-279
(A) Emissões	722
(B) Pagamentos	1.001
(-) Cancelamentos	201
(-) Ajuste de Cálculo	0
(+) Juros Nominais - Competência	253
<b>Estoque final (dez/09)</b>	<b>4.516</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

O quadro a seguir apresenta resumo das emissões ao mercado realizadas no período, segundo os respectivos programas e determinações legais:

**TABELA 2.6.1.3.b**  
**RESUMO DAS EMISSÕES AO MERCADO – 2009**

PROGRAMA	CARACTERÍSTICAS
<b>Dec. 1.068/94</b>	Emissões de títulos no âmbito do PND.
<b>VALOR EMITIDO</b>	<b>R\$ 1,5 milhões</b>
<b>Dec. 6018/07 e Dec. 1.647/05</b>	Emissões realizadas com o objetivo de assunção, renegociação e quitação de dívida de empresas públicas com o Tesouro Nacional.
<b>VALOR EMITIDO</b>	<b>R\$ 51,1 milhões</b>
<b>Lei 10.179/01 e MP 2.196/01</b>	Emissões realizadas com amparo na Lei nº 10.179/2001, com o objetivo de alteração do perfil da carteira, em permuta por outros ativos de responsabilidade do Tesouro Nacional, observada a equivalência econômica dos créditos.
<b>VALOR EMITIDO</b>	<b>R\$ 294,6 milhões</b>
<b>PROEX</b>	Programa de Equalização das Taxas de Juros dos Financiamentos às Exportações. As instituições financeiras concedem financiamentos aos exportadores pela taxa de juros externa. O TN emite as NTN-I no montante da diferença entre as taxas externa e interna. Lei nº 10.184/2001.
<b>VALOR EMITIDO</b>	<b>R\$ 365,7 milhões</b>
<b>Reforma Agrária</b>	Emissão de Títulos da Dívida Agrária – TDA para fazer face às indenizações decorrentes das desapropriações e compra de terras rurais, com fins sociais, promovidas no âmbito Programa de Reforma Agrária, realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. MP nº 2.183-56, Decreto nº 578/1992.
<b>VALOR EMITIDO</b>	<b>R\$ 722,5 milhões</b>
<b>FIES</b>	Financiamento ao Estudante de Nível Superior. A instituição de ensino que concede o financiamento recebe títulos do Tesouro Nacional (CFT-E) no valor dos financiamentos concedidos. Lei nº 10.260/2001.
<b>VALOR EMITIDO</b>	<b>R\$ 810,3 milhões</b>
<b>Securitização</b>	FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
<b>VALOR EMITIDO</b>	<b>R\$ 1,1 bilhões</b>
<b>MP 470/09</b>	Constitui concessão de crédito para a Caixa Econômica Federal.
<b>VALOR EMITIDO</b>	<b>R\$ 2,0 bilhões</b>
<b>Lei 11.805/08, MP 450/08, MP 453/09 e Lei 11.948/09</b>	Constitui fontes de recursos adicionais para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
<b>VALOR EMITIDO</b>	<b>R\$ 105,0 bilhões</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 110,3 bilhões</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

#### **2.6.1.4. Composição da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi**

Em 2009, observou-se aumento na participação dos títulos pré-fixados. A participação dos títulos indexados a preços reduziu de 29,34% em 2008 para 28,61% do total da DPMFi em mercado em 2009. A participação dos títulos indexados a SELIC teve uma pequena redução.

**TABELA 2.6.1.4.a**  
**COMPOSIÇÃO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE (%)**

%		
TÍTULO	DEZ/08	DEZ/09
Selic	35,83	35,77
Câmbio	1,06	0,70
Prefixados	32,19	33,71
Índice de Preços	29,34	28,61
TR	1,58	1,20
Demais	-	-

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

#### **2.6.1.5. Prazo e Custo Médio da DPMFi**

O prazo médio da DPMFi, em mercado, que era de 39,34 meses em dezembro/08 subiu para 40,39 meses em dezembro/2009. Este acréscimo é justificado pela estratégia de emissão de títulos remunerado em índices de preços, os quais possuem prazos superiores aos demais títulos.

**TABELA 2.6.1.5.a PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**

ANO	PERÍODO	PRAZO MÉDIO (MESES)
2008	Dez	39,34
	Jan	41,27
	Fev	40,54
	Mar	39,77
	Abr	40,08
	Mai	40,42
	Jun	40,18
	Jul	40,97
	Ago	40,51
	Set	40,76
	Out	41,06
	Nov	40,48
	Dez	40,39

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

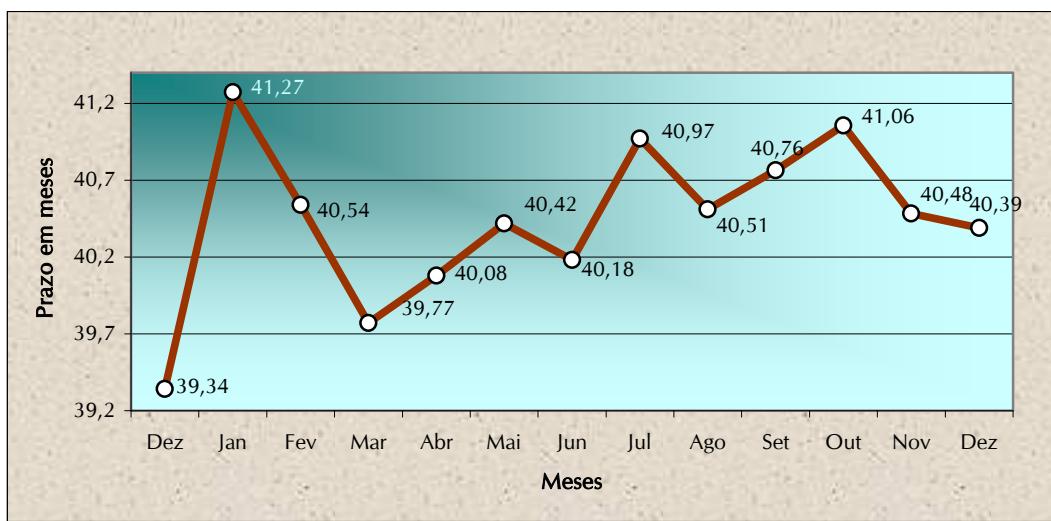
**TABELA 2.6.1.5.b CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**

ANO	PERÍODO	CUSTO MÉDIO (%A.A)
2008	Dez	12,32
2009	Jan	12,54
	Fev	13,97
	Mar	10,48
	Abr	11,22
	Mai	10,46
	Jun	10,77
	Jul	9,61
	Ago	9,76
	Set	9,84
	Out	10,16
	Nov	10,89
	Dez	10,31

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

O comportamento do custo médio foi de redução ao longo do ano influenciado principalmente pela variação negativa dos índices de preço.

**GRÁFICO 2.6.1.5.a  
PRAZO MÉDIO DA DPMFi EM PODER DO PÚBLICO – ANO DE 2009**



Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

**GRÁFICO 2.6.1.5.b  
CUSTO MÉDIO DA DPMFi EM PODER DO PÚBLICO – ANO DE 2009**



Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

### 2.6.1.6 - Dívida Pública Federal Externa - DPFe

O estoque da Dívida Pública Federal externa encerrou o mês de dezembro de 2009 em US\$ 56,8 bilhões, contra US\$ 56,7 bilhões em dezembro de 2008, o que representa um acréscimo de 0,25% neste período.

No que se refere à moeda nacional, o estoque da DPFe sofreu redução de 25,31%, passando de R\$ 132,51 bilhões, em dezembro de 2008, para R\$ 98,97 bilhões, em dezembro de 2009. Este decréscimo pode ser explicado, em grande parte, pela valorização do real frente às demais moedas que compõem a dívida externa observada em 2009.

Com relação ao Programa de Resgate Antecipado da Dívida Externa (*Buyback*), foram recomprados títulos da DPFe com vencimentos até 2040 no montante de US\$ 1,1 bilhão em valor de face, o total financeiro desembolsado no período foi de US\$ 1,4 bilhão. Além de proporcionar uma redução nos fluxos de pagamento de juros, o programa tem por objetivo fortalecer pontos de referência (benchmark) e corrigir distorções na curva de juros brasileira, bem como reduzir a exposição cambial da Dívida Pública Federal.

**TABELA 2.6.1.6.a  
VARIAÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA**

	DEZ/08 (US\$ MIL)	DEZ/09 (US\$ MIL)	VARIAÇÃO (%)
<b>1) Dívida Mobiliária Externa</b>	<b>43.185.644</b>	<b>45.316.262</b>	<b>4,93</b>
1.1) Dívida Reestruturada	158.019	126.502	-19,94
1.2) Captações no Mercado Internacional – Dívida Soberana	43.027.625	45.189.760	5,02
<b>2) Dívida Contratual Externa</b>	<b>13.516.217</b>	<b>11.526.367</b>	<b>-14,72</b>
2.1) Organismos Multilaterais	11.345.397	9.680.233	-14,68
2.2) Credores Privados e Agências Governamentais	2.170.820	1.846.134	-14,96
<b>DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA</b>	<b>56.701.861</b>	<b>56.842.629</b>	<b>0,25</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

**TABELA 2.6.1.6.b  
EMISSÕES SOBERANAS REALIZADAS EM 2009**

TÍTULO EMITIDO	DATA DE EMISSÃO	MOEDA DE EMISSÃO	VALOR EMITIDO (MOEDA DE ORIGEM)	VALOR EMITIDO (em US\$)
Global 2019-N	13.01.2009	Dólar	1.025.000.000	1.025.000.000
Global 2019-N (Reabertura)	14.05.2009	Dólar	750.000.000	750.000.000
Global 2037 (Reabertura)	05.08.2009	Dólar	525.000.000	525.000.000
Global 2041	07.10.2009	Dólar	1.275.000.000	1.275.000.000
Global 2019-N (Reabertura)	22.12.2009	Dólar	525.000.000	525.000.000
<b>TOTAL</b>				<b>4.100.000.000</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

### 2.6.2. Administração da Dívida Pública

Conforme afirmado no Plano Anual de Financiamento – PAF 2009, o gerenciamento da Dívida Pública Federal – DPF – tem como objetivo minimizar os custos de financiamento no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco. Adicionalmente, busca-se contribuir para o bom funcionamento do mercado de títulos públicos. Para a consecução deste objetivo, o PAF 2009, observou as seguintes diretrizes: i) alongamento do prazo médio e redução do percentual da DPF vincendo em 12 meses; ii) substituição gradual dos títulos remunerados pela taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços; iii) aperfeiçoamento do perfil do passivo externo; iv) incentivo ao desenvolvimento da estrutura a termo de taxas de juros para títulos públicos federais no mercado interno e externo; e v) ampliação da base de investidores. Em linha com essas diretrizes, mas ao mesmo tempo, atento às condições financeiras vigentes no mercado de títulos públicos, o Tesouro

Nacional estabeleceu no PAF 2009 um conjunto de metas para os indicadores da DPF. Como será apresentado a seguir, a maioria das metas foi alcançada, com destaque para o alongamento de prazos e a redução do percentual da dívida vincendo no curto prazo (até 12 meses).

#### 2.6.2.1. Estratégia e sua Execução

##### Dívida Interna

A execução da estratégia de financiamento do Tesouro Nacional, por meio de emissões de títulos públicos federais no mercado doméstico ao longo do ano de 2009, foi pautada com base nos seguintes aspectos pré-estabelecidos no PAF 2009: i) Títulos prefixados: aumento na participação de LTN e NTN-F no estoque total da Dívida Pública Federal; manutenção das emissões de LTN com prazos de referência de 6, 12 e 24 meses e de NTN-F com vencimentos de 3, 5 e 10 anos; ii) Títulos remunerados a índices de preços: aumento na

participação da NTN-B no estoque total da DPF em 2009; emissão de títulos com prazos de referência de 3, 5, 10, 20, 30 e 40 anos; e iii) Títulos indexados à taxa Selic: emissões com prazo superior ao prazo médio da DPF. O Tesouro Nacional seguiu as linhas básicas de sua estratégia e, dadas as condições vigentes no mercado doméstico e à redução da volatilidade no mercado externo, foi possível avançar em direção a uma composição de dívida com maior participação de títulos prefixados e com prazos mais longos, o que se refletiu particularmente em uma menor proporção de dívida vincenda no curto prazo.

Quanto ao montante de financiamento da DPF em 2009, houve resgate de R\$ 484,8 bilhões, enquanto as emissões somaram R\$ 470,8 bilhões, sendo R\$ 109,5 bilhões correspondentes a emissões diretas sem contrapartida financeira, com destaque para as operações com o BNDES no valor de R\$105 bilhões e Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 2 bilhões. Assim, do ponto de vista de caixa, que só considera as emissões com fluxos financeiros, registraram-se resgates líquidos de R\$ 112,6 bilhões dos vencimentos do ano. Entretanto, se levarmos em consideração as emissões totais, perspectiva esta que explica variações no estoque e na composição da DPF, os resgates líquidos se limitam a R\$ 3,1 bilhões.

A análise da estratégia de financiamento por indexadores, incluindo as emissões diretas, indica que: a emissão líquida de títulos prefixados foi de R\$ 18,5 bilhões - foram emitidos R\$ 264,1 bilhões, ante um resgate de R\$ 245,6 bilhões; quanto aos títulos remunerados por índices de preços, foram emitidos R\$ 73,7 bilhões, com resgates de R\$ 87,5 bilhões - como resultado, houve um resgate líquido de R\$ 13,8 bilhões; as emissões de títulos remunerados pela taxa Selic alcançaram R\$ 122,1 bilhões, e os resgates foram maiores, alcançando R\$ 122,3 bilhões - assim, houve um resgate líquido de cerca de R\$ 0,2 bilhão.

Considerando as preocupações do Tesouro Nacional com o bom funcionamento do mercado de títulos, deu-se prosseguimento à estratégia de construção de pontos de referência ao longo da estrutura de maturação, por meio da concentração dos vencimentos em datas bem definidas, prezando pelo volume e liquidez associados a cada um deles.

## Dívida Externa

Quanto à atuação no mercado externo, a estratégia do PAF 2009 se apoiou nos seguintes pontos: i) criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (benchmarks) na estrutura a termo de taxa de juros; ii) manutenção do programa de recompras de títulos (Buyback Program), observadas as condições de mercado; iii) possibilidade de realização de operações de gerenciamento de passivo externo, com o objetivo de aumentar a eficiência da curva de juros; iv) manutenção de relacionamento transparente com a comunidade financeira internacional.

Considerando essas diretrizes para sua política de atuação e, também, as condições vigentes no mercado

internacional em 2009, o Tesouro Nacional efetuou cinco operações externas, por meio de emissão de títulos em dólares, captando um total de US\$ 4,1 bilhões: a emissão de dois novos benchmarks de 10 e 30 anos, respectivamente o Global 2019N e o Global 2041, e três reaberturas, duas do Global 2019N e uma do Global 2037.

No caso dos instrumentos de 10 anos, a primeira colocação foi em janeiro de 2009, sendo que o Brasil foi uma dos primeiros emissores a atuar, após um período de baixa atividade do mercado. Passado o período de maior volatilidade oriunda da crise financeira internacional, pode-se observar que as taxas de retorno dos títulos de 10 anos brasileiros apresentaram tendência de queda. Isso permitiu ao Tesouro Nacional realizar emissões ao longo do ano a taxas cada vez menores, culminando com a última reabertura no Global 2019N, em dezembro, a uma taxa de retorno de 4,75% a.a., a menor já registrada para uma emissão de títulos do Governo brasileiro em dólares.

No caso dos instrumentos de longo prazo, a tendência de queda das taxas de retorno dos títulos é menos acentuada. Porém, apesar da redução mais discreta das taxas, as emissões também foram bem sucedidas, com destaque para a emissão do benchmark de 30 anos (Global 2041), importante ponto de referência na curva de juros, que registrou a menor taxa de juros historicamente paga por um título brasileiro em dólares com esse prazo.

As operações realizadas pelo Tesouro Nacional no mercado externo se destacaram positivamente. Em junho, por exemplo, o país foi eleito como o Melhor Emissor Soberano de Mercados Emergentes e o Melhor Emissor da América Latina e América Central, prêmio concedido pela revista Euromoney com base em pesquisa realizada com mais de 1.500 investidores do mundo inteiro, na qual foram avaliados aspectos como estratégia de emissão, qualidade do crédito e relações com investidores. Além disso, o baixo custo das captações refletiu a melhora nos fundamentos macroeconômicos do país, em particular, no perfil do endividamento público, avanços esses reconhecidos em 2009 por meio da obtenção de mais um grau de investimento pelo país, agora pela agência Moody's, em setembro.

Associado à criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (benchmarks) na estrutura a termo de taxa de juros está a execução, pelo Tesouro Nacional, do Programa de Resgate Antecipado de títulos da dívida externa desde 2006. O objetivo do Programa é substituir títulos menos negociados e com cupons de juros mais elevados por títulos de referência, que são mais líquidos e têm cupons de juros menores. Uma novidade neste ano foi a expansão do Programa para o mercado de títulos denominados em euros. Com isso, além de se aprofundar o processo de aprimoramento da curva de juros, proporcionou-se a oportunidade para investidores negociarem seus títulos em um mercado que possui baixo volume quando comparado ao de títulos denominados em dólares.

No período entre 2006 e 2009 foram recomprados cerca de US\$ 13,6 bilhões em valor de face dos títulos que não são pontos de referência. Em particular, em 2009 o volume total recomprou foi de US\$ 1,075 bilhão em valor de face (US\$ 1,377 bilhões em valor financeiro). Considerando as recompras ocorridas desde janeiro de 2007, a redução do fluxo de juros a serem pagos até 2041, atingiu US\$ 16,67 bilhões em valores correntes.

A compra antecipada de recursos externos pelo Tesouro Nacional também se destaca dentre as ferramentas usadas no gerenciamento da dívida externa. O montante comprado, ao longo de 2009, totalizou US\$ 5,6 bilhões ao final de dezembro, quantia essa suficiente para pagar cerca de 73% de toda a dívida externa a vencer no próximo ano.

Por fim, vale ressaltar a atuação proativa do Tesouro Nacional na gestão da dívida contratual. Ao longo de 2009 destacaram-se duas operações de gerenciamento de passivo externo, o pré-pagamento de parte da dívida com o Banco Mundial e a troca de características de parcela da dívida junto a organismos multilaterais.

#### 2.6.2.2. Evolução dos Indicadores da DPF

Em relação aos limites propostos pelo PAF 2009, verificou-se o alcance de quase todas as metas, com leves desvios: enquanto a dívida prefixada superou seu limite superior, a dívida cambial e o percentual vincendo em 12 meses ficaram abaixo de seus limites inferiores. Nos três casos, contudo, os desvios das metas podem ser classificados como pequenos, além de representarem avanços em relação às diretrizes gerais da gestão da dívida pública.

Em 2009, o estoque da DPF cresceu R\$ 100,05 bilhões, equivalente a 7,16%, passando de R\$ 1.397,34 bilhões, em dezembro de 2008, para R\$ 1.497,39 bilhões, em dezembro de 2009, valor este dentro dos limites estabelecidos pelo PAF 2009 (R\$ 1.450,0 a R\$ 1.600,0 bilhões).

Em particular, a Dívida Pública Mobiliária Federal interna subiu 10,56%, fruto principalmente da combinação da apropriação de juros de R\$ 133,3 bilhões e da emissão líquida de R\$ 42,9 milhões.

Quanto ao endividamento externo, o estoque da DPFe reduziu-se 25,31%, passando de R\$ 132,51 bilhões, em dezembro de 2008, para R\$ 98,97 bilhões, em dezembro de 2009. Em grande parte, esse resultado se explica pela valorização do real frente ao dólar observada ao longo do ano. A citada valorização provocou aumento expressivo do estoque dos títulos denominados em reais que, aliado à apropriação de juros no período, compensou o fato de as emissões ao longo do ano terem sido menores que os vencimentos e os resgates realizados por meio do Programa de Resgate Antecipado. Este mesmo fato foi o principal responsável pela elevação da dívida expressa em dólares, que passou de US\$ 56,7 bilhões, ao final de 2008, para US\$ 56,8 bilhões, ao final de 2009.

Dentre os avanços no perfil do endividamento brasileiro nos últimos anos, percebe-se o alongamento do prazo de seus instrumentos. Em 2009 o prazo médio da DPF situou-se dentro dos limites estabelecidos pelo PAF, alcançando 3,53 anos (para limites entre 3,4 e 3,7 anos), após registrar 3,50 anos ao final de 2008.

A estabilidade desse indicador sinaliza expressivos progressos na estratégia de alongamento de prazos da dívida, especialmente num ano tão conturbado como 2009. Ocorre que os títulos com remuneração prefixada têm prazos tradicionalmente mais curtos que os demais tipos de dívida. Na medida em que houve aumento da participação de prefixados no total da DPF, poderia ocorrer um efeito sobre seu prazo médio total. Entretanto, referido efeito não é dominante na medida em que o Tesouro Nacional consegue associar as mudanças na composição com o aumento do prazo médio de emissão da DPF, em particular, dos instrumentos prefixados. Há que se enfatizar ainda, em 2009, o aumento do prazo médio de emissão dos títulos remunerados por índices de preços.

#### 2.6.2.3. Composição da Dívida

A participação relativa de títulos prefixados no volume total da DPF apresentou elevação, ao passar de 29,91%, em dezembro de 2008, para 32,20%, em dezembro de 2009. O resultado obtido supera levemente os limites definidos de 24% a 31% para a DPF.

A elevação na participação relativa dos títulos prefixados na DPF deveu-se, em um primeiro momento, à expectativa favorável quanto à rentabilidade desses títulos para o investidor, devido ao movimento esperado de redução das taxas de juros para combater os efeitos da crise.

Em relação a 2008, a participação dos títulos remunerados a índices de preços ficou praticamente estável em 2009, passando de 26,56% para 26,72% da DPF, apesar do percentual de rolagem de seus vencimentos abaixo de 100% (resgate líquido de R\$ 13,8 bilhões). Destaca-se que a estabilidade da participação relativa desses títulos na DPF, associada ao aumento no seu prazo de emissão, contribui para a estratégia de alongamento do prazo médio total da dívida e redução dos vencimentos de curto prazo.

A participação de títulos indexados à taxa Selic na DPF terminou 2009 em 33,41%, valor superior a 32,43% registrado em dezembro de 2008. O resultado encontra-se próximo do limite mínimo definido no PAF para este indicador, de 32%, reafirmando a diretriz do Tesouro Nacional em diminuir, ao longo do tempo, a participação desses títulos no estoque da DPF. Em 2009, o seu percentual de refinanciamento foi de 99,9%.

A participação da dívida cambial atingiu 6,56% da DPF, diminuindo em relação aos 9,68% do final de 2008. Naquele ano, a desvalorização cambial havia causado um aumento no valor em reais da dívida externa, que resultou em um incremento na proporção da parcela

cambial da DPF. Entretanto, a apreciação cambial observada ao longo de 2009 causou movimento inverso ao observado no ano anterior para essa dívida, constituindo, assim, o principal fator a levar ao rompimento do limite inferior estabelecido no PAF 2009 (7%).

O custo médio da DPF acumulado em doze meses apresentou forte queda, em decorrência principalmente da elevada valorização do real frente ao dólar e da menor variação do IGP-M em 2009. Outro fator que contribuiu para a redução do custo foi a diminuição da taxa Selic ao longo do ano. Enquanto em dezembro de 2008 esse custo representava 15,91% a.a. para a DPF, sendo 13,56% a.a. para a DPMFi e 45,25% a.a. para a DPFe, em dezembro de 2009 esses valores foram, respectivamente, de 9,42% a.a., 10,69% a.a. e -13,01% a.a..

#### **2.6.2.4. Tesouro Direto**

Em 2009, o Tesouro Direto, programa que permite a aquisição de títulos públicos por pessoas físicas por meio da internet, passou por mudanças importantes, com o objetivo de simplificar o produto e, assim, oferecer novas facilidades ao pequeno investidor. Logo no início do ano, o Tesouro Nacional e a BM&FBOVESPA traçaram um plano para avançar em três pontos que necessitavam melhora. A partir de impressões obtidas junto a investidores, corretoras e bancos, foi diagnosticado que: (1) havia restrições na distribuição do produto; (2) existia espaço para redução de custos para o investidor e, por último, (3) era preciso investir em educação financeira. Nesse sentido, diversas ações foram tomadas, destacando-se a redução de custos, a integração do Tesouro Direto com home brokers, e o desenvolvimento de curso virtual, um novo simulador e novo extrato, além da já tradicional participação em eventos de divulgação do programa.

No ano, as vendas de títulos públicos pelo Tesouro Direto totalizaram R\$ 1.562,56 milhões, representando aumento de 0,27% em relação ao volume vendido em 2008, constituindo o melhor resultado desde 2003. Além disso, 28.719 novos investidores se cadastraram no Tesouro Direto, alcançando um total de 174.658 investidores, o que representa aumento de 19,68% sobre o total acumulado até o ano anterior. Esse aumento consistente no número de investidores cadastrados ao longo dos anos é reflexo da consolidação do Tesouro Direto como uma ótima opção para quem quer investir com baixo custo, alta rentabilidade e boa liquidez. Em relação ao prazo de vencimento, as vendas de títulos com prazo acima de 5 anos corresponderam a 44,45% do total, enquanto os títulos com prazo entre 1 e 5 anos representaram 48,88% do total.

O resultado das operações realizadas durante o ano fez com que o estoque total do Tesouro Direto atingisse R\$ 3.268,4 milhões ao final de 2009, o que representa um acréscimo de 32,86% em relação ao estoque ao final do ano anterior, de R\$ 2.460,1 milhões. No tocante à composição, os títulos com maior participação continuam

sendo os remunerados por índices de preços (46,11%), seguidos dos prefixados (38,11%) e dos indexados à taxa Selic (15,78%). O título com maior participação individual é a NTN-B (25,17%).

#### **2.6.2.5. Avanços Institucionais**

O Tesouro Nacional, em 2009, deu continuidade à implantação de ações com vistas ao fortalecimento institucional da gestão da Dívida Pública Federal. Nesse sentido, manteve, ao longo do ano, contato permanente com investidores, residentes e não residentes, entidades do mercado financeiro, além do intercâmbio de experiências com representantes de outros países e de organismos multilaterais. Destacam-se o encontro anual do LAC Debt Group, a realização de roadshows e de apresentações em eventos para investidores nacionais e não-residentes, as visitas de técnicos internacionais interessados na bem-sucedida experiência brasileira em gestão de dívida pública, a agenda conjunta com administradores de recursos, o prosseguimento dos trabalhos de desenvolvimento do Sistema Integrado para a Dívida Pública (SID), a atuação no Grupo de Trabalho GFSM 2001 – FMI, o destaque ao relacionamento institucional dado pelo Institute of International Finance – IIF, com o Tesouro Nacional sendo recompensado novamente com a pontuação máxima em estudo sobre Relação com Investidores e Práticas de Transparéncia e o lançamento do Livro “Dívida Pública: A Experiência Brasileira”.

### **2.7 - AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS - RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS**

#### **2.7.1. Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal**

Na segunda metade da década de 90 ficou evidenciada a necessidade de equacionar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos Estados, em razão das mudanças econômicas ocorridas nos últimos anos.

Após diagnóstico efetuado da situação fiscal, em que se verificou a vulnerabilidade das finanças estaduais, foram definidas as condições para o refinanciamento, por parte da União, das dívidas existentes, mediante a assinatura de contrato, onde estariam estabelecidas as premissas para um ajuste fiscal duradouro, como contrapartida aos benefícios auferidos pelo refinanciamento. Neste contexto foi editada a Lei nº 9496, de 11 de setembro de 1997, que estabeleceu os critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especificou, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal. Foram assinados contratos de renegociação de dívidas no âmbito da Lei nº 9496/97 com 24 Estados e o Distrito Federal, apenas Tocantins e Amapá não tiveram dívidas refinanciadas.

A contrapartida dos Estados pelo refinanciamento, nos termos dos contratos assinados, foi a implementação de Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal trienais, passíveis de revisão anual. Os Estados comprometeram-se

a programar, durante o prazo de refinanciamento (até 360 meses, com possibilidade e ser estendido por até 120 meses para aqueles que apresentassem resíduos ao final deste prazo), iniciativas fiscais visando o incremento de receitas, o controle de despesas, particularmente as de pessoal e de investimentos, a realização de reformas patrimoniais, etc, traduzidas em metas quanto à relação dívida financeira / receita líquida real - RLR, resultado primário, despesas com o funcionalismo público, arrecadação própria de receitas, a reforma do Estado e despesas com investimentos. Os Estados mais endividados beneficiaram-se da condição contratual de pagamento do serviço da dívida refinaciada dentro do limite máximo de comprometimento mensal de 11,5% a 15% da RLR.

A gestão dos programas ajuste fiscal ficou a cargo da Secretaria do Tesouro Nacional –STN que anualmente avalia o cumprimento das metas compromissadas e negocia a sua revisão.

Neste sentido, a STN, no exercício das suas atribuições legais de monitorar os programas assinados com os Estados, desenvolveu em 2009 uma série de atividades, que envolveram a realização de missões técnicas aos Estados e ao DF, visando examinar o comportamento das suas finanças e coletar informações, a negociação da revisão dos programas para o próximo triênio e, finalmente, a avaliação das metas programadas para 2008, conforme detalhamento no quadro a seguir.

**TABELA 2.7.1.a**  
**PRINCIPAIS ATIVIDADES RELACIONADAS COM A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS**

UF	PERÍODO DA MISSÃO	DATA DA REVISÃO DO PROGRAMA	DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
AC	27 a 29 de maio de 2009	16 de setembro de 2009	Nota nº 1.084, de 7 de agosto de 2009
AL	28 e 29 de maio de 2009	17 de novembro de 2009	Nota nº 1.647, de 30 de novembro de 2009
AM	20 e 21 de maio de 2009	13 de julho de 2009	Nota nº 1.312, de 15 de setembro de 2009
BA	09 e 10 de junho de 2009	31 de agosto de 2009	Nota nº 1315, 15 de setembro de 2009
CE	06 e 07 de maio de .2009	18 de agosto de 2009	Nota nº 1.650, de 30 de novembro de 2009
DF	16 e 17 de abril de 2009	16 de junho de 2009	Nota nº 1621 , de 19 de novembro de 2009
ES	16 e 17 de junho de 2009	30 de outubro de 2009	Nota nº 1551, de 10 de novembro de 2009
GO	07 e 08 de abril de 2009	22de dezembro de 2009	Nota nº 1644, de 30 de novembro de 2009
MA	23 e 24. de julho de 2009	30 de outubro de 2009	Nota nº 1.648, de 30 de novembro de 2009
MG	3 e 4 de junho de 2009	26 de agosto de 2009	Nota nº 1.314, de 15 de setembro de 2009
MS	12 e 13 de maio de 2009	28 de julho de 2009	Nota nº 1263, de 8 de setembro de 2009
MT	29 e 30 de abril de 2009	29 de maio de 2009	Nota nº 1620, de 19 de novembro de 2009
PA	4 e 5 de maio de 2009	3 de junho de 2009	Nota nº 1.565, de 12 de novembro de 2009
PB	15 e 16 de junho de 2009	30 de outubro de 2009	Nota nº 1.651, de 30 de novembro de 2009
PE	04 e 05 de junho de 2009	28 de outubro de 2009	Nota nº 1.569, de 12 de novembro de 2009
PI	25 e 26 de março de 2009	26 de maio de 2009	Nota nº 1.086, de 07 de agosto de 2009
PR	02 e 03 de junho de 2009	19 de novembro de 2009	Nota nº 1316, de 15 de setembro de 2009 Remissão: Nota nº 1614, de 19 de novembro de 2009(D.O.U. de 17 de dezembro de 2009)
RJ	24 e 25 de março de 2009	02 de outubro de 2009	Nota nº 1.646, de 30 de novembro de 2009
RN	29 e 30 de abril de 2009	30 de outubro de 2009	Nota nº 1.649, de 30 de novembro de 2009
RO	23 a 25 de junho de 2009	26 de outubro de 2009	Nota nº 1.085, de 7 de agosto de 2009 Remissão: Nota nº 1.197, de 27 de agosto de 2009 (D.O.U. de 16 de outubro de 2009)
RR	8 e 10 de junho de 2009	29 de julho de 2009	Nota nº 1.199, de 27 de agosto de 2009
RS	21 e 22 de maio de 2009	30 de outubro de 2009	Nota nº 1313, de 15 de setembro de 2009
SC	13 e 14 de maio de 2009	02 de outubro de 2009	Nota nº 1645/ de 30 de novembro de 2009
SE	13 a 15 de julho de 2009	30 de outubro de 2009	Nota nº 1625, 19 de novembro de 2009
SP	05 e 06 de maio de 2009	06 de julho de 2009	Nota nº 1.198, de 27 de agosto de 2009

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

### 2.7.2. Verificação dos Indicadores Fiscais dos Municípios cujas Dívidas foram Refinanciadas (MP 2185-35/2001)

No caso dos Municípios, em 25 de fevereiro de 1999, foi editada a Medida Provisória nº 1.811, atual MP 2.185/01, que autorizou a assunção e o refinanciamento, pela União, das seguintes dívidas de responsabilidade dos Municípios: a) mobiliária interna e externa; b) operações de ARO; c) fundada junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras; e d) da administração direta municipal previamente assumida pelos municípios. Da mesma forma que para os Estados, também foi

estabelecido um limite de dispêndio mensal apurado sobre a RLR dos Municípios que, neste caso, é de 13%. Ante a impossibilidade de se estabelecer um programa de ajuste fiscal para cada um dos municípios que aderiram ao refinanciamento de dívidas, os contratos de refinanciamento estabeleceram condições mínimas de ajuste fiscal, como a exigência de adequação das despesas de pessoal à legislação em vigor e implantação de contribuição previdenciária dos servidores ativos e inativos com alíquota média de no mínimo 11% da remuneração total e limite das despesas com aposentados e pensionistas ao máximo estabelecido na legislação em

vigor. Foram firmados contratos com 180 municípios pertencentes a 17 Estados, aí incluídas 9 capitais. A STN realiza o acompanhamento dos indicadores desses municípios para efeito de aplicação da legislação pertinente.

### 2.7.3. Estoque das Dívidas

A relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real (RLR) constitui meta do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, de acordo com o inciso I do artigo 2º da Lei nº 9496/97. Em função disto, a STN realizou em 2009 acompanhamentos trimestrais deste indicador, com base nos cálculos da RLR e nos demonstrativos de saldos e cronogramas de desembolso enviados trimestralmente pelos Estados e pelo DF, nos termos da Portaria nº 89, de 24 de abril de 1997.

### 2.7.4. Cálculo da Receita Líquida Real – RLR

Foi realizada a apuração mensal da Receita Líquida Real dos Estados e dos Municípios que renegociaram suas

dívidas com a União, para efeito de aplicação dos limites de comprometimento do pagamento do serviço da dívida, considerando-se o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496/1997, no art. 5º da Lei nº 10.195/2001, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35/2001, nos arts. 1º e 3º da Portaria nº 447/2002 e no Parecer PGFN/CAF nº1.331/2004, e desta forma foram publicadas as portarias divulgando os valores. Essas portarias também estão disponíveis na Internet na página da Secretaria do Tesouro Nacional.

### 2.7.5. Cálculos dos Valores das Transferências estabelecidas nas Leis Complementares nºs 87/96 e 115/02

Em 2009, foram realizados os cálculos para determinar os montantes das transferências financeiras da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com o disposto no Anexo da Lei Complementar nº115/02. Como resultado, foram transferidos os valores abaixo detalhados por Estado (incluindo a cota parte dos Municípios).

**TABELA 2.7.5.a  
LEI COMPLEMENTAR Nº115/02 – VALORES ENTREGUES NO ANO DE 2009**

UF	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%) R\$1,00
AC	1.775.280,00	1.331.460,00	443.820,00
AL	16.384.290,00	12.288.217,56	4.096.072,44
AM	19.653.660,00	14.740.245,00	4.913.415,00
AP	7.926.360,00	5.944.770,00	1.981.590,00
BA	72.474.870,00	54.356.152,56	18.118.717,44
CE	31.761.795,00	23.821.346,28	7.940.448,72
DF	15.790.125,00	15.790.125,00	0,00
ES	83.134.740,00	62.351.055,00	20.783.685,00
GO	26.027.040,00	19.520.280,00	6.506.760,00
MA	32.736.600,00	24.552.450,00	8.184.150,00
MG	251.630.730,00	188.723.047,56	62.907.682,44
MS	24.075.675,00	18.056.756,28	6.018.918,72
MT	37.846.965,00	28.385.223,72	9.461.741,28
PA	85.092.345,00	63.819.258,72	21.273.086,28
PB	5.606.250,00	4.204.687,56	1.401.562,44
PE	28.970.175,00	21.727.631,28	7.242.543,72
PI	5.882.175,00	4.411.631,28	1.470.543,72
PR	196.609.920,00	147.457.440,00	49.152.480,00
RJ	114.368.085,00	85.776.063,72	28.592.021,28
RN	7.061.730,00	5.296.297,56	1.765.432,44
RO	4.863.105,00	3.647.328,72	1.215.776,28
RR	745.680,00	559.260,00	186.420,00
RS	195.866.970,00	146.900.227,56	48.966.742,44
SC	70.030.545,00	52.522.908,72	17.507.636,28
SE	4.884.555,00	3.663.416,28	1.221.138,72
SP	607.265.100,00	455.448.825,00	151.816.275,00
TO	1.535.235,00	1.151.426,28	383.808,72
<b>TOTAL</b>	<b>1.950.000.000,00</b>	<b>1.466.447.531,64</b>	<b>483.552.468,36</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

Em cada mês foram elaboradas a memória de cálculo e a portaria de divulgação daquela distribuição. As memórias de cálculo foram remetidas ao Tribunal de Contas da União, conforme o disposto no subitem 2.1 do Anexo da Lei Complementar nº 115/02. Para dar maior publicidade às informações produzidas, as portarias foram disponibilizadas na página da Secretaria do Tesouro Nacional na Internet.

## 2.7.6. Cálculos dos Valores referentes ao Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores

A Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, autorizou o repasse de R\$ 1.950.000.000,00 (um bilhão novecentos e cinqüenta milhões de reais) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no ano de 2009, com o objetivo de fomentar as exportações do país. A Secretaria do Tesouro Nacional foi responsável pela apuração dos cálculos para determinar os montantes das transferências financeiras da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios cuja distribuição anual foi a seguinte:

**TABELA 2.7.6.a**  
**AUXÍLIO FINANCEIRO AOS ESTADOS EXPORTADORES**  
**VALORES ENTREGUES NO ANO DE 2009**

UF	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)	R\$ 1,00
AC	2.153.775,00	1.615.331,25	538.443,75	
AL	14.636.505,00	10.977.378,75	3.659.126,25	
AM	25.635.675,00	19.226.756,25	6.408.918,75	
AP	0,00	0,00	0,00	
BA	80.032.095,00	60.024.071,25	20.008.023,75	
CE	9.353.760,00	7.015.320,00	2.338.440,00	
DF	0,00	0,00	0,00	
ES	137.969.130,00	103.476.847,50	34.492.282,50	
GO	111.391.605,00	83.543.703,75	27.847.901,25	
MA	40.158.495,00	30.118.871,25	10.039.623,75	
MG	330.922.800,00	248.192.100,00	82.730.700,00	
MS	36.481.185,00	27.360.888,75	9.120.296,25	
MT	265.494.450,00	199.120.837,50	66.373.612,50	
PA	143.748.345,00	107.811.258,75	35.937.086,25	
PB	5.997.225,00	4.497.918,75	1.499.306,25	
PE	10.319.010,00	7.739.257,50	2.579.752,50	
PI	3.012.750,00	2.259.562,50	753.187,50	
PR	136.886.100,00	102.664.575,00	34.221.525,00	
RJ	77.451.075,00	58.088.306,25	19.362.768,75	
RN	16.044.405,00	12.033.303,75	4.011.101,25	
RO	21.531.315,00	16.148.486,25	5.382.828,75	
RR	943.605,00	707.703,75	235.901,25	
RS	178.423.635,00	133.817.726,25	44.605.908,75	
SC	78.960.375,00	59.220.281,25	19.740.093,75	
SE	6.444.165,00	4.833.123,75	1.611.041,25	
SP	202.134.855,00	151.601.141,25	50.533.713,75	
TO	13.873.665,00	10.405.248,75	3.468.416,25	
<b>TOTAL</b>	<b>1.950.000.000,00</b>	<b>1.462.500.000,00</b>	<b>487.500.000,00</b>	

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

## 2.7.7. Prestação de Apoio Financeiro aos Entes Federados que Recebem Recursos do Fundo de Participação dos Municípios

Por intermédio da Medida Provisória nº 462, de 2009, atual Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, o Governo Federal criou o Apoio Financeiro aos Entes Federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios, com a finalidade de complementar as entregas visando a superação das dificuldades emergenciais de recursos, em função da crise financeira internacional. Foram efetuadas quatro entregas de recursos, totalizando R\$ 1.867.496.416,95, na forma abaixo especificada:

**TABELA 2.7.7.a**  
**APOIO FINANCEIRO AOS ENTES FEDERADOS - MONTANTES DISTRIBUÍDOS**

PORTARIA Nº	MONTANTE	R\$ 1,00
274, de 20 de maio de 2009	755.008.284,59	
350, de 18 de junho de 2009	197.827.847,76	
429, de 17 de julho de 2009	9.734.549,18	
604, de 16 de outubro de 2009	904.925.735,42	
<b>TOTAL</b>	<b>1.867.496.416,95</b>	

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

## 2.7.8. Cálculo da Capacidade de Pagamento

No período em questão foram feitas 66 análises de capacidade de pagamento, sendo 29 de Municípios e 37 de Estados. Segue abaixo, a listagem dos Estados e dos Municípios que tiveram analisadas suas capacidades de pagamento para novos empréstimos.

**TABELA 2.7.8.a  
ANÁLISES DE CAPACIDADE DE PAGAMENTO NOS ESTADOS**

UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.	NOTA Nº
AC	Programa Emergencial de Financ. dos Estados e DF II (PEF II)	BNDES	1.760/2009
AL	Programa Emergencial de Financiamento II – PEF II	BNDES	1741/2009
AL	Programa Emergencial de Financiamento II – PEF II	BNDES	1710/2009
AL	Programa de Reestruturação da Gestão Fiscal	BIRD	1360/2009
AM	Programa Emergencial de Financ. dos Estados e DF II (PEF II)	BNDES	1.749/2009
BA	Projeto PRODUZIR III – Estado da Bahia.	BIRD	1.730/2009
CE	Programa Prodetur Nacional	BID	1559/2009
CE	Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES II Programa Cidades do Ceará	BID BIRD	888/2009
DF	“Programa de Modernização da Gestão Pública do Distrito Federal – Gestão DF” e “Programa de Gestão de Águas e Drenagem Urbana do Distrito Federal”	BID E CAF	451/2009
DF	“Projeto de Implementação do Sistema de Metrô Leve sobre Trilhos em Brasília (1ª Etapa)”	AFD	815/2009
ES	Programa de Gerenciamento da Poluição Costeira e de Águas (Projeto Águas Limpas 2)	BIRD	802/2009
ES	Plano de Desenvolvimento da Administração Fazendária (PROFAZ)	BID	802/2009
MA	Programa de Modernização Fiscal – PROFISCO Programa de Modernização da Administração e da Gestão Fiscal – PMAE Programa Emergencial de Restauração e Pavimentação de Rodovias	BID BNDES BNDES	1395/2009
MA	Programa de Modernização Fiscal – PROFISCO	BID	1124/2009
MG	Programa de Acesso aos Municípios – PROACESSO – 2ª Fase	BID	1.441/2009
MG	Programa Minas Comunica e PROFISCO/Profort	BID	1.123/2009
MS	Projeto PROFISCO - Programa de Desenvolvimento da Administração Fazendária	BID	1.803/2009
MT	PROFISCO – Programa de Desenvolvimento da Administração Fazendária	BID	1.721/2009
PA	PROGEFAZ/PROFISCO	BID	346/2009
PB	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó - PROCASE	FIDA	1685/2009
PB	Programa de Pavimentação e Recuperação de Rodovias – Novos Caminhos	CAF	578,/2009
PE	Programa Emergencial de Financiamento II – PEF II	BNDES	1688/2009
PE	Projeto de Sustentabilidade Hídrica	BIRD	1555/2009
PE	Projeto de Modernização Fiscal – PROMOFAZ II (PROFISCO) Programa para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais – PROAPL	BID BID	1291/2009
PI	Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido	FIDA	1348/2009
PI	PROFISCO	BID	1348/2009
RJ	Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade Fiscal	BIRD	1597/2009
RJ	Projeto de Modernização Fiscal – PROFAZ (PROFISCO)	BID	1350/2009
RJ	Programa Saneamento – PAC	CAIXA	785/2009
RN	Projeto de Modernização da Administração Fiscal e Financeira – PROFISCO	BID	839/2009
RO	PROFISCO	BID	1.759/2009
SC	PROFISCO	BID	501/2009
SC	PROFISCO	BID	1436/2009
SP	Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – MICROBACIAS III e Programa de Apoio à Recuperação das Águas - REÁGUA	BIRD	1169/2009
TO	PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento da região Sudoeste do Estado de Tocantins	BID	916,/2009

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

**TABELA 2.7.8.b**  
**ANÁLISES DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO REALIZADAS NOS MUNICÍPIOS**

UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.	NOTA Nº
Americana/SP	Programa de Desenvolvimento Sustentável - Americana Sustentável	CAF	1241/2009
Aparecida de Goiânia/GO	Projeto de Reestruturação Urbana na Bacia do Ribeirão Santo Antônio de Aparecida de Goiânia	BID	1732/2009
Aracaju/SE	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Aracaju - Aracaju de Todos	BID	683/2009
Araucária/PR	Projeto de Desenvolvimento Urbano e Ambiental	CAF	1173/2009
Barra Mansa/RJ	Programa de Desenvolvimento Urbano Inclusivo e Sustentável de Barra Mansa	BID	1104/2009
Cachoeiro do Itapemirim/ES	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social	BID	1702/2009
Catanduva/SP	Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado de Catanduva - PROCIDADES	BID	932/2009
Colatina/ES	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Inclusão Social	BID	1709/2009
Curitiba/PR	Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte	AFD	907/2009
Curitiba/PR	Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano de Curitiba	BID	1104/2009
Fortaleza/CE	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Fortaleza	CAF	1406/2009
Fortaleza/CE	Programa Municipal de Drenagem Urbana de Fortaleza – DRENURB	CAF	1426/2009
Fortaleza/CE	Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza	BID	1011/2009
Fortaleza/CE	Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social - PREURBIS	BID	1012/2009
Jundiaí/SP	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social	BID	1327/2009
Manaus/AM	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR NACIONAL	BID	1715/2009
Manaus/AM	Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Sócio-Ambiental de Manaus	BID	1079/2009
Maringá/PR	Programa de transporte e Mobilidade Urbana e Fortalecimento Institucional	BID	678/2009
Nova Iguaçu/RJ	Programa de Urbanização Integrada de Nova Iguaçu	BID	1684/2009
Novo Hamburgo/RS	Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado no Estado do Rio Grande do Sul (PróCidades)	BID	1554/2009
Piracicaba/SP	Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Piracicaba	BID	1541/2009
Ponta Grossa/PR	Programa de Melhoramento da Infra-Estrutura Urbana do Município de Ponta Grossa, no âmbito do PROCIDADES	BID	1224/2009
Recife/PE	Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Recife	BID	1540/2009
Recife/PE	Projeto Capibaribe Melhor	BIRD	841/2009
Rio de Janeiro/RJ	Projeto de Política de Desenvolvimento do Município do Rio de Janeiro	BIRD	1410/2009
Rio de Janeiro/RJ	Programa de Urbanização de Assentamentos Populares para o Mun. do Rio de Janeiro - PROAP, Etapa III	BID	1425/2009
Santa Maria/RS	Programa Desenvolvimento Sustentável para a Região de Santa Maria	BIRD	537/2009
Santa Maria/RS	Projeto Santa Maria 2020	BIRD	537/2009
São Bernardo do Campo/SP	Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê	BIRD	1558/2009

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

## 2.7.9. Consolidação dos Balanços de Estados e Municípios

O artigo nº 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece que, até o dia 30 de junho, o Poder Executivo da União promoverá a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público. A STN efetuou a consolidação integral dos balanços dos 26 Estados e do Distrito Federal em 2009. No caso dos municípios, foram consolidados 4.229, que representam 76,03% dos Municípios brasileiros. A coleta das informações dos entes federativos é realizada pelo Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação do Tesouro Nacional – SISTN.

## **2.8 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

### **2.8.1. Aspectos Gerais**

Conceituam-se como Operações Oficiais de Crédito - OOC aquelas operações destinadas ao financiamento de ações que, por serem de interesse público, contam com a participação de recursos do Tesouro Nacional, tendo como característica peculiar o fato de se adotar encargos financeiros diferenciados daqueles praticados pelo mercado, envolvendo subvenção econômica direta ou indireta.

Em 2009, as ações orçamentárias no âmbito das Operações Oficiais de Crédito, sob responsabilidade da Coordenação-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional – COPEC, foram contempladas pela Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008 (que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009) com o montante de R\$ 9.658.275 mil, dos quais R\$ 2.180.000 mil destinados à concessão de empréstimos e R\$ 7.478.275 mil à equalização de preços e taxas.

Foram concedidos créditos adicionais no montante R\$ 18.000 mil para os Empréstimos do Governo Federal – EGF.

Os cancelamentos totalizaram R\$ 1.288.151 mil, sendo R\$ 1.261.963 mil em Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários - GSPCPA, R\$ 18.585 mil na ação Equalização de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992), R\$ 7.600 mil em Equalização de Juros em financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais e cooperativas (Lei 11.524, de 2007) e R\$ 3 mil em Equalização de juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana. Sendo assim, a dotação final em 2009 resultou no montante de R\$ 8.388.124 mil. Entretanto, a execução da despesa, no conjunto dessas operações, alcançou o montante de R\$ 4.113.935 mil. O valor inscrito em Restos a Pagar/2007/2008 foi de R\$ 1.138.259 mil, dos quais R\$ 536.027 mil foram executados. Foram inscritos R\$ 2.424.087 mil em Restos a Pagar/2009, com base no Decreto nº 7.057, de 29 de dezembro de 2009.

Além disso, em 2009, foram liberados ao Banco Central do Brasil R\$ 310.879 mil para a ação de Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO (Decreto nº 175, de 1991), constante dos Encargos Financeiros da União – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, bem como R\$ 51.000 mil a título de Restos a Pagar/2008.

### **2.8.2. Financiamento**

#### **2.8.2.1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**

Criado em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF expressa o caráter prioritário dado pelo governo ao apoio creditício à agricultura familiar, voltadas às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Esta atividade possibilita financiar o custeio e o investimento rural, com encargos financeiros inferiores aos concedidos a beneficiários de outros programas vinculados ao crédito rural. Em 2009, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R\$ 880 milhões, dos quais foram cancelados R\$ 10.000 mil para atender à aquisição de operações junto ao Banco do Brasil S.A., Banco da Amazônia S.A. e Banco do Nordeste do Brasil S.A., de que trata o artigo 20 da Lei nº 11.775/2008, resultando em uma dotação final de R\$ 870.000 mil. Foram executados financeiramente R\$ 434.475 mil e R\$ 24.196 mil inscritos em Restos a Pagar/2009. Os reembolsos em 2009 foram de R\$ 901.782 mil e a diferença entre os desembolsos e as entradas de recursos foi superavitária em R\$ 467.307 mil.

#### **2.8.2.2. Financiamento para Promoção das Exportações – PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)**

O Programa de Financiamento às Exportações - PROEX tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, através da assistência financeira na fase de comercialização (pós-embarque) em duas modalidades: Financiamento e Equalização de Taxas de Juros. Na modalidade Financiamento, o Tesouro Nacional repassa recursos a exportadores/importadores por meio do Banco do Brasil S.A., agente financeiro do PROEX, de modo a viabilizar a concessão de crédito destinado a amparar a exportação de bens e serviços nacionais, a taxas equivalentes às praticadas no mercado internacional. Para o exercício de 2009, foi inicialmente consignada no orçamento a dotação de R\$ 1.300.000 mil. As despesas totalizaram R\$ 462.232 mil, além de R\$ 92.142 mil de Restos a Pagar/2008, tendo sido inscritos R\$ 151.310 mil em a Restos a Pagar de 2009 e R\$ 27.858 mil referente a Restos a Pagar /2008 com base no Decreto nº 7.057, de 29.12.2009.

#### **2.8.2.3. Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS**

O PIPS, criado pela Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 5.004, de 4 de março de 2004, tem como finalidade a implementação de projetos estruturados na área de desenvolvimento urbano e infra-estrutura, nos segmentos de saneamento básico, energia elétrica, gás, telecomunicações, rodovias, sistemas de irrigação e drenagem, portos e serviços de transporte em geral, habitação, comércio e serviços. Os referidos projetos serão viabilizados mediante a criação de Fundos de Investimento Imobiliário - FII, e de Fundos

de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC. No exercício de 2009, foi consignado crédito orçamentário, no valor de R\$ 500.000.000,00 para a ação 0A83 - Financiamento no âmbito do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS, o qual não foi executado. Tal fato decorre da falta de interesse do setor privado em apresentar projetos, cuja motivação entende-se derivar da dificuldade em alcançar taxas de retorno compatíveis com suas expectativas.

### 2.8.3. Equalização

#### 2.8.3.1. Equalização de Taxas de Juros

##### Equalização de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)

As operações de Custeio Agropecuário se constituem em financiamentos para as despesas normais do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa, de exploração pecuária e de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários. Essas operações, contempladas com a subvenção econômica de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, são lastreadas tanto com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER Rural), quanto com recursos da Poupança Rural. Essa subvenção é definida como o pagamento, pelo Tesouro Nacional, do diferencial entre o custo de captação de recursos das instituições financeiras, acrescido dos custos administrativos e tributários em que incorrem, e a taxa de juros paga pelo tomador final do crédito. Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 1.104.844 mil, além de R\$ 104.000 mil de Restos a Pagar/2008. A execução orçamentária foi de R\$ 162.079 mil e R\$ 35.881 mil de Restos a Pagar. Foram inscritos R\$ 617.600 mil em Restos a Pagar/2009, bem como prorrogação, para até 31.12.10, de R\$ 68.119 mil referentes a Restos a Pagar/2008 com base no Decreto nº 7.057, de 29.12.2009.

##### Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal – EGF (Lei nº 8.247, de 1992)

Os Empréstimos do Governo Federal visam proporcionar recursos financeiros ao beneficiário, de modo a permitir o armazenamento e a conservação de seus produtos para venda futura em melhores condições de mercado. Classificam-se como crédito de comercialização e têm como base o valor do preço mínimo dos produtos, sem a interferência de ágios e deságios. Essas operações são lastreadas com recursos da Poupança Rural e contempladas com a subvenção econômica de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros. Esta ação contou com dotação orçamentária de R\$ 60.180 mil. Houve necessidade de suplementação orçamentária no valor de R\$ 18.000 mil, já que o volume de contratações superou as estimativas iniciais. A dotação

final ficou em R\$ 78.180 mil. A execução orçamentária foi de R\$ 9.250 mil e R\$ 68.930 mil foram inscritos em Restos a Pagar/2009, bem como prorrogação, para até 31.12.10, de R\$ 14.598 mil referentes a Restos a Pagar/2008 com base no Decreto nº 7.057, de 29.12.2009.

##### Equalização de Juros para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 8.247, de 1992)

A modalidade de subvenção econômica do PRONAF abrange a equalização de taxas de juros (cobertura do diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescidos dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras e os encargos cobrados do tomador final do crédito), os rebates sob a forma de bônus de adimplência e sobre o principal, além do pagamento da remuneração das Instituições Financeiras pelo serviço de contratar operações de crédito do PRONAF com recursos do Orçamento Geral da União (PRONAF/OGU). Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 1.222.504 mil. Desse valor, R\$ 717.111 mil foram executados e R\$ 505.393 mil foram inscritos em Restos a Pagar/2009 e R\$ 199.241 mil referentes a Restos a Pagar/2008 com base no Decreto nº 7.057, de 29.12.2009.

##### Equalização de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)

As operações de crédito de Investimento Rural e Agroindustrial equalizadas pelo Tesouro Nacional abrangem uma série de programas no âmbito da agricultura empresarial. Os financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil S.A. estão no âmbito do Programa de Geração Emprego e Renda - PROGER, enquanto os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES distribuem-se da seguinte forma:

PRODUSA – Programa de Produção Sustentável do Agronegócio; MODERFROTA – Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras; MODERAGRO – Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais; PROLEITE – Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite; MODERINFRA – Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem; PROPFLORA – Programa de Plantio Comercial de Florestas; PRODECOOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária; PRODEFRUTA – Programa de Desenvolvimento da Fruticultura; PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio; PROLAPEC – Programa de Integração Lavoura-Pecuária. E PROCAP-AGRO – Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 183.709 mil, foram cancelados recursos da ordem de R\$ 18.585 mil de forma a suplementar a ação EGF,

resultando em uma dotação final de R\$ 165.124 mil. A execução orçamentária foi de R\$ 100.360 mil, foram inscritos em Restos a Pagar/2009 R\$ 56.310 bem como prorrogação, para até 31.12.10, de R\$ 292.416 mil referentes a Restos a Pagar de 2007/2008 com base no Decreto nº 7.057, de 29.12.2009.

#### **Equalização de juros decorrentes do alongamento de dívidas do crédito rural (Lei nº 9.866/99)**

Esta ação destina-se ao ressarcimento às instituições financeiras dos benefícios concedidos aos produtores rurais com dívidas alongadas com base na Resolução CMN nº 2.471/1998, desde que as parcelas de juros tenham sido pagas até o vencimento. Assim, quando os mutuários recolhem suas parcelas dentro do vencimento, obtêm automaticamente o desconto – de até 2% a.a. ou de até 5% a.a., conforme o caso – junto ao agente financeiro e este, por sua vez, solicita o ressarcimento dos valores ao Tesouro Nacional, conforme disposto nas Leis nºs. 9.866/1999 e 10.437/2002. No exercício de 2009, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 248.688 mil, dos quais foram executados R\$ 247.411 mil. Foi feita a inscrição de R\$ 1.277 mil em Restos a Pagar/2009.

#### **Equalização de juros para recuperação da lavoura cacauícola baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)**

O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, instituído a partir da Resolução CMN nº 2.165/95, de 19/06/95, cujo prazo para contratação de novas operações encerrou-se em 30.9.2003, nos termos da Resolução CMN nº 3.076, de 24.4.2003, tem sofrido sucessivas reestruturações em razão do elevado nível de endividamento enfrentado pelos produtores. Nesse conjunto, destacam-se medidas que autorizaram o refinanciamento e a contratação de novas operações com taxas de juros pré-fixadas e bônus de adimplência, em substituição aos encargos financeiros anteriores, tendo como primeiro normativo a Resolução CMN nº 2.960, de 25.04.2002 que, além de prefixar encargos, concedeu prazo de até 10 anos para operações renegociadas e novas operações. Além disso, a Resolução CMN nº 3.345, de 03.02.2006, e alterações posteriores, permitiram a renegociação de dívidas de cacaueiros que não foram beneficiados pelas condições previstas na Resolução CMN nº 2.960/02. A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, alterada pela Lei nº 11.922, de 13.04.2009, autorizou nova renegociação de dívidas de operações contratadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e que não foram renegociadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29.11.1995. No orçamento de 2009, foram previstos recursos de R\$ 18.074 mil para atender equalizações, dos quais R\$ 3 mil foram cancelados. As despesas totalizaram R\$ 410 mil além de R\$ 427 mil de Restos a Pagar/2008. A execução da despesa foi prejudicada pelo não encaminhamento da totalidade das informações necessárias ao Tesouro Nacional pelo BNDES, em virtude das constantes prorrogações de

vencimentos das operações. Do total de recursos previstos, houve a inscrição de R\$ 17.661 mil em Restos a Pagar/2009.

#### **Equalização de juros para promoção das exportações – PROEX – Lei nº 10.184, de 2001**

O PROEX também concede equalização de Taxa de Juros com a finalidade de tornar os encargos financeiros dos financiamentos à exportação concedidos pelas instituições financeiras compatíveis com os praticados no mercado internacional, contribuindo, assim, para a competitividade das exportações brasileiras. Esta subvenção varia de 2,5% a 0,5% a.a. em função do prazo de financiamento. No exercício de 2009, foram consignadas dotações orçamentárias de R\$ 950.481 mil para Equalização e R\$ 42.982 mil para remuneração do agente financeiro, totalizando R\$ 993.463 mil. As despesas totalizaram R\$ 340.243 mil, sendo R\$ 317.321 mil para Equalização e R\$ 22.922 mil para a remuneração do agente financeiro. Além disso, foram inscritos em Restos a Pagar/2009 o valor de R\$ 494.426 mil, sendo R\$ 5.517 mil referentes à remuneração do agente financeiro e R\$ 488.909 mil para Equalização.

#### **Equalização de juros em financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais e cooperativas (Lei nº 11.524, de 2007).**

O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes de subvenção sob a forma de equalização nas operações de financiamentos para a liquidação de dívidas contraídas por produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos agropecuários, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006, com vencimento a partir de 1º de janeiro de 2005, nos termos da Lei nº 11.524, de 24.09.2007. Em 2009, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 91.019 mil, dos quais R\$ 7.600 mil foram cancelados. Verificou-se que a procura pela linha de financiamento não se comportou de acordo com as previsões iniciais, de forma que não foram desembolsados recursos para pagamento de equalização em 2009.

#### **Equalização de Juros no âmbito do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS**

Relativamente à ação 002E – *Equalização de Juros no âmbito do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS*, foi disponibilizado crédito no valor de R\$ 124.267.331,00, o qual não foi executado pelos motivos expostos no item 2.8.2.3.

#### **2.8.3.2. Equalização de Preços**

##### **Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF (Lei nº 8.247, de 1992)**

O Programa de Aquisições do Governo Federal - AGF é o instrumento da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM. Esta ação orçamentária contempla os repasses,

realizados pelo Tesouro Nacional à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, relativos às aquisições de produtos agropecuários e ao pagamento das despesas da PGPM; e o pagamento de equalização de preços, referente à diferença entre o valor de venda do produto e o correspondente saldo devedor, quando da baixa do estoque da CONAB.

Quando da venda dos estoques públicos, a CONAB, a depender das condições conjunturais do mercado de produtos agrícolas, pode não obter o montante necessário à liquidação do valor correspondente às despesas com a aquisição e o carregamento dos produtos vendidos. Assim, por meio da rubrica de equalização de preços do AGF, aquela empresa recebe subvenção econômica do Tesouro Nacional com vistas à cobertura do diferencial entre o custo de remissão dos produtos vendidos e a receita arrecadada com a venda. Cabe registrar que o orçamento da equalização de preços da ação AGF consta das Operações Oficiais de Crédito, sob gestão da Secretaria do Tesouro Nacional. A ação de equalização de preços contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 300.000 mil. Foram executados R\$ 150.006 mil e inscritos R\$ 38.000 mil em restos a pagar/2009.

#### **Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários – GSPCPA (Lei nº 8.247, de 1992)**

O Programa Garantia e Sustentação de Preços, integrante da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), é composto pelos seguintes instrumentos: Contrato de Opção, Prêmio para o Escoamento de Produto (PEP), Contrato Privado de Opção de Venda (PROP), Prêmio para Equalização do valor de Referência da Soja (PESOJA) e Prêmio Equalizador pago ao Produtor (PEPRO).

O Contrato de Opção Venda (Público) representa um instrumento de seguro dos preços de produtos agrícolas, que desonera o Tesouro Nacional da necessidade de dispêndios imediatos com recursos para aquisição de produtos. O Governo Federal, através da CONAB, leiloa contratos que prevêem a aquisição de um produto específico, a ser feita em determinada data, a um preço pré-estabelecido (preço de exercício). O Contrato Público de Opção de Venda tem no prêmio cobrado do produtor o custo que este incorre para ter a garantia de preços.

O PEP constitui-se em uma subvenção econômica concedida pelo Governo Federal. Para tanto, a CONAB realiza leilão público com vistas à obtenção do menor prêmio, que os arrematantes estariam dispostos a receber do governo para adquirir o produto diretamente do produtor e transportá-lo até a região indicada no correspondente edital. Desta forma, o PEP promove a participação da iniciativa privada na comercialização e no escoamento de produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que assegura o recebimento do Preço Mínimo aos produtores rurais e evita a formação de estoques governamentais, cujo carregamento é oneroso.

O Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP)

é também uma forma de subvenção econômica e destina-se ao segmento consumidor que se dispõe a adquirir, em data futura, determinado produto diretamente de produtores ou de suas cooperativas, pelo preço de exercício fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo Governo Federal.

O Prêmio para Equalização do valor de Referência da Soja (PESOJA) também é uma subvenção econômica governamental a ser arrematada por meio de leilão ao interessado que comprovar a aquisição do produto de produtores rurais ou suas cooperativas, pelo valor de referência, e o seu escoamento, nas condições e abrangências previstas em regulamento.

O Prêmio Equalizador pago ao Produtor (PEPRO) é uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural ou sua cooperativa, que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido e o valor do prêmio equalizador arrematado em leilão. Os instrumentos utilizados no Programa Garantia e Sustentação de Preços representam mecanismos alternativos aos tradicionalmente utilizados na PGPM (Aquisições do Governo Federal e Empréstimos do Governo Federal). Tais instrumentos representam a implementação de estratégias de apoio à comercialização menos intervencionistas e mais voltadas para o mercado, importantes no sentido de adequar a política agrícola ao controle fiscal e ao processo de abertura comercial pelo qual a economia brasileira vem passando.

Em 2009 o programa contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 2.926.930 mil. Houve cancelamento de R\$ 1.261.963 mil, de forma que a dotação disponível para o exercício foi de R\$ 1.664.967 mil. Foram executados R\$ 925.646 mil e inscritos R\$ 251.200 mil em Restos a Pagar/2009.

#### **2.8.4. Outras Atividades Desenvolvidas**

##### **2.8.4.1. Aquisições de Operações do Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF**

No exercício de 2009 foi criada ação para Aquisição de Operações de PRONAF, com valor orçamentário de R\$ 10.000 mil, para atender ao disposto no artigo 20 da Lei nº 11.775/2008, que autorizou à União adquirir operações do Grupo A/C do PRONAF, contratadas pelo Banco do Brasil S.A., Banco da Amazônia S.A. e Banco do Nordeste do Brasil S.A., com risco dessas instituições. Destaca-se que o valor referenciado foi inscrito em Restos a Pagar/2009.

##### **2.8.4.2. Encargos Financeiros da União (EFU) - Indenizações e Restituições Relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Decreto Nº 175, de 1991)**

O Programa foi instituído pela Lei nº 5.969, de 11.12.73, com o objetivo de garantir, parcial ou integralmente, o financiamento contratado por agricultores atingidos por fenômenos climáticos ou queda em sua produção, além de prover cobertura de parte da receita esperada de

agricultores familiares, a partir da Resolução CMN 3.237, de 29.09.04.

Em razão da insuficiência de receita, proveniente do prêmio cobrado junto aos produtores, a União tem procedido à alocação no orçamento de recursos adicionais, com vistas a complementar o pagamento das obrigações do PROAGRO, conforme disposto na MP nº 2.162-72, de 23.08.2001, a partir de solicitação do Banco Central do Brasil - BACEN, na condição de gestor do programa.

No exercício de 2009, foram alocados R\$ 310.879 mil para a complementação das despesas do PROAGRO, sendo que a totalidade dos recursos disponíveis para o exercício foi transferida ao Banco Central. Além disso, R\$ 51.000 mil foram liberados a título de Restos a Pagar/2008.

De acordo com informações do Banco Central, foram enquadradas no Proagro 653.449 mil operações na safra de 2008/2009, sendo 585.236 mil no Proagro Mais e 68.213 mil sob as condições gerais do programa. A sinistralidade, medida pela razão entre a quantidade de comunicações de perdas e a de adesões, ficou em 15,05%, em decorrência dos vários eventos que assolararam as regiões produtoras em 2009.

#### **2.8.4.3. Repasses Concedidos à CONAB para a Execução do Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF**

A Secretaria do Tesouro Nacional repassa recursos financeiros à CONAB para atender a duas finalidades básicas: formação de estoques públicos (reguladores e estratégicos) de produtos agrícolas amparados pela PGPM, incluindo as despesas com armazenamento, conservação, remoção e alienação destes estoques (Despesas Gerais da PGPM); e a garantia do recebimento do preço mínimo pelo produtor rural. Dessa forma, fica viabilizada a ação governamental de regulação, quando necessário, do preço dos produtos agrícolas no mercado interno, além da garantia do abastecimento em épocas de escassez. No que tange ao repasse de recursos à CONAB, no ano de 2009, o programa contou com uma dotação orçamentária de R\$ 2.300.000 mil, com posterior suplementação de R\$ 930.000 mil, ficando assim com dotação orçamentária total de R\$ 3.230.000 mil. O valor das transferências concedidas foi de R\$ 2.485.185 mil. Houve, ainda, a execução de R\$ 30.853 mil de Restos a Pagar/2008.

#### **2.8.5. Autorização para Realização de Operações de Crédito dos Entes da Federação**

##### **2.8.5.1. Análise de Requisitos – Descrição e Objetivos**

No âmbito da análise fiscal de estados, Distrito Federal e municípios, a Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, e as Resoluções do Senado Federal nºs. 40 e 43, ambas de 2001, atribuíram ao Ministério da Fazenda - MF funções inerentes à verificação do cumprimento das condições relativas à realização de operações de crédito de interesse dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem

como do cumprimento dos limites de endividamento desses entes, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. Ob a competência do Ministério da Fazenda, coube à Secretaria do Tesouro Nacional, a execução dessas atribuições, anteriormente desempenhadas pelo Banco Central do Brasil, tendo sido então adotadas as providências com vistas à criação de nova Coordenação, no caso a COPEM, cujas atividades tiveram início quando da publicação da Portaria nº 4, de 18 de janeiro de 2002, revogada pela Portaria nº 115, de 11 de março de 2008, revogada pela Portaria nº 396 de 02 de julho de 2009. Vale ressaltar que esta coordenação não possui nenhuma ação inscrita no plano plurianual.

##### **2.8.5.2. Beneficiários**

A STN analisou entre janeiro e dezembro de 2009, 945 processos relativos a pleitos estaduais e municipais para contratação de operações de crédito. Destes, 346 pleitos foram arquivados, 4 indeferidos, 70 encaminhados para a análise de Concessão de Garantia da União e em 525 pleitos foi verificado o cumprimento dos limites fiscais para a contratação. O valor das operações de crédito consideradas para as quais o ente cumpriu os limites determinados na LRF no período totalizou R\$ 22.450.383.252,72 (vinte e dois bilhões, quatrocentos e cinqüenta milhões, trezentos e oitenta e três mil, duzentos e cinqüenta e dois reais e setenta e dois centavos). Para cada pleito, foi emitido Parecer da Coordenação-Geral com vistas a evidenciar a existência ou não da capacidade de endividamento do ente público pleiteante e sua adequação aos limites definidos pelo Senado Federal. As informações relativas a essas análises foram encaminhadas mensalmente ao Senado Federal, no mês subsequente à análise. Registre-se a atuação da STN junto aos diversos agentes financeiros envolvidos na contratação de operações de crédito dos entes com vistas a promover treinamento qualificado para a instrução correta dos pleitos submetidos à análise da STN. A edição da Resolução nº 3.751, de 30/06/2009, do Conselho Monetário Nacional – CMN, regulamentou novas normas para o processo de verificação de limites e condições para contratação de operação de crédito pelos Entes Federativos. A partir daquela data, os agentes financeiros autorizados a operar com o setor público deverão, na forma estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, centralizar o recebimento de todos os documentos necessários à completa verificação dos limites e das condições definidos em lei e demais atos normativos, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

A STN mantém, em sistema informatizado, banco de dados com informações detalhadas de todas as operações de crédito aprovadas pela STN, não só para acompanhamento da situação e localização de cada processo, mas para manutenção do histórico estatístico do volume e das condições financeiras das operações de crédito aprovadas. Foi mantida, no sítio da STN, área específica para divulgação de informações sobre o endividamento de estados e municípios referentes às operações de crédito analisadas e em tramitação, detalhando características como prazos, taxas de juros, etc. A STN, por meio de sua área fim, trabalhou no

aperfeiçoamento e manutenção do sistema próprio que auxilia a análise dos pleitos de operação de crédito de Estados e Municípios.

## 2.9 - RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

### 2.9.1. Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens

A União contratou, durante o exercício de 2009, 7 operações de crédito externo no valor de US\$3,1 bilhões,

firmadas com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e um consórcio de Bancos franceses liderados por Société Generale, BNP Paribas, Santander S.A. e Calyon S.A. Também houve uma operação de crédito de caráter não reembolsável (doação) no valor de US\$ 378,0 mil, foi destinada ao Programa de Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU – PROCONTROLE (recurso doado pelo BIRD).

**TABELA 2.9.1.a  
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO – 2003 A 2009**

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	US\$ milhões
Financiamento de Projetos	1.117,46	1.189,58	2.347,00	1.298,82	732,00	5,00	3.125,08	
Doações	0,50	1,39	8,76	11,56	0,44	3,44	0,38	

Fontes: Ministério da Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; Banco Interamericano de Desenvolvimento; Banco Mundial.

Posição: dezembro/2009.

**TABELA 2.9.1.b  
FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS – 2009**

CONTRATO	DATA DE ASSINATURA	CREDOR	PROJETOS/PROGRAMAS	VALOR US\$	US\$ milhões
7545-BR	09.09.2009	BIRD	Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família II (PROESF)	83,45	
1841-OC	15.09.2009	BID	Programa Diagnósticos, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil – IPEA PESQUISA	7,15	
S/nº	30.09.2009	Consórcio de Bancos franceses	Programa H-X BR (RFB/Comando da Aeronáutica)	2.580,18	
7632-BR	22.12.2009	BIRD	Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde – QUALISUS	235,0	
7782-BR	22.12.2009	BIRD	Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA II – Segunda Fase	24,3	
2230-OC	22.12.2009	BID	Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES – Fase II	45,0	
2248-OC	29.12.2009	BID	Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros-PNAFM	150,0	
<b>TOTAL</b>				<b>3.125,08</b>	

Fontes: Ministério da Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; Banco Interamericano de Desenvolvimento; Banco Mundial.

Posição: dezembro/2009

### 2.9.2. Concessão de Garantias Externas

Foram concedidas (formalizadas) garantias externas no montante de US\$ 4.085,01 milhões, sendo que, desse valor, 75,1% foram destinadas aos Estados e 24,9% destinadas aos Municípios.

**TABELA 2.9.2.1.a  
CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2003 A 2009**

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	US\$ milhões
<b>GARANTIAS CONCEDIDAS</b>	313,50	882,21	1.334,86	969,46	1.254,64	3.970,05	4.085,01	
Garantias A Entidades Federais	150	-	1.060,00	0	1.000,00	-	1.018,47	
Garantias A Estados E Municípios E Entidades Controladas	163,5	882,21	274,86	969,46	254,64	3.970,05	3.066,54	

Fontes: Ministério da Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; Banco Interamericano de Desenvolvimento; Banco Mundial.

Posição: dezembro/2009

**TABELA 2.9.2.1.b**  
**CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2009**

US\$ milhões

Nº DO CONTRATO	DATA DE ASSINATURA	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	CREDOR	PROJETO	VALOR DO EMPRÉSTIMO
BR-15/2008	23-jan-09	PM de Cachoeirinha	FONPLATA	Projeto de Melhoria e Ampliação da Infra-Estrutura Urbana de Cachoeirinha	8,91
2023-OC	19-mar-09	BNDES	BID	Financiamento parcial do Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micros, Pequenas e Médias Empresas - 3ª Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condisional (CCLIP)	1.000,00
7600-BR	19-mar-09	GOV.EST.CE	BIRD	Financiamento parcial do Projeto de Apoio à Inclusão Social e ao Desenvolvimento Econômico do Ceará - SWAP II	240,00
1998-OC	02-abr-09	PM Belém-PA	BID	Programa de Saneamento da Bacia Estrada Nova - PROMABEN	68,75
1990-OC	27-abr-09	PM Belford Roxo - RJ	BID	Programa de Urbanização e Saneamento Ambiental do Município de Belford Roxo, no âmbito do PRÓ-CIDADES.	13,20
7595-BR	11-mai-09	GOV.EST.SE	BIRD	Projeto de Combate à Pobreza Rural de Estado de Sergipe - PCPR II - 2ª Fase	20,80
7581-BR	13-mai-09	PM Uruguaiana-RS	BIRD	Financiamento do Programa Uruguaiana Vencerá	6,83
1979-OC	20-mai-09	PM Porto Alegre	BID	Programa Integrado Sócio- Ambiental - PISA.	83,27
2044-OC	20-mai-09	Gov. Est. CE	BID	Financiamento parcial do Pograma de Modernização Fiscal do Estado do Ceará - Profisco CE	41,00
S/nº	18-jun-09	Eletrobrás	KFW	Projeto Complexo São Bernardo - Tranche 1.	18,47
2081-OC	22-jun-09	Gov. EST. BAHIA	BID	Financiamento, do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o desenvolvimento do Estado da Bahia (PROCONFIS).	409,00
S/nº	07-jul-09	Gov. Est. Pará	CAF	Financiamento parcial do Programa de Infra-Estrutura Rodoviária do Pará	85,00
2009-OC	05-agosto-09	Gov.Est.SP	BID	Financiamento parcial do Programa de investimento nos Transportes Metropolitanos de São Paulo	168,00
2077-OC	05-agosto-09	Gov.Est.SP	BID	Programa recuperação de Rodovias - Etapa III	194,00
7688-BR	24-agosto-09	Gov. Est. SP	BIRD	Programa de Pavimentação e Recuperação de Estradas Vicinais do Estado de São Paulo	166,65
2165-OC	01-set-09	Gov. Est. Amazonas	BID	Programa Sócio Ambiental dos Igapés de Manaus-PROSAMIN I	77,00
7497-BR	03-set-09	PM Recife-PE	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social no Recife (Capiraibe Melhor)	32,76
7675-BR	10-set-09	GDF	BIRD	Programa de Modernização da gestão Pública do DF	130,00
1980-OC	16-set-09	PM. Goiania	BID	Projeto Urbano Ambiental Macambira Anicuns	56,70
7655-BR	17-set-09	Gov. Est. ES	BIRD	Projeto de Gerenciamento da Poluição Costeira e das Águas do Espírito Santo	71,50
7630-BR	22-set-09	Gov. Est. Ceará	BIRD	Projeto de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos do Ceará	103,00
7719-BR	24-set-09	Gov. Est. RJ	BIRD	Programa Estadual de Transportes - PET II	211,70
2078-OC	28-set-09	Gov. Est. Pará	BID	Programa de Apoio à Modernizaçāp e Transparência fiscal do Estado do Pará	10,00
7662-BR	28-out-09	SABESP	BIRD	Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê	100,00
S/nº	08-out-09	GDF	CAF	Programa de Gestão das Águas e drenagem Urbana do DF	69,10

Nº DO CONTRATO	DATA DE ASSINATURA	MUTUÁRIO/EXECUTOR	CREDOR	PROJETO	VALOR DO EMPRÉSTIMO
7711-BR	06-nov-09	Gov. Est. PE	BIRD	Programa de Desenvolvimento da Educação e Gestão Pública de Pernambuco	154,00
7773-BR	14-dez-09	Gov. Est. RJ	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas – Projeto Rio Rural	39,50
S/nº	14-dez-09	PM de Caxias do Sul	CAF	Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Municipal e Serviços Básicos de Caxias do Sul	28,80
7654-BR	22-dez-09	Gov. Est. Ceará	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará – CIDADES DO CEARÁ – CARIRI CENTRAL	46,00
7817-0	22-dez-09	Gov. Est Al	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Sustentável – Estado de Alagoas	195,45
2137-OC	22-dez-09	Gov. Est. Ceará	BID	Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada Saúde à Saúde do Estado do Ceará	77,00
2169-OC	22-dez-09	Gov. Est. Ceará	BID	Programa Rodoviário do Estado do Ceará – Ceará III	158,62
<b>TOTAL 2009</b>					<b>4.085,01</b>

Fontes: Ministério da Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; Banco Interamericano de Desenvolvimento; Banco Mundial.

Posição: dezembro/2009

### 2.9.3. Concessão de Garantias Internas

Em 2009, foram concedidas (formalizadas) garantias internas no montante de R\$ 5,9 bilhões, sendo que, desse valor, 14,8% foram destinados aos Estados e 85,2% destinado à Estatal Federal.

**TABELA 2.9.2.2.a - CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2009**  
CREDOR: BNDES

CONTRATO	DATA ASSINATURA	MUTUÁRIO/EXECUTOR	PROJETO	R\$ bilhão VALOR EMPRÉSTIMO
508/PGFN/CAF	22-nov-09	BB	Programa de Crédito Especial Rural - PROCER.	5,00
516/PGFN/CAF	22-dez-09	GOV. PE	Programa de Desenvolvimento Integrado	0,414
523/PGFN/CAF	29-dez-09	GOV. AL	Programa de Desenvolvimento Integrado	0,249
520/PGFN/CAF	22-dez-09	Gov. AC	Programa de Desenvolvimento Integrado.	0,205

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

### 2.9.4. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias

As tabelas a seguir apresentam o saldo devedor das garantias concedidas pelo Tesouro Nacional no terceiro quadrimestre de 2009, e as respectivas contragarantias vinculadas, assim agrupadas: 1) Operações Externas e 2) Operações Internas, que por sua vez, dividem-se em a) Fiança ou aval em operações de crédito e b) Outras Garantias nos termos da LRF. São registradas garantias concedidas por fundos ou outras entidades, em nome da União, com destaque também para o Fundo de Garantia à Exportação FGE, o Seguro de Crédito à Exportação-IRB, o Fundo de Aval para Promoção da Competitividade – FGPC, o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER e o Excedente Único de Riscos Extraordinários – EURE/IRB. Os saldos das garantias abaixo se encontram na forma do Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimensralmente.

**TABELA 2.9.4.a**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS**

R\$

GARANTIA	SALDO ATÉ O 3º QUADRIMESTRE/2009
<b>1 - EXTERNA</b>	<b>28.703.626.715,99</b>
<b>1. 1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>28.703.626.715,99</b>
<b>- ORGANISMOS MULTILATERAIS</b>	<b>24.897.088.303,41</b>
. Garantias a Estados e Municípios e Entidades Controladas	15.221.090.057,47
. Garantias a Empresas Estatais Federais	9.666.015.548,95
. Garantias a Empresas Privatizadas	9.982.696,99
<b>- AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS</b>	<b>3.594.795.243,99</b>
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	2.072.871.274,17
. Garantias a Empresas Estatais Federais	1.511.250.804,61
. Garantias a empresas Privatizadas	10.673.165,21
<b>- BANCOS PRIVADOS</b>	<b>159.228.168,59</b>
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	70.974.990,20
. Garantias a Empresas Estatais Federais	88.253.178,39
. Garantias a empresas Privatizadas	-
<b>- OUTROS CREDORES</b>	<b>52.515.000,00</b>
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	-
. Garantias a Empresas Estatais Federais	-
. Garantias a empresas Privatizadas	52.515.000,00
<b>1. 2 - OUTRAS GARANTIAS NOS TERMOS DA LRF</b>	-
<b>- SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO</b>	-
Bancos no Exterior	-
<b>2 - INTERNA</b>	<b>58.632.303.434,84</b>
<b>2.1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>26.719.915.606,61</b>
<b>- BANCOS ESTATAIS</b>	<b>1.910.346.385,32</b>
. Garantias a Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.910.346.385,32
. Garantias a Empresas Estatais Federais	-
. Garantias a empresas Privadas	-
<b>- BANCOS PRIVADOS</b>	-
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	-
. Garantias a Empresas Estatais Federais	-
. Garantias a empresas Privadas	-
<b>- ELETROBRÁS - Garantia a ITAIPU BINACIONAL (MÚTUO)</b>	<b>7.080.307.091,00</b>
<b>- BNDES - Garantia a ITAIPU BINACIONAL</b>	-
<b>- BNDES - Banco do Brasil (Contrato n.º 508/PGFN/CAF, de 23.11.2009)</b>	5.000.000.000,00
<b>- FGTS - BNDES (Contrato n.º 433/PGFN/CAF, de 28.08.2008)</b>	5.779.588.910,35
<b>- FI/FGTS - BNDES (Contrato S/N.º, de 22.12.2008)</b>	6.949.673.219,94
<b>2. 2 - OUTRAS GARANTIAS NOS TERMOS DA LRF</b>	<b>31.912.387.828,23</b>
<b>- Garantia de execução de contrato (Performance Bond) e de devolução de sinal (Refundment Bond)</b>	<b>1.682.042.503,42</b>
. Banco do Brasil	1.682.042.503,42
<b>- Fundo de Garantia à Exportação - FGE</b>	<b>9.585.296.451,26</b>
Banco do Brasil	9.585.296.451,26
<b>- Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB</b>	<b>504.685.499,02</b>
. Acúmulo de responsabilidades em vigor	-
. Sinistros em aberto	504.685.499,02
<b>- Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC</b>	<b>250.273.588,56</b>
<b>- Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER</b>	<b>2.204.032.387,72</b>
<b>- EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001</b>	<b>14.118.932.644,95</b>
<b>- Prog. Fort. Agric. Familiar - PRONAF</b>	<b>231.947.290,25</b>
. Banco do Brasil	231.947.290,25
. Banco do Nordeste	-
<b>- Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira</b>	<b>283.630.000,00</b>
. Banco do Brasil	283.630.000,00
<b>- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO</b>	<b>47.050.986,43</b>
. BACEN	47.050.986,43
<b>- Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE/IRB</b>	<b>120.340.744,68</b>
<b>- Lei nº. 8.036, de 11.05.1990 - Risco de Operações Ativas</b>	<b>2.884.155.731,93</b>
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>87.335.930.150,83</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

**TABELA 2.9.4.b**  
**DEMONSTRATIVO DAS CONTRAGARANTIAS DE VALORES**

CONTRAGARANTIA	R\$
<b>1 - EXTERNA</b>	<b>SALDO ATÉ O 3º QUADRIMESTRE/2009</b>
<b>1. 1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>19.814.772.882,28</b>
<b>- ORGANISMOS MULTILATERAIS</b>	<b>16.462.337.879,95</b>
. Garantias a Estados e Municípios e Entidades Controladas	15.221.090.057,47
. Garantias a Empresas Estatais Federais	1.231.265.125,49
. Garantias a empresas Privadas	9.982.696,99
<b>- AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS</b>	<b>3.140.691.833,74</b>
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	2.072.871.274,17
. Garantias a Empresas Estatais Federais	1.057.147.394,36
. Garantias a empresas Privadas	10.673.165,21
<b>- BANCOS PRIVADOS</b>	<b>159.228.168,59</b>
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	70.974.990,20
. Garantias a Empresas Estatais Federais	88.253.178,39
. Garantias a empresas Privadas	-
<b>- OUTROS CREDORES</b>	<b>52.515.000,00</b>
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	-
. Garantias a Empresas Estatais Federais	-
. Garantias a empresas Privadas	52.515.000,00
<b>1. 2 - OUTRAS GARANTIAS NOS TERMOS DA LRF</b>	<b>-</b>
<b>- SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO</b>	<b>-</b>
Bancos no Exterior	-
<b>2 - INTERNA</b>	<b>21.526.734.978,20</b>
<b>2.1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>13.990.653.476,32</b>
<b>- BANCOS ESTATAIS</b>	<b>1.910.346.385,32</b>
. Garantias a Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.910.346.385,32
. Garantias a Empresas Estatais Federais	-
. Garantias a empresas Privadas	-
<b>- BANCOS PRIVADOS</b>	<b>-</b>
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	-
. Garantias a Empresas Estatais Federais	-
. Garantias a empresas Privadas	-
<b>- ELETROBRÁS - Garantia a ITAIPU BINACIONAL (MÚTUO)</b>	<b>7.080.307.091,00</b>
<b>- BNDES - Garantia a ITAIPU BINACIONAL</b>	<b>-</b>
<b>- BNDES - Banco do Brasil (Contrato n.º 508/PGFN/CAF, de 23.11.2009)</b>	<b>5.000.000.000,00</b>
<b>- FGTS - BNDES (Contrato n.º 433/PGFN/CAF, de 28.08.2008)</b>	<b>-</b>
<b>- FI/FGTS - BNDES (Contrato S/N.º, de 22.12.2008)</b>	<b>-</b>
<b>2. 2 - OUTRAS GARANTIAS NOS TERMOS DA LRF</b>	<b>7.536.081.501,88</b>
<b>- Garantia de execução de contrato (Performance Bond) e de devolução de sinal (Refundment Bond)</b>	<b>1.682.042.503,42</b>
Banco do Brasil	1.682.042.503,42
<b>- Fundo de Garantia à Exportação - FGE</b>	<b>-</b>
Banco do Brasil	-
<b>- Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB</b>	<b>-</b>
. Acúmulo de responsabilidades em vigor	-
. Sinistros em aberto	-
<b>- Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC</b>	<b>250.273.588,56</b>
<b>- Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER</b>	<b>2.204.032.387,72</b>
<b>- EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001</b>	<b>-</b>
<b>- Prog. Fort. Agric. Familiar - PRONAF</b>	<b>231.947.290,25</b>
. Banco do Brasil	231.947.290,25
. Banco do Nordeste	-
<b>- Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira</b>	<b>283.630.000,00</b>
. Banco do Brasil	283.630.000,00
<b>- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO</b>	<b>-</b>
. BACEN	-
<b>- Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE/IRB</b>	<b>-</b>
<b>- Lei nº. 8.036, de 11.05.1990 - Risco de Operações Ativas</b>	<b>2.884.155.731,93</b>
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>41.341.507.860,48</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional.

## 2.9.5. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Em 2009, não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. O comportamento dos últimos cinco anos evidencia a ausência de inadimplência frente aos compromissos garantidos, que decorre da atual disciplina fiscal vigente no país, da análise prévia de capacidade de pagamento, da vinculação de contra-garantias e do fato de que as operações garantidas são, em sua maioria, junto a organismos internacionais. As últimas ocorrências registradas ocorreram em 2004 totalizando um montante de R\$ 11,86 milhões.

## 2.9.6. Securitização de Dívidas

Uma parcela importante dos chamados **passivos contingentes da União** vem sendo regularizada por meio do instrumento da securitização, ou seja, o pagamento, aos credores, em títulos da dívida pública federal, após o devido reconhecimento das obrigações, na forma da lei e regulamentos.

As estimativas quanto ao montante das obrigações da União a serem regularizadas por meio da securitização são formadas a partir da situação dos processos que as representam, no que diz respeito à documentação e legislação aplicável. A efetiva conclusão desses processos, com a emissão, pelo Tesouro Nacional, dos créditos securitizados leva em conta, também, as metas definidas pelo Governo Federal para o ajuste fiscal do País. As chamadas *dívidas em processo de reconhecimento*, de acordo com sua origem, podem ser classificadas em três categorias predominantes, como demonstra a Tabela 2.9.6, a seguir, que contém as estimativas do estoque dessas obrigações, feitas ao final dos dois últimos exercícios:

**TABELA 2.9.6.a - DÍVIDAS EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO NO TESOURO NACIONAL**

ORIGEM	POSIÇÃO EM 31/12/2008		POSIÇÃO EM 31/12/2009	
	R\$ MILHÕES	%	R\$ MILHÕES	%
Liquidação/ Extinção	4.302,26	4,37	4.432,84	4,49
Dívida Direta	4.902,45	4,99	5.287,13	5,35
Diversos	2.006,27	2,04	2.084,86	2,11
VAF3	1.235,32	1,25	1.334,45	1,35
Criação Estados	1.660,85	1,69	1.867,83	1,89
Subsídios Concedidos	89.329,11	90,66	89.112,33	90,16
Novação FCVS	81.750,83	82,97	81.153,12	82,11
VAF4	7.578,28	7,69	7.959,21	8,05
<b>TOTAL</b>	<b>98.533,81</b>	<b>100</b>	<b>98.832,31</b>	<b>100</b>

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota 1: Os Valores de Avaliação de Financiamento (VAF 3 e VAF 4) decorrem dos resíduos assumidos pela União nos termos do art. 15 da Lei nº 10150, de 2000, e do art. 44 da MP nº 2.181-45, de 2001.

Nota 2: Os valores indicados como "Novação FCVS", assim como os relativos ao VAF3 e ao VAF4, foram fornecidos pela Caixa Econômica Federal.

Os valores da tabela correspondem a **previsões** que não indicam, necessariamente, os valores exatos das securitizações a serem concluídas. A metodologia de cálculo empregada para a atualização monetária está descrita a seguir:

- Os valores em moeda nacional são atualizados pelo IGP-DI da FGV, do mês anterior, acrescidos de juros de 6% a.a.;
- Os valores em moeda estrangeira são atualizados pelas respectivas taxas de câmbio (taxa de venda), obtidas no SISBACEN;
- Os saldos da dívida do FCVS, assim como os relativos aos VAF3 e VAF4, são fornecidos pela Caixa Econômica Federal – Caixa. A estimativa atuarial da obrigação do FCVS é informada com defasagem de alguns meses e, por essa razão, as últimas novações celebradas em 2009 não são deduzidas do estoque apresentado, refletindo-se nos meses seguintes.

A diferença verificada entre o total da dívida estimada ao final dos dois últimos exercícios deve-se, principalmente, à avaliação atuarial das obrigações do FCVS realizada nos dois momentos.

Contribuíram, ainda, para a nova configuração dos passivos, a atualização dos saldos, conforme sistemática descrita anteriormente, os registros de novas dívidas e as baixas provocadas pelos contratos celebrados em 2009.

O reconhecimento de uma dívida, propriamente dito, ocorre em fase anterior ao ingresso dos autos no Ministério da Fazenda. Dá-se, por exemplo, durante o processo de liquidação dos entes/entidades extintos por força de lei, ou é formalizado pela Caixa Econômica Federal, Administradora do FCVS, em se tratando das dívidas desse Fundo com os agentes financeiros do setor de habitação.

O processo assim constituído tramita, então, no Ministério da Fazenda (STN e PGFN), onde ocorrem as fases de análise documental, avaliação da conveniência e oportunidade, renegociação financeira e análise jurídica. Caso as manifestações sejam favoráveis, sucedem a autorização ministerial, a celebração do contrato de novação e, finalmente, a emissão dos ativos securitizados em favor do credor.

Cumpriram esse rito, e foram concluídos, em 2009:

a) 24 securitizações, que resultaram na emissão de ativos CVSA, CFSB, CVSC e CVSD, no valor de R\$ 615,2 milhões, os quais foram utilizados na quitação de dívidas referidas como "VAF3", "Novação FCVS" e "VAF4", na Tabela 2.9.6.

b) 3 securitizações, que resultaram na emissão de ativos NTN-B, no valor de R\$ 51,7 milhões, os quais foram utilizados na quitação de dívidas referidas como "Liquidação/Extinção", na Tabela 2.9.6.

## 2.10 - FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS

### Empréstimos e Doações Junto a Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito

Os principais agentes internacionais de fomento com os quais o Brasil teve projetos em execução no ano de 2009 foram:

- BIRD - Banco Mundial
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- FONPLATA - Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
- CAF - Corporação Andina de Fomento FUMIN - Fundo Multilateral de Investimento
- MEDIO CREDITO - Unicredit MedioCredito Centrale (Banco Italiano)
- FIDA - Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura
- JBIC - Japan Bank For International Cooperation (Banco Japonês)
- KFW - Kreditanstalt Fr Wiederaufbau (Banco Alemão)

### Projetos em execução

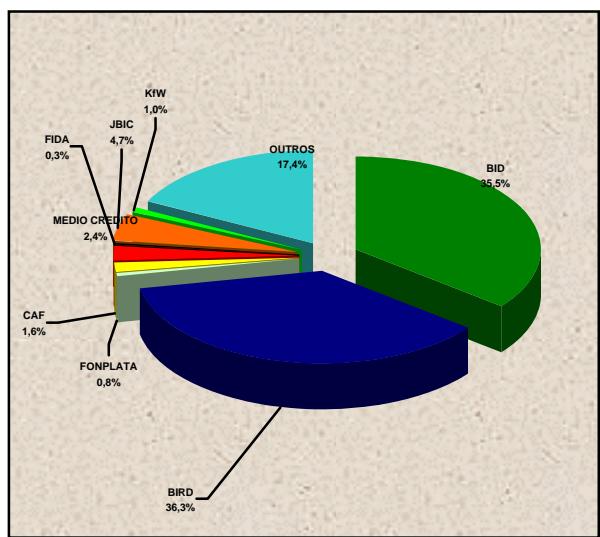
Estiveram em execução no ano de 2009, nos âmbitos federal, estadual e municipal 141 projetos co-financiados por Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito, assim distribuídos:

	VALOR (US\$ 1,00)	Nº PROJETOS
BID	6.340.221.000	55
BIRD	6.489.940.000	52
FONPLATA	140.421.000	8
CAF	289.699.000	6
MEDIO CREDITO	424.672.000	4
FIDA	59.741.000	3
JBIC	839.000.000	3
KfW	177.913.000	3
OUTROS	3.102.690.000	7
<b>TOTAL</b>	<b>17.864.297.000</b>	<b>141</b>

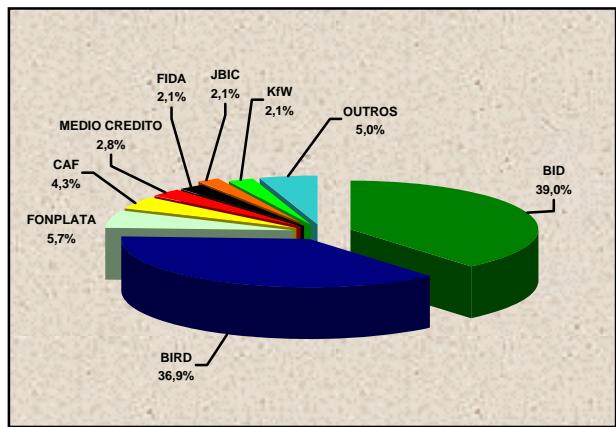
Fonte: SEAIN (MPOG)

Esta carteira de projetos em execução contabiliza um volume de empréstimos em execução de US\$ 17,8 bilhões.

CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS POR ORGANISMOS – 2009  
(EM VOLUME DE RECURSOS)



CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS POR ORGANISMOS – 2009 (em quantidade de projetos em execução)



Estes projetos que estavam em execução, no exercício, por esfera federativa, são a seguir discriminados:

ESFERA	VALOR (US\$ 1,00)	Nº PROJETOS
Federal	7.821.469.000	36
Estadual	8.861.068.000	72
Municipal	1.181.760.000	33
<b>TOTAL</b>	<b>17.864.297.000</b>	<b>141</b>

Fonte: SEAIN (MPOG)

### Acordos de Cooperação Técnica Multilateral

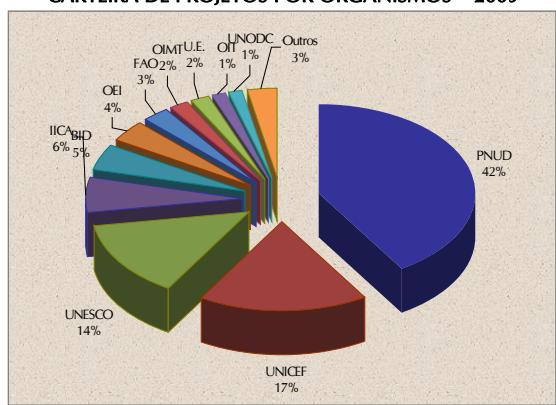
De acordo com os dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, a carteira de projetos da Coordenação Geral de Cooperação Técnica Recebida Multilateral contabilizava, no final de 2009, 335 projetos em execução.

**COOPERAÇÃO MULTILATERAL  
PROJETOS POR FONTE EXTERNA (2009)**

ORGANISMO INTERNACIONAL	Nº PROJETOS	PERCENTUAL
PNUD	138	41,2%
UNICEF	58	17,3%
UNESCO	47	14,0%
IICA	21	6,3%
BID	16	4,8%
OEI	13	3,9%
FAO	9	2,7%
OIMT	7	2,1%
U.E.	6	1,8%
OIT	5	1,5%
UNODC	5	1,5%
Outros	10	3,0%
<b>TOTAIS</b>	<b>335</b>	<b>100,0%</b>

A cooperação técnica multilateral é aquela desenvolvida entre o Brasil e organismos internacionais com mandato para atuar em programas e projetos de desenvolvimento social, econômico e ambiental. O objetivo desse relacionamento é o de gerar ou transferir conhecimentos, técnicas e experiências que contribuam para o desenvolvimento de capacidades nacionais em temas elencados como prioritários pelo Governo Brasileiro e sociedade civil. A cooperação técnica multilateral materializa-se por meio de treinamentos, seminários, reuniões, conferências, missões de curta duração, pré-projetos e projetos. Por meio dessas modalidades são prestadas consultorias, capacitação de recursos humanos, aquisição de bens e contratação de serviços. O caráter multilateral dessa vertente da cooperação internacional é enfatizado por força da aplicação dos princípios da neutralidade e universalidade que balizam a atuação dos organismos internacionais.

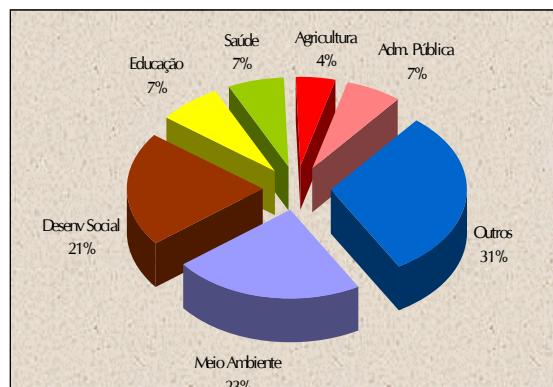
**CARTEIRA DE PROJETOS POR ORGANISMOS – 2009**



A execução dos projetos e demais atividades de cooperação multilateral envolve o aporte de insumos

técnicos e financeiros mobilizados pelos organismos internacionais e pelas instituições nacionais, em diferentes proporções. Uma terceira origem de recursos, na esfera multilateral, são os fundos internacionais canalizados por uma das partes envolvidas. Os programas de cooperação multilateral se concentram, atualmente, nas seguintes áreas: meio ambiente (reconversão industrial, educação ambiental, manejo florestal, biodiversidade, desenvolvimento ambientalmente sustentável, exploração racional de recursos naturais, etc.) desenvolvimento social (geração de emprego e renda, proteção à criança e promoção da mulher), educação (ensino fundamental, gestão e avaliação da educação), saúde (saúde pública, controle e prevenção de doenças, saúde reprodutiva), agricultura e administração pública (reforma do Estado e reforma fiscal). Cada uma dessas áreas corresponde, de uma forma geral, a um campo de atuação específico dos vários organismos internacionais.

**CARTEIRA DE PROJETOS CTI – 2009**



Dos 335 projetos de cooperação técnica internacional em execução no exercício de 2009, 314 (93,73%) têm abrangência geográfica nacional.

**Operações de Crédito Externo Contratadas Diretamente pela União em 2009**

A União contratou, durante o exercício de 2009, 7 operações de crédito externo no valor de US\$ 3,1 bilhões, firmadas com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e um consórcio de Bancos franceses liderados por Société Générale, BNP Paribas, Santander S.A. e Calyon S.A.. Merecem destaque as operações para o Programa H-X BR (Aeronáutica) e para o Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde – QUALISUS. Também houve uma operação de crédito de caráter não reembolsável (doação) no valor de US\$ 378,0 mil, destinada ao Programa de Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU – PROCONTROLE (recurso doado pelo BIRD).

### OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO – 2003 A 2009

US\$ milhão

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Financiamento de Projetos	1.117,46	1.189,58	2.347,00	1.298,82	732,00	5,00	3.125,08
Doações	0,50	1,39	8,76	11,56	0,44	3,44	0,38

Fontes: relação de Contratos/PGFN, Relatórios "Statement of Approved Loans" - BID e "Detal Statement of Loans" - BIRD, ambos de 31.12.2009. Posição: dezembro/2009.

### FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS – 2009

US\$ milhão

CONTRATO	DATA DE ASSINATURA	CREDOR	PROJETO/PROGRAMA	VALOR/EMPRÉSTIMO
7545-BR	09.09.2009	BIRD	Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família II (PROESF)	83,45
1841-OC	15.09.2009	BID	Programa Diagnósticos, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil – IPEA PESQUISA	7,15
S/nº	30.09.2009	Consórcio de Bancos franceses	Programa H-X BR (RFB/Comando da Aeronáutica)	2.580,18
7632-BR	22.12.2009	BIRD	Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde – QUALISUS	235,0
7782-BR	22.12.2009	BIRD	Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA II – Segunda Fase	24,3
2230-OC	22.12.2009	BID	Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES – Fase II	45,0
2248-OC	29.12.2009	BID	Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros-PNAFM	150,0
<b>TOTAL</b>				<b>3.125,08</b>

Fontes: relação de Contratos/PGFN, Relatórios "Statement of Approved Loans" - BID e "Detal Statement of Loans" - BIRD, ambos de 31.12.2009. Posição: dezembro/2009

### DOAÇÃOES - 2009

US\$ milhão

DATA DE ASSINATURA	PROJETO	VALOR DOAÇÃO
30.03.2008	Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU – PROCONTROLE	0,38
<b>TOTAL</b>		<b>0,38</b>

Fontes: Contratos/PGFN, publicações (PGFN) dos Extratos de Contratos no Diário Oficial da União, Relatórios "Statement of Approved Loans" - BID e "Detal Statement of Loans" - BIRD, ambos de 31.12.2007 - Posição: dezembro/2007

### Concessão de Garantias da União em Operações de Crédito Externo

Em 2009 foram concedidas (formalizadas) garantias externas no montante de US\$ 4.085,01 milhões, sendo que, desse valor, 75,1% foram destinadas aos estados e 24,9% destinadas aos municípios.

### CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2003 A 2009

US\$ milhão

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
GARANTIAS CONCEDIDAS	313,50	882,21	1.334,86	969,46	1.254,64	3.970,05	4.085,01
GARANTIAS A ENTIDADES FEDERAIS	150,00	-	1.060,00	-	1.000,00	-	1.018,47
GARANTIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	163,50	882,21	274,86	969,46	254,64	3.970,05	3.066,54

Fontes: Contratos/PGFN, publicações (PGFN) dos Extratos de Contratos no Diário Oficial da União, Relatórios "Statement of Approved Loans" - BID e "Detal Statement of Loans" BIRD, ambos de 31.12.2007- Posição: dezembro/2007.

### CONCESSÃO DE GARANTIAS – 2009

US\$ milhão

CONTRATO	DATA ASSINATURA	MUTUÁRIO/EXECUTOR	CREDOR	PROJETO	VALOR EMPRÉSTIMO
BR-15/2008	23-jan-09	PM de Cachoeirinha	FONPLATA	Projeto de Melhoria e Ampliação da Infra-Estrutura Urbana de Cachoeirinha	8,91
2023-OC	19-mar-09	BNDES	BID	Financiamento parcial do Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micros, Pequenas e Médias Empresas - 3ª Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condisional (CCLIP)	1.000,00
7600-BR	19-mar-09	GOV.EST.CE	BIRD	Financiamento parcial do Projeto de Apoio à Inclusão Social e ao Desenvolvimento Econômico do Ceará - SWAP II	240,00
1998-OC	02-abr-09	PM Belém-PA	BID	Programa de Saneamento da Bacia Estrada Nova - PROMABEN	68,75

CONTRATO	DATA ASSINATURA	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	CREDOR	PROJETO	VALOR EMPRÉSTIMO
1990-OC	27-abr-09	27-abr-09 PM Belford Roxo - RJ	BID	Programa de Urbanização e Saneamento Ambiental do Município de Belford Roxo, no âmbito do PRÓ-CIDADES.	13,20
7595-BR	11-mai-09	GOV.EST.SE	BIRD	Projeto de Combate à Pobreza Rural de Estado de Sergipe - PCPR II - 2ª Fase	20,80
7581-BR	13-mai-09	PM Uruguaiana-RS	BIRD	Financiamento do Programa Uruguaiana Vencerá	6,83
1979-OC	20-mai-09	PM Porto Alegre	BID	Programa Integrado Sócio- Ambiental - PISA	83,27
2044-OC	20-mai-09	Gov. Est. CE	BID	Financiamento parcial do Pograma de Modernização Fiscal do Estado do Ceará - Profisco CE	41,00
S/nº	18-jun-09	Eletrobrás	KFW	Projeto Complexo São Bernardo - Tranche 1	18,47
2081-OC	22-jun-09	Gov. EST. BAHIA	BID	Financiamento do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o desenvolvimento do Estado da Bahia (PROCONFIS)	409,00
S/nº	07-jul-09	Gov. Est. Pará	CAF	Financiamento parcial do Programa de Infra-Estrutura Rodoviária do Pará	85,00
2009-OC	05-agosto-09	Gov.Est.SP	BID	Financiamento parcial do Programa de investimento nos Transportes Metropolitanos de São Paulo	168,00
2077-OC	05-agosto-09	Gov.Est.SP	BID	Programa recuperação de Rodovias - Etapa III	194,00
7688-BR	24-agosto-09	Gov. Est. SP	BIRD	Programa de Pavimentação e Recuperação de Estradas Vicinais do Estado de São Paulo	166,65
2165-OC	01-set-09	Gov. Est. Amazonas	BID	Programa Sócio Ambiental dos Igarapés de Manaus-PROSAMIN I	77,00
7497-BR	03-set-09	PM Recife-PE	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social no Recife (Capiroibe Melhor)	32,76
7675-BR	10-set-09	GDF	BIRD	Programa de Modernização da gestão Pública do DF	130,00
1980-OC	16-set-09	PM. Goiania	BID	Projeto Urbano Ambiental Macambira Anicuns	56,70
7655-BR	17-set-09	Gov. Est. ES	BIRD	Projeto de Gerenciamento da Poluição Costeira e das Águas do Espírito Santo	71,50
7630-BR	22-set-09	Gov. Est. Ceará	BIRD	Projeto de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos do Ceará	103,00
7719-BR	24-set-09	Gov. Est. RJ	BIRD	Programa Estadual de Transportes - PET II	211,70
2078-OC	28-set-09	Gov. Est. Pará	BID	Programa de Apoio à Modernizaçâp e Transparência fiscal do Estado do Pará	10,00
7662-BR	28-out-09	SABESP	BIRD	Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê	100,00
S/nº	08-out-09	GDF	CAF	Programa de Gestão das Águas e drenagem Urbana do DF	69,10
7711-BR	06-nov-09	Gov. Est. PE	BIRD	Programa de Desenvolvimento da Educação e Gestão Pública de Pernambuco	154,00
7773-BR	14-dez-09	Gov. Est. RJ	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas – Projeto Rio Rural	39,50
S/nº	14-dez-09	PM de Caxias do Sul	CAF	Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Municipal e Serviços Básicos de Caxias do Sul	28,80
7654-BR	22-dez-09	Gov. Est. Ceará	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará – CIDADES DO CEARÁ – CARIRI CENTRAL	46,00
7817-0	22-dez-09	Gov. Est Al	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Sustentável – Estado de Alagoas	195,45
2137-OC	22-dez-09	Gov. Est. Ceará	BID	Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde do Estado do Ceará	77,00
2169-OC	22-dez-09	Gov. Est. Ceará	BID	Programa Rodoviário do Estado do Ceará – Ceará III	158,62
<b>TOTAL</b>					<b>4.085,01</b>

Fontes: Contratos/PGFN, publicações (PGFN) dos Extratos de Contratos no Diário Oficial da União, Relatórios "Statement of Approved Loans" - BID e "Detal Statement of Loans" - BIRD, ambos de 31.12.2009- Posição: dezembro/2009

## **Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito**

Em 2009, não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. O comportamento dos últimos cinco anos evidencia a ausência de inadimplência frente aos compromissos garantidos, que decorre da atual disciplina fiscal vigente no país, da análise prévia de capacidade de pagamento, da vinculação de contra-garantias e do fato de que as operações garantidas são, em sua maioria, junto a organismos internacionais.

## **Projetos de Financiamento Externo Apresentados para Aprovação em 2009**

Em relação aos projetos com financiamento externo apresentados para aprovação em 2009, a Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX efetuou recomendações favoráveis para o início da preparação das operações, para 93 cartas-consulta apresentadas, representando US\$ 18,8 bilhões em projetos que se encontram em preparação técnica com os respectivos organismos financiadores. No total de cartas-consulta aprovadas, a esfera estadual destacou-se com 50 cartas-consulta (54% do total) aprovadas. No exercício de 2009 a COFIEX recebeu um total de 56 cartas-consulta para análise, assim distribuídas:

### **DISTRIBUIÇÃO DAS CARTAS-CONSULTA RECEBIDAS EM 2009 POR ESFERA FEDERATIVA**

ESFERA	QTDE DE PROJETOS	VALOR DO FINANCIAMENTO (US\$1,00)
Federal	15	9.671.533.420
Estadual	26	4.911.729.220
Municipal	15	1.602.264.655
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>16.185.527.295</b>

De acordo com a SEAIN/MPOG, um dos fatores que explica a prevalência dos pleitos estaduais é a melhoria nas condições financeiras e fiscais dos Estados, devido,

principalmente, à implementação de programas de ajustes e aumentos na arrecadação tributária. No caso da União, o menor número de solicitações de financiamento se deve à condição do País de credor externo líquido, à implementação de grandes programas governamentais voltados às áreas sociais e de infra-estrutura, além do princípio da “não-adicionalidade” no orçamento federal, que tem restringido, substancialmente, a demanda por financiamentos externos.

### **DISTRIBUIÇÃO DOS VOLUMES DE RECURSOS DAS CARTAS-CONSULTA RECEBIDAS EM 2009 POR FONTE DE FINANCIAMENTO**

U\$ 1,00

FONTE RESUMIDA	2009
BID	1.756.405.848
BIRD	4.579.483.929
CAF	447.262.846
SOCIETÉ GENERALE	2.871.288.396
CONS. BANCOS	5.558.205.447
Outros	972.880.828
<b>TOTAL</b>	<b>16.185.527.294</b>

Na distribuição das Cartas-Consulta apresentadas em 2009, por fonte de financiamento, a presença do Consórcio de Bancos liderados pelo BNP Paribas apresenta expressiva participação nas propostas de financiamento a projetos e programas do setor público, com 34% do volume de recursos. A participação do referido consórcio refere-se basicamente ao financiamento do Programa de Desenvolvimento de Submarinos do Ministério da Defesa (Marinha do Brasil), que tem importância geopolítica no contexto da parceria estratégica entre o Brasil e a França.

### **Operações de Crédito Externo Recomendadas para Negociação Em 2009**

Durante a 82ª reunião da COFIEX, realizada em 24/04/2009, foi recomendada a contratação junto a organismos multilaterais de um total de 15 operações de financiamento para projetos no valor total de US\$ 5,28 bilhões.

### **82ª REUNIÃO - PROJETOS FEDERAIS**

U\$ 1,00

ENTIDADE	MUTUÁRIO/EXECUTOR	VALOR	CONTRAPARTIDA	PROGRAMA/PROJETO
BID	BNDES	3.000.000.000,00	3.000.000.000,00	Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micros, Pequenas e Médias Empresas
BID	Ministério da Fazenda	450.000.000,00	50.000.000,00	Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros
BIRD	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	200.000.000,00	15.168.000.000,00	Consolidação do Programa Bolsa Família e apoio à Operacionalização do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social

### **82ª REUNIÃO - PROJETOS ESTADUAIS (**

U\$ 1,00

ENTIDADE	MUTUÁRIO/EXECUTOR	VALOR	CONTRAPARTIDA	PROGRAMA/PROJETO
BID	MG	260.000.000,00	400.000.000,00	Programa para o Desenvolvimento de Minas Gerais III
BID	SE	5.788.000,00	2.171.000,00	Modernização Fazendária do Estado de Sergipe
BIRD	BA	60.000.000,00		Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia

US\$ 1,00

ENTIDADE	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	VALOR	CONTRAPARTIDA	PROGRAMA/PROJETO
BIRD	SC	35.340.000,00	34.660.000,00	PRAPEM-Microbacias 3
JICA	SABESP	480.000.000,00	85.000.000,00	Programa de Redução de Perdas de Água e Eficiência Energética
BIRD	PR	50.040.000,00	33.360.000,00	Projeto de Inclusão e Desenvolvimento Rural Sustentável
BIRD	SP	112.910.000,00	48.550.000,00	Modernização da Linha 11 - Coral CTPM
CAF	GDF	243.508.000,00	150.980.000,00	Programa de Implantação do Sistema de Transporte entre as cidades de Gama, Santa Maria e Plano Piloto
BID	SP	162.454.000,00	307.709.000,00	Recuperação Socio-Ambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica
BIRD	AL	195.450.000,00		Programa de Reestruturação da Gestão Fiscal e Pública do Estado de Alagoas
BIRD	RJ	18.673.000,00	15.927.000,00	Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública do Estado do Rio de Janeiro
BID	RR	5.788.000,00	1.912.000,00	Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Roraima

Durante a 83ª reunião da COFIEC, realizada em 13/07/2009, foi recomendada a contratação junto a organismos multilaterais de operações de financiamento para projetos, sendo sete operações no valor total de US\$ 2,3 bilhões e três operações no valor total de 58,7 milhões de Euros.

#### 83ª Reunião - PROJETOS FEDERAIS

Em US\$ 1,00

ENTIDADE	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	VALOR	CONTRAPARTIDA	PROGRAMA/PROJETO
BIRD	Ministérios da Integração, Cidades e Meio Ambiente	97.575.000,00	32.525.000,00	Programa de Desenvolvimento do setor Água - Interáguas
BID	Ministério da Previdência Social	10.000.000,00	10.000.000,00	Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social - PROPREV II
BIRD	Eletrobrás	500.000.000,00	214.300.000,00	Programa Corporativo das Empresas de Distribuição da Eletrobrás e de Melhoria da Qualidade dos Serviços e de Redução de Perdas Elétricas

#### 83ª REUNIÃO - PROJETOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

ENTIDADE	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	VALOR	CONTRAPARTIDA	MOEDA	PROGRAMA/PROJETO
BIRD	SP	326.775.000,00	133.339.000,00	Dolar	Programa de Recuperação de Estradas Vicinais - PRO-VICINAIS - fase IV
BID/BIRD	SP	1.131.372.000,00	1.353.828.000,00	Dolar	Expansão da linha 5 do Metro de SP
BID	SP	120.000.000,00	34.960.000,00	Dolar	Projeto de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado de SP
AFD	Município de Curitiba	36.150.000,00	36.150.000,00	Euro	Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte
CAF	Município de Porto Alegre	100.000.000,00	110.000.000,00	Dolar	Programa de Mobilidade Urbana Sustentável de Porto Alegre
MLW	SC	17.578.000,00	3.102.000,00	Euro	Projeto de Ampliação e Modernização Tecnológica das Unidades Hospitalares de SC
MLW	Município de Maracanaú	5.000.000,00	885.000,00	Euro	Importação de Equipamentos Técnico-Científicos para as Unidades Básicas de Saúde da Família e para o Hospital da Mulher de Maracanaú

Durante a 84ª reunião, realizada em 13/07/2009, a COFIEC recomendou a preparação da Operação Comercial junto ao Consórcio de Bancos liderado pelo BNP-Paribas para o suporte ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil. Durante a 85ª reunião, realizada em 02/10/2009, foi recomendada a contratação junto a organismos multilaterais de operações de financiamento para projetos, sendo onze operações no valor total de US\$ 2,8 bilhões e quatro operações no valor total de 493,9 milhões de Euros.

**85ª REUNIÃO - PROJETOS FEDERAIS**

ENTIDADE	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	VALOR	CONTRAPARTIDA	MOEDA	PROGRAMA/PROJETO
BID	Secretaria do Patrimônio da União	15.104.000,00	15.104.000,00	Dolar	Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União
Consórcio de Bancos - Societe Generale	Departamento da Polícia Federal	318.000.000,00		Euro	Pro-Amazonia/PROMOTEC II
BIRD	FUNAI	40.000.000,00	5.700.000,00	Dolar	Promoção e Proteção dos Povos Indígenas do Brasil
AFD	BNDES	150.000.000,00	64.000.000,00	Euro	Infra-Estrutura, Meio Ambiente e Saúde

**85ª REUNIÃO - PROJETOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS**

ENTIDADE	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	VALOR	CONTRAPARTIDA	MOEDA	PROGRAMA/PROJETO
BID	SP	115.771.929,00	84.081.281,00	Dolar	Várzeas do Tietê
BIRD	MS	300.000.000,00	75.000.000,00	Dolar	Programa de Transportes e de Desenvolvimento Sustentável do MS
BIRD	MG	461.044.929,00	1.319.009.258,00	Dolar	Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais II
BIRD	RJ	485.000.000,00		Dolar	Des Econ Social e de Sustentabilidade Fiscal do RJ
BID	CAESB-DF	170.840.000,00	115.470.000,00	Dolar	Saneamento Ambiental da CAESB
AFD	Município de Toledo	9.463.000,00	10.537.000,00	Euro	Desenvolvimento Ambiental Sustentável de Toledo
BIRD	Município do Rio de Janeiro	1.045.000.000,00		Dolar	Política de Desenvolvimento do Mun do RJ
CAF	Município de Fortaleza	50.000.000,00	50.000.000,00	Dolar	PRODETUR - Fortaleza
BIRD	SC	90.000.000,00	90.000.000,00	Dolar	Santa Catarina Rural
MLW	PA	16.472.181,82	3.527.818,18	Euro	Fortalecimento do Sistema Parense de Inovação
BID	RS	60.000.000,00	6.666.667,00	Dolar	Fortalecimento da Gestão Fiscal do RS

Durante a 86ª reunião, realizada em 14/12/2009, a COFEX recomendou o início de novas operações, com destaque para as seguintes:

**86ª REUNIÃO - PROJETOS FEDERAIS (EM US\$ 1,00)**

ENTIDADE	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	VALOR	CONTRAPARTIDA	PROGRAMA/PROJETO
BIRD	Ministério da Educação	420.000.000,00	3.664.000.000,00	Plano de Revitalização dos Hospitais Universitário Federais do Ministério da Educação
BID	Advocacia-Geral da União	17.128.713,00	25.693.069,00	Projeto de Apoio à Modernização da Advocacia-Geral da União
BID	Furnas	180.000.000,00	372.000.000,00	Modernização de Usinas Elétricas

**86ª REUNIÃO - PROJETOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS**

ENTIDADE	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	VALOR	CONTRAPARTIDA	MOEDA	PROGRAMA/PROJETO
BID	GDF	31.997.935,00	4.743.586,00	Dolar	Projeto de Desenvolvimento Fazendário do DF
BID	SP	100.000.000,00	66.990.000,00	Dolar	Complexo Cultural Teatro da Dança de SP
BID	PR	54.819.000,00	45.181.000,00	Dolar	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado Paraná
BID	TO	40.431.000,00	4.581.000,00	Dolar	Projeto de Modernização Fiscal do Estado do Tocantins
BIRD	TO	300.000.000,00	75.000.000,00	Dolar	Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável no Estado do Tocantins
FIDA	SE	16.000.000,00	34.000.000,00	Dolar	Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores - Sergipe
JICA	PA	181.184.000,00	102.830.848,00	Iene	Projeto Ação Metrópole
CAF	Município de Manaus	21.512.846,00	21.649.522,00	Dolar	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo no Município de Manaus
CAF	Município de Aparecida de Goiânia	35.000.000,00	35.000.000,00	Dolar	Programa de Reestruturação Urbana na Bacia do Ribeirão Santo Antonio de Aparecida de Goiânia

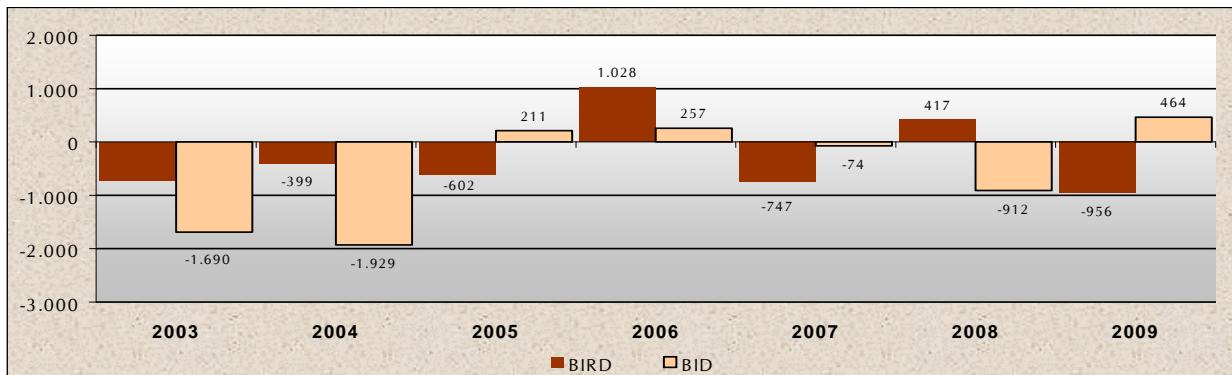
## Fluxo Financeiro Decorrente de Financiamentos Externos

Em relação à análise de gastos dos projetos em execução no âmbito do Governo Federal, a SFC/CGU acompanha a execução das despesas e a consecução da metas previstas nos acordos. Em 2009, foram despendidos no Brasil recursos da ordem de US\$ 3,2 bilhões nos projetos do Banco Mundial e do Banco Interamericano.

FLUXO FINANCEIRO					BIRD/BID		
BANCO MUNDIAL e BID - ANO CALENDÁRIO					APROVAÇÕES E CONTRATAÇÕES		
ANO	DESEMBOLSO (A)	AMORTIZAÇÃO (B)	JUROS E COMISSÕES (C)	TRANSF. LÍQUIDA [ A - (B+C) ]	ANO	APROVAÇÃO	CONTRATAÇÃO
1997	2.793	1.376	677	740	1997	3.324,6	3.428,4
1998	2.972	1.308	747	916	1998	2.572,0	2.271,0
1999	4.470	1.246	934	2.290	1999	6.019,0	6.925,6
2000	4.542	1.184	1.269	2.089	2000	2.037,7	2.166,9
2001	2.662	1.112	1.198	351	2001	3.507,2	2.223,7
2002	3.585	2.131	1.049	405	2002	2.109,0	3.901,4
2003	2.383	3.665	1.126	(2.409)	2003	1.399,4	1.305,1
2004	1.960	3.439	850	(2.328)	2004	3.155,0	1.699,8
2005	2.216	1.789	817	(391)	2005	1.844,8	2.895,6
2006	3.744	1.505	954	1.286	2006	1.721,1	1.976,1
2007	1.956	1.634	1.143	(821)	2007	1.847,0	2.811,6
2008	2.299	1.708	1.087	(496)	2008	5.491,7	3.432,9
2009	3.209	2.816	885	(492)	2009*	3.669,2	3.448,9

Até dez/09 - Fonte: SISPRO/SEAIN

FLUXO FINANCEIRO – BIRD / BID  
(EM US\$ MILHÕES)



Fonte: SEAIN/MPOG

A situação do fluxo líquido negativo, que foi invertida durante o exercício de 2006, voltou a preocupar a equipe econômica do Governo durante os anos de 2007, 2008 e 2009, demonstrando que ainda persiste o pagamento elevado de taxas de permanência (taxa de compromisso ou comissão de crédito) em face à demora na implementação das ações financiadas, bem como em relação à baixa capacidade de execução demonstrada pelos gestores nacionais.

### Agentes de Governo, Ciclo de Aprovação de Acordos Internacionais

#### Ciclo dos Projetos de Financiamento

Conhecer as fases do “ciclo” de vida dos projetos nos facilita identificar as responsabilidades das entidades e das pessoas envolvidas e os trabalhos que devem ser por elas realizados. As fases deste “ciclo” são:

**1ª fase – Identificação:** Atividade desenvolvida pelas agências de fomento e pelo Tomador, visando delinear genericamente os objetivos e as ações de um projeto;

**2ª fase – Preparação:** Elaboração do projeto para ser apresentado e avaliado pelas agências de fomento visando obtenção de financiamento;

**3ª fase - Avaliação Prévia:** (Appraisal no BIRD e Informe Inicial no BID): A agência de fomento avalia o projeto que foi preparado pelo futuro Tomador e produz o primeiro Documento do Projeto (Staff Appraisal Report ou Informe Inicial);

**4ª fase – Negociação:** Cria-se o vínculo jurídico entre as agências de fomento e o Tomador. São negociados os termos finais dos acordos e assinados os documentos

contratuais necessários à formalização do empréstimo (acordo de Empréstimo, Garantias);

**5ª fase - Execução ou Implementação:** O Tomador executa as atividades do projeto;

**6ª fase - Avaliação Posterior:** Compreende o estudo dos resultados e dos efeitos do projeto.

Na realização de cada fase de um projeto e para a consecução de cada uma delas, deve ocorrer a tramitação documental das propostas de financiamento externo nas instâncias competentes, que são:

1. Executor Nacional apresenta Carta Consulta à SEAIN/MP;
2. Executor Nacional faz consulta e obtém a aprovação da COFIEX;
3. Executor Nacional procede a identificação e preparação dos documentos do Projeto;
4. Executor Nacional procede a avaliação prévia do projeto (pode contar com o apoio do Agente financeiro);
5. Executor Nacional apresenta documentação para a PGFN para formalização do processo e manifestação da Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria de Investimento (Ministério do Planejamento);
6. Executor Nacional e o Agente financeiro promovem a negociação do texto final do projeto

7. Distribuem Minutas Contratuais para todos os órgãos envolvidos (SPI, SPA, STN, SOF, PGFN, Órgão Executor);
8. São demandados, pelo Executor Nacional, pareceres do Banco Central e STN sobre a operação de crédito e o aval da União;
9. documento é encaminhado à Diretoria do banco para aprovação;
10. Executor Nacional encaminha documento final à STN e esta solicita a aprovação pelo Senado Federal (ao qual compete, privativamente, as autorizações de operações de crédito externo, de acordo com o inciso V do artigo 52 da Constituição Federal);
11. Senado aprova e devolve à STN para providências;
12. Congresso Nacional aprova a contemplação da operação de crédito externo no Orçamento Geral da União;
13. Executor Nacional e o banco financeiro assinam documento final;
14. Executor Nacional procede publicação do extrato do contrato;
15. Executor Nacional começa a executar o projeto.

As licitações e os processos de seleção de consultores concentram-se na fase de execução. Contudo, há atividades ligadas aos processos de seleção e contratação de fornecedores em cada uma das fases do ciclo do projeto (planejamento de aquisições, negociação de pacotes de licitação, negociações relativas aos valores-limite para cada modalidade, avaliação, auditoria, etc.).

## 2.11 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

### 2.11.1. Arrecadação

#### Arrecadação Líquida Prevista e Realizada

O comparativo entre os valores estimados pela RFB para a arrecadação líquida de restituições em relação àqueles efetivamente arrecadados, por tipo de receita, encontra-se apresentado no demonstrativo a seguir, inclusive contemplando a previsão originalmente feita e a contida na LOA.

**ARRECADAÇÃO/PREVISÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB**  
**PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009**  
**RECEITA LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES**

RECEITAS	LOA/DEC. Nº 6.752/09 (PAR. 1/11/08) [A]	DEC. Nº 6.808/09* (PAR. 12/03/09) [B]	REALIZADA [C]	DIFERENÇAS				R\$ milhões
				[C] - [A]	[C] - [B]	[C] / [A]%	[C] / [B]%	
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	20.559	23.379	15.968	(4.591)	(7.411)	(22,33)	(31,70)	
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	44.944	40.099	28.086	(16.858)	(12.013)	(37,51)	(29,96)	
IMPOSTO SOBRE A RENDA	202.801	185.221	178.796	(24.005)	(6.426)	(11,84)	(3,47)	
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	21.876	19.068	19.293	(2.582)	226	(11,80)	1,18	
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	135.708	125.199	118.957	(16.751)	(6.241)	(12,34)	(4,99)	
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	34.666	32.792	31.723	(2.943)	(1.069)	(8,49)	(3,26)	
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	49.556	46.632	45.050	(4.506)	(1.582)	(9,09)	(3,39)	
CIDE - COMBUSTÍVEIS	4.620	3.764	4.915	294	1.151	6,37	30,58	
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	7.729	8.914	13.351	5.621	4.437	72,73	49,78	
<b>SUBTOTAL [A]</b>	<b>522.459</b>	<b>485.067</b>	<b>456.139</b>	<b>(66.319)</b>	<b>(28.928)</b>	<b>(12,69)</b>	<b>(5,96)</b>	
<b>RECEITA PREVIDENCIÁRIA [B]</b>	<b>187.832</b>	<b>180.936</b>	<b>182.008</b>	<b>(5.824)</b>	<b>1.072</b>	<b>(3,10)</b>	<b>0,59</b>	
<b>RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB [C] - [A] + [B]</b>	<b>710.291</b>	<b>666.003</b>	<b>638.148</b>	<b>(72.143)</b>	<b>(27.856)</b>	<b>(10,16)</b>	<b>(4,18)</b>	

\* Decreto que dispõe sobre a Programação Orçamentária e Financeira - Previsão Original

Fonte: Receita Federal do Brasil

A arrecadação líquida refere-se à arrecadação bancária bruta deduzida das restituições e resarcimentos (IPI, PIS/Cofins, depósitos bancários) feitos no mesmo período.

O total das receitas administradas pela RFB previsto na LOA/2009 foi de R\$ 710.291 milhões sendo que a arrecadação efetivamente realizada alcançou o montante de R\$ 638.148 milhões.

Em valores nominais, o resultado de 2009 ficou 1,34% acima de 2008 (R\$ 629.692 milhões).

Com exceção da "Cide-Combustíveis" e de "Outras Receitas Administradas", todas as outras receitas administradas pela RFB apresentaram um desempenho menor do que o estimado na Lei Orçamentária Anual de 2009. O resultado global ficou R\$ 72.143 milhões abaixo do constante da LOA, ou 10,16% abaixo do esperado.

#### Arrecadação Bruta Realizada

Conforme publicado no relatório mensal “Análise da Arrecadação das Receitas Federais – dezembro de 2009”, a arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela RFB, atingiu o montante de R\$ 671.614 milhões, no período de janeiro a dezembro de 2009.

O desempenho da arrecadação neste período, em relação a igual período de 2008, ocorreu conforme demonstrado no quadro a seguir, encerrando o período com uma variação relativa acumulada, com atualização pelo IPCA, de -3,05%.

Cabe ressaltar que, até o mês de setembro/09, o comportamento da arrecadação das receitas administradas registrava um decréscimo de 7% que foi gradativamente se reduzindo, em decorrência dos resultados positivos, a partir do mês de outubro.

**DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB**  
**PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008**

R\$ milhões

MÊS	ARRECADAÇÃO (A PREÇOS CORRENTES)		VARIAÇÃO (%)		
	2009 [A]	2008 [B]	NOMINAL [A] / [B]	REAL (IPCA) [A] / [B]	MÊS
JAN	58.794	59.404	(1,03)	(6,49)	(6,49)
FEV	44.347	47.122	(5,89)	(11,13)	(8,54)
MAR	52.486	50.012	4,95	(0,63)	(6,02)
ABR	55.475	56.209	(1,30)	(6,48)	(6,14)
MAI	48.934	49.307	(0,76)	(5,66)	(6,05)
JUN	52.860	54.456	(2,93)	(7,38)	(6,28)
JUL	55.727	57.362	(2,85)	(7,03)	(6,39)
AGO	51.046	52.562	(2,88)	(6,95)	(6,46)
SET	50.203	54.339	(7,61)	(11,46)	(7,01)
OUT	64.949	60.489	7,37	3,08	(5,91)
NOV	66.697	53.619	24,39	19,36	(3,68)
DEZ	70.094	65.319	7,31	2,87	(3,05)
<b>TOTAL</b>	<b>671.614</b>	<b>660.201</b>	<b>1,73</b>	<b>-</b>	<b>(3,05)</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil

O resultado da arrecadação em 2009 decorreu, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores:

- redução no crescimento de indicadores macroeconômicos: embora tenham apresentado nítida recuperação nos últimos meses do ano, os principais

indicadores macroeconômicos que influenciam diretamente a arrecadação de tributos, em especial a produção industrial, a lucratividade das empresas e o volume geral de vendas no varejo, apresentaram forte desaceleração no ano de 2009 em relação ao ano de 2008, conforme demonstrado no quadro a seguir.

**PRINCIPAIS FATORES QUE INFLUENCIARAM O RESULTADO DA ARRECADAÇÃO**  
**VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO ANTERIOR**

1) INDICADORES MACROECONÔMICOS	FATO GERADOR DA ARRECADAÇÃO (JAN-DEZ - 2009/2008)	
	DEZ/08-NOV/09 DEZ/07-NOV/08	DEZ/07-NOV/08 DEZ/06-NOV/07
LUCRO DAS EMPRESAS 4º trim08/4º trim07 (*)	-50,00%	-
1º trim09/1º trim08 (**)	-29,50%	-
PRODUÇÃO INDUSTRIAL (PIM/IBGE)	-9,69%	4,80%
VENDAS DE BENS E SERVIÇOS (PMC/IBGE)	6,00%	11,00%
MASSA SALARIAL	11,32%	16,39%
VALOR EM DÓLAR DAS IMPORTAÇÕES	-25,66%	43,88%
VENDAS DE VEÍCULOS	5,30%	9,60%

(\*) 85 maiores empresas com ações em bolsa.

(\*\*) 149 empresas com ações em bolsa que já apresentaram balanço.

Fonte: Receita Federal do Brasil

- compensação no pagamento de tributos: foi apurado, no período de janeiro a dezembro de 2009, acréscimo de compensações, especialmente de Cofins, PIS e Cide, no valor aproximado de R\$ 3,0 bilhões;
- desonerações tributárias: a redução na arrecadação de janeiro a dezembro de 2009 em relação ao mesmo período de 2008, decorrente de desonerações tributárias, foi estimada em R\$ 24,9 bilhões;
- extinção da CPMF: a CPMF foi extinta a partir dos fatos geradores de janeiro de 2008. No entanto, nesse mês, ocorreu arrecadação, ainda em valor expressivo, por conta de fatos geradores do último decêndio de dezembro/07;

- transferência de depósitos judiciais: transferência conforme MP 468/09 e Portarias 510/09 e 531/09 do Ministério da Fazenda, no valor acumulado de aproximadamente R\$ 8,9 bilhões;
- parcelamento ou pagamento de dívidas: recolhimentos em conformidade com a Lei 11.941/09, e relativos ao parcelamento instituído pela MP 470/09 (crédito prêmio do IPI).

O quadro a seguir destaca os principais tributos que mais concorreram para o resultado global e que sofreram influência direta dos fatores acima citados.

**ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB**

**PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008**

**(A PREÇOS DE DEZEMBRO/09 - IPCA)**

R\$ milhões

RECEITAS	2009 [A]	2008 [B]	DIFERENÇAS		PART. % NO TOTAL DA DIFERENÇA
			[A] - [B]	[A] / [B]%	
COFINS / PIS-PASEP	152.108	162.613	(10.505)	(6,46)	48,94
IPI (Exceto Vinculado)	22.703	31.018	(8.314)	(26,81)	38,73
IRPJ /CSLL	131.129	137.648	(6.519)	(4,74)	30,37
IOF	19.559	21.692	(2.132)	(9,83)	9,93
CIDE-COMBUSTÍVEIS	4.884	6.363	(1.479)	(23,24)	6,89
CPMF	289	1.254	(965)	(76,96)	4,50
IRPF	15.098	16.010	(912)	(5,69)	4,25
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	133.173	135.496	(2.323)	(1,71)	10,82
<b>SUBTOTAL [A]</b>	<b>478.943</b>	<b>512.093</b>	<b>(33.150)</b>	<b>(6,47)</b>	<b>154,44</b>
<b>RECEITA PREVIDENCIÁRIA [B]</b>	<b>204.040</b>	<b>192.355</b>	<b>11.685</b>	<b>6,07</b>	<b>(54,44)</b>
<b>TOTAL [A]+[B]</b>	<b>682.983</b>	<b>704.449</b>	<b>(21.465)</b>	<b>(3,05)</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil

A arrecadação das Receitas Administradas pela RFB apresentou, em 2009, variações reais de -3,05%/0,00% em relação ao mesmo período de 2008.

A seguir, estão discriminados, por tributo, as variações reais mais relevantes e os fatores que concorreram para o resultado.

- Importação (-10,80% / -7,96%) e IPI - Vinculado (-22,76%/-20,26%): resultado decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: redução de 25,66% no valor em dólar das importações, elevação de 16,72% na alíquota média efetiva do I. Importação, de 2,53% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado e de 8,49% na taxa média de câmbio;
- IPI-Bebidas (-6,02% - nominal): mudança do período de apuração, de decendial para mensal (Lei nº 11.774/08), e alteração da sistemática da tributação do setor de bebidas, conforme Leis 11.727/08 e 11.827/08 e Decreto 6.707/08;
- IPI-Automóveis (-67,53%/-66,30%): redução de alíquotas do IPI-Automóveis para os fatos geradores de janeiro a dezembro de 2009 e criação de mecanismo para permitir que a nova tabela fosse aplicada, também, ao estoque de veículos ainda não negociados até 12 de dezembro de 2008 (Decreto 6.687/08, 6.809/09, e 6.890/09);
- IPI-Outros (-19,70%/-17,07%): queda de 9,3% na produção industrial no período acumulado de janeiro a novembro de 2009 em relação a janeiro a novembro de 2008 e desonerações do IPI incidente, principalmente, sobre caminhões, materiais de construção e eletrodomésticos (Decreto 6.696/09, 6.809/09, 6.823/09, 6.825/09, 6.826/09 e 6.890/09). A seguir, quadro demonstrativo da arrecadação desse tributo destacando os principais setores;

**ARRECADAÇÃO DO IPI-OUTROS POR SETOR ECONÔMICO**

**PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008**

**(A PREÇOS DE DEZEMBRO/09 - IPCA)**

R\$ milhões

SETOR ECONÔMICO	ARRECADAÇÃO		DIFERENÇAS		PART. % NA VARIAÇÃO TOTAL
	JAN-DEZ/09 [A]	JAN-DEZ/08 [B]	[A] - [B]	[A]/[B]%	
METALURGIA	1.385	2.297	(912)	(39,71)	24,91
FABRIC. DE VEÍC. AUTOMOTORES (exceto automóveis)	895	1.577	(681)	(43,21)	18,61
FABRIC. DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	869	1.318	(449)	(34,08)	12,27
<b>SUBTOTAL [A]</b>	<b>3.149</b>	<b>5.192</b>	<b>(2.043)</b>	<b>(39,34)</b>	<b>55,78</b>
<b>DEMAIS [B]</b>	<b>11.772</b>	<b>13.391</b>	<b>(1.619)</b>	<b>(12,09)</b>	<b>44,22</b>
<b>TOTAL [C]=[A]+[B]</b>	<b>14.921</b>	<b>18.582</b>	<b>(3.662)</b>	<b>(19,70)</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil

- IRPF (-5,69%/-2,79%): queda concentrada no item referente a Ganhos de Capital na Alienação de Bens, item que, em 2008, foi beneficiado pelo desempenho positivo da economia.

**ARRECADAÇÃO DO IRPF**  
**PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008**  
**(A PREÇOS DE DEZEMBRO/09 - IPCA)**

DISCRIMINAÇÃO	ARRECADAÇÃO		DIFERENÇAS		R\$ milhões
	JAN-DEZ/09 [A]	JAN-DEZ/08 [B]	[A] - [B]	[A] / [B]%	
QUOTAS-DECLARAÇÃO	6.943	6.291	652	10,36	
GANHOS CAPITAL ALIEN. BENS DUR./DEP. JUD.	2.942	4.963	(2.021)	(40,72)	
GANHOS LÍQUIDOS EM OPERAÇÕES EM BOLSA	1.028	879	149	16,98	
OUTROS	4.185	3.877	308	7,95	
<b>TOTAL</b>	<b>15.098</b>	<b>16.010</b>	<b>(912)</b>	<b>(5,69)</b>	

Fonte: Receita Federal do Brasil

- IRPJ (-5,07%/-2,37%) e CSLL (-4,09%/-1,35%): os principais fatores que, em conjunto, contribuíram para esse resultado foram: a) redução da lucratividade das empresas no acumulado do ano; b) transferências de depósitos judiciais de outros bancos para a conta da União, em conformidade com as Portarias MF 510/09 e 531/09 e MP 468/09, e c) recolhimento de débitos em atraso, conforme a Lei 11.941/09. A arrecadação da CSLL foi influenciada,

também, pela majoração da alíquota das instituições financeiras, de 9% para 15%, a partir dos fatos geradores ocorridos em maio/08 (Lei 11.727/08) e pela retomada do recolhimento regular por empresa do setor que, em 2008, havia suspendido o pagamento da contribuição. Os quadros, a seguir, apresentam o desempenho da arrecadação dos principais itens do IRPJ e da CSLL e dos setores que mais contribuíram para o resultado;

**ARRECADAÇÃO DO IRPJ/CSLL**  
**PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008**  
**(A PREÇOS DE DEZEMBRO/09 - IPCA)**

DISCRIMINAÇÃO	ARRECADAÇÃO		DIFERENÇAS		R\$ milhões
	JAN-DEZ/09 [A]	JAN-DEZ/08 [B]	[A] - [B]	[A] / [B]%	
ESTIMATIVA MENSAL	64.008	77.131	(13.122)	(17,01)	
FINANCEIRA	19.012	16.259	2.753	16,93	
DEMAIS	44.996	60.871	(15.875)	(26,08)	
DECLARAÇÃO DE AJUSTE	8.457	6.714	1.742	25,95	
FINANCEIRA	3.959	3.445	514	14,91	
DEMAIS	4.498	3.269	1.229	37,59	
LUCRO PRESUMIDO	23.575	23.329	246	1,06	
DEP. JUD./ADM. E ACRÉSC. LEGAIS	9.159	8.624	534	6,20	
OUTROS	25.930	21.850	4.080	18,67	
<b>TOTAL</b>	<b>131.129</b>	<b>137.648</b>	<b>(6.519)</b>	<b>(4,74)</b>	

Fonte: Receita Federal do Brasil

**ARRECADAÇÃO DO IRPJ/CSLL POR SETOR ECONÔMICO**  
**PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008**  
**(A PREÇOS DE DEZEMBRO/09 - IPCA)**

SETOR ECONÔMICO	ARRECADAÇÃO		DIFERENÇAS		PART. % NA VARIAÇÃO TOTAL
	JAN-DEZ/09 [A]	JAN-DEZ/08 [B]	[A] - [B]	[A] / [B]%	
COMBUSTÍVEIS	7.197	11.227	(4.030)	(35,89)	61,81
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	3.360	5.915	(2.555)	(43,20)	39,19
METALURGIA	3.437	5.339	(1.902)	(35,62)	29,17
ATIVIDADES AUXILIARES DO SETOR FINANCEIRO	3.060	4.206	(1.146)	(27,25)	17,58
COMÉRCIO ATACADISTA	7.681	8.468	(787)	(9,29)	12,07
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	2.448	3.210	(761)	(23,72)	11,68
COMÉRCIO E REPAR. DE VEÍC. AUTOMOT. E MOTOCICL.	1.856	2.387	(531)	(22,26)	8,15
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.280	1.755	(475)	(27,06)	7,28
ATIV. DE SEDES DE EMPRESAS, CONSULT. EM GESTÃO	1.298	1.765	(467)	(26,48)	7,17
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	2.558	2.964	(406)	(13,71)	6,23
<b>SUBTOTAL [A]</b>	<b>34.175</b>	<b>47.236</b>	<b>(13.061)</b>	<b>(27,65)</b>	<b>200,34</b>
<b>DEMAIS [B]</b>	<b>96.954</b>	<b>90.412</b>	<b>6.541</b>	<b>7,23</b>	<b>(100,34)</b>
<b>TOTAL [C]=[A]+[B]</b>	<b>131.129</b>	<b>137.648</b>	<b>(6.519)</b>	<b>(4,74)</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil

- IRRF-Rendimentos do Trabalho (-3,56%/-0,74%): resultado da conjugação dos seguintes fatores: a) crescimento nominal de +11,32% (IPCA +6,06%) da massa salarial habitual, do período de dezembro de 2008 a novembro de 2009, apurado pela PME/IBGE nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras, em relação a igual período do ano anterior, e b) alteração da tabela de incidência do IRPF (Lei 11.945/09);
- IRRF - Rendimentos de Capital (-11,80%/-8,82%): redução na taxa de juros e maior estabilidade da taxa de câmbio em 2009. Maiores quedas nominais observadas nos itens: Aplicações Financeiras em Renda Fixa-PJ (-16,40%) e Operações de Swap (-33,63%);
- IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior (+6,47%/+9,70%): crescimento influenciado pela elevação de 8,49 % da taxa média de câmbio;
- IOF (-9,83%/-6,91%): alteração da alíquota do IOF nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais, constantes dos Decretos 6.983/09, 6.894/09 e 7.011/09 e, também, alteração das alíquotas do IOF, em conformidade com as desonerações constantes dos Decretos 6.391/08, 6.453/08, 6.566/08, 6.613/08, 6.655/08 e 6.691/08. A seguir, quadro demonstrativo da arrecadação desse tributo;

**ARRECADAÇÃO DO IOF**  
**PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008**  
**(A PREÇOS DE DEZEMBRO/09 - IPCA)**

DISCRIMINAÇÃO	ARRECADAÇÃO		DIFERENÇAS	
	JAN-DEZ/09 [A]	JAN-DEZ/08 [B]	[A] - [B]	[A] / [B]%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - PESSOA JURÍDICA	7.751	7.847	(96)	(1,23)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - PESSOA FÍSICA	5.785	7.927	(2.142)	(27,03)
OPERAÇÕES DE CÂMBIO - SAÍDA DE MOEDA	1.446	2.070	(624)	(30,14)
OPERAÇÕES DE CÂMBIO - ENTRADA DE MOEDA	1.307	750	557	74,21
<b>SUBTOTAL [A]</b>	<b>16.288</b>	<b>18.594</b>	<b>(2.306)</b>	<b>(12,40)</b>
OUTROS [B]	3.271	3.098	173	5,59
<b>TOTAL [A]+[B]</b>	<b>19.559</b>	<b>21.692</b>	<b>(2.132)</b>	<b>(9,83)</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil

- CPMF (-76,96%/-76,54%): extinção da CPMF para fatos geradores a partir de janeiro de 2008. A arrecadação de janeiro a dezembro de 2009 decorre principalmente de lançamento de ofício, acréscimos legais e ação judicial, enquanto que a de janeiro a dezembro de 2008 contempla, ainda, a arrecadação relativa a fatos geradores do último decêndio de dezembro/07;
- COFINS (-7,04%/-4,03%) PIS/PASEP (-4,25%/-1,19%): os fatores mais relevantes para esse resultado foram: a)

realização de compensações de pagamentos indevidos ou a maior, no montante de R\$ 2,7 bilhões; b) desonerações promovidas por meio das Leis 11.774/08, 11.787/08, 11.945/09 e 12.024/09 e pela MP 465/09; c) transferências de depósitos judiciais de outros bancos para a conta da União, em conformidade com as Portarias MF 510/09 e 531/09, e d) recolhimento de débitos em atraso de acordo com a Lei nº 11.941/09. O quadro a seguir apresenta a arrecadação desses tributos desmembrada pelos principais itens e setores econômicos;

**ARRECADAÇÃO DA COFINS/PIS-PASEP**  
**PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008**  
**(A PREÇOS DE DEZEMBRO/09 - IPCA)**

DISCRIMINAÇÃO	ARRECADAÇÃO		DIFERENÇAS	
	JAN-DEZ/09 [A]	JAN-DEZ/08 [B]	[A] - [B]	[A] / [B]%
IMPORTAÇÃO	25.610	31.753	(6.143)	(19,35)
DEPÓSITO JUDICIAL/ADMINISTRATIVO	4.553	3.149	1.404	44,60
ACRÉSCIMOS LEGAIS	4.001	4.288	(287)	(6,70)
OUTROS	117.944	123.423	(5.479)	(4,44)
<b>TOTAL</b>	<b>152.108</b>	<b>162.613</b>	<b>(10.505)</b>	<b>(6,46)</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil

### ARRECADAÇÃO DA COFINS/PIS-PASEP POR SETOR ECONÔMICO

PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008  
(A PREÇOS DE DEZEMBRO/09 - IPCA)

SETOR ECONÔMICO	ARRECADAÇÃO		DIFERENÇAS		R\$ milhões PART. % NA VARIAÇÃO TOTAL
	JAN-DEZ/09 [A]	JAN-DEZ/08 [B]	[A] - [B]	[A] / [B]%	
COMBUSTÍVEIS	12.027	15.415	(3.387)	(21,98)	32,24
METALURGIA	2.529	5.042	(2.513)	(49,84)	23,92
COMÉRCIO ATACADISTA	11.842	12.710	(868)	(6,83)	8,26
TELECOMUNICAÇÕES	4.696	5.561	(865)	(15,55)	8,23
FABRIC. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS	2.787	3.611	(824)	(22,82)	7,85
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	4.258	5.014	(756)	(15,08)	7,20
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	9.070	9.614	(544)	(5,66)	5,18
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.393	2.915	(522)	(17,91)	4,97
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	3.049	3.465	(416)	(12,00)	3,96
FABRIC. OUTROS EQUIP. TRANSP., EXC. VEÍC. AUTOM.	769	1.146	(377)	(32,91)	3,59
<b>SUBTOTAL [A]</b>	<b>53.420</b>	<b>64.492</b>	<b>(11.072)</b>	<b>(17,17)</b>	<b>105,40</b>
<b>DEMAIS [B]</b>	<b>98.688</b>	<b>98.121</b>	<b>567</b>	<b>0,58</b>	<b>(5,40)</b>
<b>TOTAL [C] = [A] + [B]</b>	<b>152.108</b>	<b>162.613</b>	<b>(10.505)</b>	<b>(6,46)</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil

- CIDE-Combustíveis (-18,64% - nominal): redução da alíquota específica por metro cúbico de gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de maio/08 (Decreto 6.446/08), e compensações, nos meses de janeiro a março/09, no valor de aproximadamente R\$ 1 bilhão;

- Outras Receitas Administradas (+88,71% / +95,79%): resultado é decorrente da combinação dos seguintes fatores: a) transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais, anteriores à Lei 9.703/98, da Caixa Econômica Federal para o Tesouro Nacional, em conformidade com a MP 468/09 e as Portarias MF 510/09 e 531/09; b) parcelamento, conforme a Lei 11.941/09; c) recolhimento, em novembro/09 e dezembro/09, de parcelamento relativo ao crédito prêmio do IPI, conforme

Medida Provisória 470/09, e d) crescimento da arrecadação de loterias, de depósitos judiciais e dos itens relativos às multas e aos juros por falta de entrega de declaração ou entrega fora do prazo;

- Receita Previdenciária (+6,07% / +9,51%): a Receita Própria apresentou crescimentos reais de +6,25% / +9,73%, e as Demais (+4,42% / +7,35%). As receitas que mais contribuíram para o resultado do ano de 2009 foram de depósitos judiciais (+188,28%, devido a depósitos atípicos, que totalizaram R\$ 2,36 bilhões), órgãos do Poder Público (+32,94%), repasses (+23,74%), empresas optantes pelo Simples (+15,11%), arrecadação de pessoa física (+11,83), retenção de 11% (+9,59%) e empresas em geral (+8,98%).

### ARRECADAÇÃO DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA

PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008

R\$ milhões

RECEITA PREVIDENCIÁRIA	ARRECADAÇÃO (A PREÇOS CORRENTES)			VARIAÇÃO REAL (%)	
	2009 [A]	2008 [B]	[A]-[B]	[A]/[B] (IPCA)	[A]/[B] (IGP-DI)
PRÓPRIA	182.126	163.486	18.640	6,25	9,73
DEMAIS	18.611	16.991	1.620	4,42	7,35
<b>TOTAL</b>	<b>200.737</b>	<b>180.476</b>	<b>20.261</b>	<b>6,07</b>	<b>9,51</b>

Fontes: Siafi, SCF e Fluxo de Caixa INSS.

A massa salarial habitual, do período de dezembro de 2008 a novembro de 2009, apurada pela PME/IBGE nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras, apresentou crescimento nominal de +11,32%, em relação a igual período do ano anterior (IPCA +6,06%).

De acordo com o CAGED/MTE, de janeiro a novembro de 2009, foram criados 1.410.302 empregos formais. Os setores que mais contribuíram para esse resultado foram os de Serviços (+ 568,3 mil postos de trabalho), Comércio

(+286,6 mil empregos), Construção Civil (+228,2 mil empregos), Indústria (+176,9 mil postos), Agropecuária (+101,8 mil vagas) e Administração Pública (+40,3 mil vagas). Nos últimos doze meses foram gerados 755.356 empregos formais;

- Demais Receitas (-0,59% / +3,10%): transferência de valores não tributários (depósitos judiciais), via DARF, conforme Portaria 510 do Ministério da Fazenda, de 16 de outubro de 2009, no valor de R\$ 6,1 bilhões.

## Arrecadação de Créditos Tributários

As tabelas a seguir apresentam os dados de arrecadação referentes às diversas modalidades de parcelamento administrados pela Secretaria da Receita Federal na área previdenciária e não previdenciária. Observa-se que houve

redução gradual em todos os meses de 2009 na arrecadação, tendo em vista a desistência desses parcelamentos e posterior migração para os parcelamentos instituídos pela Medida Provisória 449/2009, convertida na Lei 11.941/09.

### VALORES APROPRIADOS NOS PARCELAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS

R\$ 1,00

MÊS DE PAGAMENTO	ÓRGÃOS PÚBLICOS	TIMEMANIA	LEI 11.196/2005	PARCELAMENTO CONVENCIONAL	TOTAL
Ano 2008	1.760.064.866,26	1.054.977,23	239.481.992,00	2.528.527.712,21	4.529.129.547,70
Janeiro de 2009	156.451.306,84	28.805,19	21.508.133,46	209.222.743,95	387.210.989,44
Fevereiro de 2009	231.280.360,21	59.789,63	17.510.848,10	195.146.211,34	443.997.209,28
Março de 2009	154.884.736,60	64.756,76	21.463.033,25	205.672.494,63	382.085.021,24
Abril de 2009	145.710.830,95	50.839,66	13.341.402,60	191.916.311,18	351.019.384,39
Maio de 2009	114.577.316,42	19.734,84	15.311.892,44	179.884.557,06	309.793.500,76
Junho de 2009	134.089.270,54	11.147,28	13.967.438,43	113.235.605,68	261.303.461,93
Julho de 2009	150.601.529,35	17.814,11	12.161.624,15	145.611.952,52	308.392.920,13
Agosto de 2009	127.601.769,83	6.537,41	4.366.487,63	130.280.010,65	262.254.805,52
Setembro de 2009	62.175.018,32	4.275,87	2.470.260,24	106.378.460,11	171.028.014,54
Outubro de 2009	76.076.606,51	3.573,00	2.197.159,60	95.279.459,74	173.556.798,85
Novembro de 2009	66.076.260,21	3.346,18	1.985.186,57	81.267.843,81	149.332.636,77
Dezembro de 2009	69.116.295,63	152,50	763.786,96	50.254.881,21	120.135.116,30
Total Ano 2009	1.488.641.301,41	270.772,43	127.047.253,43	1.704.150.531,88	3.320.109.859,15

Os valores da planilha estão apresentados por mês de pagamento

Fonte: Receita Federal do Brasil.

PARCELAMENTO CONVENCIONAL NÃO PREVIDENCIÁRIO	
MÊS DE PAGAMENTO	Valor (R\$)
Ano de 2008	7.683.142.826,00
Janeiro de 2009	718.677.994,00
Fevereiro de 2009	687.320.378,00
Março de 2009	803.982.868,00
Abri de 2009	442.828.961,00
Maio de 2009	433.870.467,00
Junho de 2009	425.400.990,00
Julho de 2009	447.275.261,00
Agosto de 2009	463.224.229,00
Setembro de 2009	457.503.315,00
Outubro de 2009	387.341.145,00
Novembro de 2009	379.351.199,00
Dezembro de 2009	351.613.528,00
<b>TOTAL DE 2009</b>	<b>5.998.390.335,00</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil.

Dentre as principais ações desenvolvidas por esta RFB, para efetivar a cobrança dos créditos devidos, citamos:

- Foram viabilizadas as opções dos parcelamentos instituídos pela Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009, parcelamento este restrito a municípios;
- Regulamentação da Medida Provisória nº 457, de 13 de outubro de 2009, que concedeu parcelamento para débitos liquidados com créditos indevidos de IPI;

- Exclusão de 3.651 contribuintes do parcelamento do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, instituído pela Lei nº 9.964/2000, principalmente por inadimplência e suspensão da atividade;

- Em relação aos débitos não previdenciários, foi realizada exclusão de optantes inadimplentes dos parcelamentos Paes (em torno de 20 mil optantes), Paex 120 (aproximadamente 80 mil optantes) e Paex 130 (cerca de 19 mil optantes);

- Aplicação da Súmula Vinculante STF 8/2008 nos débitos e parcelamentos previdenciários dos municípios, resultando em um total de 1,6 bilhões de débitos extintos em virtude do novo entendimento dado a decadência e prescrição tributária;

- Outra prioridade adotada foi a especificação do projeto Parcelamento Parametrizado, que faz parte do Macro-processo da Cobrança.

### REFIS

Foram recepcionados, até dezembro de 2001, 129.166 termos de opções pelo REFIS. Até o mês de março de 2009, considerando as exclusões e reinclusões por medida judicial, permanecem 12.096 empresas no programa.

O quadro a seguir mostra a evolução da arrecadação do REFIS, referente aos impostos e contribuições

administrados pela RFB, nos meses de janeiro a dezembro de 2008 e 2009.

**ARRECADAÇÃO DO REFIS PERÍODO: 2008 E 2009  
(A PREÇOS CORRENTES)**

R\$ milhões

MÊS	ARRECADAÇÃO	
	2008	2009
JAN	55	66
FEV	65	52
MAR	61	60
ABR	64	62
MAI	64	56
JUN	65	42

JUL	67	34
AGO	66	54
SET	66	54
OUT	80	53
NOV	74	35
DEZ	53	29
<b>TOTAL</b>	<b>779</b>	<b>599</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil.

**PAES e PAEX**

Os quadros, a seguir, mostram a arrecadação relativa ao Parcelamento Especial (PAES), em conformidade com o art. 1º da Lei 10.684/03, e a relativa ao PAEX, em conformidade com a MP 303/06.

**ARRECADAÇÃO DO PAES –PERÍODO 2008 E JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009  
(A PREÇOS CORRENTES)**

R\$ milhões

MÊS	PESSOAS FÍSICAS		PESSOAS JURÍDICAS		TOTAL	
	VALOR (R\$ MILHÕES)	Nº CONTRIB. COM DÉBITOS EM PARCELAMENTO	VALOR (R\$ MILHÕES)	Nº CONTRIB. COM DÉBITOS EM PARCELAMENTO	VALOR (R\$ MILHÕES)	Nº CONTRIB. COM DÉBITOS EM PARCELAMENTO
JAN-DEZ 2008	66	-	2.477	-	2.543	-
JAN	5	13.647	197	67.881	202	81.528
FEV	5	13.560	195	67.356	200	80.916
MAR	5	13.416	192	66.634	197	80.050
ABR	5	13.365	186	66.346	190	79.711
MAI	5	13.225	182	65.519	187	78.744
JUN	5	13.124	177	64.908	182	78.032
JUL	5	13.074	178	64.614	183	77.688
AGO	4	12.507	167	62.002	171	74.509
SET	4	11.735	158	58.382	161	70.117
OUT	4	9.017	148	36.475	152	45.492
NOV	3	7.367	88	26.960	91	34.327
DEZ	3	6.990	88	25.213	90	32.203
JAN-DEZ 2009	51	-	1.956	-	2.007	-

Fonte: Receita Federal do Brasil

**ARRECADAÇÃO MP Nº 303/06 (PAEX) - PERÍODO: 2008 E JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009  
(A PREÇOS CORRENTES)**

R\$ milhões

RECEITAS	2008	2009											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
I. IMPORTAÇÃO	6	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
IPI	144	11	10	10	11	10	8	9	9	6	5	2	1
I. RENDA	387	29	29	31	29	28	26	27	23	17	13	6	4
IOF	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COFINS	966	73	73	75	72	68	65	64	56	46	34	16	12
PIS/PASEP	280	23	22	23	21	20	19	19	19	15	11	6	7
CSLL	176	13	13	14	13	12	11	11	10	8	6	3	2
SIMPLS (*)	17	14	14	13	12	12	12	12	10	9	8	5	-
OUTRAS	190	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1
<b>RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB</b>	<b>2.167</b>	<b>165</b>	<b>162</b>	<b>168</b>	<b>158</b>	<b>152</b>	<b>144</b>	<b>143</b>	<b>128</b>	<b>102</b>	<b>77</b>	<b>38</b>	<b>28</b>
													<b>1.465</b>

(\*) Art. 8º MP 303/06.

Fonte: Receita Federal do Brasil

**Parcelamento da Lei nº 11.941/09  
(códigos específicos)**

Com aprovação da Medida Provisória nº 449/2008 pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, a RFB concentrou esforços de maneira a priorizar a operacionalização deste parcelamento, que totalizou mais de 1 milhão de opções (englobando débitos previdenciários e não-previdenciários)

e cerca de 400 mil optantes. Embora não haja ainda números exatos, estima-se que grande parte dos optantes do parcelamento instituído pela MP nº 449 tenha migrado para os parcelamentos desta Lei. No presente momento, este parcelamento encontra-se em fase de especificação da etapa de negociação e consequente consolidação dos débitos. A tabela a seguir, apresenta os dados referentes ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009.

<b>ADESÕES / OPÇÕES VALIDADES E ARRECADAÇÃO DA LEI Nº 11.941/09</b>				
<b>CÓD. REC.</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>ARRECADAÇÃO R\$</b>	<b>OPÇÕES EFETUADAS</b>	<b>OPÇÕES VALIDADAS</b>
1136	PGFN -Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	12.873.786,82	83.469	64.868
1194	PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	40.472.353,71	263.030	221.482
1233	RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	25.489.304,33	188.247	157.286
1279	RFB -Demais Débitos -Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	85.897.050,87	382.140	324.609
1165	PGFN -Débitos Previdenciários -Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	78.034.018,05	44.005	32.667
1204	PGFN - Demais Débitos -Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	175.392.623,65	147.957	125.275
1240	RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	183.621.780,94	52.011	40.075
1285	RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	484.217.375,61	161.009	135.824
1171	PGFN -Débitos Previdenciários - Pagamento à vista com utilização de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL para liquidar multa e juros	119.772.433,69	531	202
1188	PGFN - Demais Débitos - Pagamento à vista com utilização de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL para liquidar multa e juros	875.411.182,82	2.324	928
1256	RFB - Débitos Previdenciários - Pagamento à vista com utilização de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL para liquidar multa e juros	114.907.960,15	643	287
1262	RFB - Demais Débitos - Pagamento à vista com utilização de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL para liquidar multa e juros	1.876.690.242,33	2.481	1.049
1210	PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º	3.288.679,02	5.053	1.040
1291	RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º	3.889.554,99	5.208	1.252
<b>TOTAL:</b>		<b>4.079.958.346,98</b>	<b>1.338.108</b>	<b>1.106.844</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil

<b>DESISTÊNCIAS DE PARCELAMENTOS ANTERIORES</b>	<b>QTDE</b>
Refis	2.222
Paes-Prev	6.872
Paes-Demais	22.356
Paex-130-Prev	2.132
Paex-130-Demais	15.644
Paex-120-Prev	2.308
Paex-120-PGFn	7.675
Sipade-ParcEspecial	87
Prev-Ordinário-NaoInscrito	20.188
Prev-Ordinário-Inscrito	7.440
Sipade-Ordinário	80.446
<b>TOTAL</b>	<b>167.370</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil

**Montante de Créditos em Estoque**

Os dois Quadros seguintes mostram a situação da Carteira de Parcelamentos, em dezembro de 2009, desdobrada por Parcelamentos Previdenciários e Não-previdenciários.

**CARTEIRA DE PARCELAMENTO - DEZEMBRO DE 2009**

<b>PARCELAMENTO PREVIDENCIÁRIO</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR (R\$ MILHÕES)</b>
Parcelamentos Convencionais de Débitos	48.730	4.346
Lei 10.684/2003 - PAES	15.228	4.138
MP 303/2006 - PAEX	2.787	1.328
Lei 11.196/2005	186	841
Parc. Especiais dos Órgãos do Poder Público - OPP	1.713	13.261
Timemania	102	20
<b>TOTAL:</b>	<b>68.746</b>	<b>23.935</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil

CARTEIRA DE PARCELAMENTO - DEZEMBRO DE 2009		
PARCELAMENTO NÃO PREVIDENCIÁRIO	QTD	VALOR (R\$ MILHÕES)
Parcelamento Convencional de Débitos	398.813	3.359,79
Lei 10.684/2003 - PAES	31.894	9.043,50
MP 303/2006 - PAEX	39.041	2.072,60
Simples Nacional	145.422	3.433,77
Timemania	51	890,85
<b>TOTAL:</b>	<b>615.221</b>	<b>18.800,50</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil

### Fundamentação Legal dos Parcelamentos

- Parcelamento Convencional - Débitos Não Previdenciários - Lei nº 10.522/2002;
- Parcelamento Convencional – Débitos Previdenciários - Lei nº 8.212/1991;
- Parcelamento Especial de Órgãos do Poder Público - Lei nº 9.639/1998;
- Parcelamento Especial de Municípios - Lei nº 11.196/2005;
- PAES – Parcelamento Especial de Débitos Previdenciários – Lei nº 10.684/2003;
- PAES – Parcelamento Especial dos Demais Débitos – Lei nº 10.684/2003;
- Parcelamento Especial de Contribuições Previdenciárias de Clubes de Futebol – Lei nº 8.641/1993;
- PAEX – Parcelamento Excepcional de Contribuições Previdenciárias – MP nº 303/2006;
- PAEX – Parcelamento Excepcional dos Demais Débitos – MP nº 303/2006, retificada em 10/07/ 2006;
- Timemania Previdenciário – Lei nº 11.345/2006, com as alterações da Lei nº 11.505/2007;

- Parcelamento REFIS – Programa de Recuperação Fiscal - Lei nº 9.964/2000;
- Simples Nacional – Lei Complementar nº 123/2005;
- Parcelamento instituído pela Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11941/2009;
- Lei nº 11.960/2009, parcelamento este restrito a municípios;
- Medida Provisória nº 470/2009, que concedeu parcelamento para débitos liquidados com créditos indevidos de IPI.

### Arrecadação do Simples Nacional

O Simples-Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, permitiu às empresas de pequeno porte e às microempresas, optantes, recolherem, de forma unificada, tributos e contribuições de competência da União, dos estados e dos municípios. Essa nova sistemática começou a vigorar em 1º de agosto de 2007, produzindo efeitos na arrecadação de setembro de 2007. Conforme apresentado no Quadro abaixo, o 4º trimestre de 2009 encerrou-se com um total de 3.444.784 optantes pelo Simples Nacional. A adesão ao Regime Especial neste ano, até 31 de dezembro, foi de 758.353 novos optantes, o que superou, aproximadamente, em 50%, a quantidade de opções deferidas no mesmo período de 2008 (503.902). Esta diferença se explica, entre outros fatores, pela inclusão, na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de novas atividades permitidas e pelo início da opção pelo Sistema de Recolhimentos em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional – SIMEI, em 1º de julho, quando 83.661 empresários individuais se formalizaram, até 31 de dezembro, por intermédio do Portal do Empreendedor na internet.

RESULTADO GERAL DAS OPÇÕES PELO SIMPLES NACIONAL

	2007	2008				2009			
		1º TRIM.	2º TRIM.	3º TRIM.	4º TRIM.	1º TRIM.	2º TRIM.	3º TRIM.	4º TRIM.
QUANTIDADE DE OPÇÕES DEFERIDAS (*)	2.888.224	216.697	98.266	97.397	91.542	295.795	98.725	141.112	222.721
TOTAL DE CANCELAMENTOS/ EXCLUSÕES (**)	61.901	154.286	15.521	13.457	13.304	285.014	4.243	3.563	154.406
EMPRESAS NO SIMPLES NACIONAL	2.826.323	2.888.734	2.971.479	3.055.419	3.133.657	3.144.438	3.238.920	3.376.469	3.444.784

(\*) No ano-calendário 2007, foram consideradas empresas migradas do Simples Federal em julho e optantes. Nos totais estão abrangidas as empresas incluídas por decisão administrativa ou judicial.

(\*\*) Quantidade de cancelamentos, exclusões por opção, comunicação e de ofício (por parte da RFB, Estados e Municípios).

Fonte: Dipej/Codac/RFB

Em 2009, 2.660.642 empresas transmitiram a declaração anual do Simples Nacional referente ao ano-calendário 2008, correspondendo, portanto, a 84,9% das pessoas jurídicas que se encontravam como optantes por este Regime em 31 de dezembro de 2008. Este quantitativo supera, em aproximadamente, 5,9% o referente ao ano-calendário de 2007, quando 2.231.822 empresas que se

encontravam como optantes em 31 de dezembro de 2007 transmitiram a Declaração Anual do Simples Nacional (DASN) deste ano-calendário.

Em continuidade, apresentamos Quadro contendo o resultado da arrecadação das empresas do Simples-Nacional.

**ARRECADAÇÃO DO SIMPLES**  
**PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008**  
**(A PREÇOS CORRENTES)**

em R\$ milhões

MÊS	SIMPLES FEDERAL					
	RFB		ICMS/ISS		TOTAL	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
JAN	15	36	0	0	15	37
FEV	11	18	0	0	11	18
MAR	5	25	0	0	5	25
ABR	4	15	0	1	4	16
MAI	4	21	0	0	5	21
JUN	4	50	0	0	4	50
JUL	4	18	0	0	4	18
AGO	3	13	0	0	3	13
SET	7	40	0	0	7	40
OUT	7	25	0	0	7	25
NOV	20	10	0	0	20	10
DEZ	3	13	0	0	3	13
<b>SUBTOTAL [A]</b>	<b>88</b>	<b>284</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>89</b>	<b>287</b>

MÊS	SIMPLES NACIONAL					
	RFB		ICMS/ISS		TOTAL	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
JAN	897	1.582	323	567	1.220	2.149
FEV	1.221	1.215	440	440	1.661	1.654
MAR	2.311	1.216	817	481	3.128	1.697
ABR	1.547	1.319	545	498	2.093	1.817
MAI	1.555	1.390	551	522	2.105	1.912
JUN	1.601	1.460	556	540	2.158	2.000
JUL	1.676	1.494	579	551	2.255	2.045
AGO	1.726	1.389	594	573	2.320	1.962
SET	1.731	1.772	593	583	2.323	2.355
OUT	1.734	1.629	590	596	2.325	2.225
NOV	1.921	1.658	648	598	2.569	2.256
DEZ	1.998	1.642	678	589	2.676	2.231
<b>SUBTOTAL [B]</b>	<b>19.918</b>	<b>17.766</b>	<b>6.914</b>	<b>6.538</b>	<b>26.832</b>	<b>24.304</b>
<b>TOTAL GERAL [A]+[B]</b>	<b>20.006</b>	<b>18.051</b>	<b>6.916</b>	<b>6.540</b>	<b>26.922</b>	<b>24.591</b>

Fonte: RFB/Coget (Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Dez/2009)

### 2.11.2. Cobrança

#### Fiscalização de Tributos Internos

A fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil se dá mediante a realização de procedimentos fiscais, assim entendidos a ação fiscal direta no domicílio dos contribuintes e a revisão sistemática de declarações.

A seleção dos contribuintes a serem fiscalizados é feita de maneira impessoal, objetiva e baseada em parâmetros técnicos, contemplando, preferencialmente, aqueles que apresentem incompatibilidade entre os dados declarados e

as informações disponíveis nos sistemas da RFB que indiquem indícios de evasão tributária.

No ano de 2009, a Receita Federal efetuou 474.813 (quatrocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e treze) procedimentos fiscais, entre fiscalizações e revisão de declarações, constituindo aproximadamente R\$ 90 bilhões em créditos tributários.

Foram intensificadas ações de fiscalização em alguns segmentos importantes, como o setor financeiro e também em profissionais liberais, além do aumento no número de

fiscalizações em contribuintes de grande porte utilizando o meio magnético.

Na área de revisão de declarações, foram aperfeiçoados os sistemas eletrônicos de cruzamento de dados, bem como os aplicativos de suporte ao trabalho do Auditor-Fiscal, possibilitando o aumento significativo da quantidade de declarações analisadas.

Por outro lado ampliou-se a disponibilidade de informações e dos recursos disponíveis na internet para facilitar a auto-regularização do contribuinte que está retido em malha fiscal. A auto-regularização, hoje, representa o principal fator de redução dos estoques de declarações retidas em malha fiscal.

Esta modalidade acontece quando o próprio contribuinte corrige as pendências da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) retida em malha por meio de uma Declaração retificadora. O procedimento deu um salto nos últimos cinco anos: em 2005, apenas 15% das declarações retidas foram liberadas de malha por auto-regularização. Em 2009, 63% das declarações retidas foram liberadas de malha por que o contribuinte apresentou DIRPF retificadora.

A liberação de malha por retificação da Declaração é um indicador da qualidade da retenção e da percepção de presença fiscal: com a DIRPF retida em malha, o contribuinte constata que a incorreção da informação por ele declarada foi detectada pela Receita Federal e, para evitar o lançamento de ofício, retifica a Declaração e se auto-regulariza.

Além da malha, foram aperfeiçoados os controles na produção de bebidas e de cigarros através dos sistemas: Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) e o Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpios). Estes sistemas possibilitam o monitoramento e a detecção de irregularidades fiscais à distância e, por consequência, a atuação mais efetiva da Receita Federal, sem a necessidade da presença constante de Auditores-Fiscais nos estabelecimentos industriais. Trata-se do controle de algo em torno de 11 (onze) bilhões de litros de cerveja, 13 (treze) bilhões de litros de refrigerantes e 5 (cinco) bilhões de maços de cigarros produzidos anualmente.

O Sicobe permite controlar, em tempo real, todo o processo produtivo de bebidas, mediante a utilização de equipamentos e aparelhos para o controle, registro, gravação e transmissão das informações à sua base de dados. Além de contar a quantidade de produtos fabricados pelos estabelecimentos industriais, o Sicobe também efetua a identificação do tipo de produto, da embalagem e de sua respectiva marca comercial, que são base para cálculo dos tributos devidos em virtude da nova sistemática de tributação do setor implementada pela Lei nº 11.727/2008. A implantação do Sicobe teve início no ano de 2009 e já contabiliza 107 (cento e sete) estabelecimentos fabricantes, com o total de 527 (quinhentas e vinte e cinco) linhas de produção.

De mesmo modo, o Scorpios foi instalado em todos os quatorze estabelecimentos fabricantes de cigarros do país, no curso dos anos de 2008 e 2009, com o objetivo de identificar a legítima origem e reprimir a produção e importações ilegais de cigarros, assim como a comercialização de contrafações. O sistema possibilita monitorar, em tempo real, a quantidade de cigarros produzidos, identificando-os por marca e embalagem, além de verificar a regularidade e a legitimidade do selo de controle fiscal aplicado.

No âmbito dos Projetos Especiais, foi dada continuidade à implementação do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

Vale lembrar que o Sped substitui a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais emitidos em papel por documentos eletrônicos com certificação digital, garantindo assim a sua autoria, integridade e validade jurídica. O sistema tem como objetivos reduzir o custo com o cumprimento das obrigações tributárias acessórias e, ao mesmo tempo, aumentar a eficiência e eficácia no combate à evasão fiscal pelos fiscos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.

A implementação do Sped é coordenada pela RFB, sendo desenvolvido em parceria com: Banco Central do Brasil (Bacen), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Departamento Nacional de Registro de Comércio (DNRC), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, Associação Brasileira das Secretarias de Finanças dos Municípios (ABRASF).

No ano de 2009, convém destacar o recebimento da Escrituração Contábil Digital (ECD) de oito mil empresas, em substituição aos Livros Diários emitidos em papel e a emissão, até o ano, de mais de 677 (seiscentos e setenta e sete) milhões de Notas Fiscais eletrônicas (NF-e), no montante de oito trilhões de reais.

#### Controle Aduaneiro

A atuação da RFB no controle aduaneiro transcende aspectos e questões exclusivamente fiscais, tendo um reflexo relevante para a sociedade e para o país também sob a forma de defesa permanente dos interesses da economia nacional, da saúde e da segurança da população, pelo combate permanente ao contrabando, ao descaminho e a outras irregularidades causadoras de desequilíbrios nas condições de concorrência econômica ou de riscos à sociedade.

Nos 227 dias úteis de 2009, as empresas brasileiras exportaram US\$ 152,252 bilhões e importaram US\$ 129,022 bilhões, valores que representam quedas para ambas as operações de 23,1% e 25,5% respectivamente. Nesse período, a balança comercial brasileira registrou um superávit (diferença entre o valor exportado e o importado) de US\$ 23,230 bilhões. A corrente de comércio (soma dos valores exportados com os importados) somou US\$ 281,274 bilhões. A redução observada no comércio

exterior brasileiro que reverteu uma tendência de crescimento desde o início da década foi consequência da retração do fluxo mundial de comércio em 2009 motivada pela crise econômica mundial.

Essa redução não chegou a afetar de modo significativo as atividades de controle aduaneiro desenvolvidas pela RFB, principalmente na quantidade de desembaraços de mercadorias processados. Ressalte-se que, apesar do elevado número de atividades relacionadas ao comércio exterior, as ações de fiscalização e controle sobre tais operações foram realizadas sem prejuízo da agilidade no fluxo de cargas nas fronteiras, portos e aeroportos. Os tempos médios de despacho se mantiveram dentro dos parâmetros estabelecidos e foram de 14 horas e 52 minutos (0,62 dias) na exportação e 2 dias, 14 horas e 52 minutos (2,62 dias) na importação.

A fiscalização aduaneira encerrou o ano de 2009 com 1.062 contribuintes fiscalizados e R\$ 3,661 bilhões em créditos lançados relativos aos tributos incidentes sobre o comércio exterior, o que representou uma redução de 13,6% no número de contribuintes fiscalizados, porém um incremento de 59,5% no crédito lançado.

A apreensão de mercadorias em decorrência da fiscalização e controle sobre o comércio exterior exercido pela RFB totalizou R\$ 1,414 bilhão, no período de janeiro a dezembro de 2009, o que significa um aumento de 35,57% sobre as apreensões de 2008.

Como dentre as mercadorias apreendidas encontram-se inúmeros produtos piratas ou contrafeitos, ao evitar que tais produtos ingressassem no mercado doméstico, a Receita Federal contribui para evitar potenciais riscos à saúde e à segurança das pessoas e ao meio ambiente, como também para preservar a indústria, o comércio e os empregos nacionais.

### Combate à Sonegação

A RFB, por intermédio da Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação (Copei), realizou diversos trabalhos nos quais o ponto marcante foi a execução integrada com órgãos externos como o Departamento de Polícia Federal e o Ministério Público Federal, bem como com unidades da própria RFB, conforme demonstrado a seguir.

Para fim de contextualização do trabalho realizado, o termo “Caso” designa o processo de aprofundamento das pesquisas e investigações sobre o fato denunciado, sendo o cerne das atividades empreendidas pela Copei. Por se tratar de procedimento complexo, a abertura de um Caso enseja a necessidade de alocação de recursos humanos e materiais específicos para sua execução, o que torna premente uma perfeita avaliação de cada denúncia, antes da aplicação deste importante mecanismo de investigação.

As operações realizadas em 2009 são decorrentes de 12 Casos: Nações II, Assessor 403, Hipocondria, Luxo, Porto Europa, Poseidon, Flagelo II, Anarquia, Província, Acadêmico, Cristal e Parasita (Operação Cefaléia e DIRF), que resultaram em:

Quantitativo de Operações – 13
Mandados de Busca e Apreensão – 124
Mandados de Prisão - 82

### Ações Integradas entre a Copei e a Fiscalização

Além disso, a Copei tem desenvolvido ações junto à área de fiscalização para fins de garantir maior efetividade aos resultados de seus trabalhos. Assim, participou em 2009 de diversas reuniões para construção dos trabalhos de fiscalização e tem se empenhado fortemente no tratamento de material apurado nas Operações que devem subsidiar as ações de fiscalizações.

Citamos adiante informações relevantes para este Relatório, não somente de casos desenvolvidos em 2009, mas também de anos anteriores que tiveram reflexos substanciais no ano de 2009. Nesse escopo, destacamos:

- Caso Influenza – Investigação no âmbito da Copei e Departamento de Polícia Federal de esquema de Lavagem de Dinheiro, entre outros ilícitos, envolvendo grande grupo internacional ligado a armazenamento, comercialização, importação e exportação de grãos.

As análises de material arrecadado nas buscas foram feitas por pessoal designado pela Copei e na fase seguinte, contou com a participação de equipes da DRF/Florianópolis e da Alfândega do Porto de São Francisco do Sul, conforme definição de tarefas determinada pela SRRF09. Tal material, foi disponibilizado, em meio magnético, para as Superintendências Regionais da Receita Federal na 9a e 8a Regiões Fiscais, para uso nas ações fiscais eventualmente decorrentes. De forma inédita no âmbito da 9ª Região Fiscal, promoveu-se a digitalização da maior parte dos documentos obtidos nas buscas, material este arquivado em meio magnético (250 mil documentos reunidos em arquivos magnéticos com tamanho total de cerca de 50Gb).

A DRF Florianópolis iniciou ações fiscais nos principais alvos da investigação chegando a promover expressivos lançamentos tributários, encerrados em 2009.

- Apoio no desenvolvimento dos trabalhos dos grupos especiais de fiscalização aduaneira e de tributos internos do pós MBA do Caso Mudança/ Operação Persona, e do Caso Nacib/ Operação Logística e da Operação Vulcano. Com relação ao Caso Mudança, ressaltamos que graças ao trabalho integrado entre Copei e área de fiscalização, alcançou-se até o ano de 2009, lançamentos que totalizam cerca de R\$ 3,44 bilhões.

Destacamos também o auxílio de unidades da Copei nos trabalhos dos grupos de malha em diversas unidades das Regiões Fiscais, na identificação de várias irregularidades e esquemas, estratégias e soluções para resolvê-las e coibi-las;

### Ações Integradas Entre a Copei e a Aduana

Quantitativo de Operações – 12
Valor estimado de apreensões – R\$ 59.450.000,00

Destaque deve ser dado às ações de inteligência realizadas no âmbito da Copei para combate ao contrabando, descaminho, pirataria e tráfico internacional de drogas, feitas de forma integrada com as áreas aduaneiras para auxiliar na condução de ações de fiscalização ou repressão, nas diversas Regiões Fiscais. Em 2009, tais ações resultaram na deflagração de 12 Operações, das quais salientamos:

1. Apreensão histórica de 3,77 toneladas de cocaína pura, com valor de mercado estimado em mais de R\$ 700 milhões;
2. Trabalho que culminou com a apreensão de cerca de 32 quilogramas de cocaína, ocultos na estrutura de um contêiner com destino à Itália, avaliados em mais de R\$ 1.800.000,00, em Santos;
3. Apreensão e perdimento de várias mercadorias, especialmente, equipamentos eletro-eletrônicos, no valor de 2,5 milhões, na feira de importados de Feira de Santana;
4. Trabalho que culminou na apreensão de um navio (MV Amaltheia) introduzido no país em desacordo com as normas vigentes e avaliado em aproximadamente R\$ 50 milhões;
5. Diversas operações na 1ª e 9ª RF de apoio à atividade de vigilância e repressão que resultaram em apreensões de ônibus que transportavam mercadorias estrangeiras introduzidas clandestinamente no país, além de jóias, brinquedos, eletrônicos, relógios, óculos, e a atuação da repressão em um depósito de cigarros contrabandeados.
6. Ação conjunta entre o Escritório de Pesquisa e Investigação (Espei), a Divisão de Repressão (Direp) e a Divisão de Operações Aéreas (DIOAR), na 10ªRF. A operação alcançou dois resultados importantes para a Região. Primeiramente, o reconhecimento aéreo, com filmagem de toda a fronteira do Rio Grande do Sul com Argentina e Uruguai, e a identificação de pontos vulneráveis para passagem de contrabando e descaminho. O material coletado facilitará o planejamento e a execução de ações de repressão, bem como a implantação de medidas estratégicas de proteção das fronteiras no campo aduaneiro. Além disso, cumpriu um papel importante na demonstração da presença fiscal e, durante toda ação, realizada com apoio da DIOAR e unidades de fronteira, houve ampla cobertura da mídia.
7. A Operação Mudança/Persona também gerou resultados expressivos na área Aduaneira, com apreensões de mercadorias em torno de R\$ 90 milhões e lançamentos na ordem de R\$ 50 milhões.

### Contencioso Administrativo

As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento têm por objetivo analisar e julgar, em primeira instância,

processos administrativos fiscais de determinação e exigência de créditos tributários e de penalidades, os relativos à exigência de direitos antidumping, compensatórios e de salvaguardas comerciais, e os de manifestação de inconformidade do sujeito passivo contra apreciações das autoridades competentes relativos à restituição, compensação, resarcimento, reembolso, imunidade, suspensão, isenção e à redução de alíquotas de tributos e contribuições.

Os julgamentos, realizados por Turmas de Julgamento compostas por cinco Auditores-Fiscais, obedecem ao devido processo legal e proporcionam todas as garantias aos litigantes, tais como o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Em 2009, foram analisados e julgados 84.734 processos, ante 76.616 no ano de 2008.

### Atendimento ao Contribuinte e Educação Fiscal

Em sintonia com os objetivos estratégicos de simplificação de procedimentos e intensificação do atendimento à distância, na busca do cumprimento espontâneo das obrigações tributárias por parte do Contribuinte, a RFB oferece quatro canais de acesso:

- i) Atendimento Presencial – No ano de 2009, foram prestados aproximadamente 19,88 milhões de serviços aos contribuintes, pelas unidades de atendimento da RFB, resultado 3,5% inferior ao registrado em 2008, quando foram realizados 20,6 milhões de atendimentos.
- ii) Atendimento via Internet: o site da RFB na Internet registrou aproximadamente 360 milhões de acessos sua página inicial em 2009. A quantidade de declarações recebidas por meio do programa Receitanet foi de aproximadamente 62,7 milhões. Outro serviço disponível via internet é o Centro Virtual de Atendimento – e-CAC que, com uso de certificados digitais ou códigos de acesso, permite o atendimento de serviços resguardados pelo sigilo fiscal. Em 2008 foram registrados 179 milhões de acessos e em 2009 esse número superou 916 milhões;
- iii) Fale Conosco: foram respondidas aproximadamente 130 mil consultas por meio de correio eletrônico da RFB;
- iv) Receitafone: em 2009 a RFB recebeu aproximadamente 10,7 milhões de ligações no Receitafone, serviço de atendimento telefônico da RFB, entre consultas automáticas e atendimentos personalizados.

Cabe registrar que, no âmbito do Programa de Melhoria do Atendimento da RFB, iniciado em 2009, várias ações foram desenvolvidas, dentre elas a implantação do Novo Modelo de Atendimento ao Contribuinte do Imposto de Renda Pessoa Física. Trata-se da disponibilização de serviços na Internet por meio de código de acesso, que permitem ao cidadão acompanhar o processamento da Declaração IRPF, receber mensagem sobre a restituição em seu celular, detectar eventuais pendências e efetuar as respectivas correções, tudo isso sem a necessidade de comparecimento a uma Unidade de Atendimento

Presencial. Além do conforto, tal iniciativa representa transparência para com o Contribuinte, que é informado com clareza acerca dos erros porventura cometidos, além de receber todas as orientações para a resolução dos problemas. Esta ação acarretou significativo incremento na regularização das obrigações tributárias, tanto principais como acessórias, em relação a 2008. Até o final de 2009, quase 4 milhões de pessoas físicas já possuíam código de acesso para utilização destes serviços via Internet.

No que tange ao Atendimento Presencial, há que se destacar a ampliação do atendimento agendado e da utilização da procura digital, providências estas que, juntamente com as demais ações de simplificação de procedimentos, permitiram a redução do Tempo Médio de Espera - TME em 22,4%: de 27min27seg em 2008 para 21min17seg em 2009 (a meta para 2009, considerada um desafio, era de 25 minutos).

Dando continuidade ao trabalho de institucionalização da educação fiscal na RFB, as ações voltadas para o público interno em 2009 tiveram como objetivo central a adoção transversal da educação fiscal em todos os processos de trabalho da casa. Destacam-se, nesse sentido, o curso de educação fiscal que integra o Programa de Desenvolvimento de Dirigentes Fazendários e o EAD de Cidadania Fiscal, que estará disponível neste ano.

Projeto Melhoria do Atendimento – Capacitação - O outro foco de destaque é o atendimento, pelo seu posicionamento estratégico: é a interface do órgão com a sociedade, o que propicia a repercussão das ações entre servidores e demais cidadãos. Assim, o projeto de melhoria do atendimento da Coordenação Geral de Atendimento e Educação Fiscal abarca a abordagem didática na prestação dos serviços, visando aprimorar a imagem da instituição e da Administração Pública e fortalecer a aceitação social da tributação.

Projetos de Comunicação - Com os mesmos objetivos listados acima, os projetos voltados prioritariamente para o público externo e iniciados em 2009 buscam aprimorar os canais e as formas de comunicação e de interação com a sociedade. Tais projetos incluem a TV Receita, que consiste na criação de vídeos curtos e de grades de programação com material educativo e cultural para o atendimento; a reestruturação do sítio voltado para o

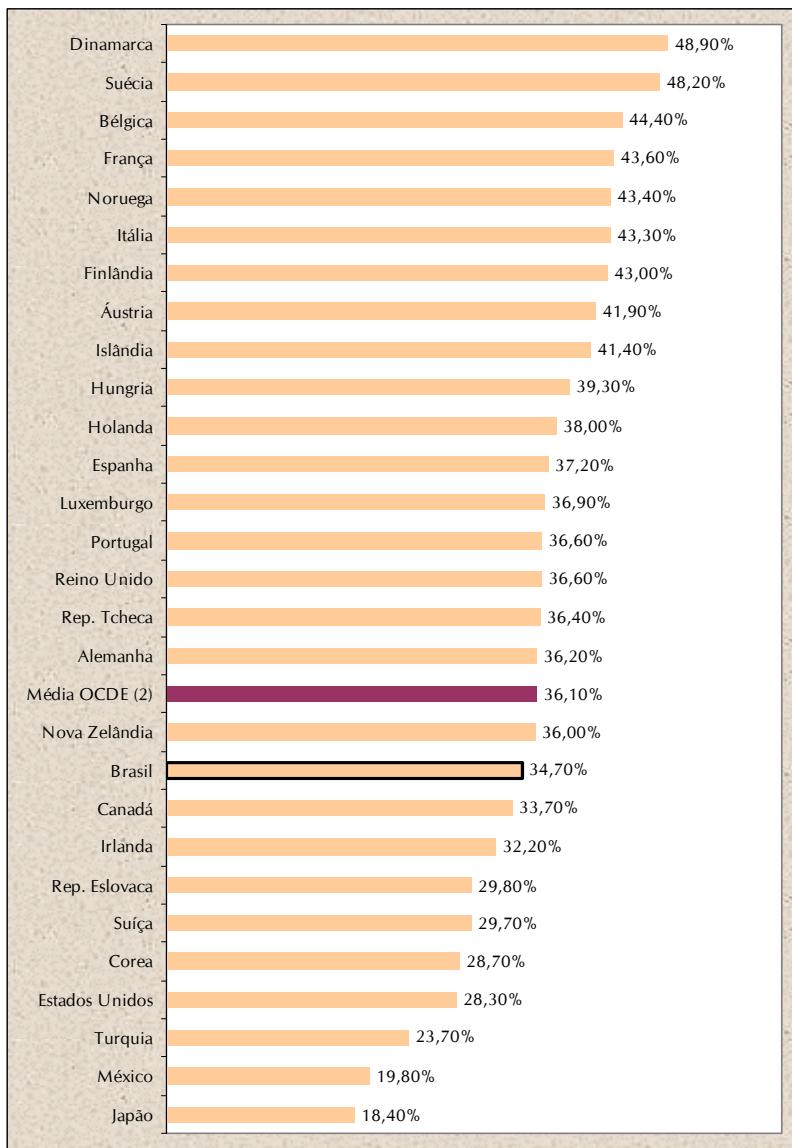
público infantil e a criação de um portal de educação fiscal.

### **2.11.3. Carga Tributária no Brasil**

O conceito de carga tributária utilizado é amplo e procura incluir todas as receitas às quais se possa atribuir a natureza econômica de tributo. Este conceito abriga, entre outros, os impostos, as taxas, as contribuições sociais e as contribuições de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais e econômicas. Como a estimativa considera os tributos e contribuições relativas às três esferas de governo, o resultado apurado constitui um indicador do esforço da sociedade para o financiamento das atividades do estado. A carga tributária bruta do Brasil, para o ano 2008, foi de 35,80% contra 34,72%, em 2007, indicando variação positiva de 1,08 ponto percentual. No sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil, na Internet, no endereço eletrônico

[www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudoTributarios/estatisticas/CTB2008.pdf](http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudoTributarios/estatisticas/CTB2008.pdf), consta estudo pormenorizado, realizado em junho de 2009, intitulado CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL 2008 - Análise por Tributos e Bases de Incidência, por intermédio do qual a RFB apresenta o cálculo e a avaliação da carga tributária brasileira para o ano de 2008. Neste estudo busca-se computar todo o fluxo regular de recursos direcionado da sociedade para o estado e que tenha natureza econômica de tributo, independente de sua denominação legal. A classificação de tributo considerada é ampla e comporta todo pagamento compulsório (definido em lei), que não constitua sanção ou penalidade, feito para o estado por pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as de direito público. O enfoque adotado na apresentação dos resultados da carga tributária permite análises mais completas e capazes de prover diagnóstico mais preciso relacionado ao modelo vigente no país. Para que seja possível uma comparação internacional é necessário apresentar resultados de cargas tributárias que utilizem metodologias similares à empregada no Brasil. Este é o caso dos países que fazem parte da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), cujos resultados para o ano de 2007 estão apresentados no gráfico a seguir.

### CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL E PAÍSES DA OCDE - 2007



Fonte: RFB e OCDE *Revenue Statistics 2008*

#### 2.11.4. Renúncias de Receitas

As renúncias de receita decorrem de incentivos ou benefícios de natureza tributária, que, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, constituem gastos governamentais indiretos decorrentes do sistema tributário vigente que visem atender objetivos econômicos e sociais, explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção ao sistema tributário de referência e que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e, consequentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

As tabelas que constam na planilha eletrônica anexa a este volume, nas informações adicionais, discriminam todos os gastos tributários vigentes em 2008 e 2009, constantes no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), detalhados por: modalidade, legislação de regência, objetivo sócio-econômico, contrapartida exigida, Políticas Públicas ou Programa de Governo e órgão gestor. Os valores constantes da referida Tabela são aqueles estimados para compor o PLOA, exceto os previdenciários que se encontram em valores efetivos.

Os valores efetivos relativos ao exercício de 2009 não estão disponíveis, pois as renúncias são calculadas, principalmente, com base em dados extraídos de sistemas informatizados alimentados pelas declarações de informações fiscais dos contribuintes (DIPJ, DIRPF). Essas declarações são anuais e sua recepção se dá, tradicionalmente, na metade do ano subsequente ao que os fatos ocorreram. Após a recepção das declarações, os dados são tratados e processados para então serem disponibilizados para consulta nos sistemas informatizados que dão suporte à atividade do cálculo das renúncias.

As tabelas informam ainda a relação das renúncias tributárias instituídas, respectivamente, nos exercícios de 2009 e 2008, acompanhadas dos valores estimados para o exercício e para os dois exercícios subsequentes.

Cabe esclarecer que os valores informados nas tabelas são anuais, representam a estimativa de perda de arrecadação gerada pela renúncia no exercício e levam em consideração a data de início de vigência da medida. Assim, as estimativas de renúncia, relativas às medidas implementadas no curso do exercício, refletem apenas o período em que esteve vigente naquele ano.

#### GASTOS TRIBUTÁRIOS POR TRIBUTO - PLOA 2008 E 2009

TRIBUTO / GASTO TRIBUTÁRIO	R\$1,00	
	2008	2009
I. Imposto sobre Importação	2.493.002.766	3.624.692.860
II. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	31.034.919.904	36.171.416.019
II.1 IR - Pessoa Física	10.869.627.199	11.135.204.664
II.2 IR - Pessoa Jurídica	20.080.593.393	24.885.551.078
II.3 IR - Retido na Fonte	84.699.312	150.660.277
III. Imposto sobre Produtos Industrializados	13.582.249.343	19.832.085.174
III.1 Operações Internas	11.287.734.205	17.030.143.347
III.2 Vinculado à Importação	2.294.515.138	2.801.941.827
IV. Imposto sobre Operações Financeiras	604.774.621	1.144.431.702
V. Imposto s/ Propriedade Territorial Rural	25.374.951	27.204.648
VI. Contribuição para o PIS/PASEP	3.732.681.519	5.651.385.134
VII. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	4.525.360.245	6.086.730.904
VIII. Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	20.057.599.908	29.418.538.714
IX. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	Não identificado	11.628
X. Contribuição para Previdência Social	15.557.959.854	17.905.484.470
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>91.613.923.109</b>	<b>119.861.981.253</b>

#### 2.11.4.1. Renúncias Ministério da Cultura

Além dos recursos orçamentários, o Governo Federal disponibiliza a produtores culturais recursos financeiros oriundos de renúncias de receitas fiscais para o desenvolvimento de projetos artísticos e culturais. E, para isso, utiliza basicamente três instrumentos legais: Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991), Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/1993) e Medida Provisória nº 2.228-1/2001.

A Lei Rouanet instituiu um mecanismo de incentivo fiscal a projetos culturais para apoiar o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC. O art. 18 da referida norma permite ao contribuinte, pessoa física ou jurídica, abater integralmente no imposto de renda valores destinados a apoiar projetos culturais em segmentos determinados. Outros segmentos culturais são atendidos com base no art. 26 do referido dispositivo legal, sendo que, nesta segunda situação, podem os contribuintes pessoas jurídicas abater no imposto de renda até 30% ou 40 % de valores alocados em projetos culturais sob a forma de patrocínio ou doação.

A Lei nº 8.685/1993 criou mecanismo de incentivo fiscal específico para projetos na área do audiovisual. Importante observar que é possível a um mesmo contribuinte utilizar os mecanismos das duas leis (Lei do Audiovisual e Lei Rouanet) em um mesmo projeto, desde que os valores alocados não ultrapassem 95% do orçamento total

aprovado pelo setor competente do MinC para o empreendimento.

A Medida Provisória nº 2.228-1/2001 instituiu a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE, que tem como fato gerador a veiculação, a produção, o licenciamento e a distribuição de obras cinematográficas e videográficas com fins comerciais. O produto da arrecadação dessa Contribuição é destinado ao Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, integrante do Fundo Nacional da Cultura – FNC. Essa mesma Medida Provisória prevê isenções no pagamento da referida contribuição, bem como deduções no imposto de renda para pessoas físicas e jurídicas de valores aplicados na aquisição de cotas dos Fundos de Investimento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINES.

Em 2009, com esses mecanismos a captação de recursos somou R\$ 682,3 milhões para o financiamento de cerca de 2.600 projetos, envolvendo renúncia fiscal da ordem de R\$ 613, 5 milhões (não estão incluídos nesses valores os projetos financiados por meio de renúncias fiscais no âmbito da ANCINE). O Quadro a seguir informa a situação das prestações de contas dos recursos aplicados em produções culturais e oriundos de mecanismos de renúncia fiscal em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009:

#### SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DE RENÚNCIA FISCAL EM 2008 E 2009

SITUAÇÃO	QUANTIDADE DE PROJETOS	VALOR CAPTADO (R\$)	QUANTIDADE DE PROJETOS	VALOR CAPTADO (R\$)
PCs não Apresentadas	482	94.190.850,18	725	189.622.916,81
PCs Aguardando Análise	5.890	2.541.776.876,98	7.172	3.212.996.746,61
PCs em Análise	1.034	528.044.700,35	1.257	638.776.905,74
PCs não Aprovadas	-	-	-	-
PCs Aprovadas	2.505	824.903.393,19	2.616	852.179.897,82
<b>TOTAL</b>	<b>9.911</b>	<b>3.988.915.820,70</b>	<b>11.770</b>	<b>4.893.576.466,98</b>

Fonte: SALIC/MinC, em 31/12/2009

Os dados acima evidenciam a situação das prestações de contas, no último dia de cada ano de referência, dos recursos captados para projetos sob amparo da Lei Rouanet e apenas das Secretarias do Ministério da Cultura – MinC. Os dados referentes aos valores captados ao amparo das Leis Rouanet (Lei nº 8.313/1991), Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/1993) e Medida Provisória nº 2.228-1/2001, no âmbito da Agência Nacional de Cinema – ANCINE, dada a

especificidade de envolver múltiplos mecanismos de renúncia fiscal, isolada ou cumulativamente, estão resumidos em tabelas no ANEXO do presente documento. O Quadro Tomada de Contas Especial mostra a situação dos valores renunciados, com aprovação de projetos no âmbito do MinC (Administração Direta) e da ANCINE, nos anos de 2008 e 2009, que atualmente são objetos de Tomada de Contas Especial - TCE:

#### TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

##### Lei nº 8.313/1991

SITUAÇÃO	2008		2009	
	QUANTIDADE DE PROCESSOS	VALORES (R\$)	QUANTIDADE DE PROCESSOS	VALORES (R\$)
Em Fase de Instauração	-	-	-	-
Instauradas	12	12.562.508,81	5	14.250.388,92
Concluídas	16	10.279.187,48	10	16.280.681,27

Fonte: Assessoria Especial de Controle Interno

**Lei nº 8.685/1993**

SITUAÇÃO	2008		2009	
	QUANTIDADE DE PROCESSOS	VALORES (R\$)	QUANTIDADE DE PROCESSOS	VALORES (R\$)
Em Fase de Instauração	-	-	-	-
Instauradas	-	-	2	125.759,32
Concluídas	4	37.140.318,27	5	1.810.359,17

Fonte: Assessoria Especial de Controle Interno

Finalizando, no que se refere à aplicação de multas pela Agencia Nacional do Cinema - ANCINE, foram registrados os seguintes valores: R\$ 1,00 em 2006, R\$ 2.000,00 em 2007, R\$ 16.000,00 em 2008 e R\$ 42.182,10 em 2009.

**ANEXO**

**LEI N° 8.313/91 – EXCLUSIVAMENTE**

SITUAÇÃO	EM 2008		EM 2009	
	QUANT.	MONTANTE CAPTADO (R\$)	QUANT.	MONTANTE CAPTADO (R\$)
PC não apresentada	3	921.413,03	1	400.000,00
PC aguardando análise	-	-	-	-
PC em análise	76	33.282.831,70	83	39.056.813,86
PC não aprovadas	-	-	2	210.714,00
PC aprovadas	11	7.676.481,73	4	1.010.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>90</b>	<b>41.880.726,46</b>	<b>90</b>	<b>40.677.527,86</b>

**LEI N° 8.685/93 – EXCLUSIVAMENTE**

SITUAÇÃO	EM 2008		EM 2009	
	QUANT.	MONTANTE CAPTADO (R\$)	QUANT.	MONTANTE CAPTADO (R\$)
PC não apresentada	3	3.901.499,00	3	916.499,00
PC aguardando análise	-	-	-	-
PC em análise	107	110.181.278,37	136	146.966.756,34
PC não aprovadas	-	-	1	2.764.000,00
PC aprovadas	11	12.854.402,98	4	6.008.384,21
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>121</b>	<b>126.937.180,35</b>	<b>144</b>	<b>156.655.639,55</b>

**MP 2228-01/2001 – EXCLUSIVAMENTE**

SITUAÇÃO	EM 2008		EM 2009	
	QUANT.	MONTANTE CAPTADO (R\$)	QUANT.	MONTANTE CAPTADO (R\$)
PC não apresentada	1	353.020,00	-	-
PC aguardando análise	-	-	-	-
PC em análise	26	38.744.048,86	37	52.305.890,19
PC não aprovadas	-	-	2	1.544.616,00
PC aprovadas	4	2.471.330,44	-	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>31</b>	<b>41.568.399,30</b>	<b>39</b>	<b>53.850.506,19</b>

**LEI N° 8.313/91 + LEI N° 8.685/93 – CONCOMITANTEMENTE**

SITUAÇÃO	EM 2008			EM 2009		
	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO (R\$)	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO (R\$)
PC não apresentada	2	Lei nº 8.313/91	509.000,00	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	1.907.535,00		Lei nº 8.685/93	-
PC aguardando análise	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	-
PC em análise	102	Lei nº 8.313/91	61.944.252,98	126	Lei nº 8.313/91	75.040.958,34
		Lei nº 8.685/93	184.359.018,63		Lei nº 8.685/93	219.830.581,54
PC não aprovadas	-	Lei nº 8.313/91	-	4	Lei nº 8.313/91	2.161.999,99
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	1.808.252,00
PC aprovadas	14	Lei nº 8.313/91	10.190.269,79	1	Lei nº 8.313/91	364.608,90
		Lei nº 8.685/93	23.575.944,79		Lei nº 8.685/93	136.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>118</b>		<b>282.486.021,19</b>	<b>131</b>		<b>299.342.400,77</b>

**LEI Nº 8.685/93 + MP 2228-01/2001 – CONCOMITANTEMENTE**

SITUAÇÃO	EM 2008			EM 2009		
	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO
PC não apresentada	-	Lei nº 8.685/93	-	-	Lei nº 8.685/93	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
PC aguardando análise	-	Lei nº 8.685/93	-	-	Lei nº 8.685/93	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
PC em análise	6	Lei nº 8.685/93	16.861.850,43	10	Lei nº 8.685/93	32.953.368,29
		MP 2228-01/2001	2.015.317,67		MP 2228-01/2001	3.640.799,81
PC não aprovadas	-	Lei nº 8.685/93	-	-	Lei nº 8.685/93	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
PC aprovadas	-	Lei nº 8.685/93	-	-	Lei nº 8.685/93	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>6</b>		<b>18.877.168,10</b>	<b>10</b>		<b>36.594.168,10</b>

**LEI 8.313/91 + LEI Nº 8.685/93 + LEI Nº 10.179/01 – CONCOMITANTEMENTE**

SITUAÇÃO	EM 2008			EM 2009		
	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO
PC não apresentada	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	-
		Lei nº 10.179/01	-		Lei nº 10.179/01	-
PC aguardando análise	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	-
		Lei nº 10.179/01	-		Lei nº 10.179/01	-
PC em análise	1	Lei nº 8.313/91	120.000,00	1	Lei nº 8.313/91	120.000,00
		Lei nº 8.685/93	2.174.214,40		Lei nº 8.685/93	2.174.214,40
		Lei nº 10.179/01	1.042.000,00		Lei nº 10.179/01	1.042.000,00
PC não aprovadas	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	-
		Lei nº 10.179/01	-		Lei nº 10.179/01	-
PC aprovadas	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	-
		Lei nº 10.179/01	-		Lei nº 10.179/01	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1</b>		<b>3.336.214,40</b>	<b>1</b>		<b>3.336.214,40</b>

**LEI 8.313/91 + LEI Nº 8.685/93 + MP 2228-01/2001 - CONCOMITANTEMENTE**

SITUAÇÃO	EM 2008			EM 2009		
	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO
PC não apresentada	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
PC aguardando análise	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
PC em análise	9	Lei nº 8.313/91	6.300.410,38	11	Lei nº 8.313/91	7.215.410,38
		Lei nº 8.685/93	28.708.967,37		Lei nº 8.685/93	35.797.281,44
		MP 2228-01/2001	2.592.809,52		MP 2228-01/2001	4.039.884,96
PC não aprovadas	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
PC aprovadas	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9</b>		<b>37.602.187,27</b>	<b>11</b>		<b>47.052.576,78</b>

**LEI 8.313/91 + MP 2228-01/2001 – CONCOMITANTEMENTE**

SITUAÇÃO	EM 2008			EM 2009		
	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO
PC não apresentada	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
PC aguardando análise	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
PC em análise	4	Lei nº 8.313/91	661.650,57	3	Lei nº 8.313/91	615.211,00
		MP 2228-01/2001	2.394.500,00		MP 2228-01/2001	2.094.500,00
PC não aprovadas	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
PC aprovadas	-	Lei nº 8.313/91	-	1	Lei nº 8.313/91	46.439,57
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	300.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4</b>		<b>3.056.150,57</b>	<b>4</b>		<b>3.056.150,57</b>

**LEI Nº 8.685/93 + LEI 10.179/01 - CONCOMITANTEMENTE**

SITUAÇÃO	EM 2008			EM 2009		
	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO
PC não apresentada	-	Lei nº 8.685/93	-	-	Lei nº 8.685/93	-
		Lei nº 10.179/01	-		Lei nº 10.179/01	-
PC aguardando análise	-	Lei nº 8.685/93	-	-	Lei nº 8.685/93	-
		Lei nº 10.179/01	-		Lei nº 10.179/01	-
PC em análise	1	Lei nº 8.685/93	2.849.529,90	1	Lei nº 8.685/93	2.849.529,90
		Lei nº 10.179/01	3.991.766,92		Lei nº 10.179/01	3.991.766,92
PC não aprovadas	-	Lei nº 8.685/93	-	-	Lei nº 8.685/93	-
		Lei nº 10.179/01	-		Lei nº 10.179/01	-
PC aprovadas	-	Lei nº 8.685/93	-	-	Lei nº 8.685/93	-
		Lei nº 10.179/01	-		Lei nº 10.179/01	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1</b>		<b>6.841.296,82</b>	<b>1</b>		<b>6.841.296,82</b>

## 2.12. DÍVIDA ATIVA

### 2.12.1. Dívida Ativa da Fazenda e Previdenciária

O exercício de 2009 encerrou-se com uma arrecadação total de R\$ 17.536.062.718,60, conforme demonstra o quadro abaixo:

NATUREZA	ARRECADAÇÃO (R\$1,00)
NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	6.269.129.964,30
DEPÓSITOS JUDICIAIS	10.030.924.945,02
PREVIDENCIÁRIOS	1.149.467.526,28
FGTS	86.540.283,00
<b>TOTAL</b>	<b>17.536.062.718,60</b>

A arrecadação dos créditos não-previdenciários, incluindo os importes oriundos do parcelamento convencional e especial, perfez o montante de R\$ 6.269.129.964,30. Ou seja, houve crescimento na arrecadação de 55,68% em relação ao ano anterior:

NATUREZA	2008	2009	VAR. %
Não Previdenciários	4.026.861.578,86	6.269.129.964,30	55,68

Fonte: Intranet – Mapas Gerenciais – Arrecadação Decendial e DIVAR/RFB (REFIS, PAES, TIMEMANIA e PAEX).

Os depósitos judiciais da União alcançaram o valor de R\$ 10.030.924.945,02, o que resultou em acréscimo de 7,90% em relação ao ano anterior:

NATUREZA	2008	2009	VAR. %
Depósitos Judiciais	9.296.864.690,64	10.030.924.945,02	7,90

Fonte: SIAFI/RFB

Houve, nos últimos anos, elevada recuperação de valores devidos à Fazenda Nacional via cobrança administrativa e judicial de créditos não-previdenciários, destacadamente em ações envolvendo montantes elevados. No contexto geral, como demonstra o quadro abaixo, no ano de 2009, ocorreu um acréscimo de 22,34% em relação ao ano anterior:

NATUREZA	2008	2009	VAR. %
Não Previdenciários	4.026.861.578,86	6.269.129.964,30	55,68
Depósitos judiciais	9.296.864.690,64	10.030.924.945,02	7,90
<b>TOTAL</b>	<b>13.323.726.269,50</b>	<b>16.300.054.909,32</b>	<b>22,34</b>

Fonte: Intranet – Mapas Gerenciais – Arrecadação Decendial, DIVAR/RFB e SIAFI/RFB.

Devem, de sua parte, ser considerados outros indicadores de desempenho da PGFN, que aferem as quantias que a União deixou de desembolsar – caso da conferência dos cálculos de liquidação apresentados pelos autores que venceram demandas contra a Fazenda Nacional, caso de impugnações da PGFN acolhidas pelo Poder Judiciário, assim como perdas de receitas que a atuação da PGFN evitou ao Erário no ganho de causas de valor elevado, envolvendo exações cuja arrecadação é significativa para a União.

Ainda em relação aos créditos não-previdenciários, todo o esforço arrecadatório faz-se, fundamentalmente, sobre um estoque de Dívida Ativa cujo montante de inscrições em cobrança administrativa e judicial se apresentou, em 31.12.2009, conforme demonstrativo a seguir.

Importante destacar que se registrou um decréscimo no montante do estoque relativo à fase administrativa, em decorrência da aplicação da súmula vinculante/STF n.º 8 e da remissão de créditos cujo valor fosse igual ou menor a dez mil reais e que, em 2007, estivessem vencidos há cinco anos ou mais. Tais fatos implicaram diretamente na redução do estoque na fase administrativa. Por outro lado houve significativo crescimento de 15,39% nas cobranças judiciais em relação ao ano anterior, em função da maior celeridade no seu ajuizamento.

COBRANÇA	2008	2009	VAR. %
Administrativa	40.194.508.945,58	26.703.318.533,32	-33,56
Judicial	525.395.857.015,82	606.258.444.842,03	15,39

Fonte: Intranet – Mapas gerenciais – Inscrições em Cobrança

Destaca-se que o estoque da Dívida Ativa da União é conjunto ainda não criticado, razão pela qual a PGFN não classifica ainda quaisquer dos débitos sob sua administração como rigorosamente incobráveis, ante a ausência de suporte legal para tanto. No entanto, em virtude da criação do Departamento de Gestão da Dívida Ativa da União, ex vi do Decreto n.º 7.050/2009 e Portaria MF n.º 257/2009 está em curso o Plano de Trabalho do Departamento de Gestão da Dívida Ativa, instituído pela Portaria PGFN n.º 1.006/2009, em que uma das ações prioritárias consiste em efetuar a depuração do estoque da dívida ativa e a sua decorrente classificação. A PGFN, ao concluir os trabalhos, certamente estará apresentando proposta de classificação da carteira em cobrança, em que o escopo é aprimorar a atividade, de forma a que se possa expurgar da base de dados os créditos eventualmente tidos por incobráveis. Observa-se que a arrecadação acumulada da PGFN (créditos não-previdenciários + defesa nacional) no ano vigente apresentou o percentual de 2,58% do valor do estoque. Ou seja, em comparação ao ano anterior, houve saldo positivo de 0,22% na arrecadação.

EXERCÍCIO	ARRECADAÇÃO	ESTOQUE	%
2008	13.323.726.269,50	565.592.023.107,58	2,36
2009	16.300.054.909,32	632.962.186.670,07	2,58

Fonte: Intranet – Arrecadação Decendial e Inscrições em Cobrança, DIVAR/RFB e SIAFI/RFB

Ainda quanto à arrecadação dos créditos não-previdenciários (exceto parcelamentos especiais), no decorrer do ano de 2009, percebemos uma variação de crescimento – destacando-se crescentes evoluções nos meses de setembro e outubro, além do recorde alcançado em novembro – que significou uma quantia de R\$ 2.143.937.410,36 a maior para os cofres públicos. Tais fatos implicaram em um crescimento da arrecadação de 76,51% em relação ao ano anterior:

(R\$1,00)		
2008	2009	VARIAÇÃO
2.908.480.834,49	5.133.855.933,23	76,51

Fonte: Intranet – Mapas gerenciais – Arrecadação Decendial

Na arrecadação dos créditos não-previdenciários, houve um acréscimo significativo de quase 28% em relação ao valor da arrecadação estimado pela PGFN para o ano de 2009, em reposta a Secretaria de Orçamento e Finanças:

(R\$1,00)		
ESTIMADO	ARRECADADO	VARIAÇÃO
4.012.279.811,02	5.133.855.933,23	27,95

Fonte: Dados gerados conforme estimativa apresentada a Secretaria de Orçamento e Finanças em janeiro de 2009.

Quanto aos parcelamentos especiais (exceto o TIMEMANIA, que abrange uma categoria muito específica de contribuintes) contabilizou-se um decréscimo na arrecadação acumulada em todos os seus tipos. Referido decréscimo se justifica pela iminência da aprovação e posterior instituição do favor fiscal trazido pela Lei n.º 11.941/2009 (REFIS da crise), onde os contribuintes apostaram na nova legislação para equilibrar suas contas com a União. Os parcelamentos especiais se comportaram conforme os quadros a seguir:

No âmbito do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS – houve na arrecadação acumulada um decréscimo de 31,14%, em relação ao ano anterior:

(R\$1,00)		
2008	2009	VARIAÇÃO
97.962.844,97	67.457.694,98	-31,14

Fonte: DIVAR/RFB

No Parcelamento Especial – PAES – houve na arrecadação acumulada um decréscimo de 32,69%, em relação ao ano anterior:

(R\$1,00)		
2008	2009	VARIAÇÃO
1.020.417.899,40	686.883.595,37	-32,69

Fonte: DIVAR/RFB

(R\$1,00)		
2008	2009	VARIAÇÃO
694.025.961,84	495.624.947,06	-28,59

No Parcelamento Excepcional – PAEX – houve na arrecadação acumulada um decréscimo de 28,59% em relação ao ano anterior.

Fonte: DIVAR/RFB

Conforme já explicitado, o Parcelamento do TIMEMANIA registrou na arrecadação acumulada um crescimento de 7,36% em relação ao ano anterior:

(R\$1,00)		
2008	2009	VARIAÇÃO
7.480.194,86	8.030.386,71	7,36

Fonte: DIVAR/RFB

Na modalidade Parcelamentos Ordinários, que inclui os Parcelamentos Convencionais e Simplificados, pela mesma razão apontada no item 12, houve decréscimo na arrecadação acumulada de 14,45%, a partir do segundo semestre do ano corrente, conforme quadro a seguir:

(R\$1,00)		
2008	2009	VARIAÇÃO
1.748.811.003,54	1.496.135.689,91	-14,45

Fonte: Intranet – Mapas gerenciais – Arrecadação na Modalidade Parcelamentos

Ainda com relação ao item 17, referente à quantidade de parcelamentos concedidos no ano, registrou-se um decréscimo de 23,60%. Por outro lado, o estoque de 2009 decresceu em relação ao do ano anterior em 29,11%:

(R\$1,00)		
	2008	2009
INSCRIÇÕES	114.782	87.689
VALOR	1.804.308.490,01	1.279.019.699,86

Fonte: Internet – Publicações – Parcelamentos Concedidos

No balanço geral, consideradas as justificativas retro quanto ao que foi arrecadado em termos de parcelamento, o ano de 2009 apresentou um valor aproximado de R\$ 2,8 bilhões. Estes dados demonstram um decréscimo 22,83% em relação ao montante de parcelamento arrecadado no ano anterior:

(R\$1,00)		
2008	2009	VAR.%
3.568.697.904,61	2.754.132.314,03	-22,83

Fonte: Intranet – Mapas gerenciais – Arrecadação na Modalidade Parcelamentos e DIVAR/RFB

Em resumo, considerados créditos parcelados e não parcelados, o estoque dos créditos não previdenciários registrou um decréscimo de 24,25% em relação ao número de inscrições em dívida ativa da União e um acréscimo de 11,91% em termos de valores monetários referentes aos créditos inscritos no ano anterior:

(R\$1,00)		
	2008	2009
Inscrições	8.122.537	6.152.934
Valor	565.592.023.107,58	632.962.186.670,07

Fonte: Intranet – Mapas Gerencias – Inscrições em Cobrança

Em 2008, a PGFN passou a inscrever e cobrar as contribuições previdenciárias previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, ex vi, da Lei nº 11.457/2007. Com as novas atribuições, a PGFN passou a gerenciar aproximadamente 750.000 (setecentos e cinqüenta mil) créditos previdenciários, além daqueles que antes já se achavam sob sua administração e cobrança. A arrecadação correspondente aos créditos previdenciários parcelados e não parcelados, no ano de 2009, perfez o valor de R\$ 1.149.467.526,28. Os números da arrecadação apresentaram um decréscimo de 47,24% em relação ao ano anterior, fundamentalmente pela incidência da súmula vinculante/STF n.º 8, que reduziu para cinco anos o prazo para constituição e cobrança destes créditos, em virtude da declaração de constitucionalidade dos arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212/91. Tais fatos ocasionaram diretamente a baixa no estoque em cobrança de todos os créditos que não observaram o novo patamar imposto pelo Pretório Excelso. Em decorrência, também não houve para os tais créditos baixados o fluxo da arrecadação que normalmente aconteceria:

(R\$1,00)		
2008	2009	VAR.%
2.178.472.865,24	1.149.467.526,28	-47,24

Fonte: Sistema Informar – CD Pagamentos Dataprev

O estoque dos créditos previdenciários em 2009 registrou o montante de R\$ 184.541.057.657,55. Comparativamente, houve crescimento de quase 11% em relação ao ano anterior. A arrecadação correspondente a esse aumento ainda não teve reflexo no ano de 2009:

(R\$1,00)		
2008	2009	VAR.%
166.268.495.397,11	184.541.057.657,55	10,99

Fonte: Sistema Informar – CD IDEA Dataprev

Em relação aos créditos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, no estoque em 2009, registrou-se um acréscimo de 8,16% em quantidade de inscrições e 12,59% em valores monetários em relação ao ano anterior:

(R\$1,00)			
	2008	2009	VAR.%
INSCRIÇÕES	263.528	285.025	8,16
VALOR	9.167.661.564,00	10.321.754.180,00	12,59

Fonte: Sistema FGE

No que tange à arrecadação dos valores sob a rubrica de dívidas inscritas no FGTS, registrou-se o valor de R\$ 32.464.216,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e dezesseis reais), o que representou um acréscimo de 6,14% em relação à recuperação ocorrida no ano anterior:

(R\$1,00)		
2008	2009	VARIAÇÃO
30.587.151,00	32.464.216,00	6,14

Fonte: Sistema FGE

Ainda quanto ao FGTS, para a arrecadação da dívida ajuizada, temos em relação ao ano anterior a situação abaixo delineada. Percebe-se que em 2009 houve um crescimento na recuperação judicial conduzida pela PGFN de 24,29% e queda na recuperação levada a cabo pela CAIXA. Em termos gerais, houve saldo positivo de crescimento de quase 5% em relação ao montante arrecadado no ano anterior:

(R\$1,00)			
	2008	2009	VAR.%
PGFN	11.178.010,00	13.892.887,00	24,29
CAIXA	40.358.805,00	40.183.180,00	-0,44
TOTAL	51.536.815,00	54.076.067,00	4,93

Fonte: Sistema FGE

No ano de 2009, o FGTS encerrou com uma arrecadação total de aproximadamente R\$ 86,6 milhões, o que representou um acréscimo de 5,38% em relação aos valores totais arrecadados no ano anterior:

(R\$1,00)		
2008	2009	VAR.%
82.123.966,00	86.540.283,00	5,38

Fonte: Sistema FGE

Por fim, a arrecadação geral (QUADRO 01) encerrou o ano de 2009 com um acréscimo de 12,52% em relação ao ano anterior. O estoque geral dos créditos inscritos (QUADRO 02) encerrou o ano de 2009 com 11,71% a mais que o ano anterior. Portanto, no balanço geral em 2009 (QUADRO 03) verifica-se que a arrecadação total refletiu uma baixa de 2,12% no montante do estoque da dívida:

QUADRO 01	2008	2009	VAR.%
Não Previdenciários	4.026.861.578,86	6.269.129.964,30	55,68
Previdenciários	2.178.472.865,24	1.149.467.526,28	-47,24
FGTS	82.123.966,00	86.540.283,00	5,38
Depósitos Judiciais	9.296.864.690,64	10.030.924.945,02	7,90
<b>TOTAL</b>	<b>15.584.323.100,74</b>	<b>17.536.062.718,60</b>	<b>12,52</b>

QUADRO 02	2008	2009	VAR.%
Não Previdenciários	565.592.023.107,58	632.962.186.670,07	11,91
Previdenciários	166.268.495.397,11	184.541.057.657,55	10,99
FGTS	9.167.661.564,00	10.321.754.180,00	12,59
<b>TOTAL</b>	<b>741.028.180.068,69</b>	<b>827.824.998.507,62</b>	<b>11,71</b>

(R\$1,00)		
QUADRO 03		%
ARRECADAÇÃO X ESTOQUE		2,12

Percebemos que no decorrer do ano de 2009, em comparação ao ano imediatamente anterior, houve pequenas oscilações dos valores consolidados, ou seja, crescimentos sempre na faixa de 15 e 18%. Em análise comparativa, registrou-se um maior aumento no valor do estoque dos créditos ajuizados em julho.

#### CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS – AJUIZADOS

MÊS	2008	2009	%
	VALOR CONSOLIDADO	VALOR CONSOLIDADO	
JAN	460.237.034.554,48	532.129.703.515,18	15,62
FEV	464.571.988.890,31	533.398.147.737,61	14,81
MAR	470.933.724.493,68	533.756.937.761,55	13,34
ABR	472.889.087.075,74	549.207.721.956,35	16,14
MAI	481.891.071.531,86	561.747.435.392,47	16,57
JUN	488.759.159.954,93	566.825.278.739,00	15,97
JUL	488.254.062.820,71	577.433.157.061,98	18,26
AGO	500.307.837.881,87	585.387.968.391,09	17,01
SET	506.284.642.352,51	592.326.720.915,61	16,99
OUT	514.021.782.918,58	596.311.550.259,69	16,01
NOV	520.045.281.955,94	597.086.918.442,29	14,81
DEZ	525.395.857.015,82	606.258.868.136,75	15,39

No que se refere aos créditos não previdenciários na modalidade não ajuizados, é latente que no primeiro trimestre do ano de 2009, se comparado ao ano anterior, foi considerável a quantidade de créditos não ajuizados. Entretanto, após este período, percebemos uma queda

significativa mês a mês destes mesmos valores. Tanto assim o é que, no fechamento do exercício, verificou-se um recuo de aproximadamente 34% dos valores consolidados em comparação ao exercício anterior.

Já os créditos previdenciários eram, até o dia 31 de março de 2008, de responsabilidade da PGF (Procuradoria Geral Federal). Entretanto, os mesmos, a partir do dia 01 de abril de 2008, por força da Lei nº 11.457/07, passaram a ser cobrados pela PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional). Na modalidade ajuizados, no decorrer do ano de 2009 em comparação ao ano imediatamente anterior, houve crescimento mês a mês elevando o estoque de 7 para 15% ao término do ano.

No que se refere aos créditos previdenciários na modalidade não ajuizados, nota-se que no primeiro semestre do ano de 2009 houve uma oscilação entre 49 e 51%. Entretanto, no segundo semestre, percebemos uma queda gradativa destes valores. No fechamento do exercício, constatou-se uma queda de 12% em comparação ao exercício anterior.

#### CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS - NÃO AJUIZADOS

MÊS	2008	2009	%
	VALOR CONSOLIDADO (R\$)	VALOR CONSOLIDADO (R\$)	
JAN	25.846.585.207,79	35.166.826.288,40	36,06
FEV	26.620.519.925,27	41.849.674.490,75	57,21
MAR	26.758.759.804,54	41.580.391.413,93	55,39
ABR	30.206.933.930,85	32.037.031.923,61	6,06
MAI	26.863.721.909,66	26.706.800.840,87	-0,58
JUN	26.525.427.368,09	30.333.123.617,83	14,35
JUL	32.995.535.960,07	31.680.668.403,13	-3,98
AGO	28.303.415.136,03	29.959.705.757,47	5,85
SET	26.360.989.561,54	29.438.865.500,41	11,68
OUT	25.543.380.159,13	27.755.859.856,01	8,66
NOV	29.515.984.994,78	26.419.283.719,00	-10,49
DEZ	40.194.508.945,58	26.703.318.533,32	-33,56

#### CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS - AJUIZADOS

MÊS	2008	2009	%
	VALOR CONSOLIDADO	VALOR CONSOLIDADO	
JAN	0,00	139.057.322.951,06	0,00
FEV	0,00	140.094.956.119,77	0,00
MAR	0,00	140.598.188.089,56	0,00
ABR	131.709.926.115,07	141.928.259.323,08	7,76
MAI	132.142.225.883,68	143.034.263.029,63	8,24
JUN	132.600.095.077,52	144.659.932.101,30	9,09
JUL	134.452.988.183,79	145.995.245.955,06	8,58
AGO	134.238.579.427,41	147.835.700.634,09	10,13
SET	135.178.168.767,89	150.091.092.904,28	11,03
OUT	136.271.888.251,95	151.869.843.706,17	11,45
NOV	137.141.413.627,72	157.106.023.389,86	14,56
DEZ	137.846.992.972,59	159.537.214.487,94	15,73

#### CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS - NÃO AJUIZADOS

MÊS	2008	2009	%
	VALOR CONSOLIDADO (R\$)	VALOR CONSOLIDADO (R\$)	
JAN	0,00	29.489.871.212,30	0,00
FEV	0,00	30.257.994.897,82	0,00
MAR	0,00	31.273.315.219,04	0,00
ABR	21.302.999.324,11	31.938.880.089,76	49,93
MAI	21.241.259.279,29	32.098.748.654,71	51,12
JUN	21.312.067.551,47	31.903.922.330,81	49,70
JUL	21.120.631.406,21	31.443.421.004,10	48,88
AGO	22.139.525.965,07	32.056.503.218,96	44,79
SET	21.864.386.969,58	31.054.324.078,28	42,03
OUT	21.693.033.346,56	29.831.687.441,54	37,52
NOV	22.028.111.129,44	26.175.750.110,65	18,83
DEZ	28.421.502.424,52	25.003.843.169,61	-12,02

Quanto aos dados obtidos, é evidente a drástica redução na carteira de cada parcelamento, o que se deve, principalmente, à desistência para posterior migração nos parcelamentos da Lei 11.941/09 (MP 449/09 convertida), que é muito mais vantajoso para o contribuinte. Também para o PAES e PAEX fazendários foram emitidos lotes de exclusão no segundo semestre de 2009. Em relação a carteira dos Parcelamentos na modalidade de créditos previdenciários, a situação que mais se destacou no levantamento foi a queda de quase 81% no Parcelamento Excepcional – PAEX - MP 303/2006 em relação ao inscrito no ano imediatamente anterior.

CARTEIRA DE PARCELAMENTO	2008	2009	%
	VALOR	VALOR	
PARCELAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS			
Parc. Convencionais de Débitos	8.254.570	4.346.271	-47,35
Lei 10.684/2003 - PAES	10.704.442	4.137.690	-61,35
MP 303/2006 - PAEX	6.893.154	1.328.482	-80,73
Timemania	22.220	20.296	-8,66
<b>TOTAL</b>	<b>25.874.385</b>	<b>9.832.739</b>	<b>-62,00</b>

Quanto aos parcelamentos não previdenciários, o levantamento foi feito com os dados segregados da RFB e PGFN, uma vez que neste primeiro momento não houve tempo hábil para a separação por órgão. Mas o que percebemos foi a queda acentuada de aproximadamente 91% na modalidade de Parcelamento Excepcional – PAEX - MP 303/2006, assim como aconteceu com o PAEX previdenciário.

CARTEIRA DE PARCELAMENTO	2008	2009	%
	VALOR	VALOR	
PARCELAMENTOS NÃO PREVIDENCIÁRIO			
Parc. Convencional de Débitos (RFB)	12.584.362	3.359.788	-73,30
Lei 10.684/2003 - PAES (RFB + PGFN)	26.782.415	9.043.500	-66,23
MP 303/2006 - PAEX (RFB + PGFN)	22.947.851	2.072.599	-90,97
Simples Nacional (RFB)	N/D	3.433.767	*
Timemania Futebol (RFB + PGFN)	N/D	890.847	*
IES (RFB)	N/D	68.564	*
<b>TOTAL</b>	<b>62.314.627</b>	<b>18.869.065</b>	<b>-69,72</b>

O Parcelamento REFIS, o qual trazemos acumulados pelo INSS, RFB e PGFN, também sofreu diminuição no ano de 2009, perdendo somente para o Timemania Previdenciário em termos de queda de adesão ao parcelamento.

CARTEIRA DE PARCELAMENTO	2008	2009	%
PARCELAMENTO	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	
REFIS (INSS + PGFN + RFB)	22.701.807.126,67	19.148.253.989,00	-15,65

Quanto às medidas adotadas para o aprimoramento da recuperação dos créditos da União, importante destacar que algumas considerações já haviam sido desenvolvidas no ponto 30 (trinta) da Nota PGFN/CDA nº 42/2010.

Naquele ensejo destacamos algumas das medidas consideradas essenciais ao aperfeiçoamento da recuperação dos créditos da União, tais como a desjudicialização da execução fiscal, a concessão de maiores poderes de negociação aos Procuradores da Fazenda Nacional, a criação de juizados especiais e adoção de métodos alternativos de resolução de controvérsias, a maior utilização de meios que induzem os devedores a cumprir suas obrigações fiscais, a uniformização dos dados a respeito dos custos da cobrança da dívida ativa, a melhoria no cadastro e no fluxo de informações, a informatização e a implantação do processo digital, a instituição da chamada penhora administrativa, o aprimoramento do sistema de controle dos créditos inscritos em Dívida Ativa da União a partir da construção do Sistema SIEF-DAU e a simplificação da forma de obtenção de informação e quitação de créditos ajuizados, via Internet, com o E-CAC/PGFN.

A maior parte das sugestões delineadas acima, encontram vazão ora no Projeto de Lei nº 5.080/09, que rege a chamada execução fiscal administrativa, ora no Projeto de Lei nº 5.082/09, que trata das normas gerais de transação tributária.

O primeiro, em resumo, trata do aperfeiçoamento do processo de execução fiscal, que ganha modelagem predominantemente administrativa.

O segundo visa, a um só tempo, reduzir o nível de litigiosidade na aplicação da legislação tributária e permitir mais eficiência no processo de arrecadação dos tributos. Estabelece nova relação entre a administração tributária e os contribuintes no intuito de viabilizar as partes a um entendimento direto na resolução das lides tributárias.

O novo modelo de cobrança cuja iniciativa contou com veemente participação da PGFN, encontra-se sob a apreciação do Poder Legislativo Federal.

Outra grande medida que muito contribuiu para a recuperação de milhões em créditos para a União foi a instituição do chamado Refis III ou Refis da Crise ex vi da Lei nº 11.941/09 (MP 449/09 convertida).

Por outro lado, se a informatização e a digitalização dos processos administrativos e judiciais já são uma realidade, a PGFN, em trabalho conjunto com o SERPRO, continua desenvolvendo um sistema mais eficiente de controle dos

créditos inscritos em Dívida Ativa da União (Sistema SIEF-DAU).

Finalmente, impende destacar ainda que em virtude da criação do Departamento de Gestão da Dívida Ativa da União, ex vi do Decreto nº 7.050/2009 e Portaria MF nº 257/2009 está em curso o Plano de Trabalho do Departamento de Gestão da Dívida Ativa, instituído pela Portaria PGFN nº 1.006/2009, em que uma das ações prioritárias consiste em efetuar a depuração do estoque da dívida ativa e a sua decorrente classificação.

Os trabalhos de depuração visam, basicamente, expurgar da base de dados os créditos eventualmente tidos por impagáveis e, por conseguinte, aprimorar a atividade de cobrança da Dívida Ativa da União. Enfim, estas são algumas das principais medidas que consideramos indispensáveis à recuperação dos créditos da União.

#### Demonstrativos da Dívida Ativa da União – Exercício de 2009

Considerando os esclarecimentos anteriores, inferimos que as informações apresentadas pela PGFN, têm como base de dados os sistemas próprios da Dívida Ativa.

Como esses valores obtidos em sistemas próprios não evidenciam a contabilização dos atos e fatos pertinentes à Dívida Ativa da União, efetivada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, a Coordenação Geral Contabilidade – CCONT/STN/FAZENDA procedeu à elaboração dos demonstrativos a seguir, cujos dados foram extraídos dos sistemas Siafi/Siafi Gerencial, estruturados em colunas, a saber:

- Órgão Superior/Unidade da Federação – essa coluna relaciona os órgãos superiores e as unidades da federação que possuem valores contabilizados em Dívida Ativa;
- Saldo Anterior – evidencia o saldo da Dívida Ativa existente no ativo realizável a curto prazo (conta contábil 1.1.6.1.0.00.00) e longo prazo, sendo este divido em Dívida Ativa não Tributária (conta contábil 1.2.2.1.1.02.00), Dívida Ativa Tributária (conta contábil 1.2.2.1.1.03.00) e Dívida Ativa Tributária Previdenciária (conta contábil 1.2.2.1.1.04.00) em 31 de dezembro de 2008;
- Inscrição do Principal e dos Juros e Multas da Dívida Ativa – demonstra os valores inscritos em Dívida Ativa (contas contábeis 6.2.3.1.7.10.01 e 6.2.3.1.7.11.01) e os valores registrados em juros e

multa da Dívida Ativa (contas contábeis 6.2.3.1.7.11.02 e 6.2.3.1.7.11.03);

- Recebimento do Principal e dos Juros e Multas da Dívida Ativa – nessa coluna constam os valores contabilizados como receita da Dívida Ativa tributária (conta contábil 4.1.9.3.1.00.00) e não tributária (conta contábil 4.1.9.3.2.00.00), assim como as receitas oriundas do recebimento de multas e juros de mora da Dívida Ativa relacionados a tributos (conta contábil 4.1.9.1.3.00.00), a contribuições (conta contábil 4.1.9.1.4.00.00) e a outras receitas (conta contábil 4.1.9.1.5.00.00);
- Valores Recebidos Não Baixados – refere-se a valores contabilizados em contas de receita da Dívida Ativa, descritas no item anterior, que não foram baixados das contas contábeis de inscrição de créditos da Dívida Ativa (contas contábeis 1.2.2.1.1.02.00, 1.2.2.1.1.03.00 e 1.2.2.1.1.04.00);
- Cancelamento e Anulação de Créditos da Dívida Ativa – registra o cancelamento e a anulação dos valores inscritos em Dívida Ativa durante o exercício de 2009 (contas contábeis 5.2.3.1.7.10.01, 5.2.3.1.7.10.30, 5.2.3.1.7.01.30, 5.2.3.1.8.01.00, 5.2.3.1.9.01 e 5.2.3.1.9.04);
- Atualização Monetária da Dívida Ativa – corresponde aos valores registrados como atualização monetária dos créditos inscritos em Dívida Ativa Tributária (conta contábil 6.2.3.1.7.11.04) e Não Tributária (conta contábil 6.2.3.2.3.04.01 e 6.2.3.2.3.05.09);
- Ajustes Financeiros e Não Financeiros da Dívida Ativa – conjuga os registros dos ajustes financeiros da Dívida Ativa (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.1.7.10.02 e 5.2.3.1.7.10.10), os registros dos

ajustes não financeiros da Dívida Ativa (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.8.3.00.00 e 5.2.3.8.3.00.00) e os ajustes nos saldos dos Créditos Tributários (5.2.3.1.10.09);

- Anistia, Perdão, Abatimentos e Descontos – evidencia os valores baixados do estoque da Dívida Ativa por motivo de anistia/perdão, abatimentos/descontos e anistia/remissão da Dívida Ativa Tributária (contas contábeis 5.2.3.1.7.10.32, 5.2.3.1.7.10.31, 5.2.3.1.9.02.00, 5.2.3.1.9.08, 5.2.3.1.9.09, 5.2.3.1.9.10, 5.2.3.1.9.11, 5.2.3.1.9.12 e 5.2.3.1.9.13)
- Adjudicação, Prescrição e Desmembramento de Créditos da Dívida Ativa – evidencia os valores baixados do estoque da Dívida Ativa por motivo de adjudicação (conta contábil 5.2.3.1.9.03.00), prescrição intercorrente (conta contábil 5.2.3.1.9.05.00) e desmembramento de inscrição da Dívida Ativa Tributária (conta contábil 5.2.3.1.9.07.00);
- Diferenças – demonstra os valores originados por inconsistências na contabilização da Dívida Ativa, seja pelo registro nas contas do ativo realizável a longo prazo (contas contábeis 1.2.2.1.1.02.00, 1.2.2.1.1.03.00 e 1.2.2.1.1.04.00), sem a contrapartida em conta de variação relacionada à Dívida Ativa ou, inversamente, pelo registro em contas de variação da Dívida Ativa sem a respectiva contrapartida na conta do ativo realizável a longo prazo; e
- Saldo Atual – evidencia o saldo da Dívida Ativa, em 31 de dezembro de 2009, no curto prazo (conta contábil 1.1.6.1.0.00.00) e no longo prazo (contas contábeis 1.2.2.1.1.02.00, 1.2.2.1.1.03.00 e 1.2.2.1.1.04.00)

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - TODAS AS GESTÕES DE RECURSOS**

(R\$ 1,00)

<b>UF</b>	<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA</b>	<b>RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA LIQUIDO (1)</b>	<b>VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS (1)</b>	<b>CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA (2) (3)</b>	<b>ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA ATIVA (4) (5) (6) (7)</b>	<b>AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (8) (9)</b>	<b>ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS</b>	<b>ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA</b>	<b>DIFERENÇAS (10)</b>	<b>SALDO ATUAL</b>
AC	957.652.960,86	46.098.485,65	2.650.035,34	9.969.875,93	11.078.267,28	67.005.994,04	4.811.647,32	42.945,13	652.087,51	-	1.051.175.876,68
AL	6.331.618.630,92	416.923.824,62	44.728.997,49	19.299.044,38	67.678.269,92	519.293.033,43	1.273.659,01	349.955,47	1.396.912,65	-	7.135.655.968,07
AM	8.749.235.913,68	804.265.964,74	15.887.760,91	121.991.900,81	146.195.624,86	813.698.213,16	(253.655.982,24)	3.308.360,50	9.426.969,19	493.297,80	9.817.226.790,87
AP	899.984.216,58	86.992.808,08	3.555.144,87	16.724.819,92	14.993.450,17	92.182.330,96	(25.053.264,55)	164.862,37	-	-	1.018.667.813,74
BA	25.128.371.096,30	1.326.505.817,96	47.650.768,16	466.841.105,36	538.863.388,25	2.045.183.479,27	(170.343.531,80)	16.905.551,87	12.115.366,13	-	27.247.340.681,96
CE	13.696.778.732,21	895.674.604,98	25.859.820,94	144.854.427,64	310.440.673,81	956.017.965,97	(92.712.684,51)	10.819.567,74	1.109.213,17	(25.061,14)	14.962.649.854,21
DF	13.481.463.898,90	1.045.262.393,57	7.090.170.384,68	(6.897.025.488,61)	618.062.640,12	4.381.354.007,08	(1.924.994.954,64)	35.150.026,31	1.614.373,45	465,97	16.135.113.874,93
ES	11.368.869.165,78	1.243.636.112,71	28.677.749,23	139.262.750,90	313.256.869,20	1.091.057.198,34	(183.867.544,69)	9.813.193,77	40.866.771,96	-	12.987.817.597,08
GO	14.101.042.279,98	1.373.216.230,47	73.618.748,48	155.009.741,36	228.611.931,35	1.216.704.592,59	(107.175.496,25)	10.191.207,87	57.716.161,73	-	16.058.639.816,00
MA	5.465.732.277,15	290.872.789,61	21.356.968,11	66.210.211,26	126.294.425,62	532.942.435,87	73.676.212,68	7.310.947,84	5.225.340,40	(14.689,03)	6.136.811.133,05
MG	37.846.011.490,78	2.702.289.772,39	89.276.524,26	582.779.416,89	659.727.916,85	3.306.552.573,65	(30.019.339,35)	56.610.743,67	4.601.871,11	-	42.431.838.024,69
MS	5.687.182.944,11	405.629.763,26	30.534.206,11	111.868.394,85	167.576.491,17	409.980.175,51	(32.912.003,58)	7.992.292,11	1.811.973,62	-	6.150.097.521,44
MT	7.796.659.034,33	1.048.844.045,98	15.397.394,99	146.901.515,80	190.431.471,72	796.931.095,80	90.774.172,56	21.843.070,01	5.200.669,84	-	9.353.434.226,31
PA	11.811.680.084,28	1.208.800.005,44	14.548.784,45	156.832.104,78	3.105.736.159,95	1.072.919.877,10	739.630.687,97	3.412.943,80	58.562.309,79	-	11.493.938.352,02
PB	4.471.286.541,76	226.703.296,27	20.478.459,89	60.494.081,55	77.300.403,30	301.250.679,34	107.554.210,94	663.680,16	2.152.117,58	-	4.945.705.985,83
PE	19.731.466.509,75	1.277.246.248,37	59.795.483,94	142.716.984,26	359.874.744,76	1.763.322.430,56	272.074.038,88	32.821.691,86	5.579.868,43	-	22.443.320.454,31
PI	2.498.734.224,72	178.472.048,73	16.138.267,87	29.732.052,54	88.663.061,12	309.700.875,02	36.105.977,34	5.584.708,60	476.990,50	-	2.882.418.045,18
PR	31.967.842.571,64	2.206.833.098,03	100.531.261,14	512.311.270,61	806.840.244,50	2.629.299.314,52	(43.538.236,53)	67.200.566,79	64.276.310,42	-	35.209.277.094,20
RJ	94.762.185.157,96	7.404.375.285,31	198.694.974,40	1.146.012.556,80	2.554.305.280,11	7.748.373.181,36	(4.483.075.056,96)	96.536.593,37	29.026.332,88	(60.314,24)	101.407.222.515,87
RN	4.217.587.697,76	274.118.812,75	27.613.237,76	60.065.047,24	71.166.630,77	314.131.990,92	45.679.756,22	8.446.732,07	9.347.478,40	-	4.674.879.131,41
RO	3.466.362.507,49	216.600.021,01	7.493.195,92	57.775.437,88	76.478.565,47	220.305.527,98	(39.393.304,94)	15.952.462,02	70.641,26	(2.861,68)	3.706.101.587,31
RR	1.017.837.236,86	4.601.761.931,68	17.560.909,00	(4.393.976,28)	67.962.830,22	1.039.158.048,12	(5.390.294.028,76)	396.572,79	31.335.726,51	-	1.155.601.125,66
RS	38.555.439.013,96	2.346.651.885,26	105.170.859,11	627.468.948,68	927.056.705,72	3.465.559.008,29	400.813.262,67	96.175.286,10	38.002.123,37	857,36	42.974.590.104,56
SC	19.747.573.194,19	1.802.817.610,96	73.209.611,47	347.642.904,74	539.826.388,70	1.718.289.533,92	238.571.696,10	70.281.279,46	46.552.451,31	-	22.429.739.399,49
SE	2.760.320.782,59	170.784.566,44	7.204.758,89	55.112.658,34	62.441.085,14	258.889.206,27	(20.717.683,92)	1.557.039,08	13.168.104,52	-	3.029.793.225,41
SP	351.048.383.796,00	35.412.090.370,57	578.732.715,38	4.335.277.633,31	4.445.810.050,17	25.851.340.914,05	3.283.639.871,21	295.201.302,07	131.428.381,70	(322,56)	405.809.004.546,64
TO	2.117.153.991,06	193.456.259,99	7.421.286,06	29.278.017,10	42.605.713,98	213.642.146,63	(15.909.084,05)	14.602,31	1.006,18	-	2.429.022.688,00
<b>TOTAL</b>	<b>739.684.455.951,60</b>	<b>69.206.924.054,83</b>	<b>8.723.958.308,85</b>	<b>2.641.013.438,04</b>	<b>16.619.279.284,23</b>	<b>63.135.085.829,75</b>	<b>(7.519.057.003,87)</b>	<b>874.748.185,14</b>	<b>571.717.553,61</b>	<b>391.372,48</b>	<b>835.077.083.434,92</b>

Fonte: Siafi Gerencial - Mês 01/2009

(1) foram considerados os valores líquidos de deduções

(2) o valor foi ajustado em R\$ 5.360.396,36 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 173039 / 17203 - SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS

(3) o valor foi ajustado em R\$ 476.741.382,85 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 153173 / 15253 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

(4) o valor foi ajustado em R\$ 21.548.426,71 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 173030 / 17202 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

(5) o valor foi ajustado em R\$ 643.645,06 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 254420 / 25201 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

(6) o valor foi ajustado em R\$ 446.968,77 devido a um lançamento incorreto feito pelo Ministério de Minas e Energia

(7) o valor foi ajustado em R\$ 1.069.097,36 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 153013 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO MARANHÃO

(8) o valor foi ajustado em R\$ 2.398.853,57 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 153013 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO MARANHÃO

(9) o valor foi ajustado em R\$ 10.743.203,36 devido a lançamentos incorretos feitos pela UG 806001 / 17205 - SERPRO-SEDE

(10) Os valores na coluna "Diferenças", referem-se a inconsistências na contabilização da Dívida Ativa.

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR ÓRGÃO SUPERIOR - TODAS AS GESTÕES DE RECURSOS**

(R\$ 1,00)

<b>ÓRGÃO SUPERIOR</b>	<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA</b>	<b>RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)</b>	<b>VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS (1)</b>	<b>CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA (2) (3)</b>	<b>ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA ATIVA (4) (5) (6) (7)</b>	<b>AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (8) (9)</b>	<b>ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS</b>	<b>ADJUDICAÇÃO, PREScrição E DESMENBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA</b>	<b>DIFERENÇAS (10)</b>	<b>SALDO ATUAL</b>
JUSTICA ELEITORAL	3.475,47	8.186,32	0,00	1.527,65	0,00	7.863,44	0,00	0,00	0,00	-3.184,24	14.813,34
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	0,00	46.200,00	0,00	0,00	0,00	61.505,51	0,00	0,00	0,00	0,00	107.705,51
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	0,00	459.859,64	0,00	142.892,01	0,00	39.148,77	0,00	0,00	0,00	-73.653,66	282.462,74
MINISTERIO DA FAZENDA	735.839.089.568,77	68.554.285.684,01	7.074.393.612,76	4.277.114.541,63	16.108.865.887,08	62.968.095.336,89	-7.421.436.502,59	874.663.510,06	571.717.553,61	14.379,41	831.033.293.361,35
MINISTERIO DA EDUCACAO	830.227.027,65	78.850.233,12	0,00	5.722,04	476.753.112,23	90.940.382,59	0,00	0,00	0,00	857,36	523.259.666,45
MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	245.117.094,03	5.252.064,03	19.177.317,36	-19.116.131,83	418.400,52	86.085,49	0,00	0,00	0,00	493.297,80	250.468.955,30
MINISTERIO DA JUSTICA	0,00	0,00	683.876,70	-683.876,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	91.816.332,65	47.310.188,57	3.938.060,29	-2.668.876,15	404.938,71	781.587,46	0,00	0,00	0,00	0,00	138.233.985,83
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	1.197.995.957,10	76.569.643,33	1.625.454.690,50	-1.622.822.443,70	6.572.685,34	55.557.275,83	-97.620.501,28	84.675,08	0,00	-10.214,67	1.223.202.553,09
MINISTERIO DA SAUDE	45.529.696,07	21.911.107,12	242.951,05	514.523,76	0,00	12.001.459,39	0,00	0,00	0,00	-574,02	78.684.213,75
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	1.224.318,87	0,00	25,97	67.933,82	1.259.437,80	7.374.313,57	0,00	0,00	0,00	0,00	7.271.234,85
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	24.849.839,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.849.839,49
MINISTERIO DA CULTURA	0,00	282.000,00	0,00	8.485,63	0,00	11.566,29	0,00	0,00	0,00	0,00	285.080,66
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	1.408.602.641,50	421.493.412,24	7,12	8.455.576,18	25.003.344,18	0,00	0,00	0,00	0,00	-29.535,50	1.796.607.590,76
MINISTERIO DA DEFESA	0,00	455.476,45	67.767,10	-6.436,30	1.478,37	129.304,52	0,00	0,00	0,00	0,00	521.971,80
<b>TOTAL</b>	<b>739.684.455.951,60</b>	<b>69.206.924.054,83</b>	<b>8.723.958.308,85</b>	<b>2.641.013.438,04</b>	<b>16.619.279.284,23</b>	<b>63.135.085.829,75</b>	<b>(7.519.057.003,87)</b>	<b>874.748.185,14</b>	<b>571.717.553,61</b>	<b>391.372,48</b>	<b>835.077.083.434,92</b>

Fonte: Siafi Gerencial - Mês 01/2009

(1) foram considerados os valores líquidos de deduções

(2) o valor foi ajustado em R\$ 5.360.396,36 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 173039 / 17203 - SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS

(3) o valor foi ajustado em R\$ 476.741.382,85 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 153173 / 15253 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

(4) o valor foi ajustado em R\$ 21.548.426,71 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 173030 / 17202 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

(5) o valor foi ajustado em R\$ 643.645,06 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 254420 / 25201 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

(6) o valor foi ajustado em R\$ 446.968,77 devido a um lançamento incorreto feito pelo Ministério de Minas e Energia

(7) o valor foi ajustado em R\$ 1.069.097,36 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 153013 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO MARANHÃO

(8) o valor foi ajustado em R\$ 2.398.853,57 devido a um lançamento incorreto feito pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

(9) o valor foi ajustado em R\$ 10.743.203,36 devido a lançamentos incorretos feitos pela UG 806001 / 17205 - SERPRO-SEDE

(10) Os valores na coluna "Diferenças", referem-se a inconsistências na contabilização da Dívida Ativa.

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - GESTÃO TESOURO**

(R\$ 1,00)

<b>UF</b>	<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA</b>	<b>RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA LÍQUIDO (1)</b>	<b>VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS (1)</b>	<b>CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA</b>	<b>ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA ATIVA (2) (3)</b>	<b>AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA</b>	<b>ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS</b>	<b>ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA</b>	<b>DIFERENÇAS</b>	<b>SALDO ATUAL</b>
AC	927.754.617,46	38.169.887,92	-	12.470.979,98	10.507.200,01	67.005.118,44	4.826.433,95	42.945,13	652.087,51	0	1.014.082.845,14
AL	6.328.495.085,80	416.922.790,36	-	64.005.798,85	67.678.269,92	519.213.928,31	1.340.602,93	349.955,47	1.396.912,65	0	7.132.541.470,51
AM	8.653.965.791,15	749.042.118,26	-	137.308.715,46	145.414.372,38	813.122.688,27	(253.333.845,47)	3.308.360,50	9.426.969,19	0	9.667.338.334,68
AP	859.928.243,98	81.918.659,96	-	20.277.976,49	14.990.457,77	92.159.218,66	(24.986.282,47)	164.862,37	-	0	973.586.543,50
BA	25.060.046.724,30	1.302.256.692,76	-	514.230.551,41	533.734.125,81	2.044.173.605,34	(169.991.357,53)	16.905.551,87	12.115.366,13	0	27.159.500.069,65
CE	13.103.584.064,69	882.216.396,14	-	170.349.913,20	309.851.482,32	938.116.939,51	(16.561.325,33)	10.819.567,74	1.109.213,17	0	14.415.225.898,58
DF	12.494.136.347,65	917.626.489,35	7.063.577.024,60	(6.872.340.879,70)	139.615.758,83	4.281.510.001,85	(1.924.956.398,94)	35.112.263,94	1.614.373,45	0	15.400.737.898,79
ES	11.347.642.849,93	1.236.352.514,08	-	167.582.136,87	312.222.561,04	1.090.636.273,43	(183.652.212,28)	9.813.193,77	40.866.771,96	0	12.960.494.761,52
GO	14.030.796.332,18	1.364.072.555,10	-	227.718.951,79	227.609.313,79	1.215.982.429,04	(106.814.788,05)	10.191.207,87	57.716.161,73	0	15.980.800.893,09
MA	5.384.314.575,17	267.254.693,03	-	87.252.544,26	126.294.425,62	531.775.227,73	73.757.880,90	7.310.947,84	5.225.340,40	0	6.031.019.118,71
MG	37.666.478.049,40	2.663.082.186,21	-	671.494.631,93	658.553.676,49	3.300.122.750,94	(25.150.934,58)	56.609.377,96	4.601.871,11	0	42.213.272.494,48
MS	5.636.275.484,42	399.717.873,34	-	141.482.217,10	167.576.491,17	409.854.162,94	(32.681.583,34)	7.992.292,11	1.811.973,62	0	6.094.302.963,36
MT	7.679.008.368,46	985.889.779,56	-	162.013.588,23	189.421.028,04	796.744.339,42	91.239.737,48	21.843.070,01	5.200.669,84	0	9.174.403.868,80
PA	11.630.987.164,09	1.162.156.884,95	-	171.279.011,20	3.105.338.966,85	1.072.484.005,65	740.528.133,87	3.412.943,80	58.562.309,79	0	11.267.562.956,92
PB	4.435.706.248,28	214.994.902,13	-	80.834.357,69	76.560.238,33	300.779.526,78	107.571.409,83	663.680,16	2.152.117,58	0	4.898.841.693,26
PE	19.703.938.853,72	1.275.116.615,70	-	202.278.416,65	359.765.638,50	1.762.492.886,98	273.211.412,25	32.821.691,86	5.579.868,43	0	22.414.314.153,21
PI	2.491.775.362,94	175.374.451,58	-	45.828.738,63	88.663.061,12	309.640.430,16	36.105.977,34	5.584.708,60	476.990,50	0	2.872.342.723,17
PR	31.877.637.448,18	2.170.185.913,58	-	612.104.770,06	806.023.687,11	2.628.133.311,77	(41.081.852,83)	67.199.597,02	64.276.310,42	0	35.085.270.456,09
RJ	92.725.990.312,74	7.047.837.765,22	25,97	1.334.854.730,12	2.538.147.924,76	7.591.530.585,55	(4.478.233.472,83)	85.833.038,47	29.026.332,88	0	98.899.263.138,48
RN	4.200.146.085,55	267.119.440,88	-	86.640.153,55	70.661.312,30	313.925.191,46	45.722.025,96	8.444.712,50	9.347.478,40	0	4.651.819.087,10
RO	3.181.883.724,36	199.228.729,80	-	64.672.556,29	68.821.760,79	219.431.331,67	(39.334.562,23)	15.952.462,02	70.641,26	(2.861,68)	3.411.688.941,56
RR	999.932.364,01	4.597.615.729,49	-	13.038.406,60	67.950.747,82	1.039.152.490,38	(5.390.279.223,61)	396.572,79	31.335.726,51	0	1.133.699.906,55
RS	38.487.152.267,27	2.333.946.901,94	-	732.138.570,73	925.542.299,59	3.463.320.885,83	402.030.983,43	96.175.267,45	38.002.123,37	0	42.894.592.777,33
SC	19.687.229.492,39	1.791.709.449,61	-	420.746.753,36	534.852.842,62	1.715.892.058,67	238.815.416,84	70.281.279,46	46.552.451,31	0	22.361.213.090,76
SE	2.753.035.521,92	169.714.987,36	-	62.254.855,61	62.389.923,89	258.634.025,97	(20.604.546,31)	1.557.039,08	13.168.104,52	0	3.021.410.065,84
SP	350.956.277.511,02	35.344.305.019,04	-	4.912.461.173,11	4.444.866.365,95	25.844.436.517,55	3.286.859.920,18	295.158.763,06	131.428.381,70	(322,56)	405.647.963.961,41
TO	2.106.013.771,81	191.264.366,61	-	36.332.754,55	42.575.150,54	213.559.422,28	(15.784.051,75)	14.602,31	1.006,18	0	2.416.129.995,37
<b>TOTAL</b>	<b>734.410.132.662,87</b>	<b>68.245.093.793,96</b>	<b>7.063.577.050,57</b>	<b>4.279.312.374,02</b>	<b>16.095.629.083,36</b>	<b>62.833.829.354,58</b>	<b>(7.421.436.502,59)</b>	<b>863.959.955,16</b>	<b>571.717.553,61</b>	<b>(3.184,24)</b>	<b>829.193.420.107,86</b>

Fonte: Siafi Gerencial - Mês: 01/2009

(1) foram considerados os valores líquidos de deduções

(2) o valor foi ajustado em R\$ 465,97 devido a um lançamento incorreto feito pela Justiça Federal - DF

(3) o valor foi ajustado em R\$ 446.968,77 devido a um lançamento incorreto feito pelo Ministério de Minas e Energia - DF

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR ÓRGÃO SUPERIOR - GESTÃO TESOURO**

(R\$ 1,00)

<b>ÓRGÃO SUPERIOR</b>	<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA</b>	<b>RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)</b>	<b>VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS (1)</b>	<b>CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA</b>	<b>ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA ATIVA (2) (3)</b>	<b>AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA</b>	<b>ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS</b>	<b>ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMENBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA</b>	<b>DIFERENÇAS</b>	<b>SALDO ATUAL</b>
JUSTICA ELEITORAL	3.475,47	8.186,32	0,00	1.527,65	0,00	7.863,44	0,00	0,00	0,00	-3.184,24	14.813,34
MINISTERIO DA FAZENDA	734.410.129.187,40	68.245.085.607,64	7.062.650.196,85	4.280.237.700,09	16.095.629.083,36	62.833.821.491,14	-7.421.436.502,59	863.959.955,16	571.717.553,61	0,00	829.193.405.294,52
MINISTERIO DA JUSTICA	0,00	0,00	683.876,70	-683.876,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTERIO DA SAUDE	0,00	0,00	242.951,05	-242.951,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	0,00	0,00	25,97	-25,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>734.410.132.662,87</b>	<b>68.245.093.793,96</b>	<b>7.063.577.050,57</b>	<b>4.279.312.374,02</b>	<b>16.095.629.083,36</b>	<b>62.833.829.354,58</b>	<b>(7.421.436.502,59)</b>	<b>863.959.955,16</b>	<b>571.717.553,61</b>	<b>(3.184,24)</b>	<b>829.193.420.107,86</b>

Fonte: Siafi Gerencial - Mês 012/2009

(1) foram considerados os valores líquidos de deduções

(2) o valor foi ajustado em R\$ 465,97 devido a um lançamento incorreto feito pela Justiça Federal

(3) o valor foi ajustado em R\$ 446.968,77 devido a um lançamento incorreto feito pelo Ministério de Minas e Energia

## **2.12.2. Dívida Ativa da Administração Indireta (Autarquias e Fundações)**

Os demonstrativos a seguir foram encaminhados pelos Ministérios aos quais são vinculadas as fundações e autarquias que apresentam valores inscritos em Dívida Ativa.

### **Ministério das Comunicações**

**DADOS DA DÍVIDA ATIVA – 2009 - ANATEL  
VALOR INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA ATÉ 31/12/2009<sup>1</sup>**

FUNDO	VALOR (R\$)
ANATEL	481.219,11
FISTEL	249.139.115,98
FUST	202.871.650,10
<b>TOTAL</b>	<b>452.491.985,19</b>

**VALOR ARRECADADO DE DÍVIDA ATIVA  
NO ANO DE 2009<sup>2</sup>**

FUNDO	VALOR (R\$)
ANATEL	172,52
FISTEL	2.907.330,22
FUST	197.632,35
<b>TOTAL</b>	<b>3.105.135,09</b>

<sup>1</sup> Valor Atualizado de todos os lançamentos inscritos em Dívida Ativa da Anatel até 31/12/2009

<sup>2</sup> Valor Arrecadado em 2009 de lançamentos inscritos em Dívida Ativa da Anatel até 31/12/2009

### **Ministério da Defesa**

#### ***Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM***

A CCCPM, autarquia federal vinculada ao Ministério da Defesa e supervisionada pelo Comando da Marinha, tem como missão facilitar a aquisição da moradia própria para o pessoal da Marinha do Brasil, o que representa o atendimento de direito social previsto no art. 6º da CF/88. Como agente do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), a CCCPM submete-se aos ditames da Lei nº 4.380/64 e demais legislações de referência. No tocante à execução de garantias hipotecárias, segue-se o contido na Lei nº 5.741/71, enquanto que para execução fiduciária, recorre-se à Lei nº 9.514/97.

A Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha possui uma forma própria de acompanhamento de seus recebíveis, mediante sistema informatizado denominado Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI), serviço específico para apoio a agentes financeiros do SFH. Este sistema gerencia a concessão de crédito e a cobrança dos encargos mensais dos contratos para inclusão de descontos em folha de pagamento. Por esta razão, é muito raro que os mutuários não honrem o pagamento de encargos de financiamento. Quando ocorre, segue-se a regra de emissão de notificações (avisos), em fase de

cobrança administrativa que, se não atendidas, resultarão em cobrança judicial. O devedor em mora ou inadimplente ainda se sujeita à inclusão de seu nome em cadastro de proteção ao crédito mantido pela Serasa.

Cabe ressaltar que o mutuário inadimplente da CCCPM, além de suportar o gravame (direito real em garantia) sobre seu imóvel, sujeito a perdê-lo, motivação maior para que salde seus débitos, ainda estaria sujeito à penalidade de ser inscrito como devedor em controle da dívida ativa, o que atentaria contra o Princípio Non bis in idem, também aplicável aos atos da Administração, dada a dupla penalização pelo mesmo fato, já que o cidadão inscrito em dívida ativa tem restrições cadastrais mais gravosas, o que não ocorre com mutuários de outros agentes públicos, mormente a Caixa Econômica Federal, o que pode provocar o afastamento de pretendentes e o esvaziamento da atividade já desenvolvida há sete décadas.

Ainda que se considere necessária a inscrição desses créditos imobiliários não pagos em dívida ativa, existe óbice para processar tal tarefa. A representação judicial da autarquia é exercida pela Procuradoria-Geral Federal e seus órgãos subordinados, para os quais a CCCPM oficializa solicitações de aforamento, a fim de que demandem esses devedores em mora no foro da Justiça Federal, sem a conotação de execução fiscal, mas segundo o rito previsto em leis específicas para o contrato de garantia firmado (hipoteca ou alienação fiduciária). Consultas realizadas pela CCCPM possibilitaram verificar que, para inscrição de débitos em dívida ativa, aqueles órgãos ainda dependem da operacionalização do Sief-DAU (Dívida Ativa da União), módulo integrante do Sistema Integrado de Informações Econômicas Fiscais (Sief), com previsão de prontificação para 2011.

Assim, o que a CCCPM pratica, em termos de acompanhamento de contratos, controle de créditos imobiliários, apuração de débitos, cobrança amigável e judicial, tem similaridade com a forma de proceder prevista na Lei de Execução Fiscal, mas com observância a outras leis. Isto representa uma conveniente adaptação à peculiar atuação da autarquia para suplantar os diversos conflitos de normas e proporcionar a equidade no tratamento de seus mutuários. Fato é que os agentes da CCCPM são norteados pelo sentimento de preservação contra danos ao Erário, dosando-se a sensibilidade necessária para lidar com o problema de grande relevância social, que é a necessidade de moradia digna para o pessoal da Marinha.

#### ***Fundação Osório***

O ajuizamento e o parcelamento das dívidas, de forma a possibilitar seu pagamento, são medidas adotadas pela Fundação Osório para melhora na sistemática de recuperação de créditos, com vistas ao atendimento do art. 58 da LRF. O quadro abaixo demonstra a relação de processos ajuizados, bem como os recolhidos em 2008 e 2009.

**DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DA DÍVIDA ATIVA  
NO EXERCÍCIO DE 2008 E 2009 / VALORES RECOLHIDOS**

(R\$ 1,00)

ÓRGÃO	PROCESSO	SITUAÇÃO	2008	2009
INSS	35.537.371.8	Ajuizado e Parcelado na Forma de MP 303/2006	26.841,14	28.391,67
INSS	35.537.372.6	Ajuizado e Parcelado na Forma de MP 303/2006	290.143,82	189.000,00
Pasep	352003.51.01.547402.3000	Não Ajuizado	-	-
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>316.984,96</b>	<b>217.391,67</b>

Fonte: Fundação Osório

**Agência Nacional de Aviação Civil - Anac**

No que concerne aos dados atinentes à dívida ativa a favor da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac - foram inscritos, no exercício de 2009, 130 créditos relativos a 71 devedores. Desses, houve a quitação parcial ou integral de 18 créditos e o parcelamento de 17 créditos, o que representa uma arrecadação de R\$ 90.238,90 (noventa mil duzentos e trinta e oito reais e noventa centavos) em favor da Agência, e de R\$14.781,56 (quatorze mil setecentos e oitenta e um reais e cinqüenta e seis centavos), a título de encargo legal, cuja destinatária final é a União (Advocacia-Geral da União/Procuradoria-Geral Federal).

Ressalte-se ainda que os créditos inscritos em dívida ativa ou parcelas destes pendentes de adimplemento perfazem, atualmente, o montante de R\$ 522.263,79 (quinhentos e vinte e dois mil duzentos e sessenta e três reais e setenta e nove centavos), que, acrescidos do encargo legal de 20%, passível, porém, de redução para 10% na eventual ocorrência da hipótese prevista no artigo 3º do Decreto-lei n.º 1.569/1977, totaliza R\$ 626.716,54 (seiscentos e vinte e seis mil setecentos e dezesseis reais e cinqüenta e quatro centavos).

Além disso, houve o ajuizamento de ações de execução fiscal relativas a 69 (sessenta e nove) créditos inscritos em dívida ativa, no montante de R\$ 423.991,60 (quatrocentos e vinte e três mil novecentos e noventa e um reais e sessenta centavos) que, acrescidos de 20% a título de encargo legal, resulta na importância de R\$ 508.789,92 (quinhentos e oito mil setecentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos). Os recebimentos relativos aos créditos objeto de execução fiscal, por sua vez, totalizam R\$ 64.359,96 (sessenta e quatro mil trezentos e cinqüenta e nove reais e noventa e seis centavos) em favor da agência e R\$ 12.088,73 (doze mil e oitenta e oito reais e setenta e três centavos) em prol da União (AGU/PGF).

Visando aprimorar os procedimentos de arrecadação dos créditos inscritos em dívida ativa, a Anac procedeu à criação de Gerência Técnica, com competência para exercer as atividades de inscrição em dívida ativa no âmbito da Procuradoria Federal junto à Anac; o desenvolvimento do Sistema de Gestão Integrada dos Créditos – Sigec; bem como a centralização das atividades de inscrição em dívida ativa nas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais, em cumprimento às disposições do artigo 22 da Lei n.º 11.457/2007 e artigo 10, parágrafos 11 e 12, da Lei n.º 10.480/2002.

**Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio**

**Instituto Nacional de Metrologia, Normalização E Qualidade Industrial – Inmetro**

Segue o demonstrativo da Dívida Ativa do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) no período de 2008 e 2009:

**DEMOSTRATIVO DÍVIDA ATIVA INMETRO**

(R\$ 1,00)

MONTANTE	2008	2009
Parcelado	620.388,52	1.973.450,15
Não parcelado	4.818.762,16	8.730.690,50
Inscritos	35.987.814,24	34.886.352,22
Arrecadado	24.479.213,15	18.705.223,85

Fonte: Inmetro

No que tange às informações do montante de créditos ajuizados, a Autarquia está impossibilitada de responder, tendo em vista a assunção da representação judicial pela Advocacia Geral da União (AGU).

Em relação às medidas adotadas para melhoria na sistemática de recuperação de créditos da União, em atendimento ao art. 58 da Lei Complementar nº 101/2000, cumpre elencar o seguinte:

- Sistema de Informática: considerando a assunção da representação extrajudicial e judicial da AGU, bem como a publicação da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que alterou a redação da Lei nº 9.469/97 e da Lei n.º 10.522/02 e, considerando que a AGU não dispõe de sistema informatizado para o controle do montante dos créditos das Autarquias, foi emitida a Portaria Conjunta Inmetro e AGU nº 03/09, que disponibilizou o acesso aos Procuradores Federais ao nosso Sistema de Gestão de Integrada (SGI), visando à emissão e acompanhamento do Guia de Recolhimento da União (GRU), bem como à inscrição em dívida ativa e acompanhamento das ações ajuizadas. A referida Portaria Conjunta disponibilizou, ainda, à AGU a força de trabalho já existente no Inmetro (Superintendências de Goiás e do Rio Grande do Sul) e na Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade/Inmetro (RBMLQ-I), no intuito de facilitar o procedimento de pedidos de parcelamento - já que o Instituto possui estrutura organizada para tanto e para acompanhar o pagamento e o envio das GRUs parceladas mês a mês aos solicitantes (via correio ou internet);

• Treinamentos: para efetivação do uso do SGI pelos Procuradores Federais, foi necessária a realização de treinamentos regionalizados em todo o Brasil, incluindo o pagamento de diárias e passagens aos Procuradores Federais participantes;

• Oficina de Trabalho: nos dias 15 e 16 de outubro de 2009, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro a Oficina de Trabalho com o tema “Recuperação de Créditos do Inmetro”, que reuniu representantes do setor financeiro, jurídico e de informática de toda a RBMLQ-I e das Superintendências do Inmetro, com o objetivo primordial de apresentar e elucidar todas as alterações legislativas ocorridas no período e, principalmente, em relação à utilização (aplicação) da taxa Selic e ao fluxo de informações com a AGU.

O envio de Certidões de Dívida Ativa (CDAs) do Inmetro para protesto de títulos, disciplinados pela Lei nº 9.492/97 e pela Portaria Inmetro nº 205/06, foram suspensos por determinação da AGU, em junho de 2009, e estão no aguardo de novas diretrizes.

O montante de créditos referentes à Dívida Ativa da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) estão discriminados conforme demonstrativo a seguir:

#### DEMONSTRATIVO DÍVIDA ATIVA SUFRAMA

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	RS 1,00
Inscritos	128.157,86	5.252.064,03	
Parcelados	119.660,73	72.997,04	
Ajuizados	107.9883,46	31.075,44	
Não Ajuizados	11.677,27	41.921,60	
Reativação de Parcelamento	-	34.565,24	
Ajuizados	-	24.872,42	
Não Ajuizados	-	9.692,82	
Concluídos por Parcelamento	20.983,45	49.975,42	
Ajuizados	20.983,45	20.609,55	
Não Ajuizados	-	29.365,42	

Fonte: SIAFI/CGORF /PROJU - Suframa

Foram adotadas as seguintes medidas para melhoria na sistemática de recuperação de créditos da União, em atendimento ao art. 58 da Lei Complementar nº 101/2000:

- Disponibilização de emissão de boletos de parcelamento individualizados por empresa inscrita do Sistema de Dívida Ativa com a finalidade de facilitar a quitação dos débitos;
- Atualização do sistema conforme a determinação da Procuradoria Geral Federal PGF constante da Portaria nº 954/2009;
- Acréscimo dos encargos legais nas certidões de dívida ativa no valor de 20%, conforme mudança na legislação introduzida pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- Inscrição de pessoa física no sistema da Dívida, atendendo os Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU); e
- Inserção de reparcamento de parcelamentos cancelados em virtude de atrasos nos pagamentos.

Ministério da Educação

Órgão: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - 26244

CRÉDITOS		ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009
Parcelados	Ajuizado	-	-	-	-
	Não Ajuizado	-	-	-	-
Não Parcelados	Ajuizado	R\$ 2.147.113,97	R\$ 2.348.558,88	-	-
	Não Ajuizado	R\$ 173.518,55	R\$ 191.250,41	-	-

Órgão: Universidade Federal de Itajubá - 26261

CRÉDITOS		ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009
Parcelados	Ajuizado	-	-	-	-
	Não Ajuizado	-	-	-	-
Não Parcelados	Ajuizado	R\$ 46.171,55	R\$ 15.862,77	30308,78	-
	Não Ajuizado	R\$ 3.957,80	R\$ 9.898,88	-	-

A unidade informou que os valores constantes no demonstrativo não se encontram registrados no Siafi

Órgão: Fundação Joaquim Nabuco - 26292

(R\$ 1,00)

CRÉDITOS		ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009
Parcelados	Ajuizado	-	-	-	-
	Não Ajuizado	-	-	-	-
Não Parcelados	Ajuizado	-	R\$ 56.908,13	-	-
	Não Ajuizado	-	R\$ 1.718,04	-	-

Órgão: Universidade Federal do Vale do São Francisco -26230

(R\$ 1,00)

CRÉDITOS		ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009
Parcelados	Ajuizado	-	-	-	-
	Não Ajuizado	-	-	-	-
Não Parcelados	Ajuizado	-	-	-	-
	Não Ajuizado	R\$ 31.966,49 (*)	-	-	-

\*Processo 23402.000196/2009-51, já instruído restando apenas ajuizamento da dívida.

Informação de 14/01/2009

Órgão: Universidade Federal de Santa Maria

(R\$ 1,00)

CRÉDITOS		ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009
Parcelados	Ajuizado				
	Não Ajuizado				
Não Parcelados	Ajuizado	R\$ 1.800,45 (Ação 2008.71.02.001544-9) R\$ 86.157,36 (Ação 96.11.01789-1) R\$ 3.1760,05 (Ação 2004.71.02.004428-6) R\$ 89.717,53 (Ação 200.71.02.001510-3)		R\$ 2.400,00	
	Não Ajuizado		R\$ 1.275.266,78		

No que se refere ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a entidade informou:

RELAÇÃO DAS COBRANÇAS INSCRITAS EM DÍVIDA ATIVA NO PERÍODO DE 01/01/2008 a 31/12/2008

(R\$ 1,00)

SITUAÇÃO	PRINCIPAL (A)	JUROS (B)	MULTA (C)	TOTAL (A + B + C)	VALOR PAGO	SALDO DEVEDOR
ENVIADO PARA AJUIZAMENTO	39.518.548,37	43.559.450,99	4.885,12	83.082.884,48	0,00	83.082.884,48
INSUBSTINTE	17.178,54	37.118,18	256,44	54.553,16	0,00	54.553,16
LIQUIDADO	71.229,65	36.000,89	0,00	107.230,54	0,00	107.230,54
<b>TOTAL</b>	<b>39.606.956,56</b>	<b>43.632.570,06</b>	<b>5.141,56</b>	<b>83.244.668,18</b>	<b>0,00</b>	<b>83.244.668,18</b>

Fonte: Procuradoria Federal junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

RELAÇÃO DAS COBRANÇAS INSCRITAS EM DÍVIDA ATIVA NO PERÍODO DE 01/01/2009 a 22/12/2009

(R\$ 1,00)

SITUAÇÃO	PRINCIPAL (A)	JUROS (B)	MULTA (C)	TOTAL (A + B + C)	VALOR PAGO	SALDO DEVEDOR
ENVIADO PARA AJUIZAMENTO	38.322.380,83	45.235.459,98	7.514,88	83.565.355,69	0,00	83.565.355,69
INSUBSTINTE	144.540,00	106.036,70	0,00	250.576,70	0,00	250.576,70
LIQUIDADO	342.817,98	636.717,02	0,00	979.535,00	0,00	979.535,00
<b>TOTAL</b>	<b>38.809.738,81</b>	<b>45.978.213,70</b>	<b>7.514,88</b>	<b>84.795.467,39</b>	<b>0,00</b>	<b>84.795.467,39</b>

Fonte: Procuradoria Federal junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), autarquia vinculada ao MEC - informou estar em fase de implantação, na Procuradoria-Geral Federal, um sistema provisório de registro centralizado da Dívida Ativa das autarquias e fundações públicas federais para cumprir a determinação contida no artigo 22, da Lei nº 11.457, de 16/03/2007. Ainda no que tange à Capes, a representação judicial na 1ª Região, que abrange 14 Estados (AC; AM; AP; BA; DF; GO; MA; MG; MT; PA; PI; RO; RR; e TO), foi assumida pela respectiva Procuradoria Regional, consoante artigo 10, § 11, da Lei nº 10.480, de 02/07/2002, e Portaria PGF nº 261, de 12/03/2009. Desde sua publicação, os processos judiciais derivados dos créditos da Capes passaram a ser ajuizados por aquela Regional.

Entre 2008 e março de 2009 a Procuradoria Federal junto à Capes iniciou ação de reparação de dano e ações de execução de Acórdãos do TCU, cujos créditos totalizavam em dezembro de 2009 cerca de R\$ 1.160.000,00 (Hum milhão, cento e sessenta mil Reais). Parte do crédito, porém, é ainda discutível e quase sua totalidade é irrecuperável, tendo em vista que os devedores não possuem patrimônio compatível com as dívidas.

Por este motivo não houve especificação nas Informações para o PCPR 2008. Para atender ao disposto no artigo 58, da LC 101, de 04/05/2000, seria o caso de abordar apenas os parcelamentos administrativos, acompanhados pela Auditoria, nos quais é possível discriminar os valores recebidos e os remanescentes.

#### **Medidas adotadas para melhoria na sistemática de recuperação de créditos da União, com vistas ao atendimento do art. 58 da Lei Complementar nº 101/2000.**

No que se refere às medidas adotadas para melhoria da sistemática de recuperação de créditos da União, com vistas ao atendimento do art. 58 da Lei Complementar nº 101/2000, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação informou que a dívida ativa tributária do FNDE - salário-educação - foi transferida para a União em 01 de abril de 2008, por força do art. 16 da Lei nº 11.457/2007. Desde então, o FNDE não possui mais dívida ativa tributária.

A dívida ativa não tributária do FNDE, por força do art. 10 da Lei nº 10.480/2002 e art. 22 da Lei nº 11.457/2007, é arrecadada pela Procuradoria Geral Federal - PGF que, em março de 2009, editou a Portaria nº 267, que centralizou a inscrição e cobrança judicial da dívida ativa não tributária do FNDE na Procuradoria Regional Federal da 1ª Região (PRF da 1ª Região).

Devido à Centralização da Cobrança e Recuperação de Créditos das Autarquias e Fundações Públicas Federais nas Procuradorias Federais Regionais, nos Estados e Escritórios de Representação, as informações sobre a melhoria na sistemática da recuperação de créditos da União, no que se refere à Universidade Federal de Santa Maria, foram fornecidas pelo Escritório de Representação da PRF da 4ª Região em Santa Maria/ RS, quais sejam:

- A integração de sistemas de informações mantidos por Órgãos Públicos, como Junta Comercial, Departamento Nacional de Trânsito, Cadastro de propriedade de Veículos, Informações de Contribuintes da Receita Federal, informações vinculadas a endereços que possibilitem a localização de devedores;

- Acordos de Cooperação firmados entre a Advocacia-Geral da União e Receita Federal do Brasil para acesso por parte de Procuradores Federais a dados úteis à localização de bens e endereços de devedores;

- Disponibilização aos Procuradores Federais de acesso ao sistema INFOSEG, ferramenta que congrega informações de Órgãos de Fiscalização, Polícia e Justiça, indispensáveis à efetividade do processo de cobrança de créditos da UFSM, bem como na defesa de ações ordinárias.

#### **Ministério da Fazenda**

##### ***Comissão de Valores Mobiliários***

O valor referente à arrecadação de valores não parcelados e ajuizados de 2008 apresentou variação positiva, eis que detectados e considerados depósitos judiciais convertidos em renda para a CVM\*.

\*Conforme esclarecido na nota de nº 2 do relatório apresentado em 19 de fevereiro de 2009 para o mesmo exercício.

Considerando que os pagamentos recebidos referentes a parcelamentos envolvem valores consolidados nos quais são integrantes créditos ajuizados e não ajuizados, as informações referentes à arrecadação não podem ser discriminadas em ajuizadas e não ajuizadas. Dessa maneira, são apresentados totais referentes às arrecadações relacionadas a parcelamentos de 2008 e 2009.

Em relação ao estoque de dívida ativa referente ao exercício 2008, foram procedidas correções nas respectivas colunas, sem prejuízo de sua totalização final em virtude de terem sido considerados no relatório apresentado em fevereiro de 2009, nos tópicos referentes a "ajuizados", processos inscritos em dívida ativa e que ainda não haviam sido ajuizados, procedendo-se, pois, ao remanejamento pertinente.

Não foram detectados nos sistemas pagamentos para multas não parceladas e não ajuizadas no exercício 2009.

Em atenção ao que dispõe o artigo 58 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e em consonância com as orientações normativas da Procuradoria Geral Federal, foram e continuam sendo adotadas medidas com vistas ao acesso a cadastros públicos e particulares para busca de bens dos devedores, à disponibilização do parcelamento dos débitos, na forma da lei, bem como à utilização da penhora "on line" via BACENJUD.

(R\$ 1,00)

CVM - DÍVIDA ATIVA (TAXA)		ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009
Parcelados	Ajuizado	10.108.983,41	13.802.749,71	1.796.093,35	2.483.295,28
	Não ajuizado	5.626.613,85	3.827.891,49		
Não parcelados	Ajuizado	367.256.423,87	420.048.087,06	4.876.165,05	4.194.482,09
	Não ajuizado	120.736.886,43	65.949.628,42	301.234,34	380.598,48

(R\$ 1,00)

CVM - DÍVIDA ATIVA (MULTA)		ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009
Parcelados	Ajuizado	3.844.497,02	5.474.292,27	1.102.214,08	1.370.902,94
	Não ajuizado	2.539.055,01	2.357.089,76		
Não parcelados	Ajuizado	194.830.938,88	213.175.143,81	762.763,39	1.937.013,14
	Não ajuizado	34.823.540,56	115.409.082,67	5.147,79	0,00

(R\$ 1,00)

CVM - DÍVIDA ATIVA (TAXAS E MULTAS)		ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009
Parcelados	Ajuizado	13.953.480,43	19.277.041,98	2.898.307,43	3.854.198,22
	Não ajuizado	8.165.668,86	6.184.981,25		
Não parcelados	Ajuizado	562.087.362,75	633.223.230,87	5.638.928,44	6.131.495,23
	Não ajuizado	155.560.426,99	181.358.711,09	306.382,13	380.598,48

***Superintendência de Seguros Privados - SUSEP***

Informações sobre a Dívida Ativa gerida pela SUSEP em 2008 e 2009, envolvendo o montante dos créditos parcelados e não parcelados, discriminando os valores ajuizados e não ajuizados, e respectiva arrecadações:

**SUSEP - DÍVIDA ATIVA (MULTAS, TAXAS E OUTROS)**

(R\$ 1,00)

DÍVIDA ATIVA	QUANTIDADE	SOMATÓRIOS DOS VALORES ORIGINAIS	SOMATÓRIOS DOS VALORES INSCRITOS
Dívidas Inscritas - 2008	690	20.012.626,59	23.431.544,75
Dívidas Inscritas - 2009	158	38.888.292,52	43.156.445,28
<b>TOTAL</b>	<b>848</b>	<b>58.900.919,11</b>	<b>66.587.990,03</b>

**SUSEP - DÍVIDA ATIVA (MULTAS, TAXAS E OUTROS)**

(R\$ 1,00)

DÍVIDA ATIVA	QUANTIDADE	SOMATÓRIOS DOS VALORES INSCRITOS	SOMATÓRIOS DOS VALORES AJUIZADOS
Dívidas Ajuzadas 2008	111	1.306.455,30	4.348.360,05
Dívidas Ajuzadas 2009	198	5.275.412,84	5.628.580,92
<b>TOTAL</b>	<b>309</b>	<b>6.581.868,14</b>	<b>9.976.940,97</b>

**SUSEP - PARCELAMENTO DE DÉBITOS INSCRITOS**

(R\$ 1,00)

DÍVIDA ATIVA	DATA DA INSCRIÇÃO	VALOR INSCRITO	VALORES CONSOLIDADO
Dívida Parcelada 2008	25/6/2008	10.046,70	11.146,41
Dívida Parcelada 2009		0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>10.046,70</b>	<b>11.146,41</b>

**QUANTIDADE DE DEVEDORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO E OS RESPECTIVOS MONTANTES FINANCEIROS**  
(R\$ 1,00)

	2005		2006		2007		2008		2009	
	QTD.	VALOR*	QTD.	VALOR*	QTD.	VALOR*	QTD.	VALOR*	QTD.	VALOR*
<b>Auto</b>	12	106.321,97	58	4.240.496,32	70	1.031.597,72	9	140.000,00	0	0,00
<b>Denúncia</b>	66	1.116.380,26	71	6.711.887,88	67	2.387.100,93	7	35.467.402,52	1	17.000,00
<b>Representação</b>	143	3.964.156,92	155	2.617.750,84	166	4.925.764,21	48	1.654.882,71	0	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>221</b>	<b>5.186.859,15</b>	<b>284</b>	<b>13.570.135,04</b>	<b>303</b>	<b>8.344.462,86</b>	<b>64</b>	<b>37.262.285,23</b>	<b>1</b>	<b>17.000,00</b>

Fonte: 18/01/2010 - base de dados de penalidades e Sistema de Dívida Ativa da SUSEP

\* Apenas as dívidas relativas a multas, e considerados os valores originários das multas, sem a correção a datas presentes.

Cabe destacar que a SUSEP está em fase final de desenvolvimento de um protótipo web para cálculo da atualização da dívida. Parte do sistema ainda encontra-se em homologação. O objetivo é disponibilizar consulta na WEB para qualquer unidade externa que tenha interesse e permissão para acessar as informações. A partir desta rotina, será desenvolvido um aplicativo intranet para fins de atualização das penalidades julgadas e para fins de inclusão na dívida ativa de forma a evitar divergências nos cálculos. Com isso, qualquer tipo de relatório de conciliação poderá ser obtido de forma rápida, pois o processo foi elaborado de forma a ser utilizado tanto pelas aplicações WEB quanto para os sistemas convencionais.

### Banco Central do Brasil

DEVEDORES ATIVOS NO CADIN PELO BACEN DE 2005 A 2009, MANTIDOS				
COM DÍVIDA NO BACEN (INCLUSIVE NÃO COBRADAS)				SEM DÍVIDA NO BACEN A PARTIR DE VENCIDA HÁ MAS DE 75 DIAS
ANO	PESSOA JURÍDICA	DÍVIDA (I)	PESSOA FÍSICA	DÍVIDA (I)
2009	326	R\$ 753.798.781,39 (II)	21	R\$ 1.134.039,80
2008	199	R\$ 182.443.590,29	20	R\$ 564.375,83
		R\$ 758.942.627,58 (III)		
2007	162		15	R\$ 7.127.712,52
2006	208	R\$ 579.552.399,46	22	R\$ 7.344.414,63
2005	199	R\$ 750.197.632,09 (IV)	24	R\$ 21.768.285,03 (V)
<b>TOTAL</b>	<b>1.094</b>	<b>R\$ 3.024.935.030,81</b>	<b>102</b>	<b>R\$ 37.938.827,81</b>

#### TOTAL GERAL

DEVEDORES INSCRITOS NO CADIN DE 2005-2009, MANTIDOS EM 05/01/2010: 1.225

DÍVIDA TOTAL DOS DEVEDORES INSCRITOS NO CADIN ENTRE 2005-2009, MANTIDOS EM 05/01/2010: 3.062.873.858,62

(I) Dívidas não cobradas judicialmente por força da Lei 11.371/2006 não foram somadas.

(II) O Banco Pontual possui dívida registrada no BCJUR, Termo 0172/2009, no valor de R\$ 615.610.241,35.

(III) A Interunion S/A Corretora de TVM e Câmbio, possui dívida registrada no BCJUR, Termo 0249/2006, no valor de R\$ 508.852.650,85.

(IV) A Chaves Administração e Participações S.A. possui dívida registrada no BCJUR, Termo 0092/2002, no valor de R\$ 192.990.427,85; e a Votoserv Empreendimentos e Participações Ltda., possui dívida registrada no BCJUR, Termo 0033/2005, no valor de R\$ 92.510.751,38.

(V) Paulo Roberto Rodrigues Teixeira possui dívida registrada no BCJUR, Termo 0163/2005, no valor de R\$ R\$ 12.589.044,71.

Fonte: \\sbcdf060\\DESIG- Pré-Cadin\\2010\_01\_05

### Ministério da Justiça

#### Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE

C R É D I T O S	ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009
Parcelados	Ajuizado	-	-	125.766,77
	Não ajuizado	-	103.068.180,00	11.322.917,29
Não parcelados	Ajuizado	359.518.630,35	379.342.506,24	51.207.379,25
	Não ajuizado	-	-	1.458.596,47

Fonte: CADE/MJ

### Ministério do Meio Ambiente

#### Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA

Demonstração da Dívida Ativa gerida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 2008 e 2009, envolvendo o montante dos créditos parcelados e não parcelados, com a discriminação dos valores ajuizados e os não ajuizados, e respectivas arrecadações:

(R\$ 1,00)

PROCEDIMENTO	MOEDA	QTD.	VALOR ORIGINAL	ARRECADAÇÃO EM PAGAMENTO INTEGRAL 2008	ARRECADAÇÃO EM PAGAMENTO PARCELADO 2008	ARRECADAÇÃO EM PAGAMENTO INTEGRAL 2009	ARRECADAÇÃO EM PAGAMENTO PARCELADO 2009
Ajuizados 2009	Cruzeiro (74 a 86)	1	1.671.060,00				
Ajuizados 2009	Cruzeiro (90 a 93)	2	7.773.481,80				
Ajuizados 2009	Real	11.942	200.071.234,68			4.725,39	18.621,45
Ajuizados 2009	UFIR	9	6.000,00				
Sub-Total		<b>11.954</b>				<b>4.725,39</b>	<b>18.621,45</b>
Divida Ativa 2009	Cruzeiro (74 a 86)	1	1.671.060,00				
Divida Ativa 2009	Cruzeiro (90 a 93)	2	8.047.740,00				
Divida Ativa 2009	Cruzeiro Real	1	46.000,00				
Divida Ativa 2009	Real	14.949	236.706.116,91			4.195,00	16.300,23
Divida Ativa 2009	UFIR	4	4.308,50				
Sub-Total		<b>14.956</b>				<b>4.195,00</b>	<b>16.300,23</b>
Ajuizados 2008	Cruzeiro (90 a 93)	3	116.272.182,00				
Ajuizados 2008	Real	13.988	264.502.557,99	585.341,02	1.624.173,85	14.229,97	12.938,16
Ajuizados 2008	UFIR	5	779,13				
Sub-Total		<b>13.996</b>		<b>585.341,02</b>	<b>1.624.173,85</b>	<b>14.229,97</b>	<b>12.938,16</b>
Divida Ativa 2008	Cruzado Novo	1	6.170,00				
Divida Ativa 2008	Cruzeiro (90 a 93)	2	1.252.160,00		586,15		
Divida Ativa 2008	Real	26.076	492.596.419,74	1.684.577,34	2.464.709,30	7.035,80	20.687,27
Divida Ativa 2008	UFIR	3	2.269,57	87,61			
SUB-TOTAL		<b>26.082</b>		<b>1.684.664,95</b>	<b>2.465.295,45</b>	<b>7.035,80</b>	<b>20.687,27</b>

As Medidas adotadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama para a melhora na sistemática de recuperação de créditos da União, com vistas ao atendimento do art. 58 da Lei Complementar nº 101/2000:

- Foi efetivada, mediante edição de portaria, a centralização da cobrança de Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA na Coordenação de Arrecadação do Ibama, o que tem propiciado maior elevação de cobrança e arrecadação do tributo.
- A partir da publicação do Decreto nº 6514/08 e edição da IN nº 14/09, se prevê expressiva redução do intercurso entre a aplicação da multa por infração ambiental e a sua execução.
- A alteração da Lei nº 10.522/00 determinando a competência da inscrição na Dívida Ativa da União e Cobrança Judicial para a Procuradoria Geral Federal – PGF representa um ganho, uma vez que o corpo técnico vem se tornando mais expressivo e melhor direcionado.

A contratação de empresa de informática proporcionou o desenvolvimento e a implementação de melhorias nas rotinas e procedimentos de sistemas corporativos, como Arrecadação, Fiscalização, Cadastro e Jurídico.

Ressalta-se que houve crescimento da receita em 6% em relação ao exercício de 2008.

#### Ministério de Minas e Energia

#### Agência Nacional do Petróleo - ANP

(R\$ 1,00)

CLASSIFICAÇÃO	PERÍODO	
	2008	2009
Créditos parcelados	758.927,00	8.874.924,27
Créditos não parcelados	24.302.455,00	
Valores ajuizados	13.180.050,00	73.087.905,80
Valores não ajuizados	17.683.946,00	0,00
Valores arrecadados [SIAFI] (1)	1.773.712,29	1.361.522,85
Valores arrecadados [TN] (2)	17.177.181,68	

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

(1) arrecadação contabilizada no SIAFI.

(2) arrecadação geral com multas na conta única do Tesouro Nacional (inclui recebimentos normais, valores ajuizados e valores não ajuizados).

Providências para melhoria da arrecadação:

- Eliminação do segundo ofício de intimação (esta ação reduz os prazos para inscrição no CADIN e encaminhamento para inscrição em dívida ativa e execução fiscal);
- Geração de boletos com identificação dos pagamentos (esta ação gera maior controle facilitando as rotinas de baixa da Superintendência Financeira e Administrativa - SFA);
- Intensificação de inscrições no CADIN (esta ação provoca o Agente Econômico a regularizar as

- pendências junto a ANP, uma vez que este tem seu crédito comprometido além de inviabilizar suas renovações de operação);
- Solicitação ao NIN/RJ de atualização do Sistema de Controle de Multas - SICOM.

Destaca-se que foram mapeadas todas as necessidades da SFA/Brasília no sentido de modernizar o sistema de controle para automatizar os procedimentos, hoje bastante manuais. A título de exemplificação, a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil incrementou sua arrecadação em 256% após a implementação de sistema de gerenciamento de créditos - SIGEC, dado a automatização de rotinas e consequente encurtamento dos prazos até a abertura da ação de execução fiscal.

#### *Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL*

(R\$ 1,00)

CLASSIFICAÇÃO	PERÍODO	
	2008	2009
Valores ajuizados	31.369.050,99	30.882.590,10

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica

Não houve concessão de parcelamento dos débitos inscritos em Dívida ativa

#### *Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM*

(R\$ 1,00)

SITUAÇÃO DA DÍVIDA	QUANT. DE DÍVIDAS	VALOR (EM R\$)
Fase de cobrança administrativa	47.295	72.993.293,12
Dívidas encaminhadas à Procuradoria	47.420	84.354.816,83
Dívidas em parcelamento	14.226	39.299.040,14
<b>TOTAL</b>	<b>108.941</b>	<b>196.647.150,09</b>

#### **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

O total da Dívida Ativa em 2008 e 2009 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi de R\$ 499.982,26 (quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e seis centavos). Deste total, já foram arrecadados R\$ 143.259,98 (cento e quarenta e três mil, duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos), restando arrecadar R\$ 93.022,81 (noventa e três mil, vinte e dois reais e oitenta e um centavos) em função de parcelamentos já estabelecidos.

Os valores não parcelados e não pagos estão na ordem de R\$ 263.699,47 (duzentos e sessenta e três mil seiscientos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos).

O IBGE, em 2009, recuperou R\$ 3.443.434,04 (três milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e quatro centavos), conforme registros na conta 4.1.9.2.2.07.00 RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, oriundos de negociações com devedores por danos ao erário, descontados em folha ou devolvidos por GRU.

No exercício de 2008, esta recuperação foi na ordem de R\$ 1.572.635,17 (um milhão, quinhentos e setenta e dois mil, seiscents e trinta e cinco reais e dezessete centavos), representando um acréscimo de 119%.

Em relação à Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), no exercício financeiro de 2008 não há registro de ação implementada com vistas à recuperação de créditos ou inscrições em dívida ativa. Todavia, houve tentativa administrativa de recuperação dos créditos ainda não inscritos em dívida ativa por meio de ofícios enviados aos devedores.

Com referência ao exercício financeiro de 2009, conforme orientação da Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região, a ENAP adotou procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, com abertura de processos de cobrança extrajudicial referente a faturas de serviços educacionais prestados em exercícios anteriores a 2009, no montante de R\$11.731,10 (onze mil, setecentos e trinta e um reais e dez centavos). A partir de 2010, será implementada rotina para cobrança judicial, conforme orientações da PRF1.

#### **Ministério da Previdência**

#### *Instituto Nacional do Seguro Nacional - INSS*

##### **ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA NÃO PREVIDENCIÁRIA**

DEZEMBRO DE 2008						
	PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		TOTAL	
	QTD.	VALOR (R\$)	QTD.	VALOR (R\$)	QTD.	VALOR (R\$)
Ajuizados	-	-	15.569	1.157.916.302,63	15.569	1.157.916.302,63
Não ajuizados	529	10.565.030,00	1.373	64.400.300,52	1.902	74.965.330,52
<b>TOTAIS</b>	<b>529</b>	<b>10.565.030,00</b>	<b>16.942</b>	<b>1.222.316.603,15</b>	<b>17.471</b>	<b>1.232.881.633,15</b>

DEZEMBRO DE 2009						
	PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		TOTAL	
	QTD.	VALOR (R\$)	QTD.	VALOR (R\$)	QTD.	VALOR (R\$)
Ajuizados	-	-	17.422	1.189.021.661,05	17.422	1.189.021.661,05
Não ajuizados	177	3.311.099,10	2.768	83.742.753,16	2.945	87.053.852,26
<b>TOTAIS</b>	<b>177</b>	<b>3.311.099,10</b>	<b>20.190</b>	<b>1.272.764.414,21</b>	<b>20.367</b>	<b>1.276.075.513,31</b>

Fonte: CD - IDEIA Cobrança gerados em dezembro de 2008 e dezembro de 2009 pela DATAPREV.

#### ARRECADAÇÃO DO SISTEMA DIVIDA (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008)

(R\$ 1,00)

MÊS/ANO	VLR. PAGO	QTD. GUIAS
JAN	267.154,25	324
FEV	325.142,92	275
MAR	255.343,17	272
ABR	249.121,98	248
MAI	237.755,06	265
JUN	168.832,32	231
JUL	287.776,94	257
AGO	476.951,81	333
SET	252.546,63	255
OUT	276.083,60	283
NOV	206.773,50	253
DEZ	258.881,78	257
<b>TOTAL</b>	<b>3.262.363,96</b>	<b>3.253</b>

#### (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009)

(R\$ 1,00)

MÊS/ANO	VLR. PAGO	QTD. GUIAS
JAN	174.116,56	224
FEV	220.239,44	224
MAR	310.885,07	242
ABR	239.592,00	236
MAI	234.907,11	224
JUN	76.113.341,29	280
JUL	197.407,00	243
AGO	311.631,79	240
SET	183.487,59	254
OUT	92.781,25	159
NOV	106.624,46	137
DEZ	303.672,79	241
<b>TOTAL</b>	<b>78.488.686,35</b>	<b>2.704</b>

Fonte: CDs gerados mensalmente pela DATAPREV.

#### Ministério da Saúde

#### DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO FUNÇÃO SAÚDE

(R\$ 1,00)

VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO	2008	2009
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa	3.180.895	240.107
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	11.258.189	32.964.031
<b>TOTAL</b>	<b>14.439.084</b>	<b>33.204.138</b>

Fonte: SPO/SE/Ministério da Saúde

#### Ministério dos Transportes

Por meio da Portaria nº 267/2009, da Procuradoria Geral Federal - PGF/AGU, todas as atividades de apuração da liquidez e certeza de créditos, de qualquer natureza, de titularidade das Autarquias, e a inscrição em Dívida Ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, foram centralizadas na PGF/AGU que criou um Grupo de Trabalho - GT com o intuito de auxiliar a Procuradoria Federal Especializada - PFE junto ao DNIT, enquanto não assumidas as atividades de análise e inscrição em Dívida Ativa. O prazo para atuação deste GT está atualmente prorrogado até 31 de julho de 2010.

O DNIT encaminhou ao GT um total de 2.335 processos abertos para análise e possível inscrição em Dívida Ativa da União, totalizando aproximadamente R\$ 0,5 milhão, conforme dados obtidos do controle interno da autarquia. A PFE/DNIT instruiu os processos para a notificação da devedora, permitindo sua posterior inscrição no Sistema de Administração Financeira – Siafi. Desse total, 303 processos já foram inscritos na Dívida Ativa da União totalizando R\$ 0,1 milhão, conforme dados obtidos do controle interno do DNIT. Dentre esses, 51 processos retornaram para que procedimentos administrativos fossem refeitos.

A seguir, são apresentados os processos inscritos na dívida ativa da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT:

PROCESSOS	PERÍODO	
	2008	2009
Encaminhados para execução em 2008	1.707.296,59	908.577,99
Pagos (dos encaminhados para execução)	37.392,91	19.235,53
Pagos do total	170.237,98	65.001,28
Não encaminhados para execução	5.022,85	0,00